FECOP

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento
e Gestão

Jan/Dez 2015

Volume I

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

INTRODUÇÃO, 7

1. FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA – FECOP: CONCEPÇÃO, ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO E PÚBLICO-ALVO, 9

1.1 Concepção, 9
1.2 Estratégia de Atuação, 12
1.3 Público-Alvo, 13

2. ROL DOS RESPONSÁVEIS, 15

2.1 Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, 15
2.2 Gerência Executiva do FECOP – GEF, 32

3. DESEMPENHO FINANCEIRO DO FUNDO, 35

3.1 Arrecadação, 35
3.2 Liberação dos Recursos, 36
3.3 Aplicação dos Recursos, 90
3.4 Relatório Financeiro, 92
3.5 Alocação dos Recursos por Setorial, 94
3.6 Aplicação dos Recursos por Função de Governo, 98
3.7 Aplicação dos Recursos por Macrorregião, 99
3.8 Aplicação dos Recursos por Programa de Governo, 104

4. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS SETORIAIS, 106

4.1 Secretaria da Educação, 106
4.2 Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 146
4.3 Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 174
4.4 Secretaria da Saúde, 214
4.5 Secretaria dos Recursos Hídricos, 221
4.6 Secretaria das Cidades, 244
4.7 Secretaria da Infraestrutura, 309
4.8 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 313
4.9 Gabinete do Governador, 338
4.10 Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, 349
4.11 Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, 356
4.12 Secretaria do Esporte, 375
4.13 Secretaria da Cultura, 387
4.14 Secretaria do Planejamento e Gestão, 396
4.15 Conselho Estadual de Educação, 401
4.16 Secretaria da Justiça, 404

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 407

6. RECOMENDAÇÕES, 409

Anexos

1. Relação de Projetos por Secretaria e Municípios
    - Secretaria da Educação
    - Secretaria do Desenvolvimento Agrário
    - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
    - Secretaria da Saúde
    - Secretaria dos Recursos Hídricos
    - Secretaria das Cidades
    - Secretaria da Infraestrutura
    - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
    - Gabinete do Governador
    - Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura
    - Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas
    - Secretaria do Esporte
    - Secretaria da Cultura
    - Secretaria do Planejamento e Gestão
    - Conselho Estadual de Educação
    - Secretaria da Justiça
2. Cópias das Atas das Reuniões do CCPIS
3. Cópias das Resoluções do CCPIS
4. Cópias das Publicações dos Relatórios Financeiros
5. Cópias dos Extratos Bancários

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL - CCPIS

Hugo Santana de Figueirêdo Júnior
Presidente

Josbertini Virgínio Clementino
Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão	Hugo Santana de Figueirêdo Júnior Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
Casa Civil	Alexandre Lacerda Landim Suplente: Rinaldo Azevedo Cavalcante
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa Suplente: Marcos Antônio Gadelha Maia
Secretaria da Educação	Maurício Holanda Maia Suplente: Armando Amorim Simões
Secretaria da Cultura	Guilherme de Figueiredo Sampaio Suplente: Fabiano dos Santos Piúba
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira Suplente: Wilson Vasconcelos Brandão Júnior
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda Suplente: Antônio Gilvan da Silva Paiva
Secretaria das Cidades	Lúcio Ferreira Gomes Suplente: Francisco Quintino Vieira Neto
Secretaria do Esporte	José Jeová Souto Mota Suplente: Gotardo Gomes Gurgel Júnior
Conselho Estadual da Assistência Social	Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes Suplente: Renata Moreira da Silva
Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente	Fábio Cézar Aidar Beneduce Suplente: Patrícia Amorim Teixeira Loureiro
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira
Conselho Estadual de Saúde	Antonio Marcos Gomes da Silva Suplente: Antonio Cleyton Martins Magalhães
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	Francisca Malvinier Macedo Suplente: Helena Selma Azevedo
Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará	Francisco Nilson Freitas Suplente: Nicolas Arnaud Fabre

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE A POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL

José de Lima Freitas Júnior

Célula de Análise e Monitoramento de Projetos do FECOP

Zaira Caldas Oliveira
Lara Maria Silva Costa

Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro do FECOP

Larisa Fátima Martins Bezerra
João Batista Rolim
Samuel Alves de Oliveira Júnior

Apoio Técnico

Silvana Jereissati Pereira

Fortaleza, 31 de dezembro de 2015.

Apresentação

O presente Relatório de Desempenho da Gestão, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, consubstanciado pelos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, ora se apresenta em pleno cumprimento aos comandos dispostos no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), e no art. 13, inciso VII, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009).

O referido documento, concernente ao período de janeiro a dezembro de 2015, objetiva dar publicidade à alocação e uso dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, em atenção à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – ALCE, à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, e ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, obedecido o prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do semestre.

Conforme recomenda a legislação pertinente, as Secretarias de Estado estão incumbidas de promover, perante a Gerência Executiva do FECOP – GEF, a prestação de contas relativas à aplicação dos recursos do aludido Fundo Especial de Gestão, e, bem assim, em relação aos resultados quantitativos e qualitativos alcançados, sob pena de sofrerem sanção administrativa de suspensão dos recursos financeiros advindos do Fundo.

Sem prejuízo de outros elementos que subsidiam a consolidação do presente documento, tem-se, na prestação de contas em alusão, uma base fundamental, para que a Gerência Executiva do FECOP – GEF, extraia todas as informações necessárias, capazes de estabelecer um demonstrativo, mediante o qual seja retratado o fiel desempenho físico-financeiro das setoriais envolvidas, desencadeado por todo o período, objeto do vertente instrumento.

Cumpre registrar que, em virtude da edição do Decreto nº 31.262, de 31/07/2013 (DOE de 01/08/2013), que alterou a estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, a Gerência Executiva do FECOP – GEF, antes vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – CPLOG,

passou, desde então, a ser plasmada na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da mencionada pasta.

O Relatório vem cumprir com todas as exigências legais pertinentes, junto aos órgãos de controle (externo e interno) do Estado do Ceará, ficando o mesmo à plena disposição da sociedade cearense, em observância aos primados da transparência pública, através da página oficial do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP (http://fecop.seplag.ce.gov.br).

Introdução

Desde o seu advento, por ocasião da criação da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, vem se consolidando como um mecanismo de referência no Estado do Ceará, cuja missão institucional é fomentar a realização de ações governamentais, que sejam capazes de efetivar a garantia do acesso a níveis dignos de sobrevivência, voltados para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, quais sejam, aqueles exclusivamente pobres e extremamente pobres.

No decorrer do período de janeiro a dezembro de 2015, foram apresentados um total de 240 projetos, compreendendo a participação de 16 Secretarias Setoriais, tendo sido aprovado, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, o valor anual correspondente a R$ 587.320.455, 60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos).

Deste valor foram empenhados R$ 486.482.418,08 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais, e oito centavos), correspondendo a 82,83%, em relação ao que fora aprovado, tendo sido efetivamente pago R$ 437.069.494,05 (quatrocentos e trinta e sete milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, e cinco centavos), num equivalente a 74,42%, também, em relação ao valor aprovado.

Neste mesmo período, foram arrecadados R$ 436.562.840,56 (quatrocentos e trinta e seis milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais, e cinquenta e seis centavos), que, somados aos rendimentos provenientes de sua aplicação, correspondentes a R$ 20.387.903,00 (vinte milhões, trezentos e oitenta e sete mil, novecentos e três reais), totalizaram uma receita no montante de R$ 456.950.743,56 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e três reais, e cinquenta e seis centavos).

Restou aplicado um total de R$ 474.759.180,74 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta reais, e setenta e quatro centavos), aplicação esta da qual resultou num *déficit* financeiro de 13,43%.

As ações realizadas, à luz das políticas, de programas e de projetos vinculados ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, resultaram em significativos benefícios, assistenciais e estruturantes, ao seu público-alvo, possibilitando melhorias das condições de vida daqueles que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade.

Da população total do Estado do Ceará, composta de 8.452.381 pessoas, tem-se uma população de pobres estimada em 4.479.349, sendo, também, 1.502.924 de extremamente pobres, cujo total de vulneráveis é de 5.982.273. Destes, foram beneficiados pelas ações do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, 4.524.144 pessoas.

1. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP: concepção, estratégia de atuação e público-alvo.

1.1 Concepção

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, criado através da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), e regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), trata-se de um Fundo Especial de Gestão, de natureza contábil, cuja finalidade consiste em viabilizar, para a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, e, bem assim, em outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida.

Referido Fundo é constituído por uma reserva de receitas, cujos produtos se vinculam à realização da aludida finalidade, composta com os seguintes recursos: a) parcela do produto da arrecadação correspondente ao adicional de dois pontos percentuais, na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre os produtos e serviços especificados na Lei Complementar nº 37/2003, com suas respectivas alíquotas; b) dotações orçamentárias, em limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias; c) doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior; d) receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos; e, e) outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

São princípios norteadores das ações desencadeadas em cumprimento da finalidade do Fundo: a) transparência; b) participação; c) controle; d) sustentabilidade; e) responsabilidade social; e, f) efetividade, sendo diretrizes de atuação deste mesmo Fundo: a) atenção integral para superação da pobreza e redução das desigualdades sociais; b) acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidade de desenvolvimento integral; c) fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa do setor

produtivo; e, d) combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais.

Promover transformações estruturais que possibilitem o combate à pobreza; reduzir sistematicamente a pobreza no Estado do Ceará; assistir às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais, para a melhoria das condições de vida; e garantir a sobrevivência digna, investindo no capital humano, social e físico-financeiro das pessoas pobres e extremamente pobres, são os objetivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

O seu público-alvo são os pobres e os extremamente pobres. Considera-se pobre toda pessoa, grupo ou família(s), que apresente(m) privação(ões) acentuada(s) dos elementos básicos para sobrevivência digna, a exemplo de alimentação, habitação e vestuário, situados abaixo da linha de pobreza (renda mensal inferior a meio salário mínimo, por membro do núcleo familiar), cuja comprovação desta condição ocorre mediante documentação, que demonstre este estado, conforme as exigências contidas na Lei nº 14.859, de 28/12/2010 (DOE de 06/01/2011). Por sua vez, tem-se como extremamente pobre aquela população com renda familiar per capita mensal de até R$77,00 (setenta e sete reais), conforme determina o Decreto Federal nº 8.232, de 30/04/2014 (DOU de 02/05/2014).

Os benefícios são gerados através da efetivação de Programas Assistenciais, que priorizam ações direcionadas aos pobres crônicos, ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre; e de Programas Estruturantes, destinados a população pobre, para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infra-estrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

A gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, é genuinamente democrática, constituída numa gestão tripartite, por abranger interveniências de ordem administrativa, financeira e operacional, como condutoras da realização da sua missão institucional, qual seja, viabilizar o acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida dos pobres e extremamente pobres. Dela

participam seis atores institucionais, organismos estabelecidos no âmbito da estrutura legal da Administração Pública Estadual, contribuidores do planejamento, da coordenação, da execução, do controle, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, inerentes ao cumprimento da referida missão, a saber: o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, a Gerência Executiva do Fecop – GEF (gestão administrativa), a Secretaria da Fazenda – SEFAZ (gestão financeira), as Secretarias Estaduais e os Parceiros Locais (gestão operacional).

A operacionalização deste Fundo Especial de Gestão ocorre através da condução de Projetos, decorrentes de demandas sociais, apresentados pela Secretaria Setorial com competência institucional para delas cuidar, os quais tenham por objetivo a obtenção de recursos necessários para as suas execuções, e, por conseguinte, a satisfação das referidas demandas, demandas estas que desafiam a migração da condição de pobre para não pobre. Estes Projetos, enquadrados em um dos Programas do Fundo (Assistenciais e Estruturantes), devem está alinhados a finalidade, aos princípios, as diretrizes, aos objetivos e ao público-alvo do Fundo, e, bem assim, submetidos à apreciação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, que, em aprovando-os, permite com que os Projetos sejam executados pelas Secretarias de Estado competentes, mediante recursos transferidos a estas, pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

Enquanto obrigação legal, que tem todo Agente Público, em comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, por meio da prestação de contas, no âmbito do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, ela acontece em três momentos distintos: a) inicialmente, entre Parceiros Locais e Secretarias Setoriais; b) por conseguinte, entre Secretarias Setoriais e Gerência Executiva do Fecop – GEF; e, c) posteriormente, entre a Gerência Executiva do FECOP – GEF, e os órgãos de controle (interno e externo), compreendendo-se nesta obrigação demonstrar, tanto correta aplicação dos recursos originários do Fundo, como a obtenção dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

A título de sanção, tem-se, como penalidade administrativa, a suspensão de recurso financeiro advindo do Fundo, notadamente quando: a) a prestação de contas estiver atrasada; b) existir pendências na prestação de contas; e, c) houver

irregularidades técnicas constatadas pela Gerência Executiva do Fecop – GEF, durante o monitoramento do Projeto, sem prejuízo da aplicação de demais sanções administrativas, civis e penais.

1.2 Estratégia de Atuação

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, atua no financiamento integral, ou complementar, de Projetos, demandados pela comunidade, bem como, resultantes de propostas técnicas, decorrentes da identificação e problemas ou oportunidades.

Mencionados Projetos são apresentados, conforme padronização prevista em Roteiro próprio, à Gerência Executiva do FECOP – GEF, ora plasmada na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e a Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Após a apresentação do Projeto, segue-se a sua análise, sob os pontos de vista formal e material, à luz da legislação pertinente, pelo que se expede Parecer Técnico, meramente opinativo naquilo que diz respeito a existência, ou não, de viabilidade técnica.

Posteriormente, existindo viabilidade técnica, o Projeto é submetido ao crivo do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, para fins de deliberação, no sentido de aprová-lo ou rejeitá-lo, cuja decisão é consubstanciada através de Resolução.

Rejeitado o Projeto, arquiva-se o mesmo. Aprovado, implanta-se a Resolução no Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas – SIAP, para efeito de liberação das parcelas que financiarão a execução do Projeto, as quais devem ser solicitadas pela Secretaria Setorial competente, na conformidade do cronograma de desembolso financeiro proposto no Projeto, aprovado pelo Conselho.

A cada parcela recebida, incumbe à Secretaria Setorial, com os Parceiros Locais, acaso estes últimos existentes, promover a prestação de contas, quanto a execução do projeto, seja no tocante ao aspecto da aplicação dos recursos, como dos resultados, quantitativa e qualitativamente, alcançados.

As ações financiadas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, objetivam sempre contribuir, estrategicamente, para a superação da pobreza e a erradicação das desigualdades sociais, através de políticas públicas includentes, implementadas, com foco na geração dos resultados almejados pela sociedade cearense.

1.3 Público-Alvo

O Público-Alvo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, compreende os pobres e os extremamente pobres.

São considerados pobres, para efeito de inscrição em programas sociais, e para fins de obtenção de benefícios junto ao Estado do Ceará, toda pessoa, grupo ou família(s), que apresente(m) privação(ções) acentuada(s) dos elementos básicos para sobrevivência digna, a exemplo de alimentação, habitação e vestuário, situados abaixo da linha de pobreza (renda mensal inferior a meio salário mínimo, por membro do núcleo familiar), cuja comprovação desta condição ocorre mediante documentação, que demonstre este estado, conforme as exigências contidas na Lei nº 14.859, de 28/12/2010 (DOE de 06/01/2011).

Em seu turno, tem-se, como extremamente pobres, aquela população com renda familiar per capita mensal de até R$77,00 (setenta e sete reais), conforme preconiza o Decreto Federal nº 8.232, de 30/04/2014 (DOU de 02/05/2014), que alterou o Decreto Federal nº 7.492, de 02/06/2011 (DOU de 03/06/2011), instituidor do Plano Brasil Sem Miséria.

Cumpre considerar, entretanto, o fato de que existe a necessidade de que se compreenda a pobreza, não tão somente sob o prisma eminentemente econômico, uma vez que a pobreza deriva de diversos outros fatores, o que a torna multidimensional.

Nesse sentido, consta, do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, expedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a observação de que *"as dimensões da pobreza vão muito para além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados, más condições de*

habitação, exclusão social e falta de participação", de maneira que, afetando pessoas no mundo inteiro, e colocada em grande destaque no cenário mundial, a pobreza é multifacetada, e, por isso, multidimensional.

Dito isto, caber registrar que, a partir da publicação do destacado Relatório, o Índice de Pobreza Multidimensional – IPM, tornou-se um popular mecanismo de medição da pobreza multidimensional, o qual leva em conta as variáveis das privações de direitos sociais.

Nos anos recentes, diversos estudiosos acerca do tema tendem a concordar com uma definição mais abrangente de pobreza, considerando-a como privação do bem-estar, e ausência dos elementos necessários que permitam às pessoas levarem uma vida digna, em uma determinada sociedade. Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada à insuficiência de renda e a condições precárias de nutrição, saúde, educação, moradia, acesso a bens de consumo e direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem.

2. Rol dos Responsáveis

2.1 Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS

- **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG**

Titular: Hugo Santana de Figueirêdo Júnior - **Presidente**

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 074.179.208-70

Endereço Residencial: Rua Andrade Furtado, 1601 - Apto. 701 - Bairro: Papicu.

CEP: 60.192-072

Fone: 3265-6053

Endereço Comercial: Secretaria do Planejamento e Gestão - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG , 3º Andar - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.830 -120

Fone: 3101-4520

E-mail: hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira

Decreto de Nomeação: 31.180 **Data:** 12/04/2013 **Publicação:** 16/04/13

CPF: 048.393.663-49

Endereço Residencial: Rua Lourival Correia Pinho, 445 - Bairro: Parque Manibura.

CEP: 60.821-720

Fone: 3271-3470 / 8879-7556

Endereço Comercial: Secretaria do Planejamento e Gestão - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG , 3º Andar - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.830 -120

Fone: 3101-4519

E-mail: carlos.eduardo@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ**

Titular: Carlos Mauro Benevides Filho

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 153.367.351-91

Endereço Residencial: Rua Andrade Furtado,1245 - Apto. 1100 - Bairro: Papicu.

CEP: 60.192-072

Fone: 3262-2233

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Bairro: Centro.

CEP: 60.055-000

Fone: 3101-9100 / 9101 / Fax: 3101- 9110

E-mail: mauro.filho@sefaz.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: João Marcos Maia

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: 31.836 **Data**: 25/11/15 **Publicação**: 27/11/15

CPF: 060.964.683-49

Endereço Residencial: Rua Silva Jatay, 400 - Bloco: A - 1702 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.165-070

Fone: 3248 - 1102

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Bairro: Centro.

CEP: 60.055-000

Fone: 3101-9103

E-mail: joao.marcos@sefaz.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 05 de junho de 2015.

Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

Decreto de Nomeação: 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 118.032.743-87

Endereço Residencial: Av. República do Líbano, 992 - Apto. 502 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.165-070

Fone: 3267-4797

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Bairro: Centro.

CEP: 60.055-000

Fone: 3101-9105

E-mail: marcus.coelho@sefaz.ce.gov.br

Período: 05 de junho a 31 dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS**

Titular: Josbertini Virgínio Clementino - **Vice Presidente**

Decreto de Nomeação: 31.354 **Data:** 02/22/2013 **Publicação:** 05/12/13

CPF: 773.684.513 -72

Endereço Residencial: Rua Silva Paulet, 2140 - Apto 201 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.120 - 021

Fone: 9939 - 5255

Endereço Comercial: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Rua Soriano Albuquerque, 230 - Bairro: Joaquim Távora.

CEP: 60.130 -160

Fone: 3101- 4601/4597

E-mail: josbertini.clementino@stds.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho

Decreto de Nomeação: 31.354 **Data:** 02/12/2013 **Publicação:** 05/12/13

CPF: 058.825.403 - 72

Endereço Residencial Rua Alemanha, 222 - Bairro: Vila Betânia.

CEP: 60.125 -100

Fone: 8842 - 1067

Endereço Comercial: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Rua Soriano Albuquerque, 230 - Bairro: Joaquim Távora.

CEP: 60.130 -160

Fone: 3101- 4568

E-mail: gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DA SAÚDE – SESA**

Titular: Antônio Carlile Holanda Lavor

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: 31.836 **Data**: 25/11/15 **Publicação**: 25/11/15

CPF: 004.591.431-15

Endereço Residencial: Dr. Gilberto Studart, 708 , Apto. 701 - Bairro: Cocó.

CEP: 60.192-105

Fone: 3101-5124/5126

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5129/5115

E-mail: carlile.lavor@saude.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 12 de maio de 2015.

Titular: Henrique Jorge Javi de Sousa

Decreto de Nomeação: 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 435.375.883-72

Endereço Residencial: Rua Padre Januário Ramos, 235 - Bairro: Parque Manibula.

CEP: 60.821-705

Fone: 8619-9004

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5129/5115

E-mail: hjavii@globo.com

Período: 12 de maio a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Vera Maria Câmara Coelho

Decreto de Nomeação: 30.330 **Data:** 27/09/10 **Publicação:** 28/09/10

Decreto de Exoneração: 31.836 **Data**: 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 081.834.733-34

Endereço Residencial: Rua Ildefonso Albano, 165 - Apto 101 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.115-000

Fone: 3219-7898

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-7898 / 5177/ 8732-2019

E-mail: vera.coelho@saude.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 20 de junho de 2015.

Suplente: Lilian Alves Amorim Beltrão

Decreto de Nomeação: 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

Decreto de Exoneração: 31.872 **Data:** 30/12/15 **Publicação:** 30/12/15

CPF: 218.559.003-00

Endereço Residencial: Rua Monsenhor Catão, 1491 - Apto 101 - Bairro: Meireles - Fortaleza-CE.

CEP: 60.175-000

Fone: 398732-2024

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5127

E-mail: llian.amorim@saude.ce.gov.br

Período: 13 de outubro a 20 de outubro de 2015.

Suplente: Marcos Antônio Gadelha Maia

Decreto de Nomeação: 31.872 **Data:** 30/12/15 **Publicação:** 30/12/13

CPF: 235.944.703-34

Endereço Residencial: Av. Rui Barbosa, 730 - Apto 802 - Bairro: Meireles - Fortaleza-CE.

CEP: 60.115-220

Fone: 98899-5994

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5126

E-mail: marcos.gadelha@saude.ce.gov.br

Período: 20 de outubro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC**

Titular: Mauricio Holanda Maia

Decreto de Nomeação: 31.494 **Data:** 16/06/2014 **Publicação:** 20/06/14

CPF: 284.126.993-00

Endereço Residencial: Rua Assis Chateaubriand, 36 - Apto. 302 - Ed. Josino Abreu – Bairro: Dionísio Torres.

CEP: 60.135-200

Fone: 3244-4146 / 8726 -1122

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEDUC - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3101- 3897/3913

E-mail: mauricio.holanda@seduc.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Armando Amorim Simões

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 908.482.847- 04

Endereço Residencial: Rua Barão de Aracati,145/2103 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.115-080

Fone: (061) 9673 -1952

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEDUC - Bairro: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 33101-3897/3894

E-mail: armando.simoes@seduc.ce.gov.br

Período: 13 de março a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DA CULTURA – SECULT**

Titular: Guilherme de Figueiredo Sampaio

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 878.779.683-53.

Endereço Residencial: Rua Gabriel, 260 - Apto. 401 - Bloco: Murilo - Bairro: Cocó.

CEP: 60.135-450

Fone: (85) 8828-9418

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed. São Luiz - Bairro: Centro.

CEP: 60.025-100.

Fone: 3101-6767

E-mail: guilherme.sampaio@secult.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Fabiano dos Santos Piúba

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 324.429.043-99

Endereço Residencial: Rua Tchecoslováquia, 402 - Bairro: Maraponga

CEP: 60.710-580

Fone: (85) 8838-1146

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed. São Luiz - Bairro: Centro.

CEP: 60.025-100

Fone: 3101-6767

E-mail: fabiano.santos@secult.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SECITECE**

Titular: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 090.507.523-49

Endereço Residencial: Rua Padre Miguelino, 940 - Apto. 302 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.040-300

Fone: 3243-1302

Endereço Comercial: Av. José Martins Rodrigues ,150 - Bairro: Édson Queiroz.

CEP: 60.811-520

Fone: 3101-3674

E-mail: inacio.arruda@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Antônio Gilvan da Silva Paiva

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 234.079.803-53

Endereço Residencial: Rua Um, 247 - Campo dos Ingleses - Bairro: Maraponga.

Fone: 8918-9209

Endereço Comercial: Secretaria da Ciência e Tecnologia - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Bairro: Edson Queirós.

CEP: 60.811-520

Fone: 3101-3674

E-mail: gilvan.paiva@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE**

Titular: José Jeová Souto Mota

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 275.952.263-68

Endereço Residencial: Rua Oito de Setembro, 1130 - Bairro: Varjota.

CEP: 60.175-210

Fone: (85) 9921-2037

Endereço Comercial: Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2775 - Bairro: Castelão.

CEP: 60.839-900

Fone: 3101- 4401

E-mail: jeova.mota@esporte.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Gotardo Gomes Gurgel Junior

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 209.187.553-87

Endereço Residencial: Rua Maria Ivone, 170 - Bairro: Édson Queiroz.

CEP: 60.834 - 472

Fone: (85) 3278-2298

Endereço Comercial: Secretaria do Esporte - Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2775 - Bairro: Castelão.

CEP: 60.861-211

Fone: 3101- 4401

E-mail: gotardogurgel@yahoo.com.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA**

Titular: Francisco José Teixeira

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 191.284.873-20

Endereço Residencial: Av. Coronel Miguel Dias, 1477 - Apto. 1.100 - Bairro: Guararapes.

CEP: 60.810-160

Fone: 8685-7069/9981-3129

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325-901

Fone: 3101-8007 / 8008 / 8685-7069/9981-3129

E-mail: dede.teixeira@sda.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Titular: Wilson Vasconcelos Brandão Júnior

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 123.987.213-53

Endereço Residencial: Rua Heráclito Domingos,910 - Apto. 302 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.320-200

Fone: 8893-6909

Endereço Comercial: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Bairro: São Gerardo.

CEP: 60.325-901

Fone: 3101-8004 / 8893-6909

E-mail: wilson.brandao@sda.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **SECRETARIA DAS CIDADES – SCIDADES**

Titular: Ivo Ferreira Gomes

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 362.581.993-72

Endereço Residencial: Av. Paisagística, 100 - Apto. 704 - Bairro: Édson Queiroz.

CEP: 60.812.535

Fone: 320705205

Endereço Comercial: Secretaria das Cidades - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 1º andar - **Bairro**: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3207-5205/3101- 4450

E-mail: ivo@cidades.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a de julho de 2015.

Titular: Lúcio Ferreira Gomes

Decreto de Nomeação: 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 122.174.173-04

Endereço Residencial: Rua Alberto Junior, Nº 00100, Casa 29 - Bairro: Édson Queiroz.

CEP: 60.811-655

Fone: 3256-0080

Endereço Comercial: Secretaria das Cidades - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 1º andar - **Bairro**: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3207-5205/ 3101-4471

E-mail: luciogomes@cidades.ce.gov.br

Período: de 31 de julho a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Francisco Quintino Vieira Neto

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 144.324.043-53

Endereço Residencial: Rua Professor Jacinto Botelho, 290 - Apto. 502 - Bairro: Guararapes.

CEP: 60.810.050

Fone: 3101-4469 / 4450

Endereço Comercial: Secretaria das Cidades - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 1º Andar - **Bairro**: Cambeba.

CEP: 60.822-325

Fone: 3101-4469/4450

E-mail: quintino.vieira@cidades.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **CASA CIVIL**

Titular: Alexandre Lacerda Landim

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 414.206.243-34.

Endereço Residencial: Av. Beira Mar, 3956 - Apto. 1.200 - Bairro: Meireles

Fone: 8597-2000

Endereço Comercial: Casa Civil - Rua Silva Paulet, 400 - Palácio da Abolição - Bairro: Meireles.

CEP: 60.120-020

Fone: 3466-4876

E-mail: alexandre.landim@casacivil.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Rinaldo Azevedo Cavalcante

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 843.737.503-78

Endereço Residencial: Rua Maria Tomásia, 170 - Apto. 2103 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.810 -160

Fone: 8657-2727

Endereço Comercial: Av. Barão de Studart, 505 - Bairro: Meireiles.

CEP: 60.120 - 000

Fone: 3466-4968

E-mail: rinaldo.cavalcante@casacivil.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS**

Titular: Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 113.020.463-49

Endereço Residencial: Rua 120 - Casa: 200 - Bairro: Conjunto Planalto - Caucaia-ce

CEP: 61.600-000

Fone: 3062-6915 / 8763-3457 / 9996-5078

Endereço Comercial: Rua da Liberdade, 671 - Municipio: Caucaia-Ce

CEP: 61.600-000

Fone: 8763-3457 / 9996-5078

E-mail: marluciaramos2008@hotmail.com

Período: 01 de janeiro de 2015.

Suplente: Renata Moreira da Silva

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 561.675.553-20

Endereço Residencial: Rua 303 - Casa 185 A - 2º Etapa - Bairro: Conjunto Ceará.

CEP: 60.530-530

Fone: 9256-3373

Endereço Comercial: Rua São Paulo, 32 - Sala 410 - 4º Andar - Ed. General Tibúrcio - Bairro: Centro

CEP: 60.030-100

Fone: 3231-1737 / 3253-7177

E-mail: renatagirasol@bol.com.br

Período: 01 de janeiro de 2015.

- **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA**

Mônica Araújo Gomes - Titular

Decreto de Nomeação: 30.844 **Data:** 07/03/2012 **Publicação:** 12/03/12

Decreto de Exoneração: 31.836 **Data**: 25/11/15 **Publicação**: 27/11/15

CPF: 191.061.143 - 34

Endereço Residencial: Rua Leonardo Mota, 1850 - Apto. 1300 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.170-041

Fone: 3224 - 3489 / 9983 - 0454

Endereço Comercial: Rua Nunes Valente, 2138 - Bairro: Dionísio Torres.

CEP: 60.120-295

Fone: 3244 - 3378

Endereço Comercial: CEDCA - Rua Pereira Valente, 491 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.160-250

Fone: 3101-1564

E-mail: monicaagomes@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 05 de outubro de 2015.

Titular: Fábio Cézar Aidar Beneduce

Decreto de Nomeação: 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 039.163.238-81

Endereço Residencial: Rodovia CE-040 , s/n - Município: Aquiraz - Ce

CEP: 61.700-000

Fone: (85) 3362-3210/99616-3543/ 99616-3543

Endereço Comercial: CEDCA - Rua Pereira Valente, 491 - Bairro: Meireles.

CEP: 60.160-250

Fone: 3101-1564

E-mail: fabio@iteva.org.br

Período: de 05 de outubro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Maria Walhirtes Frota de Albuquerque

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/06/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: 31.836 **Data**: 25/11/15 **Publicação**: 27/11/15

CPF: 097.914.263-68

Endereço Residencial: Rua Frei Mansueto, 777 - Apto. 301 - Bairro: Meireles.

Fone: (85) 3267-2858/ 9986- 9038

Endereço Comercial: Av. Dom Luis, 685 - Sala 08 e 09 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.160-230

Fone: 3244-3378

E-mail: ades.agencia@gmail.com

Período: 01 de janeiro a 05 de outubro de 2015.

Suplente: Patrícia Amorim Teixeira Loureiro

Decreto de Nomeação: 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 630.301.013-04

Endereço Residencial: Rua G, Casa 51 - Parangaba - Fortaleza-Ce

CEP: 60.435-681

Fone: 99950-6521

Endereço Comercial: Júlio César, 442 - Bairro: Jardim América - Fortaleza-Ce.

CEP: 60.410-505

Fone: 3253-6998/3231-4783/99950-6521

E-mail: patricia@caritas.org.br

Período: a partir de 05 de outubro de 2015.

- **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CEE**

Titular: José Linhares Ponte

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 006375133-04

Endereço Residencial: Rua Tibúrcio Cavalcante, 2324 - Apto. 701 - Ed. Victor VII - Bairro: Dionísio Torres

CEP: 60.125-101

Fone: (88) 9690-7711/9277-7227

Endereço Comercial: Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.411-170

Fone: 3101-2017

E-mail: presidente@cee.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Endereço Residencial: Rua Campoamor Rocha, 350 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.415-080

Fone: 3227- 8170 / 9908 - 3321

Endereço Comercial: Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.411-170

Fone: 3101-2017

E-mail: ada.pimentel@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **CONSELHO ESTADUAL DA SAÚDE – CESAU**

Titular: Antônio Marcos Gomes da Silva

Decreto de Nomeação: 31.494 **Data:** 16/06/14 **Publicação :** 20/06/14

CPF: 310.092.713-34

Endereço Residencial: Rua Edite Braga, 395 - Bairro: Jardim América.

CEP: 60.436-410

Fone: 8637-1707 / 9637-1707

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3017-3636

E-mail: marcogomes.com5f@hotmail.com

Período: 01 janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Suplente: Antônio Cleyton Martins Magalhães

Decreto de Nomeação: 31.494 **Data:** 16/06/14 **Publicação:** 20/06/14

CPF: 483.985.943-49

Endereço Residencial: Rua Almirante Rufino, 1515 - Apto. 104 - Bairro: Montese.

CEP: 60.420-312

Fone: 3067-3871

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bairro: Praia de Iracema.

CEP: 60.060-440

Fone: 3101-5210

E-mail: cmagalhaes@hotamail.com

Período: 01 de janeiro de 2015.

- **CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – CONSEA**

Titular: Francisca Malvinier Macedo

CPF: 172.062.943-91

Endereço Residencial: Rua Paula Ney, 599 - Apto. 201 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.140-200

Fone: 9793-9530

Endereço Comercial: ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria - Rua Princesa Isabel, 1968 - Bairro: Benfica.

CEP: 60.015-035

Fone: 3252-2410

E-mail: malvininiermacedo@gmail.com

Período: 01 de janeiro de 2015.

Suplente: Helena Selma Azevedo

Decreto de Nomeação: 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 090.944.403-00

Endereço Residencial: Rua Dom Sebastião Leme, 140 - Bloco: A - Apto. 104 - Bairro: Fátima.

CEP: 60.015-035

Fone: 3101-1563

Endereço Comercial: ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria - Rua Princesa Isabel, 1968 - Bairro: Benfica.

Fone: 3252-2410

E-mail: selmazevedo@uol.com.br

Período: 01 de janeiro de 2015.

- **ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ – APRECE**

Titular: Francisco Nilson Freitas

Decreto de Nomeação: 31.180 **Data:** 12/04/2013 **Publicação:** 16/04/13

CPF: 309.989.303-00

Endereço Residencial: Rua Beni Carvalho, 666 - Apto. 1.800 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.135-400

Fone: 9227-0681

Endereço Comercial: Prefeitura Municipal de Palhano - Av. Possidônio Barreto, 430 - Centro - Palhano-CE

CEP: 62.910-000

Fone: (88) 3415-1060

E-mail: fconilsonfreitas@gmail.com

Período: 01 de janeiro de 2015.

Suplente: Nicolas Arnaud Fabre

Decreto de Nomeação: 31.612 **Data:** 20/10/2014 **Publicação:** 03/11/14

CPF: 671.776.463-53

Endereço Residencial: Rua Marcelo Gentil Porto, 862 - Bairro: Luciano Cavalcante

CEP: 60.813-550

Fone: 9917-1015

Endereço Comercial: APRECE - Rua Maria Tomásia, 230 - Bairro: Aldeota.

CEP: 60.150-170

Fone: 4006-4042/4048

E-mail: nicolas@aprece.org.br

Período: 01 de janeiro de 2015.

2.2 Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Gerente Executivo:** José de Lima Freitas Júnior

CPF: 486.797.473-00

Endereço Residencial : Rua Vereador Pedro Paulo, 455 - Bloco: 2 - Apto. 502 - Bairro: Jardim das Oliveiras.

Fone: (85) 9999-88643

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG - 2º Andar - Bairro: Cambeba.

Fone: 3101-3820/4535

E-mail: jose.freitas@seplag.ce.gov.br

Período: 04 de abril a 31 dezembro de 2015.

- **Técnica:** Lara Maria Silva Costa

CPF: 896.449.213-72

Endereço Residencial: Rua Dr. José Lino, 141 - Apto. 603 - Bairro: Varjota.

Fone: 3267-1556

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG - 2º Andar - Bairro: Cambeba.

Fone: 3101-3820

E-mail: lara.costa@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **Técnica:** Larisa Fátima Martins Bezerra

CPF: 088.193.513 - 15

Endereço Residencial: Rua Cesídio Albuquerque, 149 - Bairro: Cidade dos Funcionários.

Fone: 3036-2527

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535/3820

E-mail: larisa.martins@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **Técnico:** Samuel Alves de Oliveira Júnior

CPF: 113.971.417-35

Endereço Residencial: Rua Silva Jatahy, 200 - Cob. - Bairro: Aldeota.

Fone: 3248-1622

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535/3820

E-mail: samuel.alves@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **Técnico:** João Batista Rolim

CPF: 120.769.453-34

Endereço Residencial: Av. Visconde do Rio Branco, 2911 - Bairro: Joaquim Távora.

Fone: 3221-6631

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535/3820

E-mail: joao.rolim@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

- **Técnico:** Zaíra Caldas Oliveira

CPF: 090.774.643-87

Endereço Residencial: Rua Equador, 1277 - Conjunto Jardim das Nações – Bairro: Itaperi - Fortaleza-CE.

Fone: 3292-2290/9998-79685

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535/3820

E-mail: zaira.caldas@seplag.ce.gov.br

Período: 14 de setembro a 31 de dezembro de 2015.

- **Apoio Técnico:** Silvana Jereissati Pereira

CPF: 187.730.523-53

Endereço Residencial: Rua Mário Alencar Araripe, 1198 - Bairro: Sapiranga.

Fone: 3278 -1604

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambeba - Ed. SEPLAG - 2º Andar.

Fone: 3101-4535/3820

E-mail: silvana.jereissati@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

3. Desempenho Financeiro do Fundo

3.1 Arrecadação

O volume total de recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no período de 2004 a 2015, em valores absolutos, registra a importância de R$ 3.076.113.630,63 (três bilhões, setenta e seis milhões, cento e treze mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e três centavos), tendo como origem o adicional de dois pontos percentuais (2%), na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, incidentes sobre produtos e serviços discriminados no inciso I, do art. 2.º, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/203 (DOE de 27/11/2003).

Do período de Janeiro a Dezembro de 2015, foram arrecadados R$ 436.562.840,56 (quatrocentos e trinta e seis milhões, quinhentos e sessenta e dois mi, oitocentos e quarenta reais, e cinquenta e seis centavos). Este valor apresenta um crescimento de 11,22%, se comparado com o valor arrecadado no ano de 2014 (R$ 387.596.425,14). Note-se que, ao longo dos anos, o valor arrecadado, anualmente, tem sido sempre expressivamente superior ao arrecadado em anos anteriores.

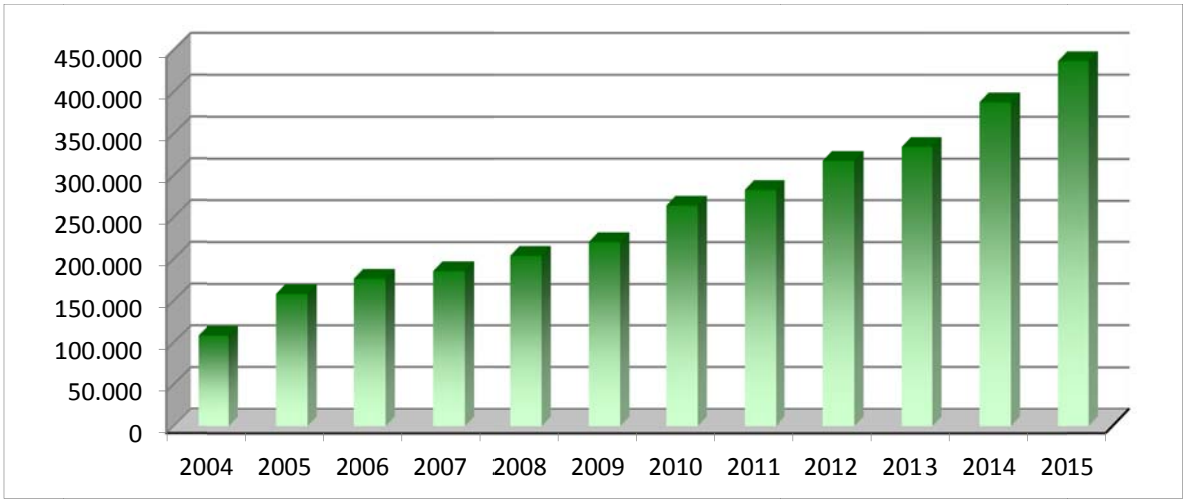
Quadro 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2015

PERÍODO	ANO						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Semestre							
1º	42.804	76.282	85.646	91.495	97.321	102.969	127.070
2º	65.302	82.190	90.995	94.288	106.627	117.381	136.720
Total	**108.106**	**158.473**	**176.642**	**185.783**	**203.948**	**220.350**	**263.790**

PERÍODO	ANO					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
Semestre						
1º	132.973	153.950	162.318	182.077	210.505	**1.465.410**
2º	149.597	163.892	172.133	205.519	226.058	**1.610.702**
Total	**282.570**	**317.842**	**334.451**	**387.596**	**436.563**	**3.076.114**

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2015



Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

O crescimento da arrecadação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, deveu-se, também, ao crescimento da arrecadação própria do Tesouro do Estado.

3.2 Liberação dos Recursos

3.2.1 Recursos Liberados por Secretaria Setorial e Projeto

Ao longo de janeiro a dezembro de 2015, foram apresentados junto a gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por parte de 16 Secretarias Setoriais, um total de 240 (duzentos e quarenta) projetos, tendo sido aprovado, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, o valor anual correspondente a R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos).

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, realizou 21 Reuniões, sendo 4 Reuniões Ordinárias, e 17 Reuniões Extraordinárias, todas de caráter deliberativo, voltadas para a apreciação de projetos, considerados viáveis, para efeito de aprovação da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, bem como, para o trato de demais matérias de competência do augusto colegiado.

No tocante as Reuniões Ordinárias, ocorridas em 27/02/2015, 03/06/2015, 09/09/2015 e 13/10/2015, das quais decorreram, respectivamente, as Resoluções nº 01, 06, 12 e 14, foram deliberados recursos num montante de R$ 394.736.187,70 (trezentos e noventa e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais, e setenta centavos).

Por sua vez, as Reuniões Extraordinárias, desencadeadas em caráter excepcional, dada à urgência que as mesmas reclamavam, foram realizadas nos dias 07/04/2015, 23/04/2015, 13/05/2015, 25/05/2015, 22/06/2015, 06/07/2015, 30/07/2015, 04/08/2015, 24/08/2015, 25/09/2015, 22/10/2015, 03/11/2015, 12/11/2015, 19/11/2015, 27/11/2015, 10/12/2015, 23/12/2015.

Destas decorreram, respectivamente, as Resoluções nº 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, mediante as quais restaram liberados recursos da ordem de R$ 193.216.250,88 (cento e noventa e três milhões, duzentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos).

Deste valor, foram deduzidos R$ 777.277,63 (setecentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais, e sessenta e três centavos), em virtude de redução decorrente da Resolução nº 16/2015, bem como, R$ 145.294,65 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais, e sessenta e cinco centavos), por conta de ajuste contábil oriundo dos termos da Resolução nº 01/2016, compreendendo um montante de R$ 922.572,28 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais, e vinte e oito centavos).

Por conseguinte, dos valores acima deduzidos, restou R$ 192.293.678,60 (cento e noventa e dois milhões, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e setenta e oito reais, e sessenta centavos), o qual, somado aos R$ 394.736.187,70 (trezentos e noventa e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais, e setenta centavos) anteriores, fecha a conta em R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos).

Quadro 2 - Recursos Liberados por Resolução e por Secretaria Setorial em 2015

Nº	Secretarias/Projetos	Resolução Nº 01 (27.02.15)	Resolução Nº 02 (08.04.15)	Resolução Nº 03 (27.04.15)	Resolução Nº 04 (13.05.15)	Resolução Nº 05 (25.05.15)	Resolução Nº 06 (03.06.15)
1	Secretaria da Educação – SEDUC	105.360.357,48	2.912.677,30	-	-	-	33.731.565,98
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	86.576.047,64	37.908.097,64	3.538.085,75	-	-	(3.150.266,25)
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	61.949.215,09	2.125.317,85	-	-	-	7.306.850,00
4	Secretaria da Saúde – SESA	-	-	-	-	-	-
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	19.615.654,43	19.486.377,71	-	5.000.000,00	1.198.748,85	2.422.203,23
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	20.054.812,99	-	1.850.000,00	-	-	5.445.144,84
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	2.000.000,00	-	-	-	-	-
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	678.605,00	-	-	-	-	3.368.000,00
9	Gabinete do Governador – GABGOV	7.186.551,60	-	-	-	-	(934.105,90)
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	-	-	-	-	-	-
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	-	-	-	-	-	1.842.624,00
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	-	-	200.000,00	-	483.578,72	-
13	Secretaria da Cultura - SECULT	439.738,00	52.900,36	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	-	-	-	-	-	-
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	-	-	-	-	-	400.000,00
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	**303.860.982,23**	**62.485.370,86**	**5.588.085,75**	**5.000.000,00**	**1.682.327,57**	**50.432.015,90**
Nº	**Secretarias/Projetos**	**Resolução Nº 07 (22.06.15)**	**Resolução Nº 08 (06.07.15)**	**Resolução Nº 09 (30.07.15)**	**Resolução Nº 10 (04/08/2015)**	**Resolução Nº 11 (24/08/15)**	**Resolução Nº 12 (09/09/15)**
1	Secretaria da Educação – SEDUC	-	-	-	-	-	5.174.979,53
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	-	-	-	-	-	1.385.627,75
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	-	3.650.087,78	-	-	-	-
4	Secretaria da Saúde – SESA	-	-	-	-	-	-
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	-	-	3.265.222,99	-	-	-
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	-	160.000,00	2.460.000,00	-	-	994.882,75
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	5.000.000,00	-	-	-	-	10.000.000,00

8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	515.084,55	-	-	2.000.000,00	500.000,00	-
9	Gabinete do Governador – GABGOV	-	-	-	-	-	-
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	-	-	-	-	-	98.922,00
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	-	-	-	-	-	-
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	-	-	-	899.600,00	-	-
13	Secretaria da Cultura - SECULT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	-	-	-	-	-	-
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	-	-	-	-	-	-
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	**5.515.084,55**	**3.810.087,78**	**5.725.222,99**	**2.899.600,00**	**500.000,00**	**17.654.412,03**
Nº	**Secretarias/Projetos**	**Resolução Nº 13 (25/09/15)**	**Resolução Nº 14 (13/10/15)**	**Resolução Nº 15 (22/10/15)**	**Resolução Nº 16 (03/11/15)**	**Resolução Nº 17 (12/11/15)**	**Resolução Nº 18 (19/11/15)**
1	Secretaria da Educação – SEDUC	-	6.191.000,00	(1.694.830,45)	75.270,16	4.134.370,41	-
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	-	1.900.107,78	84.380,22	-	300.000,00	-
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	-	1.216.401,75	1.625.118,57	-	-	2.976.964,62
4	Secretaria da Saúde – SESA	-	-	-	-	55.854.175,80	-
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	-	3.861.407,89	-	(1.260.462,20)	-	-
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	1.105.345,99	5.958.873,17	883.510,08	-	489.927,96	2.997.466,00
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	-	-	-	-	-	-
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	-	1.184.000,00	733.925,60	200.000,00	-	-
9	Gabinete do Governador – GABGOV	-	-	-	-	-	217.000,00
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	-	2.000.000,00	-	-	-	-
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	-	-	-	-	-	-
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	-	-	-	-	-	-
13	Secretaria da Cultura - SECULT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	-	476.986,95	-	-	-	-
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	-	-	-	-	-	-
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	-	-	-	207.914,41	-	-
	TOTAL	**1.105.345,99**	**22.788.777,54**	**1.632.104,02**	**777.277,63**	**60.778.474,17**	**6.191.430,62**

Nº	Secretarias/Projetos	Resolução Nº 19 (27/11/15)	Resolução Nº 20 (10/12/15)	Resolução Nº 21 (23/12/15)	Resolução Nº 01 (12/01/16)	VALOR TOTAL
1	Secretaria da Educação – SEDUC	-	680.813,80	1.134.051,72	-	157.700.255,93
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	551.552,92	1.265.677,22	-	-	130.359.310,67
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	-	7.987.082,14	300.000,00	-	89.137.037,80
4	Secretaria da Saúde – SESA	1.462.086,74	-	-	-	57.316.262,54
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	3.000.000,00	-	-	-	56.589.152,90
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	-	1.775.954,29	-	-	44.175.918,07
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	8.645.897,75	-	-	-	25.645.897,75
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	-	3.500.000,00	-	-	12.679.615,15
9	Gabinete do Governador – GABGOV	-	-	-	-	6.469.445,70
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	-	-	-	-	2.098.922,00
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	-	-	-	-	1.842.624,00
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	-	-	-	145.294,65	1.728.473,37
13	Secretaria da Cultura - SECULT	0,00	0,00	0,00	-	492.638,36
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	-	-		-	476.986,95
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	-	-	-	-	400.000,00
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	-	-	-	-	207.914,41
	TOTAL	**13.659.537,41**	**15.209.527,45**	**1.434.051,72**	**145.294,65**	**587.320.455,60**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Registre-se, ademais, que, do valor anual, aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, correspondente a R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos), foram empenhados R$ 486.482.418,08 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e oito centavos), correspondendo a 82,83% (oitenta e dois vírgula oitenta e três por cento) em relação ao que fora aprovado, tendo sido efetivamente pago R$ 437.069.494,05 (quatrocentos e trinta e sete milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, e cinco centavos), num equivalente a 74,42% (setenta e quatro vírgula quarenta e dois por cento), também, em relação ao valor aprovado.

No tocante ao cenário da liberação de recursos, destacam-se três Secretarias de Estado, a saber: Secretaria da Educação – SEDUC, Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Do valor anual aprovado pelo colegiado, qual seja, R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos), foram liberados para a Secretaria da Educação – SEDUC, R$ 157.700.255,93 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta e cinquenta e cinco reais, e noventa e três centavos), representando um percentual de 26,85% de liberação de recursos.

Em seguida..., a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, com recurso liberados da ordem de R$ 130.359.310,67 (cento e trinta milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dez reais, e sessenta e sete centavos), representando 22,20% de recursos liberados, acompanhado de 15,18%, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, com R$ 89.137.037,80 (oitenta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, trinta e sete reais, e oitenta centavos) liberados.

Estas mesmas Secretarias Setoriais também são bons exemplos sob os primas do empenho e do pagamento, em relação aos recursos liberados. Senão vejamos as considerações adiante estabelecidas.

A Secretaria da Educação – SEDUC, desponta com um empenho correspondente a R$ 124.274.295,40 (cento e vinte e quatro milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais, e quarenta centavos), num percentual de 25,55% em relação ao que foi liberado como recursos. Por sua vez, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, aponta 22,88%, referente a R$ 111.297.823,81 (cento e onze milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e três reais, e oitenta e um centavos) empenhados. Em seu turno, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, tendo empenhado R$ 84.779.497,37 (oitenta e quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais, e trinta e sete centavos), ficou na margem de 17,43%.

Em relação aos pagamentos efetivados, a Secretaria da Educação – SEDUC, pagou R$114.375.538,69 (cento e catorze milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e oito reais, e sessenta e nove centavos), correspondendo a 26,17%. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, honrou R$ 95.434.096,95 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, noventa e seis reais, e noventa e cinco centavos), representando 21,83%. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, pagou R$ 82.569.504,22 (oitenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quatro reais, e vinte e dois centavos), correspondendo a 18,89%.

Registre-se que as demais Secretarias Setoriais, inspiradas no mesmo princípio da eficiência, bem observado por estas três últimas destacadas pastas, também sinalizam com desempenho financeiro plenamente satisfatório.

Quadro 3 – Recursos Liberados por Secretaria e por Projetos em 2015

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
		1. Secretaria da Educação – SEDUC (51)					
1	**637**	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	2.389.478,54	2.389.478,54	100,00	1.334.657,76	55,86
2	**645**	Construção de EEEP no Municipio de Canindé	782.220,05	782.220,05	100,00	782.220,05	100,00
3	**695**	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
4	**735**	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	100,00	177.383,66	100,00
5	**736**	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	410.690,35	68,45	410.690,35	68,45
6	**739**	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00
7	**744**	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	951.854,24	65,44	951.854,24	65,44
8	**745**	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9	**802**	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	755.809,37	98,46	709.451,58	92,42
10	**807**	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	29.000.000,00	28.982.306,68	99,94	26.594.931,12	91,71
11	**900**	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
12	**1017**	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	57.000.000,00	57.000.000,00	100,00	57.000.000,00	100,00
13	**1200**	Construção de EEM no Municipio de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
14	**1203**	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	**1208**	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
16	**1213**	Construção de EEEM no Município de Caucaia	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00

17	**1262**	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	161.093,27	70,04	114.904,27	49,96
18	**1285**	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma - Tamboril	79.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00
19	**1315**	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	**1316**	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	**1339**	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa –PAIC	7.000.000,00	6.271.503,37	89,59	5.445.657,33	77,80
	914		1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	**1341**	Prêmio Escola Nota Dez	22.315.000,00	4.154.000,00	18,62	29.000,00	0,13
23	**1342**	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	3.942.190,79	98,55	3.619.054,70	90,48
24	**1343**	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.130.724,60	75,38	1.114.962,60	74,33
25	**1345**	Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)	305.169,55	101.753,43	33,34	96.812,81	31,72
26	**1350**	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.295.534,39	95,46	4.077.924,77	90,62
27	**1382**	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.252.438,74	73,67	1.163.276,56	68,43
28	**1407**	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Municipio de Fortaleza	671.715,00	671.714,98	100,00	671.714,98	100,00
29	**1422**	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) de São José, no Município de Sobral	2.000.000,00	1.959.816,09	97,99	1.783.978,89	89,20
30	**1456**	Ampliação da Escola Francisco Lúcio no Distrito de Oliveiras - Tamboril-CE	75.270,16	0,00	0,00	0,00	0,00
31	**1463**	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
32	**1464**	Construção de EEEP no Município de Caridade	1.312.676,44	1.312.636,54	100,00	864.764,32	65,88
33	**1465**	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	299.468,75	17,34	299.468,75	17,34

34	**1466**	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.410.678,17	99,34	1.388.882,61	97,80
35	**1470**	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	378.450,27	80,17	378.450,27	80,17
36	**1473**	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	73.658,05	10,02	63.845,25	8,69
37	**1688**	Construção de EEM no Bairro Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	805.459,26	130.275,87	16,17	130.275,87	16,17
38	**1689**	Construção de EEM Maria Menezes de Serpa, no Biarro Vila Velha, no Município de Fortaleza	168.800,65		0,00		0,00
39	**1690**	Construção de EEM no Bairro Vicente Pinzon no Município de Fortaleza	869.520,27	305.583,36	35,14	305.583,36	35,14
40	**1691**	Construção de EEM Johnson, no Bairro Luciano Cavalcante, no Município de Fortaleza	176.776,98	0,00	0,00	0,00	0,00
41	**1692**	Construção de EEM General Eudoro Correia, no Bairro Parangaba, no Município de Fortaleza	245.590,71	0,00	0,00	0,00	0,00
42	**1693**	Construção de EEM Parque Presidente Vargas, no Município de Fortaleza	195.934,25	0,00	0,00	0,00	0,00
43	**1694**	Construção de EEM Estado do Alagoas, no Bairro Barra do Ceará, no Município de Fortaleza	168.404,91	0,00	0,00	0,00	0,00
44	**1695**	Construção de EEM Gentil Barreira, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza	194.442,07	0,00	0,00	0,00	0,00
45	**1697**	Construção de EEM Almirante Tamandaré, no Bairro Jangurussú, no Município de Fortaleza	272.006,02	0,00	0,00	0,00	0,00
46	**1698**	Construção de EEM Dona Hilza Diogo, no Bairro Vila Velha, no Município de Fortaleza	164.508,18	0,00	0,00	0,00	0,00
47	**1699**	Construção de EEM Deputado Paulino Rocha, no Bairro Castelão, no Município de Fortaleza	186.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00
48	**1702**	Construção de EEM Dona Júlia Alves Pessoa, no Bairro Bom Jardim, no Município de Fortaleza	211.044,14	0,00	0,00	0,00	0,00
49	**1717**	Reforma e Ampliação das Escolas: Helenita Mota, Matias Beck e Murilo Borges, localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza	1.683.849,80	107.239,25	6,37	0,00	0,00
50	**1777**	Construção de EEM Adalgisa Bonfim Soares, no Conjunto Esperança, no Município de Fortaleza	275.243,92		0,00	0,00	0,00
51	**1778**	Construção de EEM José Bezerra de Menezes, no Bairro Antônio Bezerra, no Município de Fortaleza	191.468,68	0,00	0,00	0,00	0,00

		Sub-total	**157.700.255,93**	**124.274.295,40**	**78,80**	**114.375.538,69**	**72,53**
	2. Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA (52)						
1	**2**	Aproveitamento Hidroagricola do Castanhão.	586.205,68	586.205,67	100,00	488.103,17	83,26
2	**5**	Agente Rural.	10.000.000,00	9.271.414,00	92,71	9.250.826,00	92,51
3	**5**	Feiras da Agricultura Familiar	800.000,00	800.000,00	100,00	800.000,00	100,00
4	**10**	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas).	600.000,00	600.000,00	100,00	326.939,00	54,49
5	**14**	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas).	17.200.000,00	17.168.124,20	99,81	8.426.548,60	48,99
6	**32**	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.386.598,71	97,48	4.386.598,71	97,48
	67		1.096.756,24	209.141,18	19,07	209.141,18	19,07
7	**38**	Garantia Safra do Ceará.	28.587.132,00	28.587.132,00	100,00	28.587.132,00	100,00
8	**41**	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
9	**50**	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.091.449,81	1.059.715,27	97,09	1.048.433,81	96,06
10	**55**	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (*)	5.403.934,11	5.403.932,92	100,00	5.145.140,61	95,21
11	**56**	Cédula da Terra	456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	**59**	Desapropriação por Interesse Social do imóvel Sítio Córrego, no Município de Tianguá	200.044,94	0,00	0,00	0,00	0,00
13	**60**	Fortalecimento da Infraestrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	84.380,22	0,00	0,00	0,00	0,00
14	**76**	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	77		303.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00

	78		263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	94		271.893,40	0,00	0,00	0,00	0,00
15	**85**	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	485.627,75	363.162,11	74,78	363.162,11	74,78
16	**112**	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	1.500.000,00	1.200.000,00	80,00	1.200.000,00	80,00
17	**124**	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00	1.500.000,00	100,00
18	**183**	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará. (*)	4.500.000,00	3.860.438,34	85,79	3.860.438,34	85,79
19	**337**	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	111.981,75	99,99	0,00	0,00
20	**340**	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	0,00	0,00	0,00	0,00
21	**341**	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	8.068.120,48	7.742.462,38	95,96	7.272.561,16	90,14
22	**349**	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	95.534,33	10.927,23	11,44	0,00	0,00
	350		113.532,98	0,00	0,00	0,00	0,00
23	**353**	Construção de Cisternas de Placas **(1)**	2.666.197,87	2.420.094,87	90,77	2.420.094,87	90,77
24	**362**	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	253.140,31	42,19	253.140,31	42,19
25	**363**	Kit's de Irrigação **(1)**	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	**365**	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas **(1)**	2.497.468,65	1.310.510,85	52,47	1.310.510,85	52,47
27	**372**	Kit's de Irrigação **(**2)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	**373**	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	100,00	238.366,53	100,00
29	**374**	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	521.163,84	521.163,84	100,00	521.163,84	100,00

30	**377**	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	15.250,00	19,17	0,00	0,00
31	**378**	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	**385**	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	10.853.188,00	8.447.838,13	77,84	4.792.009,04	44,15
33	**387**	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.033,79	99,75	203.033,79	99,75
34	**389**	Construção de Cisternas de Placas **(2)**	2.195.820,00	2.195.820,00	100,00	2.195.820,00	100,00
35	**390**	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas **(2)**	1.126.269,79	1.126.269,79	100,00	0,00	0,00
36	**418**	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00
37	**430**	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	11.000,00	9,57	0,00	0,00
38	**431**	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	5.582,31	3,15	0,00	0,00
39	**434**	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	298.020,02	18,17	298.020,02	18,17
40	**440**	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	**451**	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	2.308.896,89	100,00	2.219.494,13	96,13
42	**452**	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	53.410,00	3,12	53.410,00	3,12
43	**453**	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire) - Gestão do Projeto, Monitoramento e Avaliação	502.303,34	478.443,70	95,25	470.364,74	93,64
	454		613.758,94	361.883,20	58,96	361.883,20	58,96

44	**457**	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	2.937.182,55	1.707.213,89	58,12	1.707.213,89	58,12
45	**460**	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	361.950,00	27.000,00	7,46	27.000,00	7,46
46	**471**	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	66.802,66	27,67	0,00	0,00
47	**476**	Construção de Cisternas de Placas **(3)**	682.770,56	682.770,56	100,00	682.770,56	100,00
48	**477**	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	291.858,00	97,29	160.648,00	53,55
49	**480**	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	100,00	45.800,00	5,73
50	**495**	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00	3.259.085,75	100,00
51	**505**	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	53.132,96	19,04	49.242,74	17,65
52	**514**	Projeto João de Barro	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sub-total	**130.359.310,67**	**111.297.823,81**	**85,38**	**95.434.096,95**	**73,21**
	3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS (42)						
1	**8**	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	3.300.000,00	100,00	3.074.561,56	93,17
	40		850.000,00	850.000,00	100,00	701.750,00	82,56
2	**13**	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	1.400.000,00	1.394.000,00	99,57	1.394.000,00	99,57
3	**14**	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	297.628,03	99,21	297.628,03	99,21
4	**15**	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	4.982.445,93	99,65	4.982.445,93	99,65
5	**17**	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP'S)	6.400.000,00	6.394.341,59	99,91	6.391.610,39	99,87
6	**18**	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	1.917.693,39	98,34	1.916.042,97	98,26

7	**19**	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	2.183.271,46	99,24	2.178.983,06	99,04
8	**23**	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	2.144.500,00	99,74	2.120.050,00	98,61
9	**23**	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.450.000,00	1.450.000,00	100,00	1.450.000,00	100,00
10	**24**	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	2.600.000,00	2.368.000,00	91,08	2.368.000,00	91,08
11	**25**	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.286.500,00	99,82	7.203.700,00	98,68
12	**26**	Artesanato Competitivo (*)	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00	1.500.000,00	100,00
13	**29**	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.100.000,00	6.098.763,22	99,98	6.084.245,23	99,74
14	**31**	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	2.300.000,00	2.229.200,00	96,92	2.229.200,00	96,92
15	**32**	Investimento Cidadão	650.000,00	650.000,00	100,00	650.000,00	100,00
16	**34**	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	1.450.000,00	100,00	1.450.000,00	100,00
17	**43**	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.942.745,35	99,63	1.942.745,35	99,63
18	**44**	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.000.000,00	7.927.986,14	99,10	7.874.627,69	98,43
19	**65**	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	499.996,10	100,00	499.996,10	100,00
20	**71**	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
21	**87**	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	0,00	0,00	0,00	0,00
22	**88**	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	559.919,12	0,00	0,00	0,00	0,00
23	**93**	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	7.499.056,57	99,99	7.499.056,57	99,99
24	**130**	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri (*)	750.000,00	750.000,00	100,00	750.000,00	100,00
25	**152**	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Municipio de Sobral.	869.921,78	767.831,98	88,26	0,00	0,00
26	**170**	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Municipio de Juazeiro do Norte.	975.203,84	974.959,47	99,97	974.959,47	99,97

27	**181**	Geração Livre	200.000,00	200.000,00	100,00	200.000,00	100,00
28	**211**	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	900.000,00	900.000,00	100,00	900.000,00	100,00
29	**222**	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	5.565.528,47	4.276.361,94	76,84	4.175.732,04	75,03
30	**240**	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos - (Proteção Social Especial) - Fortaleza-CE	225.118,57	0,00	0,00	0,00	0,00
31	**241**	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens - Ceará Pacifico	854.785,00	758.027,12	88,68	0,00	0,00
32	**252**	Ações Emergencias para Atendimento aos Adolescentes, em Conflito com a Lei, nas Unidades de Medidas Socioeducativas	255.606,50	255.606,50	100,00	255.606,50	100,00
33	**253**	Apoio às Unidades de Internação de Fortaleza e Interior do Estado	5.185.402,13	5.178.830,60	99,87	5.178.830,60	99,87
34	**254**	Apoio à Unidades de Proteção Social Especial (Renascer, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	1.255.343,09	1.251.559,61	99,70	1.237.559,61	98,58
35	**255**	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Juazeiro do Norte	206.106,06	188.515,22	91,47	188.515,22	91,47
36	**256**	Apoio ao Centro Socioeducativo Passaré	745.796,49	745.534,72	99,96	745.534,72	99,96
37	**257**	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Sobral	263.142,15	263.142,15	100,00	263.142,15	100,00
38	**258**	Fortalecimento das Ações do CEPID	331.292,22	0,00	0,00	0,00	0,00
39	**258**	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	79.399,90	74,31	79.399,90	74,31
40	**296**	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Prainha	361.616,75	0,00	0,00	0,00	0,00
41	**307**	Primeiro Passo – Estagiários TRE	1.260.330,75	433.887,25	34,43	421.868,00	33,47
42	**312**	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	2.389.757,03	2.389.713,13	100,00	2.389.713,13	100,00
		Sub-total	**89.137.037,80**	**84.779.497,37**	**95,11**	**82.569.504,22**	**92,63**
	4. Secretaria da Saúde - SESA (2)						
1	**1482**	Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializada à Saúde	1.462.086,74	1.437.047,43	98,29	1.437.047,43	98,29

2	**2722**	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	55.854.175,80	48.999.793,67	87,73	34.612.933,26	61,97
		Sub-total	**57.316.262,54**	**50.436.841,10**	**88,00**	**36.049.980,69**	**62,90**
	5. Secretaria de Recursos Hidricos - SRH (38)						
1	**1**	Desapropriação e Construção da Barragem Gameleira – Itapipoca	247.049,23	244.045,78	98,78	244.045,78	98,78
2	**202**	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	1.673.555,82	1.448.568,49	86,56	1.448.568,49	86,56
3	**221**	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	1.456.803,00	611.248,60	41,96	435.583,93	29,90
4	**233**	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	200.881,63	3,66	200.881,63	3,66
5	**253**	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	340.752,80	207.080,03	60,77	187.080,03	54,90
6	**255**	Cintura das Águas do Ceará – TRECHO I	5.000.000,00	4.998.116,31	99,96	4.958.145,95	99,16
7	**264**	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento – AGUA DOCE	1.086.234,27	918.137,38	84,52	915.885,20	84,32
8	**264**	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	4.238.925,00	3.144.608,66	74,18	3.144.608,66	74,18
9	**267**	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	3.500.000,00	2.987.983,54	85,37	1.536.045,62	43,89
10	**268**	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Quimica e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	6.035.800,00	3.342.791,33	55,38	3.111.672,71	51,55
11	**269**	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	192.433,44	75.125,32	5,96	75.125,32	5,96
12	**269**	Teste de Vazão com Análise Físico-Quimica em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	1.260.000,00	806.895,91	419,31	806.895,91	419,31
13	**270**	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	2.667.998,22	2.417.685,46	90,62	2.251.172,46	84,38
14	**274**	Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Jaguaretama, no interior do Estado do Ceará	1.498.431,15	1.496.059,93	99,84	1.496.059,93	99,84
15	**276**	Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinal - Palmácia	556.736,00	211.510,44	37,99	211.510,44	37,99

16	**277**	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	24.961,29	99,85	24.961,29	99,85
17	**282**	Construção do Sistema Adutor da Sede do Municipio de Alto Santo	1.555.737,70	1.391.658,79	89,45	1.391.658,79	89,45
18	**286**	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	53.286,23	21.192,47	39,77	21.192,47	39,77
19	**297**	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu	1.514.394,07	1.513.591,09	99,95	1.511.481,09	99,81
20	**308**	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú – Municipio de Maranguape-Ce.	325.000,00	304.358,65	93,65	304.358,65	93,65
21	**310**	Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.	3.265.222,99	3.264.986,95	99,99	3.229.314,65	98,90
22	**314**	Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundos no Municipio de Tauá	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	**315**	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	70.000,00	974,75	1,39	974,75	1,39
24	**324**	Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Cedro	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
25	**325**	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Municipio de Acaraú	1.000.000,00	910.080,78	91,01	910.080,78	91,01
26	**330**	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Municipio de Parambu	986.895,35	711.096,31	72,05	711.096,31	72,05
27	**332**	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Municipio de Crato	288.438,48	288.438,48	100,00	288.438,48	100,00
28	**335**	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	**337**	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adurora de Campos Sales, Araripe e Salitre	45.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	**338**	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	10.000,00	3.309,88	33,10	3.309,88	33,10
31	**345**	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	10.000,00	2.354,24	23,54	2.354,24	23,54
32	**346**	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	**350**	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	5.367.707,08	3.157.394,88	58,82	3.157.394,88	58,82
34	**359**	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Municipio de Beberibe	1.658.028,66	1.328.326,00	80,11	1.328.326,00	80,11
35	**363**	Recuperação e Ampliação do Açude Ubiraçu em Salitre, Municipio de Canindé	300.000,00	125.000,00	41,67	125.000,00	41,67
36	**368**	Construção e Recuperação de Açudes no Município de Madalena	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	**374**	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel – Distrito de São Miguel – Quixeramobim	786.296,49	722.885,48	91,94	722.885,48	91,94

38	**392**	Instalação de Dessalinizadores no Municipio de Crateús	140.000,00	91.160,00	65,11	91.160,00	65,11
		Sub-total	**56.589.152,90**	**39.972.508,85**	**70,64**	**37.847.269,80**	**66,88**
	6. Secretaria das Cidades - CIDADES (26)						
1	**1**	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	4.247.454,08	4.200.332,02	98,89	4.198.839,48	98,86
2	**2**	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	4.700.000,00	4.539.439,40	96,58	4.539.439,40	96,58
3	**3**	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.989.927,96	5.727.449,75	95,62	5.727.449,75	95,62
4	**16**	Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW	694.882,75	0,00	0,00	0,00	0,00
5	**29**	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
6	**34**	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.210.235,85	82,10	0,00	0,00
7	**161**	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba	652.911,99	0,00	0,00	0,00	0,00
8	**168**	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00
9	**187**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	0,00	0,00	0,00	0,00
10	**189**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Municipio de Juazeiro do Norte-CE	300.801,92	0,00	0,00	0,00	0,00
11	**190**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE	348.081,42	0,00	0,00	0,00	0,00
12	**194**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	883.510,08	144.379,49	16,34	144.379,49	16,34
13	**195**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Açude Mal Cozinhado, no Município de Cascavel-CE	227.872,87	0,00	0,00	0,00	0,00
14	**229**	Instalação e Eletrificação de Poços existentes na Rede da Cagece em Diversos Municípios do Estado do Ceará	2.997.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	**835**	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.742.500,00	53,71	1.742.500,00	53,71

16	**1378**	Dendê (Ações Habitacionais)	1.500.000,00	769.404,65	51,29	769.404,65	51,29
17	**1438**	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	2.405.491,94	1.613.894,46	67,09	1.613.894,46	67,09
18	**1439**	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	4.004.746,47	3.171.079,18	79,18	3.171.079,18	79,18
19	**1465**	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	600.000,00	593.800,00	98,97	486.600,00	81,10
20	**1516**	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	326.714,05	95,27	326.714,05	95,27
21	**1613**	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	**1944**	Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	325.496,48	53,99	325.496,48	53,99
23	**2042**	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	**2058**	Apoio Institucional – Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR	160.000,00	157.774,90	98,61	157.774,90	98,61
25	**2224**	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	100,00	971.953,80	100,00
26	**2999**	Habitação Rural – PNHR 2	2.460.000,00	1.475.917,50	60,00	1.121.917,50	45,61
		Sub-total	**44.175.918,07**	**26.970.371,53**	**61,05**	**25.297.443,14**	**57,27**
	7. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA (02)						
1	**285**	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba - Mucuripe	25.560.897,75	25.560.897,75	100,00	24.516.857,80	95,92
2	**367**	Aluguel Social das Famílias da Comunidade Maravilha Localidades na Área das Obras do VLT - Parangaba/Mucuripe.	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sub-total	**25.645.897,75**	**25.560.897,75**	**99,67**	**24.516.857,80**	**95,60**
	8. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE (09)						
1	**5**	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú - UVA , na Cidade de Sobral	395.084,55	394.829,45	99,94	394.829,45	99,94
2	**65**	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	120.000,00	119.925,00	99,94	119.925,00	99,94

3	**69**	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú, na Cidade de Sobral	500.000,00	484.933,46	96,99	484.933,46	96,99
4	**75**	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	6.000.000,00	5.437.000,00	90,62	5.437.000,00	90,62
5	**153**	Projeto Bolsas de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Regional do Cariri – URCA	1.184.000,00	447.719,67	37,81	447.719,67	37,81
6	**190**	Bolsas de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Estadual do Ceará - UECE	2.733.925,60	2.593.079,20	94,85	2.593.079,20	94,85
7	**239**	Agentes Digitais	568.000,00	567.980,00	100,00	567.980,00	100,00
8	**277**	Inclusão Social e Econômico por Meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará.	500.000,00	406.008,09	81,20	357.892,14	71,58
9	**294**	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Fecop) - INTERCAJU II	678.605,00	635.363,43	93,63	232.948,75	34,33
		Sub-total	**12.679.615,15**	**11.086.838,30**	**87,44**	**10.636.307,67**	**83,89**
	9. Gabinete do Governador – GABGOV (03)						
1	**86**	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano	1.085.236,10	1.085.236,07	100,00	1.085.236,07	100,00
2	**102**	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano(2)	3.928.657,60	3.711.657,60	94,48	3.711.657,60	94,48
3	**103**	ProJovem Campo "Saberes da Terra"	1.455.552,00	1.455.552,00	100,00	1.455.552,00	100,00
		Sub-total	**6.469.445,70**	**6.252.445,67**	**96,65**	**6.252.445,67**	**96,65**
	10. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA (2)						
1	**62**	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-CE - (ACCI)	98.922,00	6.710,72	6,78	0,00	0,00
2	**98**	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão	2.000.000,00	1.976.172,25	98,81	982.285,20	49,11
		Sub-total	**2.098.922,00**	**1.982.882,97**	**94,47**	**982.285,20**	**46,80**
	11. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD (4)						
1	**6**	Ponto da Cidadania	564.754,00	563.452,54	99,77	364.006,43	64,45

2	**7**	Fortalecendo Minha Comunidade	476.490,00	476.490,00	100,00	158.830,00	33,33
3	**12**	Juventude em Ação	450.560,00	450.560,00	100,00	337.920,00	75,00
4	**25**	Juventude do Futuro	350.820,00	350.820,00	100,00	263.115,00	75,00
		Sub-total	**1.842.624,00**	**1.841.322,54**	**99,93**	**1.123.871,43**	**60,99**
	12. Secretaria de Esporte - SESPORTE (5)						
1	**11**	Viva +	200.000,00	97.600,00	48,80	97.600,00	48,80
2	**18**	Segundo Tempo	145.294,65	145.294,65	100,00	145.294,65	100,00
3	**20**	Bolsa Esporte	899.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	**477**	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	265.886,07	265.886,07	100,00	265.886,07	100,00
5	**496**	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	217.692,65	217.692,65	100,00	217.692,65	100,00
		Sub-total	**1.728.473,37**	**726.473,37**	**42,03**	**726.473,37**	**42,03**
	13. Secretaria da Cultura - SECULT (01)						
1	68	Agentes de Leitura	492.638,36	436.899,00	88,69	394.099,00	80,00
		Sub-total	**492.638,36**	**436.899,00**	**88,69**	**394.099,00**	**80,00**
	14. Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG (1)						
1	**41**	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE	476.986,95	463.320,42	97,13	463.320,42	97,13
		Sub-total	**476.986,95**	**463.320,42**	**97,13**	**463.320,42**	**97,13**
	15. Conselho Estadual de Educação - CEE (1)						
1	**38**	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica – CEFEB	400.000,00	400.000,00	100,00	400.000,00	100,00

		Sub-total	**400.000,00**	**400.000,00**	**100,00**	**400.000,00**	**100,00**
	16. Secretaria da Justiça - SEJUS (1)						
1	**532**	Reforma da Creche Irmã Maria Marta, no Instituto Penal Feminino Desembargador Auri Moura Costa (IPF)	207.914,41	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sub-total	**207.914,41**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
		TOTAL GERAL (R$)	**587.320.455,60**	**486.482.418,08**	**82,83**	**437.069.494,05**	**74,42**

Nota: 240 Projetos e 246 Mapp's

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 4 – Valor Liberado e Percentual

SEDUC	157.700.255,93	26,85
SDA	130.359.310,67	22,20
STDS	89.137.037,80	15,18
SESA	57.316.262,54	9,76
SRH	56.589.152,90	9,64
CIDADES	44.175.918,07	7,52
SEINFRA	25.645.897,75	4,37
SECITECE	12.679.615,15	2,16
GABGOV	6.469.445,70	1,10
SEAPA	2.098.922,00	0,36
SPD	1.842.624,00	0,31
SESPORTE	1.728.473,37	0,29
SECULT	492.638,36	0,08
SEPLAG	476.986,95	0,08
CEE	400.000,00	0,07
SEJUS	207.914,41	0,04
Total	**587.320.455,60**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 5 – Valor Empenhado e Percentual

SEDUC	124.274.295,40	25,55
SDA	111.297.823,81	22,88
STDS	84.779.497,37	17,43
SESA	50.436.841,10	10,37
SRH	39.972.508,85	8,22
CIDADES	26.970.371,53	5,54
SEINFRA	25.560.897,75	5,25
SECITECE	11.086.838,30	2,28
GABGOV	6.252.445,67	1,29
SEAPA	1.982.882,97	0,41
SPD	1.841.322,54	0,38
SESPORTE	726.473,37	0,15
SECULT	436.899,00	0,09
SEPLAG	463.320,42	0,10
CEE	400.000,00	0,08
SEJUS	-	0,00
Total	**486.482.418,08**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 6 – Valor Pago e Percentual

SEDUC	114.375.538,69	26,17
SDA	95.434.096,95	21,83
STDS	82.569.504,22	18,89
SESA	36.049.980,69	8,25
SRH	37.847.269,80	8,66
CIDADES	25.297.443,14	5,79
SEINFRA	24.516.857,80	5,61
SECITECE	10.636.307,67	2,43
GABGOV	6.252.445,67	1,43
SEAPA	982.285,20	0,22
SPD	1.123.871,43	0,26
SESPORTE	726.473,37	0,17
SECULT	394.099,00	0,09
SEPLAG	463.320,42	0,11
CEE	400.000,00	0,09
SEJUS	-	0,00
Total	**437.069.494,05**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.2.2 Recursos Liberados por Categoria de Projeto

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, na conformidade do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), atua apoiando duas categorias de programas, assim divididos: programas assistenciais e programas estruturantes.

Programas assistenciais priorizam ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre.

Programas estruturantes se destinam a população pobre, com o objetivo de lhe proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, mediante ações para a educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

Dos 240 projetos apresentados, 32 foram classificados como sendo enquadrados nos programas assistenciais (projetos assistenciais), e 208 restaram classificados como sendo compreendidos nos programas estruturantes (projetos estruturantes).

Os projetos ditos assistenciais tiveram recursos liberados, para o ano, da ordem de R$ 116.207.248,90 (cento e dezesseis milhões, duzentos e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais, e noventa centavos), representando 19,79% do valor anual aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCPIS, qual seja, R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos). Daquele primeiro valor liberado, foram empenhados R$ 108.387.248,00 (cento e oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais), correspondendo a 93, 27%, tendo sido pagos R$ 92.879.706,16 (noventa e dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e seis reais, e dezesseis centavos), equivalendo a 79,93%.

Na mesma linha de raciocínio, os projetos ditos estruturantes tiveram recursos liberados, para o ano, da ordem de R$ 471.113.206,70 (quatrocentos e setenta e um milhões, cento e treze mil, duzentos e seis reais, e setenta centavos), representando 80,21% do valor anual acima referido, aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCPIS. Daquele primeiro valor liberado, foram empenhados R$ 378.095.170,08 (trezentos e setenta e oito milhões, noventa e cinco mil, cento e setenta reais, e oito centavos), correspondendo a 80,26%, tendo sido pagos R$ 344.189.787,89 (trezentos e quarenta e quatro milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais, e oitenta e nove centavos), equivalendo a 73,06%.

Do valor anual, aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, correspondente a R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos), infere-se que 100% dos projetos tiveram um empenho correspondente a R$ 486.482.418,08 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e oito centavos), ou seja, 82,83% (oitenta e dois vírgula oitenta e três por cento) em relação ao que fora aprovado, tendo sido efetivamente pago R$ 437.069.494,05 (quatrocentos e trinta e sete milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, e cinco centavos), num equivalente a 74,42% (setenta e quatro vírgula quarenta e dois por cento), também, em relação ao valor aprovado.

Segue, adiante, uma demonstração minuciosa, discriminada nos Quadros 08 a 13, relativa à distribuição detalhada dos recursos que foram liberados Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, junto à Fonte do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, Fonte 10, e alocados em projetos específicos, por cada Secretaria Setorial, destacando-se, individualmente, em relação a cada um deles, os valores, respectivamente, empenhados e pagos, seguidos de seus correspondentes percentuais, tendo como objeto:

1) os projetos ditos assistenciais:
   a) Proteção Social Básica;
   b) Proteção Social Especial;
   c) Segurança Alimentar e Nutricional;
   d) Políticas sobre Drogas;
   e) Saúde.

2) os projetos ditos estruturantes:
   a) Ocupação e Renda:
      - ✓ Inclusão Produtiva Rural:
        - Assistência técnica e extensão rural; e,
        - Fomento;
      - ✓ Inclusão Produtiva Urbana.
   b) Infraestrutura:
      - ✓ Domiciliar:
        - Abastecimento de água;
        - Habitação;
      - ✓ Comunitária:
        - Abastecimento de água e esgotamento sanitário;
        - Educação;
        - Assistência Social;
        - Comercialização;
        - Transporte;
        - Urbanização;
        - Justiça e cidadania; e,
        - Saúde;

c) Esporte

d) Cultura.

Quadro 7 – Recursos Liberados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por categoria de Projetos em 2015

Categoria	Nº de Projetos	Limite Anual	% sobre total	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Projetos Assistenciais							
Proteção Social Básica	10	26.600.000,00	22,89	26.288.302,54	24,25	26.172.382,52	28,18
Proteção Social Especial	14	24.886.514,99	21,42	24.533.971,33	22,64	24.505.453,34	26,38
Segurança Alimentar e Nutricional	3	7.023.934,11	6,04	6.723.857,92	6,20	6.465.065,61	6,96
Políticas sobre Drogas	4	1.842.624,00	1,59	1841322,54	1,70	1123871,43	1,21
Saúde	1	55.854.175,80	48,06	48999793,67	45,21	34612933,26	37,27
Sub-total	**32**	**116.207.248,90**	**19,79**	**108.387.248,00**	**93,27**	**92.879.706,16**	**79,93**
Projetos Estruturantes							
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural)	45	98.167.674,10	20,84	83.797.079,46	85,36	71.046.072,77	72,37
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana)	18	120.201.314,55	25,51	118.377.597,86	98,48	115.461.993,98	96,06
Infraestrutura Domiciliar	17	37.697.777,47	8,00	27.560.412,22	73,11	22.231.654,74	58,97
Infraestrutura Comunitária	111	165.917.788,00	35,22	122.274.664,35	73,70	114.628.962,44	69,09
Educação	11	46.907.540,85	9,96	24.922.043,82	53,13	19.700.531,59	42,00
Esporte	5	1.728.473,37	0,37	726.473,37	42,03	726.473,37	42,03
Cultura	1	492.638,36	0,10	436.899,00	88,69	394.099,00	80,00
Sub-total	**208**	**471.113.206,70**	**80,21**	**378.095.170,08**	**80,26**	**344.189.787,89**	**73,06**
Total	**240**	**587.320.455,60**	**100,00**	**486.482.418,08**	**82,83**	**437.069.494,05**	**74,42**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 8 – Recursos Liberados por Projetos Assistenciais em 2015

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Proteção Social Básica								
1	STDS	13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	1.400.000,00	1.394.000,00	99,57	1.394.000,00	99,57
2	STDS	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP'S)	6.400.000,00	6.394.341,59	99,91	6.391.610,39	99,87
3	STDS	18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	1.917.693,39	98,34	1.916.042,97	98,26
4	STDS	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	2.183.271,46	99,24	2.178.983,06	99,04
5	STDS	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	2.144.500,00	99,74	2.120.050,00	98,61
6	STDS	24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	2.600.000,00	2.368.000,00	91,08	2.368.000,00	91,08
7	STDS	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	7.300.000,00	7.286.500,00	99,82	7.203.700,00	98,68
8	STDS	32	Investimento Cidadão	650.000,00	650.000,00	100,00	650.000,00	100,00
9	STDS	34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	1.450.000,00	100,00	1.450.000,00	100,00
10	STDS	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	499.996,10	100,00	499.996,10	100,00
Sub-total				**26.600.000,00**	**26.288.302,54**	**98,83**	**26.172.382,52**	**98,39**
Proteção Social Especial								
1	STDS	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	300.000,00	297.628,03	99,21	297.628,03	99,21
2	STDS	15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	4.982.445,93	99,65	4.982.445,93	99,65
3	STDS	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da	6.100.000,00	6.098.763,22	99,98	6.084.245,23	99,74

			Assistência Social - CREAS					
4	STDS	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	2.300.000,00	2.229.200,00	96,92	2.229.200,00	96,92
5	STDS	43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.942.745,35	99,63	1.942.745,35	99,63
6	STDS	181	Geração Livre	200.000,00	200.000,00	100,00	200.000,00	100,00
7	STDS	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	900.000,00	900.000,00	100,00	900.000,00	100,00
8	STDS	240	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos - (Proteção Social Especial) - Fortaleza-CE	225.118,57	0,00	0,00	0,00	0,00
9	STDS	252	Ações Emergências para Atendimento aos Adolescentes, em Conflito com a Lei, nas Unidades de Medidas Socioeducativas	255.606,50	255.606,50	100,00	255.606,50	100,00
10	STDS	253	Apoio às Unidades de Internação de Fortaleza e Interior do Estado	5.185.402,13	5.178.830,60	99,87	5.178.830,60	99,87
11	STDS	254	Apoio à Unidades de Proteção Social Especial (Renascer, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	1.255.343,09	1.251.559,61	99,70	1.237.559,61	98,58
12	STDS	255	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Juazeiro do Norte	206.106,06	188.515,22	91,47	188.515,22	91,47
13	STDS	256	Apoio ao Centro Socioeducativo Passaré	745.796,49	745.534,72	99,96	745.534,72	99,96

14	STDS	257	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Sobral	263.142,15	263.142,15	100,00	263.142,15	100,00
Sub-total				**24.886.514,99**	**24.533.971,33**	**98,58**	**24.505.453,34**	**98,47**
Segurança Alimentar e Nutricional								
1	SDA	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	5.403.934,11	5.403.932,92	100,00	5.145.140,61	95,21
2	SDA	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	1.500.000,00	1.200.000,00	80,00	1.200.000,00	80,00
3	SECITECE	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	120.000,00	119.925,00	99,94	119.925,00	99,94
Sub-total				**7.023.934,11**	**6.723.857,92**	**95,73**	**6.465.065,61**	**92,04**
Políticas sobre Drogas								
1	SPD	6	Ponto da Cidadania	564.754,00	563.452,54	99,77	364.006,43	64,45
2	SPD	7	Fortalecendo Minha Comunidade	476.490,00	476.490,00	100,00	158.830,00	33,33
3	SPD	12	Juventude em Ação	450.560,00	450.560,00	100,00	337.920,00	75,00
4	SPD	25	Juventude do Futuro	350.820,00	350.820,00	100,00	263.115,00	75,00
Sub-total				**1.842.624,00**	**1.841.322,54**	**99,93**	**1.123.871,43**	**60,99**
Saúde								
1	SESA	2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	55.854.175,80	48.999.793,67	87,73	34.612.933,26	61,97
Sub-total				**55.854.175,80**	**48.999.793,67**	**87,73**	**34.612.933,26**	**61,97**
Total				**116.207.248,90**	**108.387.248,00**	**93,27**	**92.879.706,16**	**79,93**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 9 – Recursos liberados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por Projetos Estruturantes de ocupação e renda (Inclusão Produtiva Rural) em 2015

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)								
1	SDA	5	Agente Rural.	10.000.000,00	9.271.414,00	92,71	9.250.826,00	92,51
2	SDA	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
3	SDA	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.091.449,81	1.059.715,27	97,09	1.048.433,81	96,06
4	SDA	60	Fortalecimento da Infraestrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	84.380,22	0,00	0,00	0,00	0,00
5	SDA	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	4.500.000,00	3.860.438,34	85,79	3.860.438,34	85,79
Sub-total				**16.975.830,03**	**15.491.567,61**	**91,26**	**15.459.698,15**	**91,07**
Fomento								
1	SDA	2	Aproveitamento Hidroagricola do Castanhão.	586.205,68	586.205,67	100,00	488.103,17	83,26
2	SDA	5	Feiras da Agricultura Familiar	800.000,00	800.000,00	100,00	800.000,00	100,00
3	SDA	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas).	600.000,00	600.000,00	100,00	326.939,00	54,49
4	SDA	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas).	17.200.000,00	17.168.124,20	99,81	8.426.548,60	48,99
5	SDA	32	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.386.598,71	97,48	4.386.598,71	97,48
		67		1.096.756,24	209.141,18	19,07	209.141,18	19,07
6	SDA	38	Garantia Safra do Ceará.	28.587.132,00	28.587.132,00	100,00	28.587.132,00	100,00
7	SDA	56	Cédula da Terra	456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	SDA	59	Desapropriação por Interesse Social do imóvel Sítio Córrego, no Município de Tianguá	200.044,94	0,00	0,00	0,00	0,00
9	SDA	76	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e	263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
		77		303.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
		78		263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00

		94	Tradicionais	271.893,40	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SDA	85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	485.627,75	363.162,11	74,78	363.162,11	74,78
11	SDA	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00	1.500.000,00	100,00
12	SDA	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	111.981,75	99,99	0,00	0,00
13	SDA	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SDA	349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	95.534,33	10.927,23	11,44	0,00	0,00
		350		113.532,98	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SDA	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	253.140,31	42,19	253.140,31	42,19
16	SDA	363	Kit's de Irrigação (1)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	SDA	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	2.497.468,65	1.310.510,85	52,47	1.310.510,85	52,47
18	SDA	372	Kit's de Irrigação (2)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	SDA	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	100,00	238.366,53	100,00
20	SDA	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	521.163,84	521.163,84	100,00	521.163,84	100,00
21	SDA	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	15.250,00	19,17	0,00	0,00
22	SDA	378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	SDA	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.033,79	99,75	203.033,79	99,75
24	SDA	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	1.126.269,79	100,00	0,00	0,00

25	SDA	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00
26	SDA	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	11.000,00	9,57	0,00	0,00
27	SDA	431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	5.582,31	3,15	0,00	0,00
28	SDA	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	298.020,02	18,17	298.020,02	18,17
29	SDA	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	SDA	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	2.308.896,89	100,00	2.219.494,13	96,13
31	SDA	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	53.410,00	3,12	53.410,00	3,12
32	SDA	453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire) - Gestão do Projeto, Monitoramento e Avaliação	502.303,34	478.443,70	95,25	470.364,74	93,64
		454		613.758,94	361.883,20	58,96	361.883,20	58,96
33	SDA	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	66.802,66	27,67	0,00	0,00
34	SDA	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	100,00	45.800,00	5,73
35	SDA	495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00	3.259.085,75	100,00
36	SDA	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	53.132,96	19,04	49.242,74	17,65
37	SDA	514	Projeto João de Barro	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

38	SECITECE	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Fecop) - INTERCAJU II	678.605,00	635.363,43	93,63	232.948,75	34,33
39	SEAPA	62	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-CE - (ACCI)	98.922,00	6.710,72	6,78	0,00	0,00
40	SEAPA	98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão	2.000.000,00	1.976.172,25	98,81	982.285,20	49,11
Sub-total				**81.191.844,07**	**68.305.511,85**	**84,13**	**55.586.374,62**	**68,46**
Total				**98.167.674,10**	**83.797.079,46**	**85,36**	**71.046.072,77**	**72,37**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 10 – Recursos liberados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por Projetos Estruturantes de ocupação e renda (Inclusão Produtiva Urbana) em 2015

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SEDUC	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	29.000.000,00	28.982.306,68	99,94	26.594.931,12	91,71
2	SEDUC	900	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
3	SEDUC	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	57.000.000,00	57.000.000,00	100,00	57.000.000,00	100,00
4	SEDUC	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.252.438,74	73,67	1.163.276,56	68,43
5	STDS	8	Criando Oportunidade - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	3.300.000,00	100,00	3.074.561,56	93,17
		40		850.000,00	850.000,00	100,00	701.750,00	82,56
6	STDS	23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.450.000,00	1.450.000,00	100,00	1.450.000,00	100,00
7	STDS	26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00	1.500.000,00	100,00
8	STDS	44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.000.000,00	7.927.986,14	99,10	7.874.627,69	98,43
9	STDS	71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
10	STDS	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva Qualificação Profissional)	7.500.000,00	7.499.056,57	99,99	7.499.056,57	99,99

11	STDS	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	100,00	750.000,00	100,00
12	STDS	258	Fortalecimento das Ações do CEPID	331.292,22	0,00	0,00	0,00	0,00
13	STDS	258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	79.399,90	74,31	79.399,90	74,31
14	STDS	307	Primeiro Passo – Estagiários TRE	1.260.330,75	433.887,25	34,43	421.868,00	33,47
15	STDS	312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	2.389.757,03	2.389.713,13	100,00	2.389.713,13	100,00
16	CIDADES	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	SECITECE	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	395.084,55	394.829,45	99,94	394.829,45	99,94
18	SECITECE	239	Agentes Digitais	568.000,00	567.980,00	100,00	567.980,00	100,00
Total				**120.201.314,55**	**118.377.597,86**	**98,48**	**115.461.993,98**	**96,06**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 11 – Recursos liberados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por Projetos Estruturantes de Infraestrutura Domiciliar em 2015

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água								
1	SDA	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	2.666.197,87	2.420.094,87	90,77	2.420.094,87	90,77
2	SDA	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	10.853.188,00	8.447.838,13	77,84	4.792.009,04	44,15
3	SDA	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	2.195.820,00	100,00	2.195.820,00	100,00
4	SDA	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	2.937.182,55	1.707.213,89	58,12	1.707.213,89	58,12
5	SDA	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	361.950,00	27.000,00	7,46	27.000,00	7,46
6	SDA	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	682.770,56	100,00	682.770,56	100,00
Sub-total				**19.697.108,98**	**15.480.737,45**	**78,59**	**11.824.908,36**	**60,03**
Habitação								
1	CIDADES	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	4.247.454,08	4.200.332,02	9889%	4.198.839,48	9885,54%
2	CIDADES	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.210.235,85	8210%	0,00	0,00%
3	CIDADES	835	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.742.500,00	5371%	1.742.500,00	5370,90%
4	CIDADES	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	1.500.000,00	769.404,65	5129%	769.404,65	5129,36%
5	CIDADES	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	600.000,00	593.800,00	9897%	486.600,00	8110,00%
6	CIDADES	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	326.714,05	9527%	326.714,05	9526,73%
7	CIDADES	1613	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	0,00	0%	0,00	0,00%
8	CIDADES	1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	325.496,48	5399%	325.496,48	5399,29%
9	CIDADES	2224	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	10000%	971.953,80	######
10	CIDADES	2999	Habitação Rural – PNHR 2	2.460.000,00	1.475.917,50	6000%	1.121.917,50	4560,64%
11	SEPLAG	41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE	476.986,95	463.320,42	9713%	463.320,42	9713,48%
Sub-total				**18.000.668,49**	**12.079.674,77**	**67,11**	**10.406.746,38**	**57,81**
Total				**37.697.777,47**	**27.560.412,22**	**73,11**	**22.231.654,74**	**58,97**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Quadro 12 – Recursos liberados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por Projetos Estruturantes de Infraestrutura Comunitária em 2015

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário								
1	SDA	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	8.068.120,48	7.742.462,38	95,96	7.272.561,16	90,14
2	CIDADES	16	Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW	694.882,75	0,00	0,00	0,00	0,00
3	CIDADES	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4	CIDADES	161	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba	652.911,99	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CIDADES	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00
6	CIDADES	187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	0,00	0,00	0,00	0,00
7	CIDADES	189	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Municipio de Juazeiro do Norte-CE	300.801,92	0,00	0,00	0,00	0,00
8	CIDADES	190	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE	348.081,42	0,00	0,00	0,00	0,00
9	CIDADES	194	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	883.510,08	144.379,49	16,34	144.379,49	16,34
10	CIDADES	195	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Açude Mal	227.872,87	0,00	0,00	0,00	0,00

			Cozinhado, no Município de Cascavel-CE					
11	CIDADES	229	Instalação e Eletrificação de Poços existentes na Rede da Cagece em Diversos Municípios do Estado do Ceará	2.997.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	CIDADES	2058	Apoio Institucional – Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR	160.000,00	157.774,90	98,61	157.774,90	98,61
13	SRH	1	Desapropriação e Construção da Barragem Gameleira – Itapipoca	247.049,23	244.045,78	98,78	244.045,78	98,78
14	SRH	202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	1.673.555,82	1.448.568,49	86,56	1.448.568,49	86,56
15	SRH	221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	1.456.803,00	611.248,60	41,96	435.583,93	29,90
16	SRH	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	200.881,63	3,66	200.881,63	3,66
17	SRH	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	340.752,80	207.080,03	60,77	187.080,03	54,90
18	SRH	255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	5.000.000,00	4.998.116,31	99,96	4.958.145,95	99,16
19	SRH	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - AGUA DOCE	1.086.234,27	918.137,38	84,52	915.885,20	84,32
20	SRH	264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	4.238.925,00	3.144.608,66	74,18	3.144.608,66	74,18

21	SRH	267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	3.500.000,00	2.987.983,54	85,37	1.536.045,62	43,89
22	SRH	268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Quimica e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	6.035.800,00	3.342.791,33	55,38	3.111.672,71	51,55
23	SRH	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	1.260.000,00	75.125,32	5,96	75.125,32	5,96
24	SRH	269	Teste de Vazão com Análise Físico-Quimica em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	192.433,44	806.895,91	419,31	806.895,91	419,31
25	SRH	270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	2.667.998,22	2.417.685,46	90,62	2.251.172,46	84,38
26	SRH	274	Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Jaguaretama, no interior do Estado do Ceará	1.498.431,15	1.496.059,93	99,84	1.496.059,93	99,84
27	SRH	276	Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinal - Palmácia	556.736,00	211.510,44	37,99	211.510,44	37,99
28	SRH	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	24.961,29	99,85	24.961,29	99,85
29	SRH	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Municipio de Alto Santo	1.555.737,70	1.391.658,79	89,45	1.391.658,79	89,45
30	SRH	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	53.286,23	21.192,47	39,77	21.192,47	39,77
31	SRH	297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu	1.514.394,07	1.513.591,09	99,95	1.511.481,09	99,81

32	SRH	308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Municipio de Maranguape-Ce.	325.000,00	304.358,65	93,65	304.358,65	93,65
33	SRH	310	Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.	3.265.222,99	3.264.986,95	99,99	3.229.314,65	98,90
34	SRH	314	Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundos no Municipio de Tauá	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	SRH	315	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	70.000,00	974,75	1,39	974,75	1,39
36	SRH	324	Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Cedro	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
37	SRH	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Municipio de Acaraú	1.000.000,00	910.080,78	91,01	910.080,78	91,01
38	SRH	330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Municipio de Parambu	986.895,35	711.096,31	72,05	711.096,31	72,05
39	SRH	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Municipio de Crato	288.438,48	288.438,48	100,00	288.438,48	100,00
40	SRH	335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	SRH	337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adurora de Campos Sales, Araripe e Salitre	45.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	SRH	338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	10.000,00	3.309,88	33,10	3.309,88	33,10
43	SRH	345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	10.000,00	2.354,24	23,54	2.354,24	23,54
44	SRH	346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

45	SRH	350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	5.367.707,08	3.157.394,88	58,82	3.157.394,88	58,82
46	SRH	359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Municipio de Beberibe	1.658.028,66	1.328.326,00	80,11	1.328.326,00	80,11
47	SRH	363	Recuperação e Ampliação do Açude Ubiraçu em Salitre, Municipio de Canindé	300.000,00	125.000,00	41,67	125.000,00	41,67
48	SRH	368	Construção e Recuperação de Açudes no Município de Madalena	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	SRH	374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel - Distrito de São Miguel - Quixeramobim	786.296,49	722.885,48	91,94	722.885,48	91,94
50	SRH	392	Instalação de Dessalinizadores no Municipio de Crateús	140.000,00	91.160,00	65,11	91.160,00	65,11
Sub-total				**74.109.343,54**	**48.017.125,62**	**64,79**	**45.421.985,35**	**61,29**
Educação								
1	SECITECE	69	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú, na Cidade de Sobral	500.000,00	484.933,46	96,99	484.933,46	96,99
2	SECITECE	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	6.000.000,00	5.437.000,00	90,62	5.437.000,00	90,62
3	SEDUC	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	2.389.478,54	2.389.478,54	100,00	1.334.657,76	55,86
4	SEDUC	645	Construção de EEEP no Municipio de Canindé	782.220,05	782.220,05	100,00	782.220,05	100,00
5	SEDUC	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
6	SEDUC	735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	100,00	177.383,66	100,00
7	SEDUC	736	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	410.690,35	68,45	410.690,35	68,45
8	SEDUC	739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00

9	SEDUC	744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	951.854,24	65,44	951.854,24	65,44
10	SEDUC	745	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
11	SEDUC	802	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	755.809,37	98,46	709.451,58	92,42
12	SEDUC	1200	Construção de EEM no Municipio de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
13	SEDUC	1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SEDUC	1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SEDUC	1213	Construção de EEEM no Município de Icó	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
16	SEDUC	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	161.093,27	70,04	114.904,27	49,96
17	SEDUC	1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma - Tamboril	79.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00
18	SEDUC	1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	SEDUC	1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	SEDUC	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	3.942.190,79	98,55	3.619.054,70	90,48
21	SEDUC	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.130.724,60	75,38	1.114.962,60	74,33
22	SEDUC	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Municipio de Fortaleza	671.715,00	671.714,98	100,00	671.714,98	100,00
23	SEDUC	1422	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) de São José, no Município de Sobral	2.000.000,00	1.959.816,09	97,99	1.783.978,89	89,20

24	SEDUC	1456	Ampliação da Escola Francisco Lúcio no Distrito de Oliveiras - Tamboril-CE	75.270,16	0,00	0,00	0,00	0,00
25	SEDUC	1463	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
26	SEDUC	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	1.312.676,44	1.312.636,54	100,00	864.764,32	65,88
27	SEDUC	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	299.468,75	17,34	299.468,75	17,34
28	SEDUC	1466	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.410.678,17	99,34	1.388.882,61	97,80
29	SEDUC	1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	378.450,27	80,17	378.450,27	80,17
30	SEDUC	1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	73.658,05	10,02	63.845,25	8,69
31	SEDUC	1688	Construção de EEM no Bairro Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	805.459,26	130.275,87	16,17	130.275,87	16,17
32	SEDUC	1689	Construção de EEM Maria Menezes de Serpa, no Biarro Vila Velha, no Município de Fortaleza	168.800,65	305.583,36	181,03	305.583,36	181,03
33	SEDUC	1690	Construção de EEM no Bairro Vicente Pinzon no Município de Fortaleza	869.520,27	0,00	0,00	0,00	0,00
34	SEDUC	1691	Construção de EEM Johnson, no Bairro Luciano Cavalcante, no Município de Fortaleza	176.776,98	0,00	0,00	0,00	0,00
35	SEDUC	1692	Construção de EEM General Eudoro Correia, no Bairro Parangaba, no Município de Fortaleza	245.590,71	0,00	0,00	0,00	0,00
36	SEDUC	1693	Construção de EEM Parque Presidente Vargas, no Município de Fortaleza	195.934,25	0,00	0,00	0,00	0,00
37	SEDUC	1694	Construção de EEM Estado do Alagoas, no Bairro Barra do Ceará, no Município de Fortaleza	168.404,91	0,00	0,00	0,00	0,00
38	SEDUC	1695	Construção de EEM Gentil Barreira, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza	194.442,07	0,00	0,00	0,00	0,00

39	SEDUC	1697	Construção de EEM Almirante Tamandaré, no Bairro Jangurussú, no Município de Fortaleza	272.006,02	0,00	0,00	0,00	0,00
40	SEDUC	1698	Construção de EEM Dona Hilza Diogo, no Bairro Vila Velha, no Município de Fortaleza	164.508,18	0,00	0,00	0,00	0,00
41	SEDUC	1699	Construção de EEM Deputado Paulino Rocha, no Bairro Castelão, no Município de Fortaleza	186.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00
42	SEDUC	1702	Construção de EEM Dona Júlia Alves Pessoa, no Biarro Bom Jardim, no Município de Fortaleza	211.044,14	0,00	0,00	0,00	0,00
43	SEDUC	1717	Reforma e Ampliação das Escolas: Helenita Mota, Matias Beck e Murilo Borges, localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza	1.683.849,80	0,00	0,00	0,00	0,00
44	SEDUC	1777	Construção de EEM Adalgisa Bonfim Soares, no Conjunto Esperança, no Município de Fortaleza	275.243,92	107.239,25	38,96	0,00	0,00
45	SEDUC	1778	Construção de EEM José Bezerra de Menezes, no Bairro Antônio Bezerra, no Município de Fortaleza	191.468,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total				**37.880.086,38**	**25.138.692,25**	**66,36**	**22.889.869,56**	**60,43**
Assistência Social								
1	STDS	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	-	0,00	-	-
2	STDS	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	559.919,12	-	0,00	-	-
3	STDS	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Municipio de Sobral.	869.921,78	767.831,98	88,26	-	-
4	STDS	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Municipio de Juazeiro do Norte.	975.203,84	974.959,47	99,97	974.959,47	99,97
5	STDS	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e	5.565.528,47	4.276.361,94	76,84	4.175.732,04	75,03

			CECAL).					
6	STDS	241	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens - Ceará Pacifico	854.785,00	758.027,12	88,68	0,00	0,00
Sub-total				**8.850.676,06**	**6.777.180,51**	**76,57**	**5.150.691,51**	**58,20**
Comercialização								
1	SDA	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	291.858,00	97,29	160.648,00	53,55
2	STDS	296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Prainha	361.616,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total				**661.616,75**	**291.858,00**	**44,11**	**160.648,00**	**24,28**
Transporte								
1	SEINFRA	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe.	25.560.897,75	25.560.897,75	53,11	24.516.857,80	50,21
2	SEINFRA	367	Aluguel Social das Famílias da Comunidade Maravilha Localidades na Área das Obras do VLT - Parangaba/Mucuripe.	85.000,00	-	0,00	-	0,00
Sub-total				**25.645.897,75**	**25.560.897,75**	**99,67**	**24.516.857,80**	**95,60**
Urbanização								
1	CIDADES	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	4.700.000,00	4.539.439,40	96,58	4.539.439,40	96,58
2	CIDADES	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.989.927,96	5.727.449,75	95,62	5.727.449,75	95,62
3	CIDADES	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	2.405.491,94	1.613.894,46	67,09	1.613.894,46	67,09
4	CIDADES	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	4.004.746,47	3.171.079,18	79,18	3.171.079,18	79,18
Sub-total				**17.100.166,37**	**15.051.862,79**	**88,02**	**15.051.862,79**	**88,02**
Justiça e Cidadania								

1	SEJUS	532	Reforma da Creche Irmã Maria Marta, no Instituto Penal Feminino Desembargador Auri Moura Costa (IPF)	207.914,41	-	0,00	-	0,00
Sub-total				**207.914,41**	**-**	**0,00**	**-**	**0,00**
Saúde								
1	SESA	1482	Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializada à Saúde	1.462.086,74	1.437.047,43	98,29	1.437.047,43	98,29
Sub-total				**1.462.086,74**	**1.437.047,43**	**98,29**	**1.437.047,43**	**98,29**
Total				**165.917.788,00**	**122.274.664,35**	**73,70**	**114.628.962,44**	**69,09**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Quadro 13 – Recursos liberados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por Projetos Estruturantes de Esporte e Cultura em 2015

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Esporte								
1	SESPORTE	11	Viva +.	200.000,00	97.600,00	48,80	97.600,00	48,80
2	SESPORTE	18	Segundo Tempo	145.294,65	145.294,65	100,00	145.294,65	100,00
3	SESPORTE	20	Bolsa Esporte	899.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	SESPORTE	477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	265.886,07	265.886,07	100,00	265.886,07	100,00
5	SESPORTE	496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	217.692,65	217.692,65	100,00	217.692,65	100,00
Sub-total				**1.728.473,37**	**726.473,37**	**42,03**	**726.473,37**	**42,03**
Cultura								
1	SECULT	68	Agentes de Leitura.	492.638,36	436.899,00	88,69	394.099,00	80,00
Sub-total				**492.638,36**	**436.899,00**	**88,69**	**394.099,00**	**80,00**
Total				**2.221.111,73**	**1.163.372,37**	**52,38**	**1.120.572,37**	**50,45**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

3.2.3 Participação de Outras Fontes de Recursos

Do universo de 240 projetos submetidos a apreciação, e aprovação, por parte do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, 137 deles tiveram o fomento de suas execuções assegurados com recursos exclusivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, num percentual de 57,08%, de modo que, os demais 103 projetos, além de terem sido contemplados com recursos do citado Fundo Especial de Gestão, também foram albergados com recursos de outras fontes, representado por um percentual de 42,92%.

Quadro 14 – Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, com recursos exclusivos do Fundo e com recursos de outras fontes por Secretaria Setorial em 2015

Nº	Secretarias	Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes	
			Abs.	%	Abs.	%
1	Secretaria da Educação – SEDUC	51	19	37,25	32	62,75
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	52	21	40,38	31	59,62
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	42	38	90,48	4	9,52
4	Secretaria da Saúde – SESA	2	1	50,00	1	50,00
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	38	30	78,95	8	21,05
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	26	8	30,77	18	0,00
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	2	2	100,00	0	-,00
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	9	7	77,78	2	22,22
9	Gabinete do Governador – GABGOV	3	0	0,00	3	100,00
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	2	2	100,00	0	-,00
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	4	3	75,00	1	25,00
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	5	2	40,00	3	60,00
13	Secretaria da Cultura - SECULT	1	1	100,00	0	0,00
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	1	1	100,00	0	0,00
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	1	1	100,00		0,00
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	1	1	100,00	0	0,00
Total		**240**	**137**	**57,08**	**103**	**42,92**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Neste cenário, registre-se que o valor total, compreendendo-se todas as fontes, dá conta de R$ 1.710.254.157.21 (um bilhão, setecentos e dez milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais, e vinte e um centavos). O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, teve uma participação significativa, intervindo com R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos), correspondendo a 34,34% de participação, uma vez que R$ 1.122.933.701,61 (um bilhão, cento e vinte e dois milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e um reais, e sessenta e um centavos), foram egressos do conjunto de outras fontes, equivalendo estas a 65,66% de participação, com destaque para a Fonte Governo Federal, com R$ 843.724.412,97 (oitocentos e quarenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e doze reais, e noventa e sete centavos) de aporte.

As Secretarias que mais se destacaram com a interveniência de outras fontes foram: Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, e a Secretaria das Cidades – SCIDADES.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, contou, da Fonte FECOP, R$ 130.359.310,67 (cento e trinta milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dez reais, e sessenta e sete centavos) – 18,95%, e, de outras fontes, R$ 557.725.007,19 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, sete reais, e dezenove centavos) – 81,05%, num total de R$ 688.084.317,86 (seiscentos e oitenta e oito milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e dezessete reais, e oitenta e seis centavos) – 100%.

A Secretaria dos Recursos Hídricos teve, da Fonte FECOP, R$ 56.589.152,90 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais, e noventa centavos) – 21%, e, de outras fontes, R$ 212.888.103,68 (duzentos e doze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, cento e três reais, e sessenta e oito centavos) – 79%, num total de R$ 269.477.256,58 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais, e cinquenta e oito centavos) – 100%.

E a Secretaria das Cidades – SCIDADES, da Fonte FECOP, contou com R$ 44.175.918,07 (quarenta e quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais, e sete centavos) – 18,01%, sendo que, de outras fontes,

obteve R$ 201.176.457,63 (duzentos e um milhões, cento e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais, e sessenta e três centavos) – 81,99%, num total de R$ 245.352.375,70 (duzentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais, e setenta centavos).

Quadro 15 – Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, com recursos exclusivos do Fundo e com recursos de outras fontes por Secretaria Setorial em 2015

Nº	Secretarias	Valor Anual FECOP		Valor Anual Outras Fontes		Total
		Abs.	%	Abs	%	
1	Secretaria da Educação – SEDUC	157.700.255,93	67,17	77.061.063,13	32,83	234.761.319,06
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	130.359.310,67	18,95	557.725.007,19	81,05	688.084.317,86
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	89.137.037,79	64,71	48.610.984,58	35,29	137.748.022,37
4	Secretaria da Saúde – SESA	57.316.262,54	100,00	0,00	-	57.316.262,54
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	56.589.152,90	21,00	212.888.103,68	79,00	269.477.256,58
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	44.175.918,07	18,01	201.176.457,63	81,99	245.352.375,70
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	25.645.897,75	100,00	0,00	-	25.645.897,75
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	12.679.615,16	93,00	955.000,00	7,00	13.634.615,16
9	Gabinete do Governador – GABGOV	6.469.445,70	23,01	21.640.777,11	76,99	28.110.222,81
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	2.098.922,00	100,00	0,00	-	2.098.922,00
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	1.842.624,00	57,90	1.339.949,00	42,10	3.182.573,00
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	1.728.473,37	52,94	1.536.359,29	47,06	3.264.832,66
13	Secretaria da Cultura - SECULT	492.638,36	100,00	0,00	-	492.638,36
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	476.986,95	100,00	0,00	-	476.986,95
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	400.000,00	100,00	0,00	-	400.000,00
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	207.914,41	100,00	0,00	-	207.914,41
Total		**587.320.455,60**	**34,34**	**1.122.933.701,61**	**65,66**	**1.710.254.157,21**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 16 – Participação de outras fontes de recursos por Secretaria Setorial em 2015

Valor Anual FECOP		Outras Fontes						Valor Anual Outras Fontes		Total
Abs.	%	Tesouro (00)	Governo Federal	Governo Municipal	Financiamento Externo	Financiamento Interno	Órgãos Privados	Abs	%	
157.700.255,93	67,17	565.682,15	64.801.788,96	822.675,00	1.373.469,55	9.497.447,47	,00	77.061.063,13	32,83	234.761.319,06
130.359.310,67	18,95	1.525.768,52	436.435.703,89	15.417.701,28	89.094.212,97	3.920.087,73	11.331.532,80	557.725.007,19	81,05	688.084.317,86
89.137.037,79	64,71	0,00	48.610.984,58	0,00	0,00	0,00	0,00	48.610.984,58	35,29	137.748.022,37
57.316.262,54	98,29	0,00	0,00	0,00	0,00	995.654,07	0,00	995.654,07	1,71	58.311.916,61
56.589.152,90	21,00	4.342,14	149.417.808,46	20.000,00	586.966,95	62.858.986,13	0,00	212.888.103,68	79,00	269.477.256,58
44.175.918,07	18,01	173.720,00	120.164.799,97	-	8.314.509,13	71.051.301,96	1.472.126,57	201.176.457,63	81,99	245.352.375,70
25.645.897,75	100,00	-	-	-	-	-	-	0,00	-	25.645.897,75
12.679.615,16	93,00	955.000,00	-	-	-	-	-	955.000,00	7,00	13.634.615,16
6.469.445,70	23,01	-	21.640.777,11	-	-	-	-	21.640.777,11	76,99	28.110.222,81
2.098.922,00	100,00	-	-	-	-	-	-	0,00	-	2.098.922,00
1.842.624,00	57,90	-	1.152.550,00	187.399,00	-	-	-	1.339.949,00	42,10	3.182.573,00
1.728.473,37	52,94	-	1.500.000,00	36.359,29	-	-	-	1.536.359,29	47,06	3.264.832,66
492.638,36	100,00	-	-	-	-	-	-	0,00	-	492.638,36
476.986,95	100,00	-	-	-	-	-	-	0,00	-	476.986,95
400.000,00	100,00	-	-	-	-	-	-	0,00	-	400.000,00
207.914,41	100,00	-	-	-	-	-	-	0,00	-	207.914,41
587.320.455,60	**34,32**	**3.224.512,81**	**843.724.412,97**	**16.484.134,57**	**99.369.158,60**	**148.323.477,36**	**12.803.659,37**	**1.123.929.355,68**	**65,68**	**1.711.249.811,28**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.3. Aplicação dos Recursos

Dos recursos, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, aprovados, como valor anual, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, foi da ordem de R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos).

Destes, foram empenhados R$ 486.482.418,08 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e oito centavos), correspondendo a 82,83% (oitenta e dois vírgula oitenta e três por cento) em relação ao que fora aprovado.

Foram efetivamente pagos R$ 437.069.494,05 (quatrocentos e trinta e sete milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, e cinco centavos), num equivalente a 74,42% (setenta e quatro vírgula quarenta e dois por cento), também, em relação ao valor aprovado.

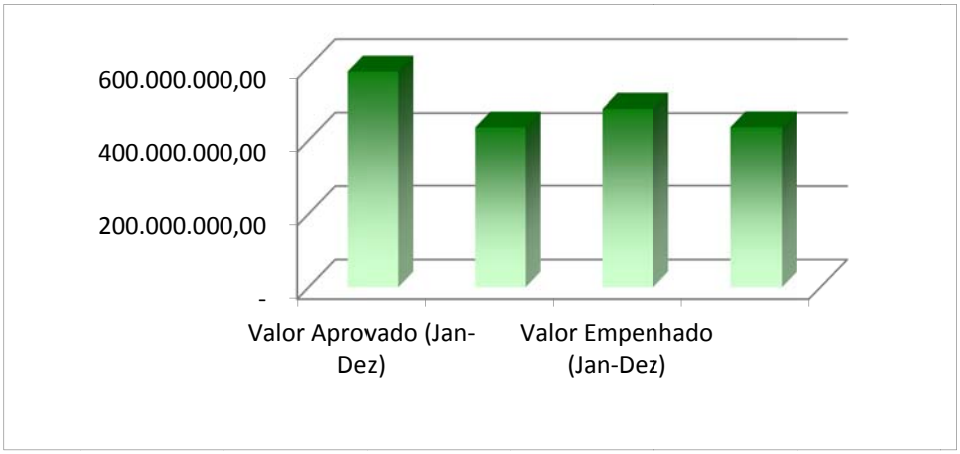
Este cenário sinaliza que a execução financeira do aludido Fundo Especial de Gestão, no ano em análise, considerando-se o fluxo arrecadação, empenho e pagamento, foi bastante eficiente, especialmente quando observados os dados constantes adiante.

Quadro 17 – Execução Financeira 2015

Movimentação do FECOP - 2015	
Valor Aprovado (Jan-Dez)	587.320.455,60
Valor Arrecadado (Jan-Dez)	436.562.840,56
Valor Empenhado (Jan-Dez)	486.482.418,08
Valor Pago (Jan-Dez)	437.069.494,05

Fontes: Gerência Executiva do FECOP – GEF, e Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 2 – Execução Financeira 2015



Fontes: Gerência Executiva do FECOP – GEF, e Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Quadro 18 – Evolução Histórica - Desempenho Financeiro 2004 / 2015

Período	Recursos Arrecadados	%	Valor Pago	%	Índice de Execução Financeira (%)
2004	108.106.230,51	3,51	92.075.911,35	3,24	85,17
2005	158.472.722,86	5,15	136.565.300,51	4,81	86,18
2006	176.641.547,50	5,74	175.699.124,59	6,18	99,47
2007	185.782.581,03	6,04	139.942.070,87	4,93	75,33
2008	203.947.870,26	6,63	149.753.801,24	5,27	73,43
2009	220.349.638,71	7,16	199.326.302,76	7,02	90,46
2010	263.789.638,90	8,58	300.616.615,64	10,58	113,96
2011	282.570.482,47	9,19	224.205.634,21	7,89	79,35
2012	317.841.835,82	10,33	233.650.085,35	8,22	73,51
2013	334.451.816,87	10,87	369.175.953,54	12,99	110,38
2014	387.596.425,14	12,60	383.300.047,76	13,49	98,89
2015	436.562.840,56	14,19	437.069.494,05	15,38	100,12
TOTAL	**3.076.113.630,63**	**100,0**	**2.841.380.341,87**	**100,00**	**92,37**

Fontes: Gerência Executiva do FECOP – GEF, e Secretaria da Fazenda – SEFAZ

3.4 Relatório Financeiro

O Relatório Financeiro é um instrumento jurídico administrativo, legalmente previsto no art. 6º, inciso IV, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), bem como no art. 13, inciso VI, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/3009).

Trata-se de um documento constituído pela discriminação das receitas e aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, a ser publicado, trimestralmente, no Diário Oficial do Estado – DOE, no prazo de 30 dias após o encerramento do trimestre.

A sua publicação, conforme determinação legal, é de competência, exclusiva, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, que o faz publicar junto a Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, em prestígio aos primados da publicidade e da transparência pública.

No ano em exame, tem-se o registro de que a receita anual superou, em 10,13%, a receita do exercício financeiro anterior, vez que, quando do ano anterior, houvera sido captada uma receita de R$ 414.923.683,02 (quatrocentos e catorze milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e três reais, e dois centavos), enquanto que, neste ano, ingressaram, para os cofres do Fundo Especial de Gestão, R$ 456.950.743,56 (quatrocentos e cinquenta e seis, novecentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e três reais, e cinquenta e seis centavos).

Cumpre registrar o fato de que, no ano em comento, foi aplicado, efetivamente, o valor equivalente a R$ 474.759.180,74 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta reais, e setenta e quatro centavos), resultando, em relação ao exercício pretérito, num *déficit* financeiro correspondente a 13,43%.

Destaque para as seguintes Secretarias: Secretaria da Educação – SEDUC, Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, que evoluíram, em relação ao ano passado, por exemplo, respectivamente, em: 26,22%; 24,495; e, 17,87%.

Quadro 19 – Relatório Financeiro 2014 / 2015

Relatório Financeiro	ANUAL/14 (a)	%	ANUAL/15 (b)	%	Δ% (b/a)
RECEITA					
ARRECADAÇÃO	387.596.425,14	-	436.562.840,56	-	12,63%
RENDIMENTOS	27.327.257,88	-	20.387.903,00	-	-25,39%
TOTAL GLOBAL	**414.923.683,02**	**-**	**456.950.743,56**	**-**	**10,13%**
APLICAÇÃO					
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	26.848.674,58	4,90%	26.504.635,93	5,58%	-1,28%
Secretaria da Educação - SEDUC	132.481.352,65	24,16%	124.489.191,83	26,22%	-6,03%
SPD	-	0,00%	1.123.871,43	0,24%	-
SEAPA	-	0,00%	982.285,20	0,21%	-
SEJUS	-	0,00%	-	0,00%	
Secretaria da Saúde - SESA	19.162.635,95	3,49%	36.215.303,65	7,63%	88,99%
Secretaria da Cultura - SECULT	777.958,10	0,14%	463.102,54	0,10%	-40,47%
Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE	34.700,00	0,01%	10.651.607,67	2,24%	30596,28%
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	73.185.943,09	13,35%	84.823.291,29	17,87%	15,90%
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	127.097.093,20	23,18%	116.266.917,27	24,49%	-8,52%
Secretaria das Cidades - CIDADES	44.117.889,54	8,04%	27.427.296,46	5,78%	-37,83%
Secretaria do Esporte - SESPORTE	2.755.972,06	0,50%	1.247.125,27	0,26%	-54,75%
Secretaria da Fazenda – SEFAZ (*)	112.546.447,45	20,52%	-	0,00%	-
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	3.323.896,51	0,61%	37.848.786,11	7,97%	1038,69%
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	0,00	0,00%	463.320,42	0,10%	-
Gabinete do Governador - GABGOV	6.058.026,00	1,10%	6.252.445,67	1,32%	3,21%
TOTAL APLICADO	**548.390.589,13**	**100,00%**	**474.759.180,74**	**100,00%**	**-13,43%**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

* Ressarcimento aos cofres públicos, nos termos do art. 2º, do Decreto nº 31.656, de 29/12/2014 (DOE de 29/12/2014)

3.5 Alocação dos Recursos por Setorial

O desempenho relativo à alocação dos recursos, considerando cada Secretaria Setorial, naquilo que diz respeito à execução financeira desencadeada por todo o exercício em exame, consta dos dados contidos no quadro estabelecido a seguir.

Dele se infere que, individual e discriminadamente:

a) o quantitativo de projetos apresentados por cada Secretaria Setorial;

b) o limite do valor anual, deliberado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, para cada Secretaria Setorial;

c) o valor do empenho, por cada Secretaria Setorial, seguido do respectivo percentual de evolução; e,

d) o valor pago, por cada Secretaria Setorial, seguido do respectivo percentual de evolução.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, aprovou, como limite anual, o valor de R$ 587.320.455,60 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta centavos), distribuindo-o por cada Secretaria Setorial, conforme orientação orçamentária.

Deste valor, foram empenhados R$ 486.482.418,08 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e oito centavos), correspondendo a 82,83% (oitenta e dois vírgula oitenta e três por cento) em relação ao que fora aprovado.

Foram efetivamente pagos R$ 437.069.494,05 (quatrocentos e trinta e sete milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, e cinco centavos), num equivalente a 74,42% (setenta e quatro vírgula quarenta e dois por cento), também, em relação ao valor aprovado.

Tem-se, portanto, um demonstrativo fiel quanto ao que foi desenvolvido por cada pasta interessada, diante das execuções do conjunto de seus projetos, diga-se de

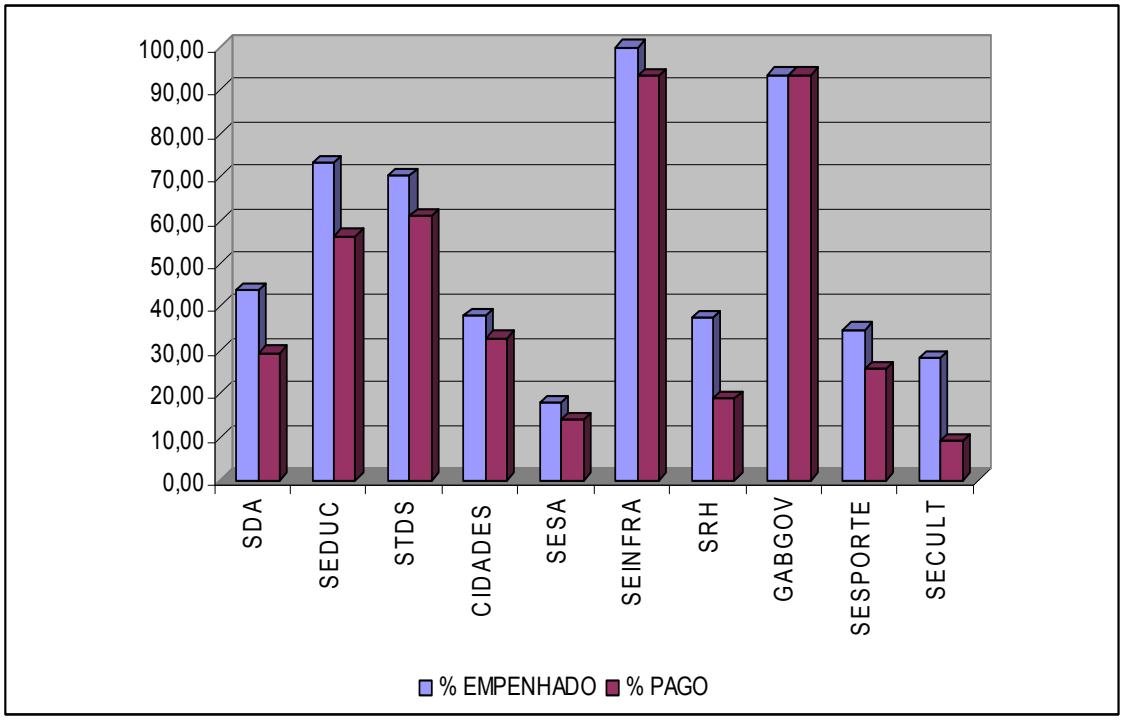
passagem, sempre sob a supervisão, tanto da Gerência Executiva do FECOP – GEF, como do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Quadro 20 – Desempenho Financeiro por Setorial em 2015

Nº	Secretarias	Nº de Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Secretaria da Educação – SEDUC	51	157.700.255,93	124.274.295,40	78,80	114.375.538,69	72,53
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	52	130.359.310,67	111.297.823,81	85,38	95.434.096,95	73,21
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	42	89.137.037,80	84.779.497,37	95,11	82.569.504,22	92,63
4	Secretaria da Saúde – SESA	2	57.316.262,54	50.436.841,10	88,00	36.049.980,69	62,90
5	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	38	56.589.152,90	39.972.508,85	70,64	37.847.269,80	66,88
6	Secretaria das Cidades - CIDADES	26	44.175.918,07	26.970.371,53	61,05	25.297.443,14	57,27
7	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	2	25.645.897,75	25.560.897,75	99,67	24.516.857,80	95,60
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	9	12.679.615,15	11.086.838,30	87,44	10.636.307,67	83,89
4	Gabinete do Governador – GABGOV	3	6.469.445,70	6.252.445,67	96,65	6.252.445,67	96,65
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aqüicultura - SEAPA	2	2.098.922,00	1.982.882,97	94,47	982.285,20	46,80
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	4	1.842.624,00	1.841.322,54	99,93	1.123.871,43	60,99
12	Secretaria do Esporte - SESPORTE	5	1.728.473,37	726.473,37	42,03	726.473,37	42,03
13	Secretaria da Cultura - SECULT	1	492.638,36	436.899,00	88,69	394.099,00	80,00
14	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	1	476.986,95	463.320,42	97,13	463.320,42	97,13
15	Conselho Estadual de Educação - CEE	1	400.000,00	400.000,00	100,00	400.000,00	100,00
16	Secretaria da Justiça - SEJUS	1	207.914,41	-	0,00	-	0,00
Total		**240**	**587.320.455,60**	**486.482.418,08**	**82,83**	**437.069.494,05**	**74,42**

Fontes: Gerência Executiva do FECOP – GEF, e Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 3 – Valor Empenhado e Pago em 2015



Fontes: Gerência Executiva do FECOP – GEF, e Secretaria da Fazenda – SEFAZ

3.6. Aplicação de Recursos por Função de Governo

As funções de Governo que mais tiveram destaque, diante do elevado volume aplicado de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, a elas destinados, foram: Educação, Agricultura, Assistência Social e Saúde.

Todas estas funções tiveram uma maior evidência quanto ao desembolso financeiro realizado, fazendo face a aprovação do Limite de Recursos, estabelecido, para vingar no exercício em liça, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

O positivo desempenho financeiro, obtido por cada Secretaria Setorial, no decorrer de todo o ano, é um sinal da evolução crescente com a qual o Fundo Especial de Gestão tem se deparado, notadamente quando, diante da necessidade de bem aplicar os recursos públicos, tem o dever de assegurar a consecução de benefícios aos mais necessitados.

Quadro 21 – Aplicação dos Recursos por Função de Governo em 2015

N°	Código	Função de Governo	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	12	EDUCAÇÃO	135.607.334,18	27,88%	125.708.577,47	28,76%
2	20	AGRICULTURA	107.782.572,72	22,16%	90.919.946,13	20,80%
3	8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	57.599.454,38	11,84%	55.828.527,37	12,77%
4	10	SAÚDE	50.436.841,10	10,37%	36.049.980,69	8,25%
5	18	GESTÃO AMBIENTAL	33.108.913,06	6,81%	30.985.926,19	7,09%
6	11	TRABALHO	27.180.042,99	5,59%	26.740.976,85	6,12%
7	26	TRANSPORTE	25.560.897,75	5,25%	24.516.857,80	5,61%
8	15	URBANISMO	15.377.359,27	3,16%	15.377.359,27	3,52%
9	16	HABITAÇÃO	10.543.942,44	2,17%	10.081.249,90	2,31%
10	17	SANEAMENTO	8.375.986,03	1,72%	7.163.498,00	1,64%
11	14	DIREITOS DA CIDADANIA	6.638.216,21	1,36%	5.920.765,10	1,35%
12	21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.958.902,00	1,02%	4.958.902,00	1,13%
13	19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.609.351,52	0,33%	1.158.820,89	0,27%
14	27	DESPORTO E LAZER	726.473,37	0,15%	726.473,37	0,17%
15	25	ENERGIA	539.232,06	0,11%	537.534,02	0,12%
16	13	CULTURA	436.899,00	0,09%	394.099,00	0,09%
		Total	**486.482.418,08**	**100,0%**	**437.069.494,05**	**100,0%**

Fontes: Gerência Executiva do FECOP – GEF, e Secretaria da Fazenda – SEFAZ

3.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Do total de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, distribuídos perante as macrorregiões do Estado do Ceará, verifica-se um maior predomínio, quanto ao volume de investimentos realizados, junto a Região Metropolitana de Fortaleza, comparado ao quantitativo de investimentos, a menor, nas demais macrorregiões do Estado Alencarino.

O fato se explica face ao elevado número de pessoas pobres e extremamente pobres, que povoam naquela Região, e que chamam a atenção das políticas públicas do Governo, de modo a delas se beneficiarem, mediante a execução de programas assistenciais e estruturantes, a que tanto necessitam, e, bem assim, cumpre ao Estado cuidar.

Destarte, a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 1.401.109 pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, porquanto, pobres para efeito de recebimento de benefícios, no âmbito do Estado do Ceará, de acordo com a Lei nº14.859, de 28/12/2010 (DOE de 06/01/2011).

Esta mesma Região concentra, também, 260.929 pessoas extremamente pobres, assim consideradas aquelas com renda familiar per capita mensal de até R$77,00 (setenta e sete reais), conforme preconiza o Decreto Federal nº 8.232, de 30/04/2014 (DOU de 02/05/2014), que carecem da atenção do Estado.

A Região recebeu um investimento da ordem de R$ 230.604.692,63 (duzentos e trinta milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais, e sessenta e três centavos), compreendendo um percentual de 47,40%, em relação ao valor total do empenhado, qual seja, R$ 486.482.418,08 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais, e oito centavos).

Do valor empenhado, qual seja, R$ 230.604.692,63 (duzentos e trinta milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais, e sessenta e três centavos), foram pagos R$ 205.804.344,13 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais, e treze centavos), representando, também em relação ao valor total do empenhado, 47,09%.

Em todo o Estado do Ceará, as Secretarias Setoriais que participaram mais ativamente com a aplicação de recursos foram: A Secretaria da Educação, com 25,55%, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, com 22,88%, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, com 17,43%, e a Secretaria da Saúde – SESA, com 10,37%.

A aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, em todas as macrorregiões do Estado do Ceará, voltada para financiar a execução de políticas públicas, programas, projetos e ações, assistenciais e estruturantes, resultou num total de 4.524.144 pessoas beneficiadas.

Quadro 22 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião em 2015

Macrorregião	N.º de Municípios	Empenhado	%	Pago	%
1-RMF	15	230.604.692,63	47,40	205.804.344,13	47,09
2-LITORAL OESTE	27	37.305.098,38	7,67	34.067.541,86	7,79
3-SOBRAL/IBIAPABA	29	42.662.181,32	8,77	39.719.979,50	9,09
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	16	26.686.830,98	5,49	23.670.422,44	5,42
5-SERTÃO CENTRAL	21	38.539.439,21	7,92	34.144.846,83	7,81
6-BATURITÉ	13	12.492.929,55	2,57	11.337.023,26	2,59
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	21	34.573.505,13	7,11	30.172.196,78	6,90
8-CARIRI/CENTRO SUL	42	63.217.740,88	12,99	57.753.139,25	13,21
9-ESTADO DO CEARÁ	-	400.000,00	0,08	400.000,00	0,09
TOTAL	**184**	**486.482.418,08**	**100,00**	**437.069.494,05**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 23 – Aplicação proporcional dos Recursos por Macrorregião segundo população pobre beneficiada em 2015

Macrorregião	População Total	Nº de Pessoas com Renda Domiciliar Per Capita Inferior a 1/2 Salário Mínimo	% com relação ao total de pobres do Estado do Ceará
1-RMF	3.615.767	1.401.109	31,28%
2-LITORAL OESTE	834.780	591.492	13,20%
3-SOBRAL/IBIAPABA	837.618	533.060	11,90%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	411.407	272.063	6,07%
5-SERTÃO CENTRAL	617.540	410.479	9,16%
6-BATURITÉ	230.523	152.122	3,40%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	566.250	323.555	7,22%
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.338.496	795.468	17,76%
TOTAL	**8.452.381**	**4.479.349**	**100,00%**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 24 – Aplicação proporcional dos Recursos por Macrorregião segundo população extremamente pobre beneficiada em 2015

Macrorregião	População Total	%	População Extremamente Pobre	% com relação ao total de extremamente pobres no Estado do Ceará
1-RMF	3.615.767	43%	260.929	3%
2-LITORAL OESTE	834.780	10%	264.879	32%
3-SOBRAL/IBIAPABA	837.618	10%	206.182	25%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	411.407	5%	128.601	31%
5-SERTÃO CENTRAL	617.540	7%	183.657	30%
6-BATURITÉ	230.523	3%	59.591	26%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	566.250	7%	109.625	19%
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.338.496	16%	289.460	22%
TOTAL	**8.452.381**	**100%**	**1.502.924**	**18%**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 25 – Aplicação proporcional dos Recursos por Secretaria segundo a Macrorregião em 2015

Macrorregião	Valor Total	Participação das Secretarias (%)																
		SDA	SEDUC	STDS	SCIDADES	SESA	SEINFRA	GABGOV	SRH	SESPORTE	SECULT	SECITECE	SEAPA	CEE	SEPLAG	SPD	SEJUS	TOTAL
1-RMF	230.604.692,63	4,99	21,68	24,90	10,68	21,25	11,08	0,34	3,05	0,11	0,09	0,95	0,00	0,00	0,20	0,67	0,00	100,00
2-LITORAL OESTE	37.305.098,38	37,30	28,10	9,41	0,21	0,00	0,00	1,51	21,38	0,00	0,02	2,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	100,00
3-SOBRAL/IBIAPABA	42.662.181,32	32,28	34,22	12,04	0,26	0,00	0,00	3,17	2,60	0,00	0,04	15,27	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	100,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	26.686.830,98	44,67	29,59	8,65	0,54	0,00	0,00	1,79	11,60	1,81	0,15	1,11	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	100,00
5-SERTÃO CENTRAL	38.539.439,21	41,26	28,11	10,06	0,42	3,73	0,00	1,52	13,99	0,00	0,06	0,73	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	100,00
6-BATURITÉ	12.492.929,55	46,96	19,20	19,82	2,27	0,00	0,00	3,48	8,04	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	100,00
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	34.573.505,13	39,22	24,42	7,45	4,31	0,00	0,00	2,25	15,19	0,00	0,00	1,35	5,74	0,00	0,00	0,07	0,00	100,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	63.217.740,88	39,31	31,03	11,83	0,11	0,00	0,00	2,01	14,41	0,00	0,22	0,92	0,00	0,00	0,00	0,15	0,00	100,00
9 - ESTADO DO CEARÁ	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	**486.482.418,08**	**22,88**	**25,55**	**17,43**	**5,54**	**10,37**	**5,25**	**1,29**	**8,22**	**0,15**	**0,09**	**2,28**	**0,41**	**0,08**	**0,10**	**0,38**	**0,00**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 26 – Aplicação proporcional dos Recursos por Macrorregião segundo população beneficiada em 2015

Macrorregião	Empenhado	%	Pago	%	População Beneficiada	%
1-RMF	230.604.692,63	47,40	205.804.344,13	47,09	946.755	20,93
2-LITORAL OESTE	37.305.098,38	7,67	34.067.541,86	7,79	473.281	10,46
3-SOBRAL/IBIAPABA	42.662.181,32	8,77	39.719.979,50	9,09	633.098	13,99
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	26.686.830,98	5,49	23.670.422,44	5,42	407.939	9,02
5-SERTÃO CENTRAL	38.539.439,21	7,92	34.144.846,83	7,81	559.738	12,37
6-BATURITÉ	12.492.929,55	2,57	11.337.023,26	2,59	196.895	4,35
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	34.573.505,13	7,11	30.172.196,78	6,90	354.663	7,84
8-CARIRI/CENTRO SUL	63.217.740,88	12,99	57.753.139,25	13,21	951.775	21,04
9-ESTADO DO CEARÁ	400.000,00	0,08	400.000,00	0,09	-	-
TOTAL	**486.482.418,08**	**100,00**	**437.069.494,05**	**100,00**	**4.524.144**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo

Uma derradeira análise, acerca da aplicação dos recursos, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, incide sobre a distribuição dos valores, que foram efetivamente empenhados, e, bem assim, devidamente pagos, junto aos Programas Governamentais executados no exercício em análise.

Da identificação de 28 Programas Governamentais conduzidos no ano em comento, infere-se que a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Gestão teve, como mote, o apoio financeiro aos mais diversos investimentos promovidos do Estado do Ceará, especialmente por se tratarem de demandas de relevante interesse social.

Por envolverem o mesmo propósito, de se promover políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, eis que se percebe uma correlação existente entre os Programas Governamentais e a missão institucional do Fundo, o que, diante da identificação das competências por eles tratadas, legitima a aplicação dos recursos, por parte do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Com efeito, investimentos nas áreas de habitação, educação, saúde, infraestrutura, tecnologia, água, dentre outras..., realizados mediante os Programas Governamentais, também reclamam a participação suplementar do Fundo Especial de Gestão, especialmente quando pessoas, famílias ou comunidades pobres, e extremamente pobres, são os destinatários a serem beneficiados pelas ações do Governo.

Um destaque, a título ilustrativo, é o caso do Programa Ensino Médio articulado à Educação Profissional, o qual contou com R$ 97.270.310,98 (noventa e sete milhões, duzentos e setenta mil, trezentos e dez reais, e noventa e oito centavos) empenhados, e R$ 94.050.780,85 (noventa e quatro milhões, cinquenta mil, setecentos e oitenta reais, e oitenta e cinco centavos), pagos com recursos do Fundo.

Assim, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tem se consolidado como instrumento estratégico às ações planejadas do Governo.

Quadro 27 – Aplicação de Recursos por Programa de Governo em 2015

Nº	Código	Programas	Empenhado	%	Pago	%
1	3	TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	25.560.897,75	5,25%	24.516.857,80	5,61%
2	14	ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	97.270.310,98	19,99%	94.050.780,85	21,52%
3	20	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL	463.320,42	0,10%	463.320,42	0,11%
4	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	25.550.274,63	5,25%	25.442.096,93	5,82%
5	22	EQUIDADE DE GÊNERO	297.628,03	0,06%	297.628,03	0,07%
6	24	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	12.650.782,58	2,60%	11.782.320,70	2,70%
7	25	ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS	1.841.322,54	0,38%	1.123.871,43	0,26%
8	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	7.132.442,03	1,47%	7.132.442,03	1,63%
9	27	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	3.392.745,35	0,70%	3.392.745,35	0,78%
10	28	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	73.467.470,36	15,10%	62.320.469,22	14,26%
11	29	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	32.681.739,81	6,72%	28.154.725,73	6,44%
12	31	DESENVOLVIMENTO URBANO	15.377.359,27	3,16%	15.377.359,27	3,52%
13	32	SANEAMENTO AMBIENTAL	1.512.390,24	0,31%	302.154,39	0,07%
14	33	HABITACIONAL	10.080.622,02	2,07%	9.617.929,48	2,20%
15	36	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	1.982.882,97	0,41%	982.285,20	0,22%
16	37	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	50.436.841,10	10,37%	36.049.980,69	8,25%
17	39	TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	34.382.540,97	7,07%	32.279.411,92	7,39%
18	40	ACUMULAÇÃO HÍDRICA	5.589.967,88	1,15%	5.567.857,88	1,27%
19	49	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	10.319.113,03	2,12%	9.945.424,59	2,28%
20	50	ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.125.856,39	7,22%	34.223.391,26	7,83%
21	56	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	400.000,00	0,08%	400.000,00	0,09%
22	67	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	5.148.613,64	1,06%	4.958.902,00	1,13%
23	68	EDUCAÇÃO SUPERIOR	9.477.486,78	1,95%	9.477.486,78	2,17%
24	70	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1.609.351,52	0,33%	1.158.820,89	0,27%
25	71	ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	242.894,65	0,05%	242.894,65	0,06%
26	72	APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	12.814.981,91	2,63%	6.809.315,09	1,56%
27	73	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.189.002,51	2,30%	10.515.442,75	2,41%
28	93	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	483.578,72	0,10%	483.578,72	0,11%
TOTAL			**486.482.418,08**	**100%**	**437.069.494,05**	**92%**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4. Análise de Desempenho das Setoriais

4.1. Secretaria da Educação

4.1.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Educação – SEDUC, tem como missão garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno. Seus valores se traduzem em: Ética, Transparência, Efetividade, Equidade, Respeito, Busca de Excelência, Disposição de Servir.

No sentido do alcance da sua finalidade e objetivos, a SEDUC atua, por meio dos seus programas e projetos, desenvolvendo parcerias, buscando fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, focalizando a alfabetização de crianças na idade certa e as ações voltadas para a educação profissional, a inclusão e o respeito à diversidade.

Em 2015, do total de 52 projetos aprovados pelo CCPIS, 16 foram financiados exclusivamente pela fonte FECOP, representando um percentual de 30,76%, e 36 são financiados também por outras fontes, representando 69,24%.

O volume de recursos total dos projetos é de R$ 233.160.708,47 (duzentos e trinta e três milhões, cento e sessenta mil, setecentos e oito reais, e quarenta e sete centavos), do qual 32,37 % provêm do Governo Federal.

Os recursos autorizados na fonte FECOP, para o ano de 2015, totalizam R$ 157.700.255,93 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, e noventa e três centavos).

Os recursos financeiros autorizados que compreendem as outras fontes (Tesouro, BNDES, Município, FNDE, FUNDEB) somam R$75.460.452,54 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais, e cinquenta e quatro centavos), ou seja, 32,37%, do total dos recursos de projetos.

O Quadro adiante, referente à execução financeira da SEDUC, mostra um desempenho do limite para o ano e do valor total pago. O projeto Prêmio Escola Nota 10, que detém um valor bastante significativo, não pode ser executado dentro do prazo, tendo em vista a realização da solenidade de divulgação das escolas premiadas, que ocorreu no dia 28/10/2015, inviabilizando, portanto, os encontros de formação com as escolas beneficiadas, como também, o atraso para cadastro do credor, abertura de conta corrente das mesmas e orientações para elaboração do plano de aplicação dos recursos financeiros. As formações ocorreram entre os dias 9 e 20 de novembro de 2015, restando pouco tempo para todo o processo legal de empenho e pagamento.

Quadro 28 – Execução Financeira da SEDUC

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos (*)	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
	Secretaria da Educação – SEDUC (52)						
1	**637**	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	2.389.478,54	2.389.478,54	100,00	1.334.657,76	55,86
2	**645**	Construção de EEEP no Municipio de Canindé	782.220,05	782.220,05	100,00	782.220,05	100,00
3	**695**	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
4	**735**	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	100,00	177.383,66	100,00
5	**736**	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	410.690,35	68,45	410.690,35	68,45
6	**739**	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00
7	**744**	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	951.854,24	65,44	951.854,24	65,44
8	**745**	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9	**802**	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	755.809,37	98,46	709.451,58	92,42
10	**807**	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	29.000.000,00	28.982.306,68	99,94	26.594.931,12	91,71
11	**900**	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
12	**1017**	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	57.000.000,00	57.000.000,00	100,00	57.000.000,00	100,00
13	**1200**	Construção de EEM no Municipio de Acaraú na	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00

		Localidade de Lagoa do Carneiro					
14	**1203**	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	**1208**	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
16	**1213**	Construção de EEEM no Município de Caucaia	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
17	**1262**	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	161.093,27	70,04	114.904,27	49,96
18	**1285**	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma - Tamboril	79.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00
19	**1315**	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	**1316**	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	**1339**	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa –PAIC	7.000.000,00	6.271.503,37	89,59	5.445.657,33	77,80
22	**914**		1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	**1341**	Prêmio Escola Nota Dez	22.315.000,00	4.154.000,00	18,62	29.000,00	0,13
24	**1342**	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	3.942.190,79	98,55	3.619.054,70	90,48
25	**1343**	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.130.724,60	75,38	1.114.962,60	74,33
26	**1345**	Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)	305.169,55	101.753,43	33,34	96.812,81	31,72
27	**1350**	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.295.534,39	95,46	4.077.924,77	90,62
28	**1382**	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.252.438,74	73,67	1.163.276,56	68,43
29	**1407**	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Municipio de Fortaleza	671.715,00	671.714,98	100,00	671.714,98	100,00
30	**1422**	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) de São José, no Município de Sobral	2.000.000,00	1.959.816,09	97,99	1.783.978,89	89,20
31	**1456**	Ampliação da Escola Francisco Lúcio no Distrito de Oliveiras –	75.270,16	0,00	0,00	0,00	0,00

		Tamboril-CE					
32	**1463**	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
33	**1464**	Construção de EEEP no Município de Caridade	1.312.676,44	1.312.636,54	100,00	864.764,32	65,88
34	**1465**	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	299.468,75	17,34	299.468,75	17,34
35	**1466**	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.410.678,17	99,34	1.388.882,61	97,80
36	**1470**	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	378.450,27	80,17	378.450,27	80,17
37	**1473**	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	73.658,05	10,02	63.845,25	8,69
38	**1688**	Construção de EEM no Bairro Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	805.459,26	130.275,87	16,17	130.275,87	16,17
39	**1689**	Construção de EEM Maria Menezes de Serpa, no Biarro Vila Velha, no Município de Fortaleza	168.800,65	305.583,36	181,03	305.583,36	181,03
40	**1690**	Construção de EEM no Bairro Vicente Pinzon no Município de Fortaleza	869.520,27	0,00	0,00	0,00	0,00
41	**1691**	Construção de EEM Johnson, no Bairro Luciano Cavalcante, no Município de Fortaleza	176.776,98	0,00	0,00	0,00	0,00
42	**1692**	Construção de EEM General Eudoro Correia, no Bairro Parangaba, no Município de Fortaleza	245.590,71	0,00	0,00	0,00	0,00
43	**1693**	Construção de EEM Parque Presidente Vargas, no Município de Fortaleza	195.934,25	0,00	0,00	0,00	0,00
44	**1694**	Construção de EEM Estado do Alagoas, no Bairro Barra do Ceará, no Município de Fortaleza	168.404,91	0,00	0,00	0,00	0,00
45	**1695**	Construção de EEM Gentil Barreira, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza	194.442,07	0,00	0,00	0,00	0,00
46	**1697**	Construção de EEM Almirante Tamandaré, no Bairro Jangurussú, no Município de Fortaleza	272.006,02	0,00	0,00	0,00	0,00
47	**1698**	Construção de EEM Dona Hilza Diogo, no Bairro Vila Velha, no Município de Fortaleza	164.508,18	0,00	0,00	0,00	0,00
48	**1699**	Construção de EEM Deputado Paulino Rocha, no Bairro Castelão, no Município de Fortaleza	186.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00
49	**1702**	Construção de EEM Dona Júlia Alves Pessoa, no Bairro Bom	211.044,14	0,00	0,00	0,00	0,00

		Jardim, no Município de Fortaleza					
50	**1717**	Reforma e Ampliação das Escolas: Helenita Mota, Matias Beck e Murilo Borges, localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza	1.683.849,80	0,00	0,00	0,00	0,00
51	**1777**	Construção de EEM Adalgisa Bonfim Soares, no Conjunto Esperança, no Município de Fortaleza	275.243,92	107.239,25	38,96	0,00	0,00
52	**1778**	Construção de EEM José Bezerra de Menezes, no Bairro Antônio Bezerra, no Município de Fortaleza	191.468,68	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sub-total	**157.700.255,93**	**124.274.295,40**	**78,80**	**114.375.538,69**	**72,53**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.1.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEDUC incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseado no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, nas seguintes categorias:

- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos, que beneficiam toda uma comunidade;
- Inclusão Produtiva Urbana, abrangendo os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas a inserção e reinserção do mercado de trabalho;
- Educação, que abrange projetos vinculados à educação formal, em seus diversos estágios, desenvolvidos de forma complementar às ações regulares do Estado.

Os 52 projetos financiados pelo FECOP em 2015, encontram-se agregados nas três categorias mencionadas: 1. Infraestrutura comunitária, entre eles construção de Escolas Profissionais e de Ensino Médio, Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino e construção de Centros de Educação Infantil, além da Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas, e projetos referentes à aquisição de equipamentos para as Unidades Escolares da rede Estadual; 2. Inclusão Produtiva Urbana, por meio dos projetos de formação técnica, sendo a concessão

de bolsas para alunos do ensino médio integrado à educação profissional, Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, Projeto E-Jovem e Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional; 3. Por fim, acrescentam-se ainda, projetos categorizados na Educação, voltado à gestão Escolar, através do apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, premiação de escolas que obtiveram o melhor desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE, com ênfase nas escolas inseridas no Programa de Alfabetização na Idade Certa, através do Prêmio Escola Nota 10, e, por último, o Projeto Jovem de Futuro.

4.1.2.1. Projetos Estruturantes - Infraestrutura Comunitária

No ano de 2015, os 43 projetos destinados à Infraestrutura Comunitária financiados com recursos do FECOP totalizaram R$ 31.380.086,38 (trinta e um milhões, trezentos e oitenta mil, oitenta e seis reais e trinta e oito centavos), de limite financeiro anual concedido, sendo que o valor empenhado nessa categoria até o mês de dezembro de 2015 somam R$ 19.216.758,79 (dezenove milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta e oito reais, e setenta e nove centavos), representando 61,23% do limite anual de R$ R$ 31.380.086,38 (trinta e um milhões, trezentos e oitenta mil, oitenta e seis reais, e trinta e oito centavos), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 29 – Projetos de Infraestrutura Comunitária

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos (*)	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
	Secretaria da Educação – SEDUC (43)						
1	**637**	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	2.389.478,54	2.389.478,54	100,00	1.334.657,76	55,86
2	**645**	Construção de EEEP no Municipio de Canindé	782.220,05	782.220,05	100,00	782.220,05	100,00
3	**695**	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
4	**735**	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	100,00	177.383,66	100,00
5	**736**	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	410.690,35	68,45	410.690,35	68,45

6	**739**	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00
7	**744**	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	951.854,24	65,44	951.854,24	65,44
8	**745**	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9	**802**	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	755.809,37	98,46	709.451,58	92,42
10	**1200**	Construção de EEM no Municipio de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
11	**1203**	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	**1208**	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
13	**1213**	Construção de EEEM no Município de Caucaia	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
14	**1262**	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	161.093,27	70,04	114.904,27	49,96
15	**1285**	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma - Tamboril	79.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00
16	**1315**	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	**1316**	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	**1342**	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	3.942.190,79	98,55	3.619.054,70	90,48
19	**1343**	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.130.724,60	75,38	1.114.962,60	74,33
20	**1407**	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Municipio de Fortaleza	671.715,00	671.714,98	100,00	671.714,98	100,00
21	**1422**	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) de São José, no Município de Sobral	2.000.000,00	1.959.816,09	97,99	1.783.978,89	89,20
22	**1456**	Ampliação da Escola Francisco Lúcio no Distrito de Oliveiras - Tamboril-CE	75.270,16	0,00	0,00	0,00	0,00
23	**1463**	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
24	**1464**	Construção de EEEP no Município de Caridade	1.312.676,44	1.312.636,54	100,00	864.764,32	65,88

25	**1465**	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	299.468,75	17,34	299.468,75	17,34
26	**1466**	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.410.678,17	99,34	1.388.882,61	97,80
27	**1470**	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	378.450,27	80,17	378.450,27	80,17
28	**1473**	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	73.658,05	10,02	63.845,25	8,69
20	**1688**	Construção de EEM no Bairro Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	805.459,26	130.275,87	16,17	130.275,87	16,17
30	**1689**	Construção de EEM Maria Menezes de Serpa, no Bairro Vila Velha, no Município de Fortaleza	168.800,65	305.583,36	181,03	305.583,36	181,03
31	**1690**	Construção de EEM no Bairro Vicente Pinzon no Município de Fortaleza	869.520,27	0,00	0,00	0,00	0,00
32	**1691**	Construção de EEM Johnson, no Bairro Luciano Cavalcante, no Município de Fortaleza	176.776,98	0,00	0,00	0,00	0,00
33	**1692**	Construção de EEM General Eudoro Correia, no Bairro Parangaba, no Município de Fortaleza	245.590,71	0,00	0,00	0,00	0,00
34	**1693**	Construção de EEM Parque Presidente Vargas, no Município de Fortaleza	195.934,25	0,00	0,00	0,00	0,00
35	**1694**	Construção de EEM Estado do Alagoas, no Bairro Barra do Ceará, no Município de Fortaleza	168.404,91	0,00	0,00	0,00	0,00
36	**1695**	Construção de EEM Gentil Barreira, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza	194.442,07	0,00	0,00	0,00	0,00
37	**1697**	Construção de EEM Almirante Tamandaré, no Bairro Jangurussú, no Município de Fortaleza	272.006,02	0,00	0,00	0,00	0,00
38	**1698**	Construção de EEM Dona Hilza Diogo, no Bairro Vila Velha, no Município de Fortaleza	164.508,18	0,00	0,00	0,00	0,00
39	**1699**	Construção de EEM Deputado Paulino Rocha, no Bairro Castelão, no Município de Fortaleza	186.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00
40	**1702**	Construção de EEM Dona Júlia Alves Pessoa, no Bairro Bom Jardim, no Município de Fortaleza	211.044,14	0,00	0,00	0,00	0,00
41	**1717**	Reforma e Ampliação das Escolas: Helenita Mota, Matias Beck e Murilo Borges, localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza	1.683.849,80	0,00	0,00	0,00	0,00

42	**1777**	Construção de EEM Adalgisa Bonfim Soares, no Conjunto Esperança, no Município de Fortaleza	275.243,92	107.239,25	38,96	0,00	0,00
43	**1778**	Construção de EEM José Bezerra de Menezes, no Bairro Antônio Bezerra, no Município de Fortaleza	191.468,68	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total	**31.380.086,38**	**19.216.758,79**	**61.23**	**16.967.936,10**	**88.29**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional prioritária do Estado, e no fortalecimento da política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

Entre os 43 projetos desta categoria, destaca-se a construção de 13 Escolas de Educação Profissional, com funcionamento em tempo integral, com capacidade de atendimento a 7.020 jovens cearenses, contribuindo para a geração de emprego e renda, além da possibilidade de ingresso na universidade, bem como, a construção de 20 Escolas Estaduais de Ensino Médio, com funcionamento nos três turnos, que permitirá o acesso a 16.200 alunos a continuidade de estudos. Incluem-se, ainda, reformas e ampliações de 68 unidades escolares estaduais, propiciando a melhoria das condições físicas das escolas, o bem estar dos alunos e sua aprendizagem.

Complementam essa categoria, a construção de 02 Escolas atendidas com as Unidades Técnico Agropecuárias, 02 projetos referentes à aquisição de equipamentos para as Unidades Escolares da rede Estadual e 06 Centros de Educação Infantil, sendo que desses, 03 estão concluídos e 03 estão com obras em andamento.

Construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado, com o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Através do repasse de recursos para os Estados investirem na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio, integrada à educação profissional, o Programa busca integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará, através da SEDUC, comprometido com a tarefa de elevar os resultados da escola pública, e com atenção especial para o ensino médio, assumiu, em 2008, o desafio de promover a articulação do currículo do ensino médio, com a formação para o mundo do trabalho.

A estrutura das EEEP's abrange 4,5 mil metros quadrados, com 12 salas de aula, auditório para 200 lugares, biblioteca e dependências administrativas. Dispõe de Laboratórios Tecnológicos, de Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática. Disponibiliza, para a comunidade escolar, também, um ginásio poliesportivo e um teatro de arena. A construção segue o padrão estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), para escolas profissionais, e tem capacidade para atender 540 alunos em tempo integral.

A rede de EEEP apresenta um currículo que integra a formação geral do ensino médio às disciplinas dos cursos técnicos, com aulas das 7 às 17 horas. São modelos inovadores em conteúdo, método e gestão. Os estudantes contam com três refeições diárias, uniforme escolar, livros didáticos e técnicos, apoio permanente à aprendizagem e à formação.

Em 2015, permanece a proposta de conclusão de 65 EEEP no Ceará. Dentre estas, 12 estão em execução nos municípios de Canindé, Limoeiro do Norte, Caridade, Forquilha, São Gonçalo do Amarante, Barro, Palmácia, Itarema, Sobral, Redenção, Alto Santo e Itapajé.

Construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM)

A construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM) objetiva ampliar, e melhorar, a estrutura física da rede de ensino na área rural, para atender aos estudantes no mesmo local onde vivem, contribuindo para a permanência do aluno na escola.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014, revelou que a porcentagem de jovens, de 15 a 17 anos, na escola, foi de 83,1%, evidenciando necessidade de se incluir mais jovens dessa faixa etária na escola. Com relação ao Ensino Médio a pesquisa aponta que 59,5% dos jovens, de 15 a 17, anos estão na escola. Portanto, o investimento na infraestrutura servirá para a ampliação do acesso ao ensino médio.

A estrutura física das EEEM's está de acordo, com o padrão MEC, em tamanho, para atender a necessidade de cada distrito, e todas terão a mesma qualidade de uma escola construída na área urbana.

Em 2015, das 43 construções de Escolas de Ensino Médio – EEM, no Ceará, 20 permaneceram em fase de execução nos municípios de: Caucaia, Icó, Parambu, Potiretama, Fortaleza, Arneiroz e Acopiara, com previsão de execução em 2016.

Ampliação e Reforma de Escolas de Ensino Fundamental e Médio

O projeto Reforma e Ampliação de Escolas, da Rede Estadual de Ensino, tem como objetivos: reformar escolas e ampliar salas de aula nas escolas da rede pública de ensino, de acordo com as demandas recebidas das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), bem como, possibilitar aos jovens, de 15 a 17 anos, da área de cobertura da Escola Estadual de Ensino Médio, uma estrutura de qualidade e um ambiente propício à aprendizagem.

Existe, ainda, um projeto específico para reformas e ampliação nas escolas EEFM Gal. Murilo Borges Moreira, EEFM Matias Beck e EEFM Helenita Mota, localizadas no

Bairro Vicente Pinzón, no município de Fortaleza/Ce. A reforma e ampliação dessas escolas está relacionada aos Programas Estruturantes, os quais se destinam à população pobre, sendo suas ações voltadas para educação, infraestrutura e participação social, reduzindo o índice de pobreza dos jovens e adolescentes.

Portanto, este projeto pretende, através de intervenções nas estruturas físicas das mesmas, por parte da Secretaria da Educação, atender, de forma qualificada, as ações do Pacto pelo Ceará Pacífico, e que prevê uma série de possibilidades nos espaços escolares voltados para à comunidade, e, principalmente, para a juventude, fortalecendo o trabalho pedagógico da escola elevando o desempenho acadêmico.

Com esses projetos, a Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC, prioriza uma educação de qualidade, visando, assim também, assegurar um ambiente apropriado e diversificado, com relação à melhoria das estruturas físicas das escolas, para os alunos da rede pública, e, embora tenhamos avançado na infraestrutura, as Escolas Estaduais ainda se encontram em um patamar de necessidades de melhorias, para o alcance do padrões básicos de funcionamento escolar.

Construção de Centros de Educação Infantil (CEI)

O governo do Estado instituiu o projeto Centro de Educação Infantil – CEI, firmando o propósito de fortalecer, no âmbito do regime de colaboração, a parceria com os municípios, na área de planejamento e gestão das políticas municipais, para esta etapa da educação básica, estabelecendo como objetivos: qualificar o atendimento da educação infantil nos municípios atendidos com a construção e equipamento de Centros de Educação Infantil – CEI; oferecer condições efetivas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos; e, capacitar profissionais, para o cuidado e educação das crianças matriculadas na rede pública municipal.

Os Centros de Educação Infantil – CEI's, serão construídos e equipados no âmbito do Programa, com ambiente físico e social capaz de propiciar o desenvolvimento das dimensões do cuidar e educar de todas as crianças, que a eles tiverem acesso.

As metas previstas para a implementação do referido Programa podem ser assim resumidas: construção de 98 Centros de Educação Infantil; atendimento anual a 20.384 crianças, sendo 208 por cada Centro; geração de 1.250 empregos diretos na gestão pedagógica e 6.100 indiretos no processo de construção; capacitação de 1.300 profissionais em conteúdos e metodologias pertinentes à educação infantil.
Para o segundo semestre de 2015, referente ao projeto do FECOP, e com o acréscimo da SEDUC, a meta é construir e equipar 6 Centros de Educação Infantil, beneficiar 4 municípios e 1.248 crianças. Dos 6 CEI's previstos no projeto três estão concluídas em Guaraciaba do Norte, Tianguá e Sobral (100% concluída); três obras, em execução, nos municípios de Tauá (1 CEI com execução em 95,51%), Tianguá (2 CEI's, com execução em 97,69%, e outra com 94,65%).

Atualmente, temos 05 CEI construídos e equipados nos municípios de Horizonte (3 CEI'S), Redenção (1 CEI) e Irauçuba (1 CEI). Também temos 11 CEI's concluídos, faltando só os equipamentos nos municípios de Iguatu (2 CEI's), Sobral (3 CEI's), Ubajara (1 CEI), Varjota (1 CEI), Cariré (1 CEI), Guaraciaba do Norte (1 CEI), Quixeramobim(1 CEI) e Tianguá (1 CEI), e, devido as dificuldades vivenciadas, como o descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma da obra, obras concluídas sem bens materiais, pendência de documentação como aditivo de contrato, regularização da licença ambiental, placa na obra, entre outros problemas, acarretaram uma demora significativa na entrega do produto final.

Para resolver esses obstáculos, a SEDUC contratou uma empresa especializada na prestação de serviços de auditoria e avaliação externa. Para tanto, foi firmado contrato com a CONCREMAT, com o objetivo de intermediar os processos de acompanhamento, intervenções e prestação de contas referente ao CEI. Desde então suas ações permitem o monitoramento sistemático das etapas de construção, aquisição de equipamentos e mobiliários do CEI. A empresa também tem a incumbência de averiguar a vigência dos documentos exigidos para o andamento da obra e liberação de pagamentos, de acordo com as medições das obras e exigências do BNDES.

Em relação às duas obras concluídas, as seis, em execução do projeto FECOP deste semestre, se encontram divididas da seguinte forma: 04, na Região 01/Metropolitana de Fortaleza; 01, na Região 03/Sobral-Ibiapina; e, 01, na Região 04/Sertão dos Inhamus.

Abaixo, as figuras 01 e 02 retratam o CEI de Sobral – Domingos Olímpio, obra construída pelo Estado do Ceará. A figura 03 retrata o CEI de Guaraciaba do Norte, obra construída 50% pelo Estado do Ceará e 50% pelo município.

Figura 01 – Fachada do CEI Sobral – Domingos Olímpio

Figura 02 - Berçário do CEI de Sobral – Domingos Olímpio

Figura 03 – Fachada do CEI de Guaraciaba do Norte

Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – Município de Tamboril

O Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, e contribuir para a alfabetização de crianças, e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos, nos níveis iniciais do ensino fundamental, como estratégia para a melhoria da educação pública; Meta 00590 – Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, para os 427.533 alunos, do 3º ao 5º anos, do Ensino Fundamental das escolas públicas; Iniciativa 00833 – Estruturação das escolas de ensino fundamental da rede municipal com construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, instituiu o Projeto Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – TAMBORIL. No ano de 2015, o projeto beneficiou 1 escola, que se encontra em situação muito precária, apresentando diversas deficiências, que necessitam ser sanadas, para que não haja prejuízo aos seus beneficiários.

A melhoria da infraestrutura proporcionará um bom funcionamento das escolas e, consequentemente, contribuirá para uma educação de qualidade para crianças e jovens que serão beneficiados. Também, haverá melhoria dos indicadores de aprendizagem, assegurando a permanência do aluno na escola, e diminuindo gradativamente a evasão escolar.

Algumas das dificuldades encontradas são:

- Dificuldades das prefeituras em atingir percentual de execução de obra física para liberação dos pagamentos correspondentes;
- Descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de execução física e no de desembolso dos recursos;
- Insuficiência de mão de obra na região para atender a demanda das obras de reformas;

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à educação infantil, e de ensino fundamental, são abrangentes, requerendo, tanto dos setores públicos, quanto da sociedade civil, integração e parceria para

superação das dificuldades, referentes às condições de acesso e qualidade desses níveis de ensino.

Ampliação da Escola Francisco Lúcio, no distrito de Oliveiras – Município de Tamboril

O Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, e contribuir para a alfabetização de crianças, e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos nos níveis iniciais do ensino fundamental como estratégia para a melhoria da educação pública; Meta 00590 – Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, para os 427.533 alunos, do 3º ao 5º anos, do Ensino Fundamental das escolas públicas; Iniciativa 00833 – Estruturação das escolas de ensino fundamental, da rede municipal com construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, instituiu o Projeto Ampliação da Escola Francisco Lúcio, no distrito de Oliveiras – TAMBORIL. No ano de 2015, o projeto beneficiou 1 escola, que se encontra em situação muito precária, apresentando diversas deficiências, que necessitam ser sanadas, para que não haja prejuízo aos seus beneficiários.

No ano de 2015, após mudança de gestor estadual, e para assegurar atendimento financeiro, a fonte financiadora passou a ser a Fonte 10 (FECOP).

A melhoria da infraestrutura proporcionará um bom funcionamento das escolas e, consequentemente, contribuirá para uma educação de qualidade para crianças e jovens, que serão beneficiados. Também, haverá melhoria dos indicadores de aprendizagem, assegurando a permanência do aluno na escola, e, diminuindo, gradativamente, a evasão escolar.

Algumas das dificuldades são:

- Repasse do recurso em tempo hábil para iniciar obra;
- Insuficiência de mão de obra na região para atender a demanda das obras de reformas;

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à educação infantil, e de ensino fundamental, são abrangentes, requerendo, tanto dos setores públicos, quanto da sociedade civil, integração e parceria para superação das dificuldades, referentes às condições de acesso e qualidade desses níveis de ensino.

Construção de um Centro de Educação Infantil – CEI, no Distrito de Quincuncá, no Município de Farias Brito

O Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, e contribuir para a alfabetização de crianças, e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos nos níveis iniciais, do ensino fundamental, como estratégia para a melhoria da educação pública; Meta 00590 – Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC para os 427.533 alunos, do 3º ao 5º anos, do Ensino Fundamental das escolas públicas; Iniciativa 00833 – Estruturação das escolas de ensino fundamental, da rede municipal com construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, instituiu o Projeto Construção de um Centro de Educação Infantil, no Distrito de Quincuncá no Município de Farias Brito. No ano de 2016, o projeto beneficiará o município com essa construção, atendendo a demanda de oferta para educação infantil.

O Projeto proposto visa atender as necessidades educacionais, em especial da educação infantil, construindo um Centro de Educação Infantil. A execução da obra oferecerá um espaço, digno de acolhimento, e propiciará, às crianças, o desenvolvimento de atividades lúdicas e sócio educativas, objetivando prestar uma educação continuada, de forma integral em suas múltiplas especificidades.

No ano de 2015, após mudança de gestor estadual, e para assegurar atendimento financeiro, a fonte financiadora passou a ser a Fonte 10 (FECOP).

A construção de um Centro de Educação Infantil, no Distrito de Quincuncá, no Município de Farias Brito, contribuirá para uma educação de qualidade, para

crianças entre 0 e 5 anos. Também proporcionará maior estabilidade para as mães, que trabalham fora, e segurança para as crianças.

Algumas das dificuldades são:

- Repasse do recurso, em tempo hábil, para acelerar a obra;
- Insuficiência de mão de obra na região, para atender a demanda das obras de reformas;

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à educação infantil, e de ensino fundamental, são abrangentes, requerendo tanto, dos setores públicos, quanto da sociedade civil, integração e parceria para superação das dificuldades, referentes às condições de acesso e qualidade desses níveis de ensino.

Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual

O projeto se destina à aquisição de Acervo Bibliográfico, Equipamentos diversos, Equipamentos de TI, e Mobiliários para salas de aula, ambientes de aprendizagem complementares (Centro de Multimeios e Laboratórios) e espaços administrativos (Secretaria, Direção, sala do professor), para as escolas em fase de construção, equipamentos que proporcionarão uma melhoria na sua estrutura, visando uma educação de qualidade e, assim, reduzir o quantitativo de jovens fora da escola.

Quanto aos objetivos, visa-se garantir as condições básicas de funcionamento das unidades escolares, dotando-as de um padrão satisfatório no que se refere a Acervo Bibliográfico, Equipamentos diversos, Equipamentos de TI e Mobiliários adequados, proporcionando aos alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, do Ensino Médio, matriculados em Escolas Estaduais, professores e corpo administrativo, um ambiente acolhedor, e com as ferramentas necessárias ao bom desenvolvimento de suas atividades. É nesse contexto que o Governo do Estado do Ceará vem executando um conjunto de políticas e ações, que assegurem, no âmbito da escola, a construção de uma educação básica com qualidade social.

No período de Janeiro a Dezembro de 2015, foram adquiridos equipamentos e mobiliários para atender as escolas da rede estadual de ensino. Do valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão, e quinhentos mil reais), aprovado no projeto, foi executado R$ 1.130.724,60 (um milhão, cento e trinta mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), perfazendo um percentual de 75% de execução do projeto. O saldo de R$ 369.275,40 (trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais, e quarenta centavos) será executado em 2016, tendo em vista que não houve tempo hábil para empenhar processos, que tramitam nesta Secretaria, referentes à aquisição de equipamntos e mobiliários.

Aquisição de Equipamentos para as Escolas da Rede Estadual

O projeto destina-se à aquisição de Equipamentos de TI, para utilização nas salas de aula, e nos ambientes de aprendizagem complementares (Centro de Multimeios e Laboratórios), para as escolas em funcionamento, equipamentos estes que proporcionarão uma melhoria na qualidade da educação, o que poderá reduzir o quantitativo de jovens fora da escola.

Quanto ao objetivo, visa-se garantir as condições básicas das unidades escolares em funcionamento, dotando-as de um padrão satisfatório, especialmente, no que se refere ao uso de Equipamentos de TI como ferramenta pedagógica. Dessa forma, cumpre proporcionar aos jovens cearenses, das classes sociais menos beneficiadas, na faixa etária de 15 a 17 anos, acesso aos bens facilitadores da sua aprendizagem e permanência na escola. É nesse contexto que o Governo do Estado do Ceará vem executando um conjunto de políticas e ações, que assegurem, no âmbito da escola, a construção de uma educação básica com qualidade social.

No período de Janeiro a Dezembro de 2015, foram adquiridos 2.655 tablets para atender às escolas da rede estadual de ensino. Do valor de R$ 671.715,00 (seiscentos e setenta e um mil e setecentos e quinze reais) aprovado no projeto, foi executado todo este valor, perfazendo um percentual de 100% de execução financeira do projeto. Os equipamentos foram recebidos pela Secretaria da Educação em sua totalidade.

Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas

O projeto se apóia na necessidade de suprir as escolas agropecuárias de Granja e Lavras da Mangabeira, de unidades técnico-pedagógicas de produção, que auxiliem o ensino e a aprendizagem dos discentes, na perspectiva de proporcionar-lhes as práticas de manejo agrícola e manejo animal, imprescindíveis para o desenvolvimento de uma formação eficaz, centradas nos princípios da convivência com o semi-árido e a agroecologia.

O projeto é constituído das seguintes ações: 1 - Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Avicultura Caipira; 2 - Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Ovinocaprinocultura; 3 - Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Bovinocultura; 4 - Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Aquicultura; 5 - Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Horticufruticultura.

Para que os projetos fossem executados, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiro, segundo a Lei Complementar Nº 137, de 23.05.2014. A Portaria Nº 064/2015, que regulamenta a citada lei, foi publicada em 13/02/2015 e, só a partir desta data, foi possível dar início aos encaminhamentos necessários à realização do aporte.

As novas regras a serem seguidas pelas CREDE/escolas, demandaram um tempo maior do que o previsto para se ajustarem às novas orientações, o que acarretou no atraso para realização dos processos e no empenho dos mesmos. De acordo com as novas orientações, as CREDE/ESCOLAS realizam os processos licitatórios, encaminharam os mesmos para a SEDUC/COPED, para pré-empenho, e, por fim, os processos seguiram para a COFIN para pagamento. Portanto, do valor previsto para a execução, até dezembro de 2015, foi possível executar o valor R$ 161.093,27 o que corresponde a 70,04%, aportado no MAPP 1262.

As UTA's da EEEP, de Lavras, não foram adquiridas, posto que os processos relacionados a esta aquisição não chegaram na SEDUC em tempo hábil, para

empenho em 2016. Portanto, a implantação das UTA's, nesta unidade escolar, ficou para o primeiro semestre de 2016.

4.1.2.2 Projetos Estruturantes – Inclusão Produtiva Urbana

Constitui a segunda subcategoria de projetos estruturantes, com 04 projetos, dentre os quais se destacam a Formação Técnica e Apoio às Ações de Formação Profissional, dos Alunos das Escolas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, as escolas que tratam das disciplinas específicas de cada curso, e que não estão contempladas nas contratações realizadas por meio de concurso exclusivo, para as demais áreas do conhecimento do núcleo comum.

Em 2015, os quatro projetos, destinados a Inclusão Produtiva Urbana, totalizaram R$ 90.700.000,00 (noventa milhões e setecentos mil reais), de limite financeiro anual concedido, com empenho de 99,49%, ou seja, R$ 90.234.745,42 (noventa milhões, duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais, e quarenta e dois centavos), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 30 – Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos (*)	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
	Secretaria da Educação – SEDUC (4)						
1	**807**	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	29.000.000,00	28.982.306,68	99,94	26.594.931,12	91,71
2	**900**	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
3	**1017**	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	57.000.000,00	57.000.000,00	100,00	57.000.000,00	100,00
4	**1382**	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.252.438,74	73,67	1.163.276,56	68,43
		Total	**90.700.000,00**	**90.234.745,42**	**99,49**	**87.758.207,68**	**96,76**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto e-Jovem

O Projeto e-Jovem visa integrar a Educação Profissional às diferentes modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, oferecendo formação complementar em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e empreendedorismo com ênfase no protagonismo juvenil.

Sua proposta foi idealizada, respeitando as características sociais e culturais dos estudantes, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, e egressos da rede pública, e, assim, possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando, e se transformando em uma estratégia que amplia o tempo de permanência no ambiente escolar, além disso, facilita a transição entre a escola e o mundo do trabalho.

Durante a formação, os educandos estudam conteúdos direcionados em módulos:

Módulo Fundamental, Módulo I, Módulo II e extensão.

- **Módulo Fundamental,** é voltado para educandos, que cursam o 8º e 9º anos do ensino fundamental. É uma proposta de formação complementar para os jovens, com conteúdos inovadores, que visam formar os jovens nas áreas de empreendedorismo e tecnologias da informação e comunicação, para uma formação integral dos educandos, desenvolvendo, através da educação empreendedora, habilidades para a vida.

Educação Empreendedora - 80h/a

● Identidade

● Empreendedorismo Social

● Oficinas Cooperativas

Informática Básica - 80h/a

● Cultura Digital e Recursos da Web

● Ferramentas de Escritório

● Software Livre e Manutenção

● Criação de Páginas Web e Manipulação de Imagens

- **Módulo I,** para educandos de ensino médio, e egressos da rede estadual. Formação profissionalizante de nível básico (extensão), nas áreas de empreendedorismo social e tecnologias da informação e comunicação, voltadas para a inserção do jovem no mundo do trabalho e para a intervenção social através de projetos sociais.

Informática Básica - 200h/a

● Introdução a Informática e Ferramentas de Escritório

● Ferramentas Google

● Design Visual e Desenvolvimento Web

● Scratch e Noções de Hardware

Preparação para o Trabalho e Prática Social - 200h/a

● Educação Empreendedora

● Relações Cidadãs

● Painel Social

● Introdução a Empregabilidade

- **Módulo II**, com um total de 880 horas/aula, é voltado para alunos do ensino médio e/ou egressos da Rede Púbica de Ensino. A matriz curricular é composta por conteúdos técnicos de informática voltados para a área de web, redes, hardware e programação, observando as políticas de softwares livres, através da universalização que a cultura digital oferece.

Qualificação Profissional em Suporte Técnico e Manutenção de Computadores - 204h/a

• Software Livre

- Suporte a Hardware e Redes de Computadores

Qualificação Profissional em Webdesign - 356h/a

- Design Visual WEB
- Design Visual WEB I
- Desenvolvimento WEB II
- Gestão de Carreira e Empreendedorismo

Qualificação Profissional em Programação Web e Banco de Dados - 320h/a

- Desenvolvimento WEB III
- Banco de Dados
- Sistema de Gerenciamento de Conteúdo
- Inglês

- **Extensão**: Com cursos de carga horária de 60h/a distribuídos em três eixos temáticos: Suporte, Desenvolvimento e Web design. O Módulo Extensão foi idealizado para os concludentes dos outros módulos do Projeto e-Jovem, que, por sua vez, tenham interesse em aprimorar o conhecimento a partir de conteúdos específicos e público em geral.

No que concerne aos resultados, foi alcançado em 2015:

- 1.460 educandos do módulo fundamental qualificados em educação empreendedora e informática;
- 1.777 educandos do módulo I, qualificados em informática e preparação para o trabalho e prática social;
- 1.383 educandos do módulo II, formados nas áreas de suporte, desenvolvimento web e de software;
- 48 educandos na condição de aprendiz;
- 855 educandos beneficiados nos cursos de extensão nas áreas: de Informática Básica;
- Suporte e Manutenção de Computadores; Lógica de Programação; HTML e CSS; Ferramentas Google; Novidades no HTML 5 e CSS 3; Site Responsivo com Bootstrap; Java Básico;

- Validado pelo Mistério Trabalho e Emprego (MTE) como um Programa de Aprendizagem.

O curso Programa Estadual de Aprendizagem - e-Jovem - Técnicas Administrativas e Vendas, habilita os jovens a desempenhar as seguintes funções: Arquivista de documentos; Auxiliar de Escritório; Auxiliar de Almoxarifado; Auxiliar de Estoque; Assistente Administrativo; 411030 - Auxiliar de Pessoal; 422105 – Secretária; 411035 - Auxiliar de estatística; Operador de caixa; Repositor de estoque; Vendedor; – Atendente; Embalador a mão.

As figuras abaixo representam os beneficiados do projeto e-Jovem. Tratam-se dos alunos do Módulo I, já implantada na Universidade do Trabalho Digital, em Fortaleza.

Figura 04 - Universidade do Trabalho Digital – Fortaleza – Módulo I

Figura 05 - Universidade do Trabalho Digital – Fortaleza – Módulo I

Quantos aos obstáculos vivenciados destacam-se: estrutura física dos laboratórios de informática das escolas; falta de pessoal qualificado para assumir a função de educador/instrutor no interior do Estado. Esses obstáculos refletiram no atraso do inicio das turmas, o que, agregado ao calendário escolar, atrapalhou a execução das metas.

O projeto se apoia na evidência que a demanda do mundo do trabalho, por maior educação, acaba por agir como um mecanismo de exclusão para aqueles que não contam com ela. O objetivo é tornar os educandos mais preparados para o mundo laboral, tendo por vertentes a associação entre estudo e o trabalho. Esta política possibilita, aos seus beneficiários, um diferencial na sua formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social.

A política de estágio envolve: concessão bolsa estágio, auxílio transporte, seguro contra acidentes pessoais e aquisição de Equipamento de Proteção Individual Esse conjunto de ações visa possibilitar aos educandos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), e do Projeto e-Jovem, o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como, incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento.

Em se tratando dos resultados, se destaca: 17.425 beneficiados, que, distribuídos por macrorregião: RO I – 6.528 alunos; RO II – 1.291 alunos; RO III – 2.050 alunos; RO IV – 1.209 alunos; RO V – 1.327 alunos; RO VI – 97 alunos; RO VII – 1.637 alunos; RO VIII – 3.286 alunos. Além disso, também foi feito aporte às escolas para aquisição dos Kits Equipamentos de Proteção Individual.

Diante do exposto, as ações foram de suma importância para a formação dos educandos beneficiados.

Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, fortalecendo a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), com a oferta de cursos técnicos, nas mais diversas áreas, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo, e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

A rede de EEEP é formada por 113 escolas, especializadas em 84 municípios, que ofertam 52 cursos técnicos, a saber: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do trabalho, Comércio, Edificações, Finanças, Agroindústria, Meio Ambiente, Aquicultura, Estética, Produção de Moda e Massoterapia, Contabilidade Secretariado, Administração, Vestuário e Hospedagem, Agrimensura, Agronegócio, Agropecuária, Carpintaria, Cerâmica, Desenho da Construção Civil, Design de Interiores, Eletrotécnica, Eletromecânica, Eventos, Floricultura, Logística, Manutenção Automotiva, Mecânica, Mineração, Nutrição e Dietética, Paisagismo, Petróleo e Gás, Química, Rede de computadores, Regência, Secretária Escolar, Tecelagem, Transações Mobiliárias, Vestuário, Fabricação Mecânica, Automação Industrial, Portos, Saúde Bucal, Produção de Áudio e Vídeo, Tradução e Interpretação de Libras, Instrução de Libras, Biotecnologia, Gestão Cultural e Carpintaria para Móveis.

No que concerne aos obstáculos vivenciados destaca-se: falta de pessoal qualificado para assumir a função de professor no interior do Estado. Todavia, estratégias de superação deste risco foram estruturadas, e, como resultados, obteve-se a qualificação dos educandos matriculados nas EEEP, com aulas do eixo

profissional, sendo 18.242 educandos - 1ª série; 16.208 - 2ª série e 13.780 - 3ª série do Ensino Médio Integrado, totalizando 48.230 estudantes.

As figuras 01 e 02 demonstram momentos da vivência dos educandos nos laboratórios, conforme cursos por escolas.

Figura 06 – EEEP Francisco Aristóteles de Sousa – Itaitinga – Curso Manutenção Automotiva / Figura 02 – EEEP Jaime Alencar – Fortaleza – Curso Desenho da Construção Civil

Esta política possibilita a seus beneficiários um diferencial na formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social. Constitui-se, também, em uma estratégia, que visa estimular a permanência do jovem no ambiente escolar, facilitando a transição entre a escola e o trabalho, assegurando-lhes direitos de acesso à educação e ao mundo de trabalho.

4.1.2.3. Projetos Estruturantes – Educação

A terceira categoria Educação, compreende os Projetos: Jovem de Futuro, Apoio Técnico Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, e Prêmio Escola Nota Dez, totalizando, em 2015, R$ 28.315.000,00 (vinte e oito milhões, trezentos e quinze mil reais), de limite financeiro anual, com execução de 29,84%, ou seja, R$ 8.449.534,39 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 31 – Projetos na Área de Educação

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos (*)	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
21	**1339**	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC	7.000.000,00	6.271.503,37	89,59	5.445.657,33	77,80
22	**914**		1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	**1341**	Prêmio Escola Nota Dez	22.315.000,00	4.154.000,00	18,62	29.000,00	0,13
27	**1350**	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.295.534,39	95,46	4.077.924,77	90,62
		Total	**28.315.000,00**	**8.449.534,39**	**29,84**	**4.106.924,77**	**14,50**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto Jovem de Futuro

O Projeto Jovem de Futuro que é voltado para a Gestão Escolar para Resultados, realizado em parceria com o Instituto Unibanco que tem como foco garantir que os jovens entrem, permaneçam, tenham um bom desemprenho e concluam o ensino médio.

Com duração de três anos, o Projeto oferece apoio técnico e financeiro para a concepção, implantação e avaliação de suas atividades e visa aumentar, significativamente, a proficiência dos alunos em língua portuguesa e matemática.

O Projeto Jovem de Futuro, financiado com recursos do FECOP, totalizou R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), de limite financeiro anual, com execução de 95%, ou seja, R$ 4.295.534,39 (quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos).

A verificação das metas acontece no final dos três anos de implantação do Projeto, sendo que, para as 100 primeiras escolas do ciclo 1, a conclusão desse período

aconteceu ao final de 2014. Os outros dois, ciclos 2 e 3 (292 escolas), estão em andamento, sendo que a verificação das metas feitas nas escolas do ciclo 2 (123 escolas) acontecerá no final de 2015, e do ciclo 3 (169 escolas) ao final de 2016.

O resultado do SPAECE 2014 foi divulgado em junho de 2015. Com esses dados nos foi possível verificar o alcance (ou não) das metas propostas para as cem (100) escolas / ciclo 1, do Jovem de Futuro.

Ressaltamos que diante do contexto que as escolas do ciclo 1 vivenciaram, que foi todo o processo de implantação e implementação de uma tecnologia de gestão para resultados de aprendizagem, e embora os gestores dessas escolas tivessem passado por encontros de formação nesses três anos, para compreender esse modelo de gestão, tudo era muito novo, e carecia de muito empenho e envolvimento de toda a comunidade escolar, para que os resultados fossem alcançados com êxito.

A matriz lógica do Jovem de Futuro desafia a escola, a atingir três grandes metas, para os três anos do Ensino Médio, são elas:

1. Aumentar, em 25 pontos, a Proficiência Média da escola em Língua Portuguesa e Matemática;
2. Diminuir, em 50%, o percentual de alunos no Padrão de Desempenho Baixo, na escala do SPAECE, em três anos;
3. Diminuir, em 40%, os índices globais de abandono escolar do ensino Médio em final dos três anos.

Assim, ao realizar a análise dos dados do SPAECE 2012 / 2013 / 2014, das 100 escolas ciclo 1, tendo como linha de base o SPAECE 2011, verificamos os seguintes resultados:

1. Das 100 (cem) escolas do ciclo 1, 06 (seis) escolas aumentaram a proficiência em língua portuguesa, e 04 (quatro) escolas aumentaram a proficiência em matemática, portanto atingiram a meta;
2. 10 (dez) escolas apresentaram aumento da proficiência e do padrão de desempenho em língua portuguesa, e 11 (onze) escolas em matemática, porém, não cresceram os 25 pontos propostos na meta do JF;

3. 50 (cinquenta) escolas apresentaram aumento da proficiência mas permaneceram no mesmo padrão de desempenho em língua portuguesa, e 37 (trinta e sete) em matemática, consequentemente não atingiram a meta;
4. 33 (trinta e três) escolas não atingiram a meta e ainda apresentaram queda de proficiência em língua portuguesa, e 47 (quarenta e sete) escolas em matemática.

Quanto a meta de redução do abandono, 41 (quarenta e uma) escolas atingiram essa meta, 40 (quarenta) escolas não atingiram a meta, mas apresentaram redução do abandono e 19 (dezenove) escolas apresentaram aumento do abandono.

obs. A verificação das metas do ciclo 2 ainda não ocorreram pois estamos aguardando a Liberação dos dados do SPAECE 2015 para fazê-lo.

Figura 7 – Formação IU Ciclo 4 – Gestores, Coordenadores e Superintendentes

Figura 8 – Comitê Estadual IU

Prêmio Escola Nota Dez

O Prêmio Escola Nota Dez, instituído através da Lei Estadual Nº 14. 371, de 19 de junho de 2009, inclui-se no âmbito do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), foi criado com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita, nas séries iniciais do ensino fundamental.

A Lei prevê que o Prêmio seja destinado para até 150 (cento e cinquenta) escolas públicas, que apresentarem os seguintes critérios: ter pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental regular, e ter o Indicador de Desempenho Escolar de Alfabetização (IDE- Alfa), situado no intervalo entre 8,5 e 10,0. Além disso, garante contribuição financeira a até 150 escolas com menores IDE-Alfa.

Em 06 de dezembro de 2011, foi aprovada a Lei Estadual Nº 15.052, que disciplina o Prêmio Escola Nota Dez, e revogada legislação anterior. A nova legislação determina que a cada ano sejam premiadas até 150 escolas públicas do segundo ano, e até 150 escolas públicas do quinto ano do Ensino Fundamental. Também, beneficia as escolas públicas, em igual número das premiadas, que obtiveram menores resultados nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), do segundo e quinto anos.

A solenidade de divulgação das escolas premiadas, que é feita com participação do Governador do Estado, ocorreu no dia 28/10/2015, o que inviabilizou, antes desta data, os encontros de formação com estas escolas para cadastro do credor, abertura de conta corrente das mesmas e orientações para elaboração do plano de aplicação dos recursos financeiros. Essas formações ocorreram entre os dias 9 e 20 de novembro de 2015, e restando pouco tempo para todo o processo legal de empenho e pagamento das parcelas. Portanto, houve uma baixa execução do recurso, de um total de R$ 22.315.000,00 (vinte e dois milhões, trezentos e quinze mil reais), necessário para pagamento de 106 escolas (2ª parcela); 300 escolas (1ª parcela) 2º ano; 248 escolas (1ª parcela) 5º ano; foi empenhado o valor de R$ 4.154.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil reais) e realizado o pagamento da escola EMEIF Professora Dolores Alcântara INEP 23256303, no valor de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil), sendo necessário migrar para o ano de 2016, o valor de R$ 18.161.000,00 (dezoito milhões e cento e sessenta e um mil reais).

Apoio técnico-pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC

O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, é uma política do Governo do Estado do Ceará, instituída pela Lei Nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007, que

acontece no âmbito da Cooperação entre Estado e Municípios, e tem como finalidade o estabelecimento de condições necessárias para que todos os alunos cearenses cheguem ao 5º ano do ensino fundamental, sem distorção de idade/ série, e com domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização.

O Governo do Estado do Ceará, buscando viabilizar as ações formativas, previstas no PAIC, através do artigo 5º, da Lei Nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007, propôs: "...ministrar treinamento e capacitação das equipes da Secretaria da Educação e dos técnicos e professores da rede municipal de ensino", e disciplinou regras adicionais através da Lei Nº 15.276, publicada em 31 de dezembro de 2012.

O Projeto em tela caracteriza-se pela continuidade de suas ações, tendo seu início em novembro de 2014, denominado Concessão de Bolsas de Extensão Tecnológica aos Participantes do Programa Alfabetização na Idade Certa.

A concessão de bolsas se justifica, sobretudo, como proposta de transferência tecnológica, para atender:

– Formação continuada para os professores de educação infantil de todo o Estado, com foco nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Orientações Curriculares Estaduais;

– Formação continuada dos professores da Educação Infantil, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em Dinamização do Acervo de Literatura Infantil do PAIC;

– Formação continuada para os técnicos das Secretarias Municipais de Educação e para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, voltada para a qualificação dos processos avaliativos da aprendizagem dos alunos;

– Formação continuada para os formadores das Secretarias Municipais de Educação, professores da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com foco nas Orientações Curriculares Estaduais de Educação Infantil e nas Propostas Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa e de Matemática;

– Formação continuada nas áreas de Planejamento, Gestão Educacional e Escolar, e de Acompanhamento Pedagógico, para técnicos das Coordenadorias Regionais de Educação e para secretários e técnicos das Secretarias Municipais, através do Eixo de Gestão – responsável pela articulação política, necessária para que cada município implemente o Programa, e lhe dê a sustentação necessária.

Como relatado na mensagem do primeiro semestre de 2015, foi necessário reestruturar o PAIC, para que as ações pudessem ser implementadas, de forma que os resultados esperados representassem o fortalecimento da gestão municipal na área da educação, fazendo com que os recursos e esforços investidos chegassem à sala de aula e produzissem a elevação dos resultados de aprendizagem dos educandos.

Dessa forma, optou-se pela implementação de ações formativas, em virtude da necessidade de continuidade desta ação, tendo em vista que o material de apoio didático-pedagógico, utilizado na formação continuada dos professores alfabetizadores, fosse utilizado de forma articulada com as práticas de sala de aula, constituindo-se, assim, essencial para o desenvolvimento e acompanhamento da formação continuada dos mesmos.

As ações foram intensificadas a partir de junho de 2015, sendo necessárias adequações ao cronograma de execução dos projetos, à medida que as ações tinham seus processos licitatórios concluídos, tendo como consequência o redimensionamento do desembolso financeiro. As alterações na execução física e financeira dos projetos resultaram na necessidade de aprovação de recursos para o ano de 2016, no valor de R$ 229.536,44 (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos) e na redução de R$ 498.900,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e novecentos reais) no valor do MAPP 1339. Por fim, ainda baseado na reestruturação do PAIC, optou-se por finalizar o MAPP 1339 e migrar suas ações para MAPP novo.

Os esforços investidos resultaram:

- Na impressão e distribuição de materiais de apoio didático pedagógico para alunos e professores do 2° ano do ensino fundamental, conforme o descrito abaixo:

- KIT DO ALUNO :

01) 01 caderno do aluno 1ª etapa – 112.947;
02) 01 caderno do aluno 2ª etapa – 112.847;
03) 01 caderno do aluno 3ª etapa – 112.847;
04) 01 caderno do aluno 4ª etapa – 112.847;

- KIT DO PROFESSOR:

01) 01 caderno do professor 1ª e 2ª etapas – 7.524;
02) 01 caderno do professor 3ª e 4ª etapas – 7.524;
03) 01 caderno de registro – 7.524 exemplares;
04) 01 kit com 20 modelos de cartaz – 7.524;
05) 02 coleções Paic, Prosa e Poesia de 10 títulos cada coleção -15.048.

- Na concessão de 655 bolsas de extensão tecnológica aos partícipes do Programa, sendo 589 bolsas no interior do Estado e 66 bolsas em Fortaleza;

- Na realização de 112 formações para um público de 3.706 pessoas, entre: coordenadores de CREDE/SEFOR, coordenadores pedagógicos, autores de livros infantis, consultores, professores formadores, gerentes regionais, gerentes municipais, parceiros do PAIC, oficineiros, prefeitos, técnicos das Coordenadorias Regionais da Educação – CREDE/SEDUC, Superintendência das Escolas de Fortaleza - SEFOR, secretários municipais;

O Programa é estruturado em cinco eixos: Gestão Municipal, Alfabetização, Avaliação externa, Educação Infantil, Literatura Infantil e Formação do Leitor. Cada eixo é responsável pela realização das formações, conforme sua competência. Abaixo quantitativo de formações por eixo do Programa, Prêmio Escola Nota 10 e total das CREDE:

–Eixo da Gestão Municipal – 11;
–Eixo da Educação Infantil – 26;

–Prêmio Escola Nota Dez – 09;

–Eixo da Alfabetização – 29;

–CREDE – 40;

Por se tratararem de projetos de continuidade, concluiu-se com os resultados do Sistema Permanente de Avaliação do Ceará – SPAECE, do ano de 2014, tendo em vista que os resultados do ano de 2015 só serão divulgados em 2016.

Gráfico 4 – Percentual de Alunos por Padrão de Desempenho no SPAECE

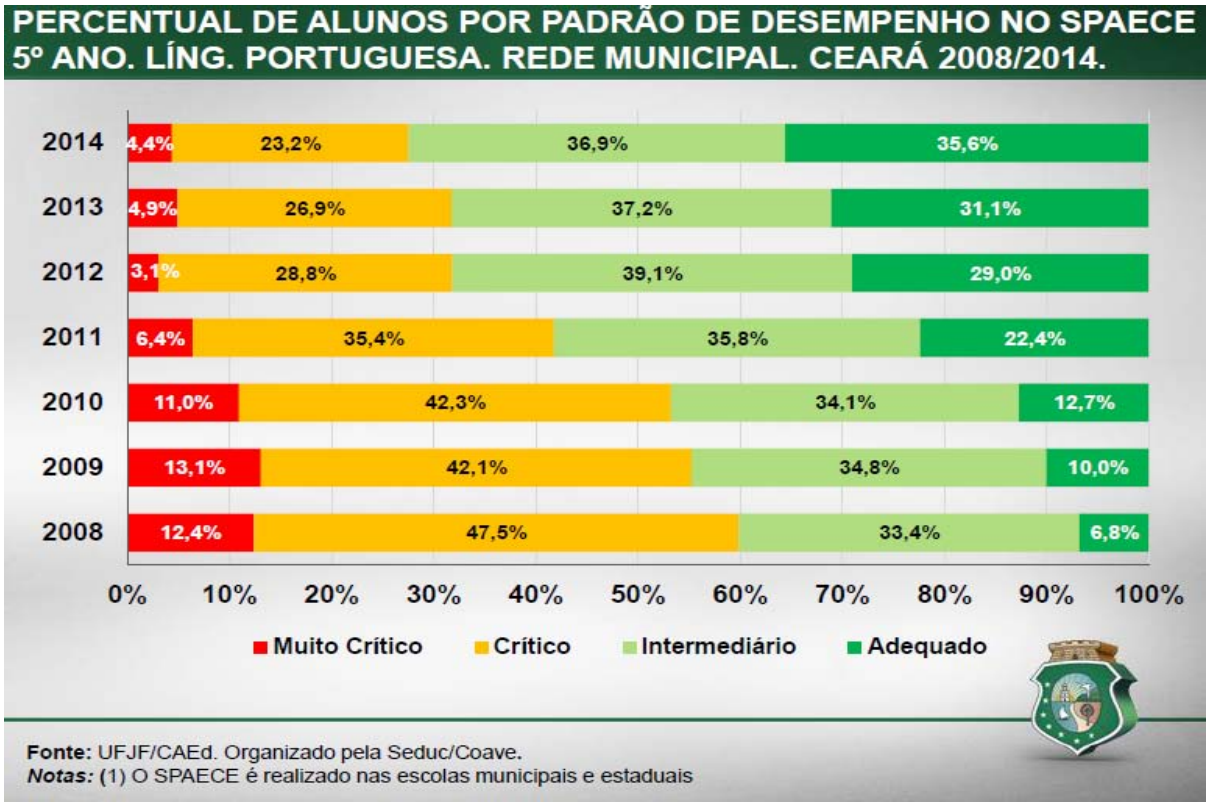


Gráfico 5 – Percentual de Alunos por Padrão de Desempenho SPAECE

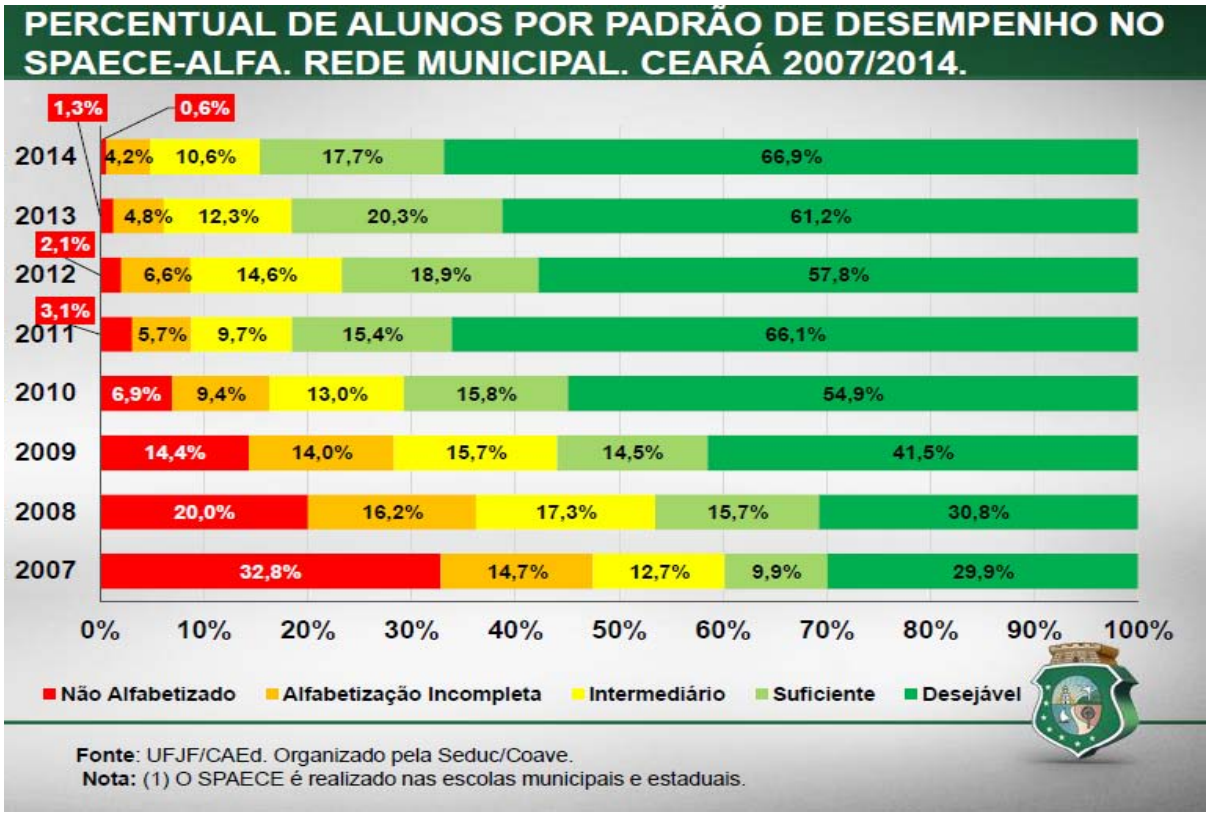
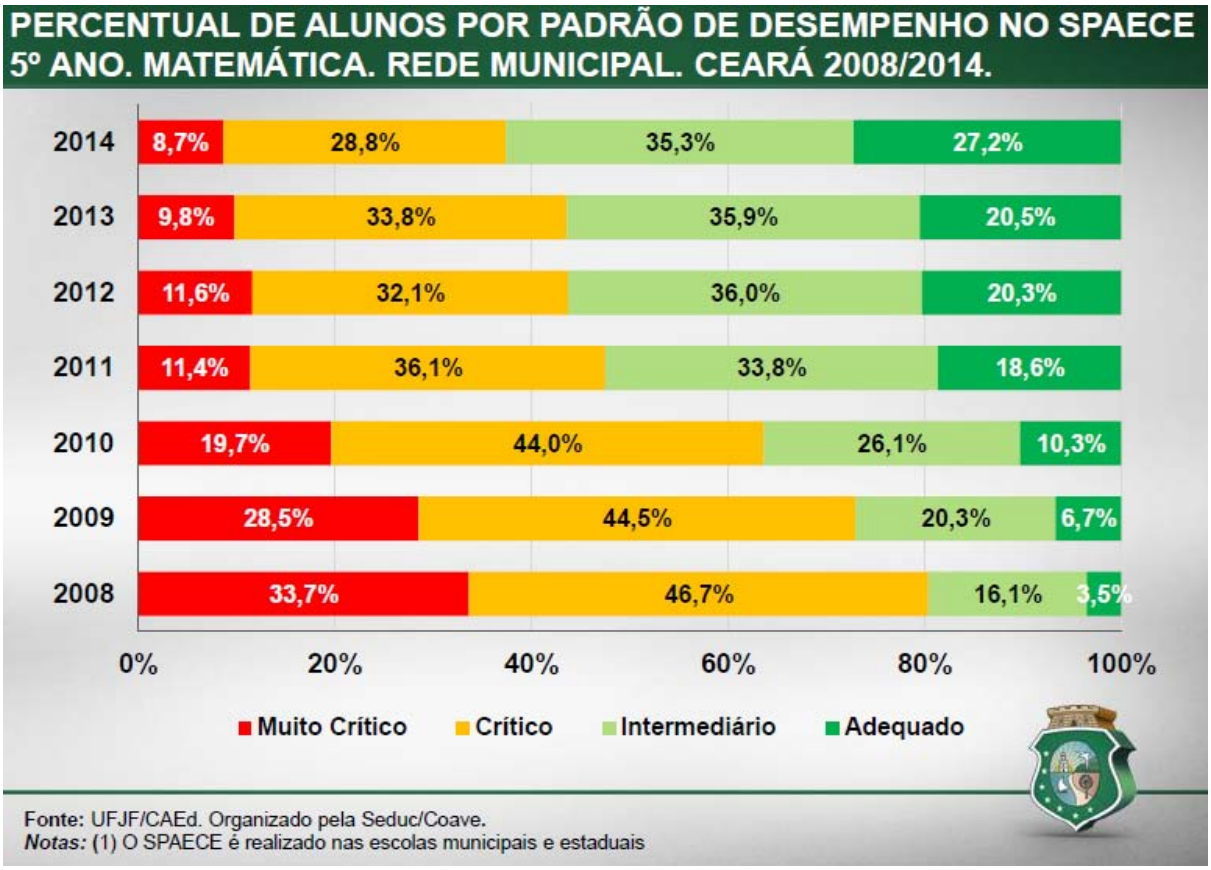


Gráfico 6 – Percentual de Alunos por Padrão de Desempenho SPAECE



Para dar continuidade à execução do projeto, algumas dificuldades merecem ser explicitadas, para justificar a pouca execução dos recursos referentes ao projeto: 1 - necessidade de reestruturação no PAIC para os próximos anos, o que demandava processos reflexivos com vários parceiros, Secretários e equipes municipais, o que só foi possível nos meses de abril, maio e junho; 2 - ocorreu um desembolso financeiro apenas para a ação de concessão de bolsas de extensão tecnológica contemplando inicialmente as bolsas para atividades na própria SEDUC (Fortaleza), justificando, assim, o empenho de cerca de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), motivo pelo qual, até o mês de junho, a execução física e financeira do MAPP 1339 mostra-se baixa.

Diante das reflexões sobre o novo desenho do PAIC para os próximos anos, decidiu-se pelo início de algumas ações de formação. Portanto, para realização de eventos formativos, foi necessário redimensionar a concessão de bolsas, concluir a contratação de serviços de apoio logístico e contratar serviços gráficos para a impressão de material didático-pedagógico. Após o período citado, foram realizadas as seguintes contratações: serviços de apoio logístico no valor de R$ 1.990.560,99 (um milhão, novecentos e noventa mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e nove centavos), com entrega parcelada, serviços gráficos para a impressão do material do 2° ano, no valor de R$ 1.110.29 (um mil, cento e dez reais e vinte e nove centavos).

4.1.3 Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Do total de recursos empenhados no primeiro semestre de 2015, tem-se:

Quadro 32 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	26.913.749,58	41,25	33.399	33.08
2-LITORAL OESTE	5.777.588,51	8,79	11.173	11,06
3-SOBRAL/IBIAPABA	7.054.343,16	10,47	13.570	13,44
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	3.931.388,29	6,01	7.453	7,38
5-SERTÃO CENTRAL	5.350.307,24	7,95	8.014	7,93
6-BATURITÉ	1.399.426,72	2,10	605	0,59
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	4.750.616,04	7,35	8.291	8.21
8-CARIRI/CENTRO SUL	10.730.949,86	16,09	18.435	18,26
TOTAL	**65.908.369,40**	**100,00**	**100.940**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A concentração de recursos na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

Destacam-se, também, nessa região, os problemas sociais mais graves, como desemprego, risco social e pessoal e pobreza, associados à alta concentração populacional, representando 43% da população do Estado, segundo o Censo de 2010.

Observa-se, portanto, um grande adensamento populacional concentrado na RMF e, principalmente, na capital.

Diante desse quadro, pode-se inferir que a magnitude das refrações da questão social, tais como pobreza, baixos rendimentos, desemprego, precariedade de emprego, e falta de qualificação profissional, principalmente dos mais jovens, bem como, situações de violência e toxicodependência, dentre outras, se intensificam mais nessa região, exigindo, do poder público, investimentos compatíveis com a dimensão dos problemas existentes.

A maior parte do valor empenhado, na RMF, foi executado por meio do projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, e projeto Concessão de Bolsas de Estudo para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional, que concede bolsas para alunos do 3º ano, do Ensino Médio das EEEPs, e alunos do e-Jovem. Considerando a concentração da população na RMF, justifica-se o maior número de atendimento de jovens nestes municípios.

4.1.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados – Projeto E-Jovem

Como resultados preliminares, ou seja, em execução, a concessão bolsa auxílio transporte, seguro contra acidentes pessoais, estão sendo beneficiados 1.116 educandos e 6.015 das EEEP, distribuídos da seguinte forma, por macrorregião: Região I – 2701 alunos; Região II – 431 alunos; Região III – 798 alunos; Região IV – 485 alunos; Região V – 611 alunos; Região VI – 55 alunos; Região VII – 695 alunos; Região VIII – 1355 alunos, totalizando 7131 alunos. bem como, repasse para as escolas para

aquisição dos Kits Equipamentos de Proteção Individual, através de aporte de recursos financeiro, segundo a Lei Complementar Nº 137, de 23.05.2014.

Resultado - Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.

Quanto aos resultados preliminares, tem-se a garantia de 45.668 educandos em processo de formação, nível médio técnico nas EEEP, distribuídos por macrorregião, sendo Região I – 15.909 alunos; Região II – 4.422 alunos; Região III – 5.532 alunos; Região IV – 3.650 alunos; Região V – 3.517 alunos; Região VI – 463 alunos; Região VII – 3.344 alunos; Região VIII – 8.831 alunos.

Dificuldades

Para que os projetos fossem executados, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiros, segundo a Lei Complementar Nº 137, de 23.05.2014. A Portaria Nº 064/2015, que regulamenta a citada lei, foi publicada em 13/02/2015 e, só a partir desta data, foi possível dar início aos encaminhamentos necessários à realização do aporte.

Atualmente, temos 04 CEI construídos e equipados, e, devido às dificuldades vivenciadas, com o descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma da obra, obras concluídas sem bens materiais, pendência de documentação como aditivo de contrato, regularização da licença ambiental, placa na obra, entre outros problemas acarretaram uma demora significativa na entrega do produto final.

Definição por parte da Casa Civil, e Secretaria da Educação de definir e realizar o evento anual de divulgação do Prêmio Escola Nota 10, em Outubro, o que impediu a realização das ações necessárias junto às escolas contempladas, no sentido de cadastrar os credores, empenhar as parcelas e realizar os pagamentos.

4.2 Secretaria do Desenvolvimento Agrário

4.2.1 Aspectos Gerais

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, tem como missão a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, tendo como finalidade principal melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

A intenção do Governo Estadual, em estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, substanciou-se em 2007, na criação da SDA, com o objetivo de colocar uma forte estrutura, a serviço da agricultura familiar, alicerçada na sustentabilidade e na solidariedade. Suas atuais linhas de atuação encontram-se sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará, o PDRSS 2012 – 2015.

O Plano ressalta que as conceituações sobre o espaço rural foram modificadas historicamente a partir da compreensão da sua complexidade e diversidade social, econômica e cultural. Entende que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Os projetos executados pela DAS, com recursos do Fecop, são direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais no campo. São projetos com foco principalmente no fortalecimento da infraestrutura produtiva e na ampliação das oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e ações de fomento.

No ano de 2015 a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) obteve autorização do CCPIS para execução de 52 projetos dos quais 42 são de continuidade, pois já foram financiados pelo FECOP em anos anteriores e 10 foram apresentados pela primeira vez. Dentre os novos projetos apresentados se destacam: Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura (Mapp 124), Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire) – Gestão do Projeto, Monitoramento e

Avaliação (Mapp 453 e 454), Águas do Baixo Jaguaribe (Mapp 495) e Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira (Mapp 505).

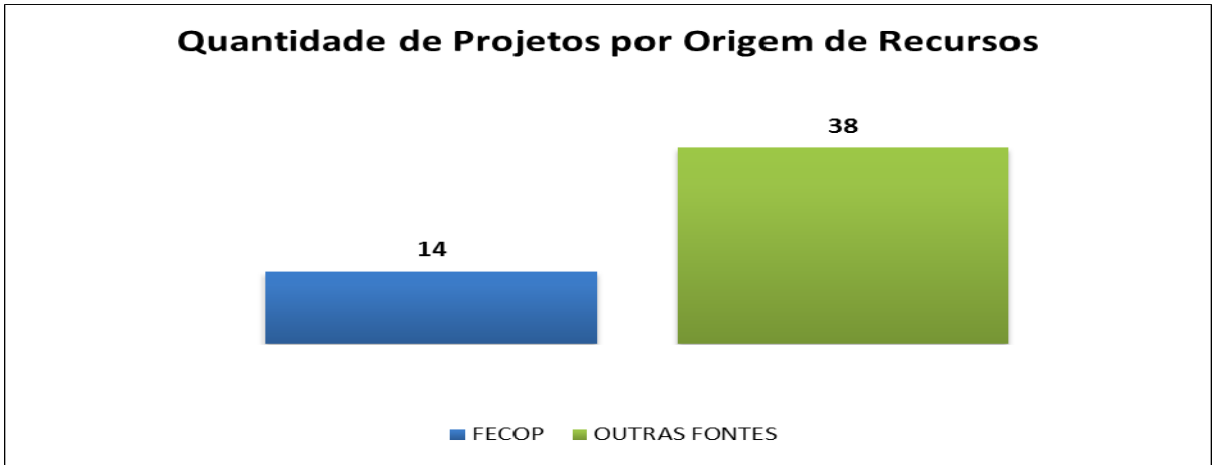
É importante salientar ainda, a importância dos recursos alocados por meio desta fonte para a captação de recursos oriundos de outras fontes. Da totalidade dos projetos executados pela SDA, 14 foram financiados exclusivamente pelo FECOP e 38 incluem recursos captados de outras fontes (Quadro xx / Gráfico xx). A participação do valor disponibilizado pelo FECOP e do valor das outras fontes de recursos no valor anual destes projetos foi de 18,30% e 81,70% respectivamente.

Quadro 33 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes		Total de Projetos
Quantidade	%	Quantidade	%	
14	18,30	38	81,70	52

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 7 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 34 – Valor dos Projetos Segundo a Origem dos Recursos

FECOP		Outras Fontes		Total
Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	
130.359.310,67	18,30	581.916.038,35	81,70	712.275.349,02

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Do valor total de recursos do FECOP disponibilizado pelo CCPIS para execução dos projetos da SDA em 2015, foram empenhados o valor de R$ 111.297.823,81 (cento e onze milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos), correspondendo a um desempenho de 85,38%, e efetivamente pagos R$ 95.434.096,95 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, noventa e seis reais e noventa e cinco centavos), correspondendo uma aplicação de 73,21% relativo ao mesmo ao período.

Quadro 35 – Execução Financeira da SDA

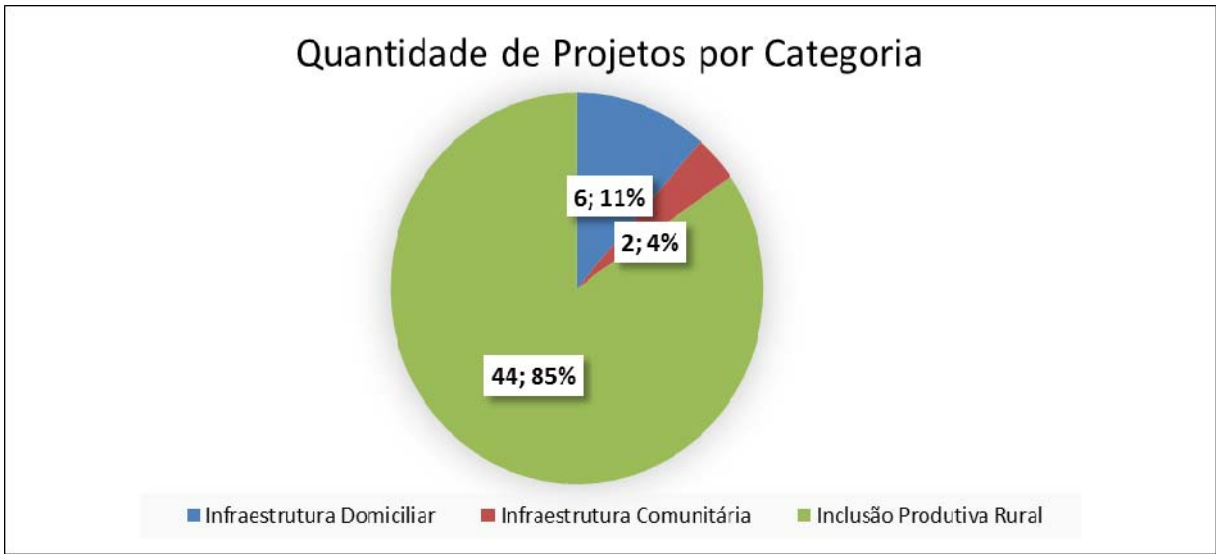
Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Aproveitamento Hidroagricola do Castanhão	586.205,68	586.205,67	100,00	488.103,17	83,26
2	5	Agente Rural	10.000.000,00	9.271.414,00	92,71	9.250.826,00	92,51
3	5	Feiras da Agricultura Familiar	800.000,00	800.000,00	100,00	800.000,00	100,00
4	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	600.000,00	600.000,00	100,00	326.939,00	54,49
5	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	17.200.000,00	17.168.124,20	99,81	8.426.548,60	48,99
6	32	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.386.598,71	97,48	4.386.598,71	97,48
	67		1.096.756,24	209.141,18	19,07	209.141,18	19,07
7	38	Garantia Safra do Ceará	28.587.132,00	28.587.132,00	100,00	28.587.132,00	100,00
8	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
9	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.091.449,81	1.059.715,27	97,09	1.048.433,81	96,06
10	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (*)	5.403.934,11	5.403.932,92	100,00	5.145.140,61	95,21
11	56	Cédula da Terra	456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	59	Desapropriação por Interesse Social do imóvel Sítio Córrego, no Município de Tianguá	200.044,94	0,00	0,00	0,00	0,00
13	60	Fortalecimento da Infraestrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	84.380,22	0,00	0,00	0,00	0,00
14	76	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	77		303.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	78		263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	94		271.893,40	0,00	0,00	0,00	0,00
15	85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	485.627,75	363.162,11	74,78	363.162,11	74,78
16	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.500.000,00	1.200.000,00	80,00	1.200.000,00	80,00
17	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00	1.500.000,00	100,00

18	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	4.500.000,00	3.860.438,34	85,79	3.860.438,34	85,79
19	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	111.981,75	99,99	0,00	0,00
20	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	0,00	0,00	0,00	0,00
21	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	8.068.120,48	7.742.462,38	95,96	7.272.561,16	90,14
22	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	95.534,33	10.927,23	11,44	0,00	0,00
	350		113.532,98	0,00	0,00	0,00	0,00
23	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	2.666.197,87	2.420.094,87	90,77	2.420.094,87	90,77
24	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	253.140,31	42,19	253.140,31	42,19
25	363	Kit's de Irrigação (1)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	2.497.468,65	1.310.510,85	52,47	1.310.510,85	52,47
27	372	Kit's de Irrigação (2)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	100,00	238.366,53	100,00
29	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	521.163,84	521.163,84	100,00	521.163,84	100,00
30	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	15.250,00	19,17	0,00	0,00
31	378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	10.853.188,00	8.447.838,13	77,84	4.792.009,04	44,15
33	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.033,79	99,75	203.033,79	99,75
34	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	2.195.820,00	100,00	2.195.820,00	100,00
35	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	1.126.269,79	100,00	0,00	0,00

36	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00
37	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	11.000,00	9,57	0,00	0,00
38	431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	5.582,31	3,15	0,00	0,00
39	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	298.020,02	18,17	298.020,02	18,17
40	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	2.308.896,89	100,00	2.219.494,13	96,13
42	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	53.410,00	3,12	53.410,00	3,12
43	453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire) - Gestão do Projeto, Monitoramento e Avaliação	502.303,34	478.443,70	95,25	470.364,74	93,64
	454		613.758,94	361.883,20	58,96	361.883,20	58,96
44	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	2.937.182,55	1.707.213,89	58,12	1.707.213,89	58,12
45	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	361.950,00	27.000,00	7,46	27.000,00	7,46
46	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	66.802,66	27,67	0,00	0,00
47	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	682.770,56	100,00	682.770,56	100,00
48	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	291.858,00	97,29	160.648,00	53,55
49	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	100,00	45.800,00	5,73
50	495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00	3.259.085,75	100,00
51	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	53.132,96	19,04	49.242,74	17,65
52	514	Projeto João de Barro	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL		**130.359.310,67**	**111.297.823,81**	**85,38**	**95.434.096,95**	**73,21**

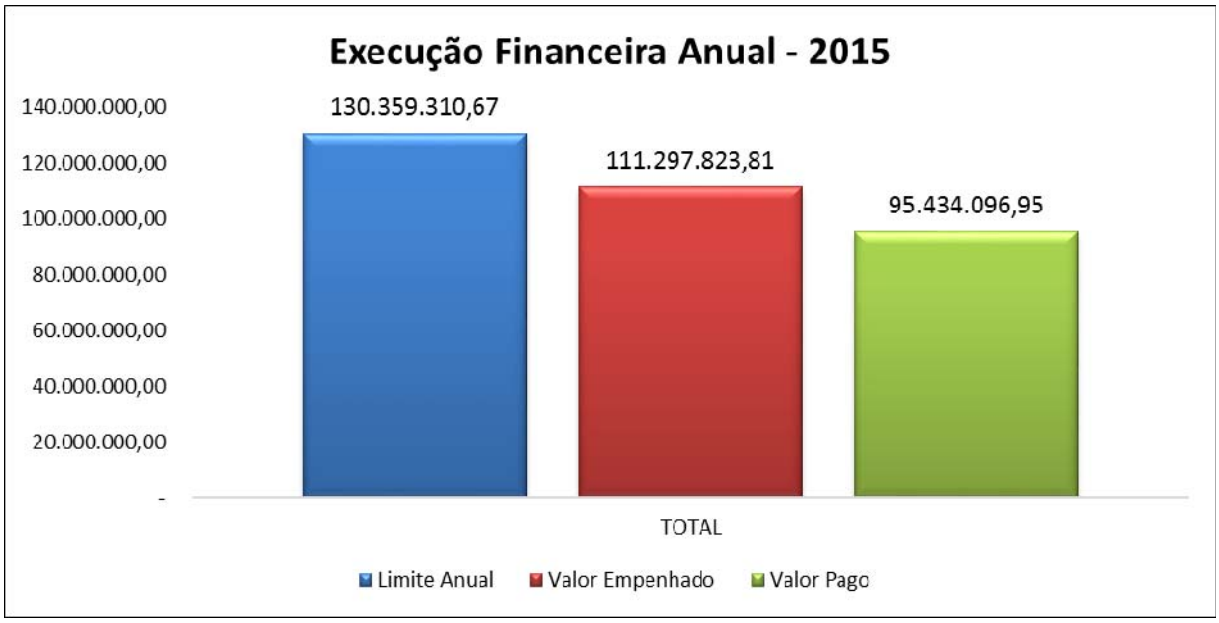
Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 8 – Número de Projetos por Categoria



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 9 – Limite Anual / Valor Empenhado / Valor Pago



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.2.2 Desenvolvimento

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no seu art. 25, do Decreto nº 29.910 / 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual Nº 37/2003, Lei que instituiu o Fundo, assegura que apoiará programas em duas grandes categorias:

Programas Assistenciais e Programas Estruturantes. A primeira categoria priorizará, de acordo com o §1º, ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. A segunda categoria, no seu § 2º, se destina a população pobre para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

Os projetos desenvolvidos pela SDA incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto referido acima, no grupo de projetos Estruturantes (Infraestrutura Domiciliar, Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural). Com relação ao desempenho financeiro, os projetos das subcategorias Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural empenharam valores superiores a 80% do programado para o período.

Quadro 36 – Execução Financeira por Categoria de Projetos
Categoria: Projetos Estruturantes

Subcaracterização dos Projetos	Nº Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R$	R$ (b)	Part (%)	R$ (c)	Part (%)
Infraestrutura Domiciliar	**6**	**19.697.108,98**	**15.480.737,45**	**13,91**	**11.824.908,36**	**12,39**
Abastecimento de Água	5	17.501.288,98	13.284.917,45	11,94	9.629.088,36	10,09
Saneamento Básico	1	2.195.820,00	2.195.820,00	1,97	2.195.820,00	2,30
Infraestrutura Comunitária	**2**	**8.368.120,48**	**8.034.320,38**	**7,22**	**7.433.209,16**	**7,79**
Abastecimento de Água	1	8.068.120,48	7.742.462,38	6,96	7.272.561,16	7,62
Comercialização	1	300.000,00	291.858,00	0,26	160.648,00	0,17
Ocupação e Renda: Inclusão Produtiva Rural	**44**	**102.294.081,21**	**87.782.765,98**	**78,87**	**76.175.979,43**	**79,82**
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	5	16.975.830,03	15.491.567,61	13,92	15.459.698,15	16,20
Fomento	37	78.414.317,07	65.687.265,45	59,02	54.371.140,67	56,97
Fomento e Segurança Alimentar Nutricional	2	6.903.934,11	6.603.932,92	5,93	6.345.140,61	6,65
TOTAL GERAL	**52**	**130.359.310,67**	**111.297.823,81**	**100,00**	**95.434.096,95**	**100,00**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Detalhamos a seguir, dentro das subcategorias acima relatadas, os projetos executados com recursos do FECOP, no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário:

4.2.2.1 Infraestrutura

Segundo classificação adotada pela Gerência Executiva do FECOP, essa subcategoria divide-se em Infraestrutura Comunitária, quando toda comunidade é beneficiada com o produto do projeto, e Infraestrutura Domiciliar, quando o benefício se restringe ao âmbito do indivíduo e/ou da família.

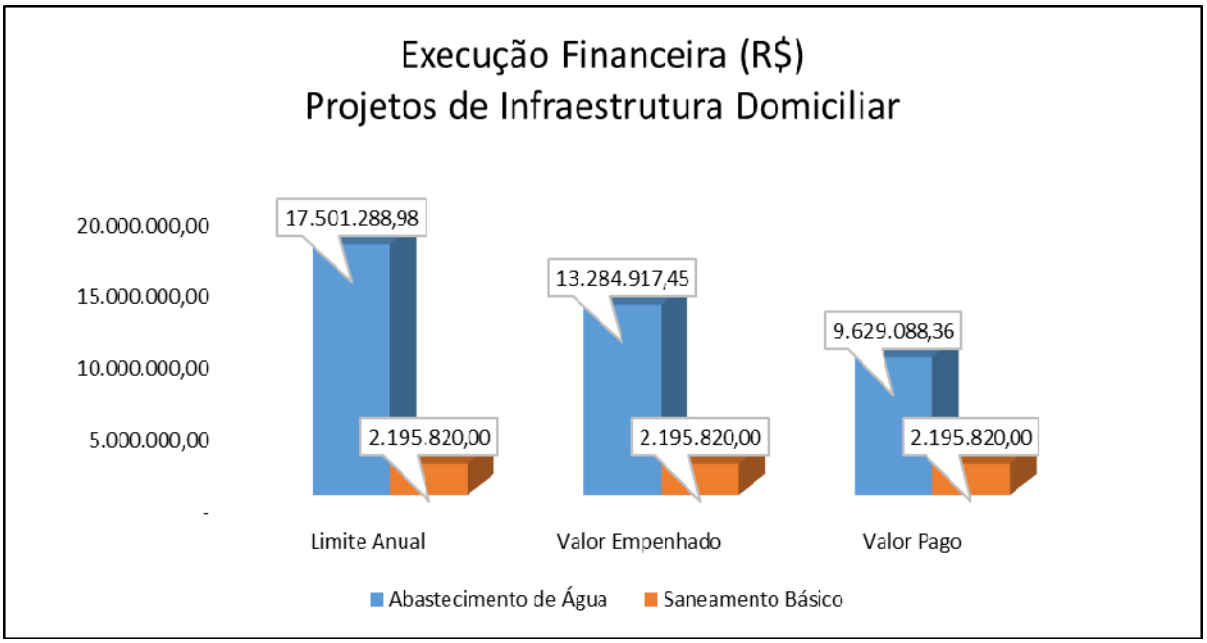
A Secretaria do Desenvolvimento Agrário executa projetos nas duas dimensões, os quais envolvem basicamente ações de saneamento básico, construção e reforma de equipamentos públicos. Para esse grupo foi autorizado o limite anual de R$ 28.065.229,46 (vinte e oito milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos), dos quais foram empenhados R$ 23.515.057,83 (vinte e três milhões, quinhentos e quinze mil, cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos), representando um desempenho financeiro de 83,79%. Já em termos de valores pagos, atingiu o valor de R$ 19.258.117,52 (dezenove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, cento e dezessete reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo um índice de 68,62%.

- **Infraestrutura Domiciliar**

Esse grupo inclui projetos que objetivam disponibilizar água para consumo humano, e obteve recursos do FECOP, para contrapartida de recursos captados junto ao Governo Federal, no âmbito do Programa Água para Todos. Em sua totalidade estes projetos apresentaram um orçamento anual no valor de R$ 19.697.108,98 (dezenove milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e oito reais e noventa e oito centavos). Em se tratando de valores empenhados, alcançou um desempenho de 78,59%, correspondente ao valor de R$ 15.480.737,45 (quinze milhões, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos), dos quais foram pagos R$ 11.824.908,36 (onze milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oito reais e trinta e seis centavos), o qual representa um percentual de 60,03% sobre o valor concedido para o período.

A implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água tem como objetivo principal contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais, notadamente para as populações dispersas, disponibilizando-a com a quantidade e a qualidade necessária ao consumo humano.

Gráfico 10 – Execução Financeira – Projetos de Infraestrutura Domiciliar



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 37 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Domiciliar

MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R$	R$	Part (%)	R$	Part (%)
353	Construção de Cisternas de Placas.	2.666.197,87	2.420.094,87	90,77	2.420.094,87	90,77
385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água.	10.853.188,00	8.447.838,13	77,84	4.792.009,04	44,15
389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	2.195.820,00	100,00	2.195.820,00	100,00
457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para todos	2.937.182,55	1.707.213,89	58,12	1.707.213,89	58,12
460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de sistemas de abastecimento de Água	361.950,00	27.000,00	7,46	27.000,00	7,46
476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	682.770,56	100,00	682.770,56	100,00
TOTAL GERAL		**19.697.108,98**	**15.480.737,45**	**78,59**	**11.824.908,36**	**60,03**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Infraestrutura Comunitária**

Inclui projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, e a implantação de estruturas de comercialização e de comunicação. O valor da fonte FECOP, alocado para os projetos, foi de R$ 8.368.120,48 (oito milhões, trezentos e sessenta e oito mil, cento e vinte reais e quarenta e oito centavos), sendo empenhado e pago, neste período, valores que correspondem a 96,01% e 88,83% respectivamente.

Apenas dois projetos desta categoria apresentaram execução financeira, o projeto São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, que conta com financiamento externo, e no qual o FECOP se constitui na contrapartida do Estado no acordo de empréstimo, e o projeto Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.

O Projeto São José III tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem-estar das comunidades rurais. A perspectiva é aumentar a inserção econômica, financiando projetos no âmbito de cadeias produtivas. Tem como objetivos principais: promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar; contribuir para a universalização do direito à água potável e ao esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado; viabilizar a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local; e estimular as relações de complementaridade entre os programas governamentais. Os beneficiários principais são os agricultores familiares, que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas em comunidades rurais, bem como famílias rurais sem acesso à água potável e esgotamento sanitário, sendo esses representados por suas associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas ou outros tipos de organizações legalmente constituídas.

O projeto de Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar visa colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da disponibilização de veículos e equipamentos que facilitarão o escoamento

da produção, de acordo com as normas sanitárias pertinentes, diminuindo os riscos de perecibilidade e melhorando a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos adquiridos. Contribui paralelamente para a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e distribuídos, beneficiando diretamente as pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades socioassistenciais beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da atuação direta em 93 municípios beneficiados pelo Programa.

Quadro 38 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Comunitária

MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R$	R$	Part (%)	R$	Part (%)
341	São José III - Componente 2 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado.	8.068.120,48	7.742.462,38	95,96	7.272.561,16	90,14
477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	291.858,00	97,29	160.648,00	53,55
TOTAL		**8.368.120,48**	**8.034.320,38**	**96,01**	**7.433.209,16**	**88,83**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.2.2.2 Inclusão Produtiva Rural

- **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

Seu principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares que sustentam esta política, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia, nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de todas as ações orientadas pela PNATER.

O limite concedido no ano para os projetos de ATER foi de R$ 16.975.830,03 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais e três centavos). Foi empenhado no período R$ 15.491.567,61 (quinze milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos) e pago R$ 15.459.698,15 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais e quinze centavos), o que representa um desempenho de 91,26% e 91,07% respectivamente. Nesta categoria, destacam-se os projetos Agente Rural e Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.

Quadro 39 – Execução Financeira dos Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R$	R$ (b)	Part (%)	R$ (c)	Part (%)
5	Agente Rural	10.000.000,00	9.271.414,00	92,71	9.250.826,00	92,51
41	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER em Assentamentos Rurais do Estado do Ceará - Práticas de Convivência com o Semi-Árido	1.300.000,00	1.300.000,00	100,00	1.300.000,00	100,00
50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.091.449,81	1.059.715,27	97,09	1.048.433,81	96,06
60	Fortalecimento da Infraestrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	84.380,22	0,00	0,00	0,00	0,00
183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	4.500.000,00	3.860.438,34	85,79	3.860.438,34	85,79
TOTAL		**16.975.830,03**	**15.491.567,61**	**91,26**	**15.459.698,15**	**91,07**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Fomento**

Os projetos inclusos nesta categoria objetivam o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disponibilização de recursos físicos e financeiros, que contribuam para o aumento da produção e da produtividade das suas unidades de produção. São complementados com atividades de ATER, capacitação e treinamento.

Dentre os principais projetos dessa categoria, pelo valor anual disponibilizado, destaca-se o Programa Garantia Safra, que assegura uma renda mínima aos agricultores de base familiar, em caso de perdas iguais ou superiores a 50% da produção, em função de estiagem. Contribui paralelamente para diminuição do êxodo rural, por reduzir os riscos inerentes à agricultura de sequeiro, e também para eliminação das práticas assistencialistas no trato da população rural nas ocorrências de seca. Destaca-se, ainda, o Programa Hora de Plantar, que distribui sementes e mudas de elevado potencial genético, permitindo o aumento da produtividade das culturas e melhor nível de renda dos beneficiários.

Incluem-se, ainda, nesta categoria, o projeto Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará, inserindo a agricultura familiar no desenvolvimento de ações voltadas para melhoria do rebanho de leite e de corte, contribuindo para a geração de emprego e renda no meio rural.

Merece também destaque o projeto Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA, que tem como objetivo melhorar o padrão de vida dos agricultores (as) familiares beneficiados, com foco prioritário nos jovens e mulheres, através do aumento da renda obtida por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas.

O valor disponibilizado para esta subcategoria de projetos foi de R$ 77.461.281,89 (setenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos). Deste valor foi empenhado R$ 65.687.265,45 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 84,80%, tendo sido pagos R$ 54.371.140,67 (cinquenta e quatro

milhões, trezentos e setenta e um mil, cento e quarenta reais e sessenta e sete centavos), correspondendo a 70,19%. Destacamos, em termos de valores empenhados e pagos, o projeto Garantia Safra do Ceará, que teve limite de R$ 28.587.132,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e trinta e dois reais), sendo empenhado 100% deste valor, o qual foi totalmente pago no período.

Quadro 40 – Execução Financeira dos Projetos de Fomento

MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R$	R$ (b)	Part (%)	R$ (c)	Part (%)
2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	586.205,68	586.205,67	100,00	488.103,17	83,26
5	Feiras da Agricultura Familiar	800.000,00	800.000,00	100,00	800.000,00	100,00
10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	600.000,00	600.000,00	100,00	326.939,00	54,49
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	17.200.000,00	17.168.124,20	99,81	8.426.548,60	48,99
32	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.386.598,71	97,48	4.386.598,71	97,48
67		1.096.756,24	209.141,18	19,07	209.141,18	19,07
38	Garantia Safra do Ceará	28.587.132,00	28.587.132,00	100,00	28.587.132,00	100,00
56	Cédula da Terra	456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Desapropriação por Interesse Social do imóvel Sítio Córrego, no Município de Tianguá	200.044,94	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
77		303.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
78		263.804,40	0,00	0,00	0,00	0,00
94		271.893,40	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	485.627,75	363.162,11	74,78	363.162,11	74,78
124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00	1.500.000,00	100,00
337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	111.981,75	99,99	0,00	0,00
340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	0,00	0,00	0,00	0,00

349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	95.534,33	10.927,23	11,44	0,00	0,00
350		113.532,98	0,00	0,00	0,00	0,00
362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	253.140,31	42,19	253.140,31	42,19
363	Kit's de Irrigação (1)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	2.497.468,65	1.310.510,85	52,47	1.310.510,85	52,47
372	Kit's de Irrigação (2)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	100,00	238.366,53	100,00
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	521.163,84	521.163,84	100,00	521.163,84	100,00
377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	15.250,00	19,17	0,00	0,00
378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.033,79	99,75	203.033,79	99,75
390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	1.126.269,79	100,00	0,00	0,00
418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00
430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	11.000,00	9,57	0,00	0,00
431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	5.582,31	3,15	0,00	0,00
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	298.020,02	18,17	298.020,02	18,17
440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00

451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	2.308.896,89	100,00	2.219.494,13	96,13
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	53.410,00	3,12	53.410,00	3,12
453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire) - Gestão do Projeto, Monitoramento e Avaliação	502.303,34	478.443,70	95,25	470.364,74	93,64
454		613.758,94	361.883,20	58,96	361.883,20	58,96
471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	66.802,66	27,67	0,00	0,00
480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	100,00	45.800,00	5,73
495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00	3.259.085,75	100,00
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	53.132,96	19,04	49.242,74	17,65
514	Projeto João de Barro	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**78.414.317,07**	**65.687.265,45**	**83,77**	**54.371.140,67**	**69,34**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Fomento e Segurança Alimentar Nutricional**

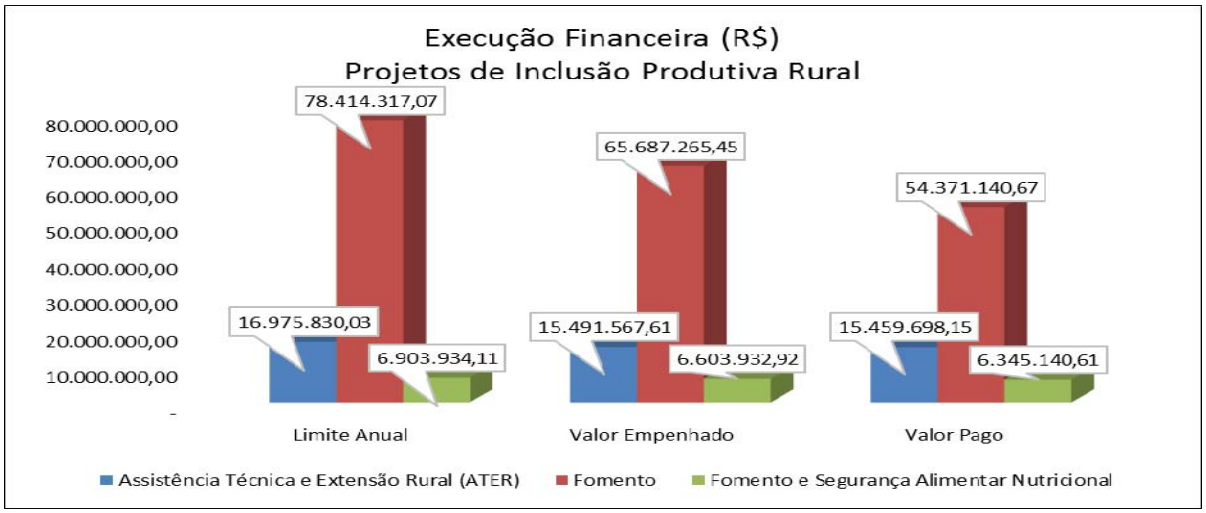
A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), consiste na realização do direito de todos ao acesso, regular e permanente, a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas, alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN – Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

A subcategoria engloba os projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, e Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA). Ambos, embora destaque-se a vertente de SAN, têm dupla funcionalidade, pois atuam tanto no apoio aos produtores de base familiar, por meio de ações de incentivo à produção e garantia de venda do produto a preços justos, quanto contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada, fornecendo gratuitamente os produtos adquiridos.

O limite anual para essa categoria foi de R$ 6.603.934,11 (seis milhões, seiscentos e três mil, novecentos e trinta e quatro reais e onze centavos), dos quais foram empenhados R$ 6.603.932,92 (seis milhões, seiscentos e três mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 95,14%.

O melhor desempenho financeiro no ano referente aos projetos desta categoria foi do Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, que empenhou 100%, e pagou 95,21% do valor programado. Já o Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA), também apresentou bom desempenho no período, com valor empenhado e pago de 80% do valor programado para o período.

Gráfico 12 – Execução Financeira – Projetos de Inclusão Produtiva Rural



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 40 – Execução Financeira dos Projetos Segurança Alimentar e Nutricional

MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R$	R$ (b)	Part (%)	R$ (c)	Part (%)
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite.	5.403.934,11	5.403.932,92	100,00	5.145.140,61	95,21
112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.500.000,00	1.200.000,00	80,00	1.200.000,00	80,00
	TOTAL	**6.903.934,11**	**6.603.932,92**	**95,65**	**6.345.140,61**	**91,91**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.2.3 Aplicação de Recursos Por Macrorregião

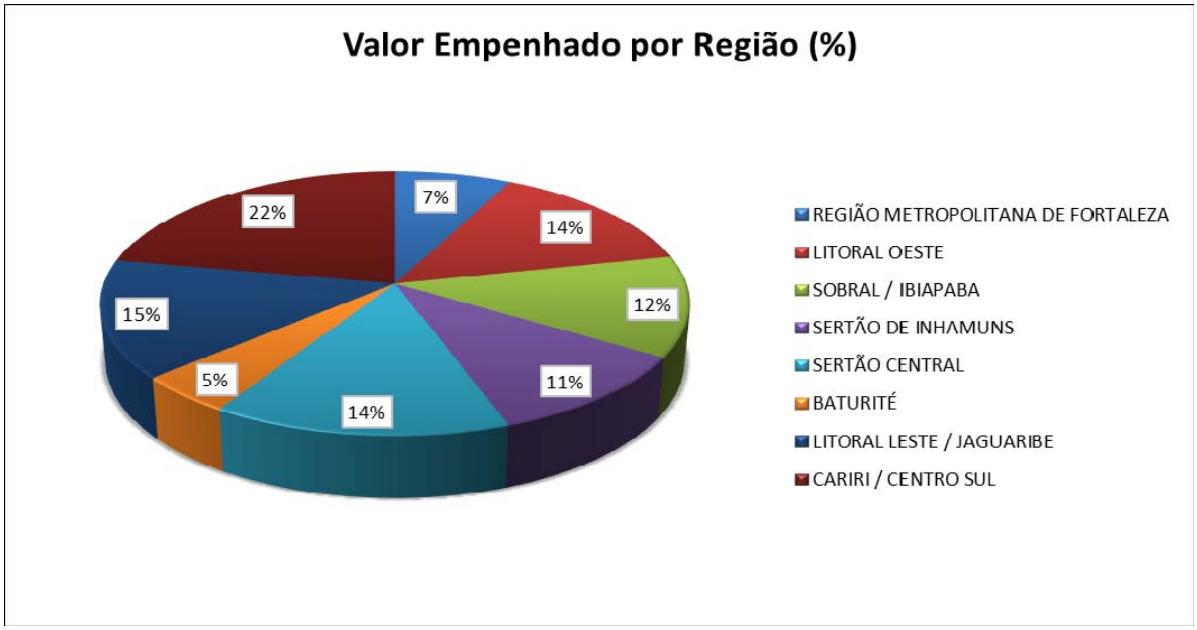
Quadro 41 - Distribuição dos Recursos

Descrição	Empenhado	(%)	População Beneficiada	(%)
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	6.486.978,69	7,40	96.201	3,83
LITORAL OESTE	12.392.295,81	14,13	226.748	9,03
SOBRAL / IBIAPABA	10.835.619,36	12,36	430.174	17,12
SERTÃO DE INHAMUNS	9.356.718,19	10,67	310.161	12,35
SERTÃO CENTRAL	12.493.674,53	14,25	463.447	18,45
BATURITÉ	4.120.935,23	4,70	125.006	4,98
LITORAL LESTE / JAGUARIBE	12.661.736,92	14,44	240.402	9,57
CARIRI / CENTRO SUL	19.326.285,72	22,04	619.885	24,68
Total	87.674.244,45	100,00	2.512.024	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

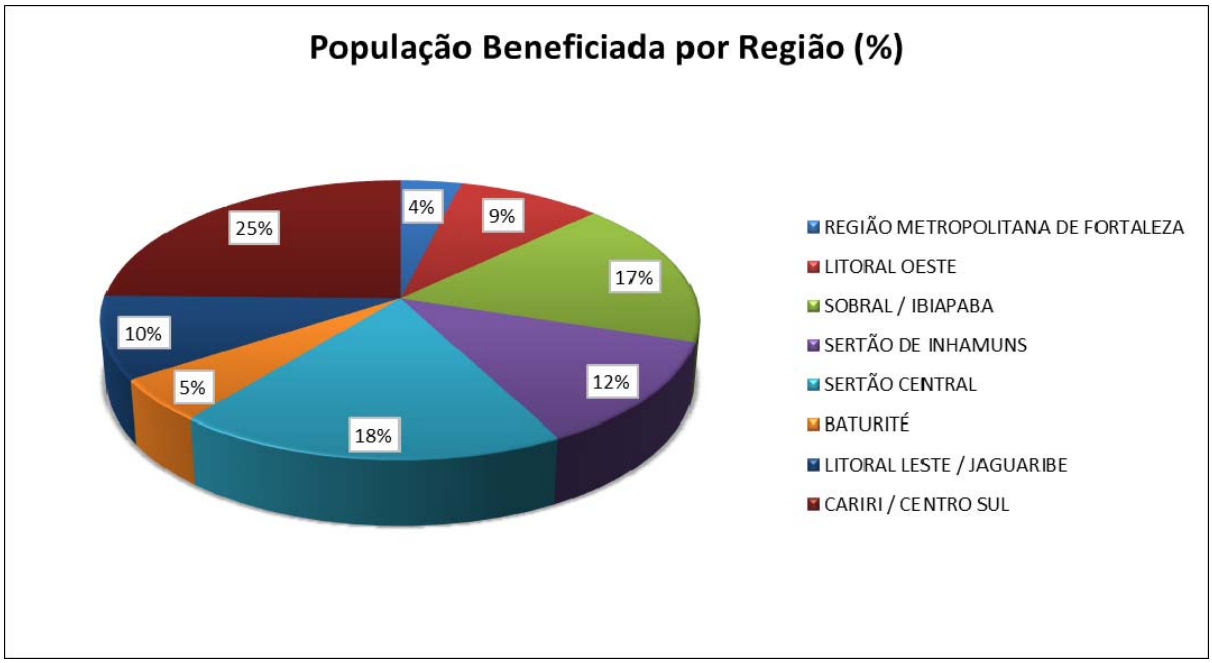
A aplicação de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, no ano de 2015, é registrada em todas as regiões e municípios do Estado do Ceará, intensificando-se naquelas que apresentam aspectos mais vulneráveis, incluindo os climáticos, como é o caso do Sertão Central, Litoral Leste/Jaguaribe, Sertão dos Inhamuns e da Região do Cariri, que se constitui na região mais populosa do estado, excluindo-se a RMF, com significativa participação da agricultura familiar, no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

Gráfico 13 - Participação (%) Valores Empenhados por Região



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 14 - Participação (%) População Beneficiada por Região



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.2.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Prestada Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 56.926 agricultores familiares, beneficiando um total de 237.697 pessoas;
- Formados 562 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares;
- Adquiridos e distribuídos 10.137.483 litros de leite bovino pasteurizado tipo C;
- Adquiridos e distribuídos 187.928 litros de leite caprino padronizado;
- Implantados 6.665 Módulos Sanitários, beneficiando 6.665 famílias em 59 municípios, no âmbito do Projeto São José III;
- Implantados 42 Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando 20.628 pessoas em 24 municípios no âmbito do Projeto São José III;
- Implantadas 16.996 Cisternas de Placas, beneficiando 84.980 pessoas;
- Implantadas 4.845 Cisternas de Enxurrada (tecnologias de captação e armazenamento de água, para manutenção de quintal produtivo), beneficiando 24.225 pessoas;

- Realizadas 320.304 adesões de agricultores familiares do Programa Garantia Safra;
- Beneficiados 3.068 agricultores (as) familiares, para aquisição de produtos da agricultura familiar, no Programa de Aquisição de Alimentos;
- Modernizada 39 Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos;
- Beneficiados 708 rizicultores dos Perímetros Irrigado de Morada Nova e Limoeiro do Norte, com 1.687 hectares de áreas subsidiadas com subvenção econômica;
- Beneficiados 1.590 Pessoas, com a tecnologia de substituição de copas, em 3.433 ha de cajueiro improdutivo;
- Implantadas 685 unidades de tratamento microbiológico e fluoretação, beneficiando 137.000 pessoas;
- Beneficiadas, diretamente, 385 famílias, com culturas irrigadas, sendo 104 no Projeto Alagamar, 151 no Projeto Curupati, e 130 no Projeto Mandacaru;
- Beneficiadas 2.346 famílias, com atividades de Assessoria Técnica Contínua, correspondendo a 9.665 pessoas, no âmbito do Projeto Paulo Freire;
- Distribuídas 3.332,623 toneladas de sementes selecionadas das culturas de feijão, milho, sorgo, amendoim, algodão, gergelim, capim e mamona aos agricultores beneficiados do Programa Hora de Plantar;
- Distribuídas 7.421,5 m³ de manivas sementes de mandioca, 374.531 mudas de cajueiro anão, 105.140 mudas de essências florestais nativas e exóticas, 8.000.023 raquetes de palma forrageira com os agricultores beneficiados do Programa Hora de Plantar;
- Regularizado o quadro social de 1.960 famílias, junto às associações;
- Realizada regularização fundiária de 7.024 imóveis, no âmbito do Projeto de Titulação de Imóveis Rurais;
- Implantados 76 sistemas de abastecimentos de água beneficiando 21.455 famílias, no âmbito do Programa Água para Todos;
- Implantados 6.623 ha com oleaginosas, atendendo 2.832 agricultores familiares, no âmbito do Programa Biodiesel.

Dificuldades

- Demora na aprovação e publicação da Lei autorizativa dos planos de negócios do componente de inclusão econômica do Projeto São José III,

acarretando consequente atraso na elaboração dos convênios de despesa, junto às associações beneficiárias dos projetos FECOP;

- Dificuldade na fiscalização da execução de projetos executivos de Sistemas de Abastecimento de Água Simplificado oriundas do Projeto São José III, ocasionada por falta de pessoal das Colaboradoras;
- A qualidade das prestações de contas apresentadas pelos convenentes ocasiona demora na liberação das parcelas dos convênios de despesa, por estarem condicionadas à aprovação das mesmas;
- Inadimplência por parte das Entidades conveniadas, restringindo o repasse de recursos;
- Intervalo entre o término e reinicio do período de concessão de bolsas de Agentes Rurais;
- Extrema irregularidade da quadra chuvosa;
- Demora, por parte das empresas contratadas, na apresentação das medições de execução;
- Atraso na evolução das etapas de inscrição, seleção e adesão do Garantia Safra;
- Atraso na evolução das etapas de cadastro, georeferrenciamento e titulação dos imóveis;
- Falta de capacitação inicial e continuada dos bolsistas de transferência tecnológica;
- Cancelamento de bolsas sem a substituição imediata;
- Desabastecimento de leite provocado pela estiagem;
- Atraso e/ou demora, por parte das empresas contratadas, na apresentação de ajustes dos planos de negócios;
- Atraso e/ou demora na regularização fiscal dos cartórios junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
- Atraso e/ou demora na obtenção das licenças ambientais junto à SEMACE;
- Atraso e/ou demora nos repasses dos recursos federais ocasionado pela necessidade de ajustes técnicos nos projetos;
- Atraso e/ou demora na formalização de convênios de receita;
- Atraso e/ou demora no processo de contratação de empresas licitadas, devido ausência de documentação necessária;
- Atraso e/ou demora na liberação de recursos por parte da Caixa Econômica Federal no que se refere aos contratos de repasse.

4.3 Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

4.3.1 Aspectos Gerais

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, tem como missão contribuir para a elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, através da coordenação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

Para alcançar os objetivos pretendidos, contou-se com os recursos complementares do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, na ordem de R$ 89.137.037,80 (Oitenta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, trinta e sete reais e oitenta centavos), que oportunizou o atendimento a 641.565 pessoas, por meio da execução de 43 (quarenta e três) projetos, que contemplam serviços e ações de enfrentamento à pobreza.

Convém registrar que o índice de execução financeira da STDS, em 2015, foi de R$ 84.779.497,37 (oitenta e quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos), que representa 95,11% do valor total dos recursos programados para o período. Tais recursos suplementaram as destinações orçamentárias da União, e financiaram, integralmente, a implementação das ações orçamentárias programadas para o combate à pobreza, seja na forma de contrapartida, de transferência direta aos municípios via convênios, cofinanciamento, com repasse fundo a fundo, ou como repasse a organizações não governamentais, que desenvolvem projetos em parceria com o Estado.

Do total de projetos apoiados, 23 (vinte e três) são voltados à área de Assistência Social, 12 (doze) de Inclusão Produtiva de seus beneficiários, através de ações de capacitação/fomento, e, por último, 08 (oito) destinados à Infraestrutura Comunitária. Também é importante frisar que 28 (vinte e oito) projetos são de continuidade e 14 (catorze) projetos foram aprovados no ano em curso.

Ressalta-se ainda que a maioria dos projetos em execução têm como fonte de financiamento somente os recursos oriundos do FECOP, com exceção dos que se seguem: Política Integrada de Economia Solidária, Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no município de Sobral e a Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte. O primeiro é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado com o Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, e os demais com a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, do Governo Federal.

Quadro 42 - Recursos Planejados/Empenhados/Pagos

Mapp	Projeto	Limite anual aprovado pelo CCPIS	Limite Jan-Dez	Valor Empenhado	%	Valor pago	%
08	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	3.300.000,00	3.300.000,00	100%	3.074.561,56	93,17%
40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	850.000,00	850.000,00	850.000,00	100%	701.750,00	82,56%
13	Estação Família	1.400.000,00	1.400.000,00	1.394.000,00	99,57%	1.394.000,00	100%
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	300.000,00	297.628,03	99,21%	297.628,03	100%
15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	5.000.000,00	4.982.445,93	99,65	4.982.445,93	99,65

17	Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (Abc's, Circos e CIP'S)	6.400.000,00	6.400.00,00	6.394.341,59	99,91%	6.391.610,39	99,87%
18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	1.950.000,00	1.917.693,39	98,34	1.916.042,97	98,26%
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	2.200.000,00	2.183.647,46	99,26%	2.178.983,06	99,04%
23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	2.150.000,00	2.144.500,00	99,74%	2.120.050,00	98,61%
23	Juventude Empreendedora	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	100%	1.450.000,00	100%
24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.600.000,00	2.600.000,00	2.368.000,00	91,08%	2.368.000,00	91,08%
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	7.286.500,00	99,82%	7.203.700,00	98,68%
26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	100%	1.500.000,00	100%
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.100.000,00	6.100.000,00	6.098.763,22	99,98%	6.084.245,23	99,74%

31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	2.300.000,00	2.300.000,00	2.229.200,00	96,92%	2.229.200,00	96,92%
32	Investimento Cidadão	650.000,00	650.000,00	650.000,00	100%	650.000,00	100%
34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	100%	1.450.000,00	100%
43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.950.000,00	1.942.745,35	99,63%	1.942.745,35	99,63%
44	Primeiro Passo	8.000.000,00	8.000.000,00	7.927.986,14	99,10%	7.874.627,69	98,43%
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	500.000,00	499.996,10	100%	499.996,10	100%
71	Garantindo a Acessibilidade	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100%	1.000.000,00	100%
87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0,00%	0,00	0,00%
88	Construção e Equipamentos para o Abrigo dos Idosos.	559.919,12	559.919,12	0,00	0,00%	0,00	0,00%
93	CE – Jovem Aprendizagem em Serviços (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	7.500.000,00	7.499.056,57	99,99%	7.499.056,57	99,99%

130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	750.000,00	100%	750.000,00	100%
152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	869.921,78	869.921,78	767.831,98	88,26%	0,00	0,00%
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	975.203,84	975.203,84	974.959,47	99,97%	974.959,47	99,97%
181	Geração Livre	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100%	200.000,00	100%
307	Primeiro Passo – Estagiários TRE	1.260.330,75	1.260.330,75	433.887,25	34,43%	421.868,00	33,47%
312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	2.389.757,03	2.389.757,03	2.389.713,13	100%	2.389.713,13	100%
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	900.000,00	900.000,00	100%	900.000,00	100%

240	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos – (Proteção Social Especial) – Fortaleza – CE	225.118,57	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
252	Ações Emergenciais para Atendimento aos Adolescentes, em Conflito com a Lei, nas Unidades de Medidas Socioeducativas	255.606,50	255.606,50	255.606,50	100%	255.606,50	100%
241	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens – Ceará Pacífico	854.785,00	854.785,00	758.027,12	88,68%	0,00	0,00%
258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	106.850,00	79.399,90	74,31%	79.399,90	74,31%
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	5.565.528,47	5.565.528,47	4.276.361,94	76,84%	4.175.732,04	75,03%

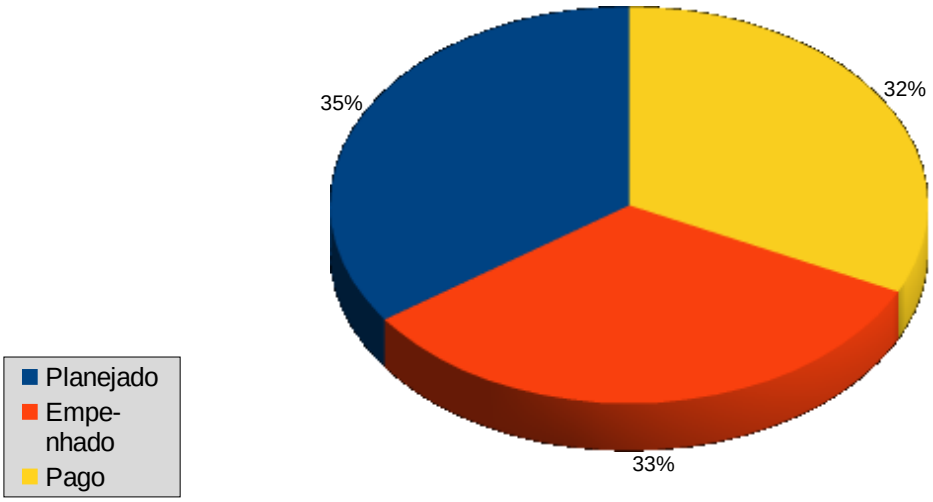
253	Apoio as Unidades de Internação de Fortaleza e Interior do Estado	5.185.402,13	5.185.402,13	5.178.830,63	99,87%	5.178.830,60	99,87%
254	Apoio à Unidade de Proteção Social Especial (Renascer, Nova vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	1.255.343,09	1.255.343,09	1.251.559,61	99,70%	1.237.559,61	98,58%
255	Apoio à Unidade de Internação Provisória Juazeiro do Norte	206.106,06	206.106,06	188.515,22	91,47%	188.515,22	91,47%
256	Apoio ao Centro Socioeducativo Passaré	745.796,49	745.796,49	745.534,72	99,96%	745.534,72	99,96%
257	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Sobral	263.142,15	263.142,15	263.142,15	100%	263.142,15	100%
258	Fortalecimento das Ações do CEPID	331.292,22	331.292,22	0,00	0,00%	0,00	0,00%

296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Prainha	361.616,75	361.616,75	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total		**89.137.037,80**	**89.137.037,80**	**84.779.497,37**	**95,11%**	**82.569.504,22**	**92,63%**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 15 - Percentual de Recursos Planejados/Empenhados/Pagos

2015



4.3.2 Desenvolvimento

No ano de 2015, o FECOP viabilizou apoio a um conjunto de projetos agrupados por categorias de atuação, a saber:

4.3.2.1 Desenvolvimento por Eixo de Atuação

4.3.2.1.1 Proteção Social Básica (Ação Preventiva)

Os projetos da Proteção Social Básica são prestados de forma articulada às seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários, e de suas famílias, nos serviços socioassistenciais, e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Coerente com as normativas que regem a Política de Assistência Social, merece destaque os projetos Terceira Idade Cidadã e Investimento Cidadão, que integram as ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, voltados para idosos e pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade social, dentre outros.

Nessa perspectiva, o projeto Terceira Idade Cidadã é um avanço na área da Assistência Social, e representa mais um passo na consolidação do SUAS no Ceará, considerando que substitui a relação convenial com os municípios, pelo cofinanciamento, com repasse do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, o que assegura o atendimento contínuo como preconiza a NOB/SUAS.

Em 2015, foram destinados recursos para apoiar 72 municípios no desenvolvimento de ações socioeducativas, recreativas, culturais, orientações sobre saúde, alimentação, e a prática de exercício físico beneficiando 7.200 pessoas idosas.

Além disso, foi ministrada capacitação para 300 técnicos, orientadores sociais dos municípios, bem como de técnicos da STDS, Centro do Centro Integrado de Atenção e Prevenção a Violência contra as Pessoas Idosa – CIAPREV, e Unidade de Abrigo com a abordagem de temáticas relacionadas a esse segmento, tais como: conceitos de velhice, subjetividade, autonomia, dinâmica de grupo, marcos legais, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para a pessoa idosa e Benefício de Prestação Continuada (BPC/INSS).

Registra-se ainda, a ampliação, em 2015, do projeto para mais 2 municípios, atingindo um total de 72 municípios. E a realização de um evento alusivo ao Dia Nacional do Idoso, na Casa José de Alencar, com a participação de 470 pessoas. Durante o evento foram promovidas atividades diversificadas como: palestras sobre saúde (enfocando câncer de mama e próstata); teste de glicemia; e medição de pressão arterial; massoterapia; pilates; dança, decupagem e cabeleireiro.

Figura 9 – momento lúdico

4.3.2.1.2 Projeto investimento cidadão

O projeto Investimento Cidadão visa contribuir para a redução das vulnerabilidades de pessoas com deficiência no Ceará, oportunizando seu acesso aos serviços de Proteção Social Básica. No período em análise, 42 municípios foram apoiados técnica, e financeiramente, para ofertar serviços tipificados de Proteção Social Básica a 2.940 pessoas com deficiência, e seus familiares. Também capacitou 100 técnicos e/ou orientadores sociais.

Por sua vez, cabe mencionar que, segundo o depoimento de alguns munícipes, esses recursos possibilitaram inovações nas atividades desenvolvidas com o público-alvo. Isso refletiu diretamente no grau de satisfação dos usuários, através de uma maior participação e assiduidade nos encontros realizados. As equipes municipais também relataram que percebem a existência de um interesse crescente dos usuários por maiores conhecimentos acerca de seus direitos.

Complementando o investimento na Pessoa Com Deficiência, o projeto Concessão de vales-transportes beneficiou 419 pessoas, e concedeu 162.350 vales, em 2015.

Vale mencionar o projeto Espaço Viva Gente, que se caracteriza como uma unidade pública integrante da rede socioassistencial, com função de proteção

social básica junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir os riscos sociais através da implementação de estratégias de arte cultura, esporte e qualificação profissional, para o desenvolvimento de potencialidades, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Entre janeiro e dezembro de 2016, foram capacitados 210 adolescentes com cursos de informática básica (Windows, Word, Excel) e 275 jovens inseridos em cursos profissionalizantes, visando fortalecer a sua condição de empregabilidade.

Com o mesmo foco, evidencia-se o projeto Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais, cujo objetivo é fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, através de ações que visem o desenvolvimento de potencialidades, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As atividades socioeducativas, estão consolidadas nos eixos estratégicos: esporte, nutrição, arte e cultura, informática e trabalho com as famílias.

Tais atividades são ofertadas nos contra turnos da escola, de forma que os usuários possam ter um atendimento complementar à jornada escolar. O referido projeto é executado em parceria com entidade comunitária, busca a participação de representantes da sociedade civil, e a divisão de responsabilidades na solução dos problemas vivenciados pelo público alvo.

As ações voltadas para a prática esportiva em diversas modalidades como futebol, voleibol e futsal, juntamente às de arte e cultura, mobilizaram 624 crianças e adolescentes. Observa-se que os esportes coletivos contribuem para a melhoria da autoestima e fortalece o espírito de equipe, de disciplina e de tolerância à frustração, além de atuar como uma ferramenta de socialização positiva, para aumentar a rede social do adolescente.

Por fim, registram-se as ações do cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que consiste no trabalho social desenvolvido junto às famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva do núcleo familiar, prevenindo a ruptura de seus vínculos familiares e

comunitários, promovendo o acesso e usufruto de direitos, e contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O projeto é executado junto às famílias socialmente vulneráveis, residentes nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Neste ano, foram atendidas 129.250 famílias vulneráveis, referenciadas em 181 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, em 159 municípios do Ceará, sendo 01 (um) para cada município, e 23 (vinte e três) para a metrópole Fortaleza. O cofinanciamento estadual consolida a corresponsabilidade do poder público estadual no fortalecimento e na melhoria da qualidade do Serviço. O cofinanciamento é concretizado através do repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Esta área de trabalho recebeu apoio financeiro do FECOP para execução de 10 projetos, com o orçamento anual de R$ 26.600.000,00 (Vinte e seis milhões e seiscentos mil reais), dos quais foram aplicados R$ 26.288.302,54 (Vinte e seis milhões, duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), que representam 98,83% do planejado.

Quadro 43 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Básica

MAPP	Secretarias/Projetos	Limite anual aprovado pelo CCPIS	Limite Jan-Dez	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
13	Estação Família	1.400.000,00	1.400.000,00	1.394.000,00	99,57%	1.394.000,00	99,57%
17	Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (Abc''s, Circos e CIP'S)	6.400.000,00	6.400.000,00	6.394.341,59	99,91%	6.391.610,39	99,87%
18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	1.950.000,00	1.917.693,39	98,34%	1.916.042,97	98,26%
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	2.200.000,00	2.183.647,46	99,26%	2.178.983,06	99,04%
23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	2.150.000,00	2.144.500,00	99,74%	2.120.050,00	98,61%
24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.600.000,00	2.600.000,00	2.368.000,00	91,08%	2.368.00,00	91,08%
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	7.286.500,00	99,82%	7.203.700,00	98,68%
32	Investimento Cidadão	650.000,00	650.000,00	650.000,00	100%	650.000,00	100%

34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	100%	1.450.000,00	100%
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	500.000,00	499.996,10	100%	499.996,10	100%
Sub Total		**26.600.000,00**	**26.600.000,00**	**26.288.302,54**	**98,83%**	**26.172.382,52**	**99,56%**

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Projetos - SIAP

4.3.2.1.3 Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE), destina-se às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos, por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar.

No âmbito do FECOP, a maioria dos projetos está direcionada aos serviços de acolhida e abrigamento de crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de violência. Complementando o rol de ações, são implementados os serviços de proteção sociais, direcionados as crianças e adolescentes em situação de rua e riscos sociais, e o atendimento de adolescentes e jovens, em cumprimento de medidas socioeducativas.

O atendimento ao adolescente cearense em conflito com a lei sentenciado judicialmente, com medida socioeducativa privativa ou restritiva de liberdade, é uma responsabilidade da STDS, que desenvolve este trabalho em uma rede de 16 unidades, localizadas na capital e municípios de Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu e Crateús.

Com esse fim, merece destaque o Projeto Geração Livre, implantado no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), que teve suas atividades iniciadas no mês de maio, e o seu encerramento em dezembro de 2015. As ações do projeto foram direcionadas para o fortalecimento e/ou restabelecimento dos vínculos afetivos entre as adolescentes e seus familiares/responsáveis, tornando-se um aliado imprescindível para a reinserção dessas jovens na família e comunidade.

Figura 10 – Projeto Geração Livre

O Centro educacional Aldaci Barbosa Mota atende adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, e, em casos especiais, até 21 anos incompletos, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ressalte-se que diante da especificidade do seu público-alvo, são atendidas às seguintes modalidades das medidas socioeducativas: Semiliberdade, Internação por Sentença, Internação Provisória e Internação Sanção. É a única Unidade no Estado Ceará, destinada ao público feminino, que cumpre medida em regime de privação de liberdade.

Em 2015, o projeto beneficiou 80 adolescentes e 32 famílias em situação de vulnerabilidade social, com cestas básicas e vales-transportes, implantou uma oficina de sabonetes, com aquisição de equipamentos de uso específico e toda a matéria prima necessária para confecção de sabonetes em barra e líquido e aromatizador de ambiente. Foi ministrado o curso de sabonetes artesanais para as adolescentes que já participavam da oficina ensinarem às suas mães, sob a supervisão da instrutora de ofício. Os produtos fabricados foram comercializados em

feiras da comunidade, com a participação das mães, na qualidade de vendedoras.

Em relação às vendas, as mães recebiam um incentivo de 10% do total dos lucros. Segundo as mães, essas atividades contribuíram para melhorar o relacionamento entre mães e filhas, vislumbrando novas possibilidades de futuro para essas jovens. Um destaque especial para algumas mães, que mesmo antes de findar o curso, passaram a produzir sabonetes artesanais em casa, tornando esse novo aprendizado, uma fonte de renda familiar. Ao final do curso, cada mãe recebeu um "kit de instrumental de trabalho", para iniciar suas atividades.

Registra-se também a modernização do Salão de Beleza, que se encontrava em condições muito precária. Foram adquiridos mobiliários e equipamentos, incluindo cadeiras, lavatórios, pintura do local entre outros, possibilitando o seu funcionamento. Nestes espaços são realizados diversas atividades com as adolescentes, incluindo o "dia da beleza para as mães".

A receptividade dos usuários às ações propostas pela Equipe responsável pelo Projeto foi excelente, claramente evidenciadas na participação e no interesse, e pelo desejo de resgatar os laços afetivos, esgaçados, muitas vezes, mediante às dificuldades de uma convivência marcada pelo uso abusivo de drogas, conflitos familiares resultante de um cotidiano marcado por práticas delituosas.

É importante registrar que, nos encontros mensais com as famílias do CEABM, várias mães das internas manifestaram-se, através de depoimentos, sobre o aprendizado de uma convivência familiar mais saudável, pautada no amor, respeito mútuo e compreensão. Ademais, o projeto contribuiu ainda para reduzir a ausência de familiares nos dias de visitas as adolescentes e jovens.

Dentre as ações voltadas à modalidade de abrigamento, evidencia-se: o projeto "Idoso Sujeito Pleno", que oferta serviços de acolhimento a pessoa idosa com direitos ameaçados ou violados na única unidade pública do Estado do Ceará, para atendimento desse segmento populacional.

4.3.2.1.4 Unidade Abrigo

Figura 11 – Unidade de Abrigo

Durante o ano de 2015, foram atendidas 99 pessoas, em regime de tempo integral, com acesso às atividades de lazer, cultura, pedagógica e ocupacional. E ainda, atendimento psicossocial e de saúde. Como avanço, destaca-se a parceria com o grupo de voluntário da Associação Braços Aberto e a contratação dos seguintes profissionais: nutricionista, educador físico, psicóloga e mais uma assistente social e uma atendente bucal. Também foi elaborado o regimento interno de forma sincronizada entre a equipe de profissionais da Unidade, tendo sido publicado em dezembro de 2015, com uma diretriz unificada para as ações da Unidade.

Outra importante ação foi à capacitação da equipe técnica de saúde pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Vale destacar que a unidade é um campo vasto de estágio, onde as universidades: UECE e UFC e as faculdades: FAMETRO, FATENE e FAC, encaminham anualmente seus alunos.

Na mesma linha foram apoiados os projetos que atendem em regime de abrigamento como: Novos Caminhos para Mulheres Vítimas de Violência que atendeu 70 (setenta) mulheres vítimas de violência domésticas acompanhada de seus filhos. E, ainda o projeto "Abrigamento de Crianças e Adolescentes Em Situação de Abandono", que beneficia crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, e, excepcionalmente, pelos órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes (como Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, entre outros), que se encontram em situação de risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção, no caso de não haver possibilidade de retorno à família biológica.

Neste período, no Abrigo Desembargador Olívio Câmara, foram atendidas 91 (noventa e uma) pessoas (crianças, adolescentes e a adultos com deficiência), destas 40 (quarenta) participaram de oficinas profissionalizantes. E no Abrigo Tia Júlia o atendimento foi ofertado a 87 (oitenta e sete) crianças, das quais 18 (dezoito) foram adotadas, 03 (três) crianças foram reintegradas à família e a comunidade, e 27 (vinte e sete) crianças, em idade escolar, foram engajadas em escolas particulares.

Registra-se, ainda, que todos os serviços de Proteção Social Especial atuam diretamente ligados ao Sistema de Garantia de Direito – SGD, que é a articulação e a integração de várias instâncias do poder público, na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Compõem este sistema órgãos como: Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência, Defensoria Pública, dentre outros. Na prática, o SDG visa dar celeridade a todas as questões que envolvam esses segmentos mais vulnerabilizados.

Foram ofertadas ações às famílias e indivíduos com direitos violados, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, em Fortaleza e nos municípios Acarape, Barreira, Chorozinho e Pindoretama. O projeto Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência

Social – CREAS, assegurou, aos grupos socialmente vulnerabilizados, a garantia de proteção social através dos serviços socioassistenciais e de segurança alimentar e nutricional. Em 2015, foram atendidas 8.207 (oito mil e duzentos e sete) famílias e indivíduos com serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS. No que se refere ao cofinanciamento, em 2015, foram beneficiadas 10.227 (Dez mil e duzentos e vinte e sete) pessoas, em 39 municípios cofinanciados.

Esta linha de atuação recebeu apoio financeiro do FECOP para execução de 13 (treze) projetos, com o orçamento planejado para o período de R$ 24.661.396,42 (vinte e quatro milhões, seiscentos e sessenta e hum mil, e trezentos e noventa e seis reais, e quarenta e dois centavos) e aplicou R$ 24.534.471,33 (Vinte e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e hum reais e trinta e três centavos), que representaram 99,49% do recursos destinados para o período.

Quadro 44 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Especial

MAPP	Secretarias/Projetos	Limite anual Aprovado pelo CCPIS	Limite Jan-Dez	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	300.000,00	297.628,03	99,21	297.628,03	99,21%
15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	5.000.000,00	4.982.945,93	99.66%	4.982.445,93	99.65%
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.100.000,00	6.100.000,00	6.098.763,22	99,98%	6.084.245,23	99,74%
31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais	2.300.000,00	2.300.000,00	2.229.200,00	96,92%	2.229.200,00	96,92%

	Complementares)						
43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.950.000,00	1.942.745,35	99,63%	1.942.745,35	99,63%
181	Geração Livre	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100%	200.000,00	100%
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	900.000,00	900.000,00	100%	900.000,00	100%
252	Ações Emergenciais para Atendimento aos Adolescentes, em Conflito com a Lei, nas Unidades de Medidas Socioeducativas	255.606,50	255.606,50	255.606,50	100%	255.606,50	100%
253	Apoio às Unidades de Internação de Fortaleza e Interior do Estado	5.185.402,13	5.185.402,13	5.178.830,60	99,87%	5.178.830,60	99,87
254	Apoio à Unidade de Proteção Social Especia (Renascer, Nova Vida, santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio	1.255.343,09	1.255.343,09	1.251.559,61	99,70%	1.237.559,61	98,58%
255	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Juazeiro do Norte	206.106,06	206.106,06	188.515,22	91,47%	188.515,22	91,47%

256	Apoio ao Centro Socioeducativo Passaré	745.796,49	745.796,49	745.534,72	99,96%	745.534,72	99,96%
257	Apoio à Unidade de Internação Provisória de Sobral	263.142,15	263.142,15	263.142,15	100%	263.142,15	100%
Sub Total		**24.661.396,42**	**24.661.396,42**	**24.534.471,33**	**99,49%**	**24.505.453,34**	**99,98%**

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Projetos - SIAP

4.3.2.1.5 Inclusão Produtiva Urbana – Ocupação e Renda (Capacitação)

Os projetos de Inclusão Produtivas, coordenados pela STDS, têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional, incentivo à economia popular e solidária e ações de geração de ocupação e renda.

Para tanto, no período analisado, foram financiados 12 (doze) projetos de inclusão produtiva, sendo 09 (nove) direcionados para o fortalecimento do capital humano, através das ações de capacitação, e 03 (três) que contemplam investimento em qualificação profissional, articulada com ações de fomento, que vão gerar bens, e aumentar as oportunidades de ocupação e renda para os excluídos dos processos produtivos.

Com a finalidade de fortalecer o capital humano, destaca-se o Projeto Primeiro Passo, que atende jovens, de 16 a 24 anos, cursando o ensino fundamental e médio, e egressos de escolas públicas, com renda de até ½ salário-mínimo. O projeto atua nas modalidades voltadas para qualificação social e profissional, e inserção no mercado de trabalho por meio de estágios. No decorrer de 2015, foram atendidos 6.823 jovens, em diversos municípios, órgãos e empresas do Estado.

Na modalidade de Qualificação Social e Profissional, conhecida por Jovem Bolsista, o jovem participa de cursos, com carga horária de 240 h/a, durante 3 meses, e recebe um auxílio mensal de R$100,00 (cem reais). O objetivo é qualificar esses jovens para que possam ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. No período foram atendidos 5.000 jovens, em 94 municípios do Estado. Os cursos mais ofertados foram nas áreas administrativas, turismo, vendas e manutenção de equipamentos.

Como avanço, registra-se o atendimento a 200 jovens das Unidades Penitenciárias, através de parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania e 75 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Essas ações foram consolidadas com o objetivo de garantir estratégias concretas de ressocialização, permitindo que o retorno ao convívio em sociedade seja diferente ao anterior. Ainda nessa perspectiva, o Primeiro Passo atendeu 50 jovens de Comunidades Terapêuticas, em

tratamento de dependência química, por meio de parceria com a Secretaria de Políticas Sobre Drogas.

Outra importante parceria firmada em 2015, foi com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (COOJUV). Os jovens do Primeiro Passo tiveram oportunidade de realizar vários cursos nos três Centros de Cultura Arte e Lazer – CUCAS. Essa parceria permitiu aos jovens um maior acesso aos serviços voltados para a juventude oferecidos pelos CUCAS. A Secretaria da Fazenda também esteve na parceria de 2015, por meio da Célula de Educação Fiscal e Responsabilidade Socioambiental – Projeto de Inclusão Social, desenvolvendo os cursos para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, das comunidades da Praia de Iracema, Poço da Draga, Centro, Meireles, Morro do Ouro.

Figura 12 – Primeiro Passo

Na modalidade de Estágios, conhecida como Jovem Estagiário, o Primeiro Passo atendeu 1.823 jovens, inserindo-os em empresas privadas, entidades sem fins lucrativos ou órgãos públicos do Estado. São jovens na faixa etária de 16 a 21 anos, estudantes do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino. O grande impacto social dessa modalidade é proporcionar aos jovens o primeiro contato com o mundo do

trabalho, permitindo amadurecimento profissional e fortalecimento do currículo com novas experiências.

Todos os jovens atendidos, antes do encaminhamento para os locais de estágio, passam por oficinas de "Orientação para o Trabalho", ministradas em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, e sobre "Tráfico de Pessoas", em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS. O objetivo dessas oficinas é fortalecer o currículo integrado do estágio, ampliando, disseminando e atualizando informações e conceitos para os jovens beneficiados.

Ainda na área da capacitação juvenil, foi implementado o projeto CE-Jovem Aprendizagem em Serviço, cujo objetivo é beneficiar jovens com idade entre 16 e 24 anos, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, assim como os egressos, oriundos do ensino público e com renda per capita inferior a ½ salário-mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, para torná-los empreendedores ou aprendizes.

Este projeto contempla duas linhas de ação: Empreendedor Juvenil, que capacita os jovens para se tornarem empreendedores, e Jovem Aprendiz, que qualifica os jovens através de formação técnico-profissional e insere-os, concomitantemente, em empresas privadas, de acordo com a Lei de Aprendizagem Nº 10.097/2000. No período em análise, o projeto Jovem Aprendiz atuou em 32 (trinta e dois) municípios, beneficiando 2.504 jovens aprendizes com ações de capacitação.

Com relação a linha Empreendedor Juvenil Atendeu 2.104 jovens, mas somente 1.479 jovens concluíram a primeira etapa, em virtude de problemas estruturais, que desmotivaram os beneficiários à continuarem no curso. Os cursos eram realizados em laboratórios de informática, pois a metodologia da primeira parte do projeto é de Ensino à Distância (On line), e alguns locais apresentavam computadores defasados ou quebrados para utilizar o programa e também sem conexão com a Internet. Projeto. Buscando corrigir os problemas ocorridos, foram firmadas parcerias com o SEBRAE, para ministrar palestras de Gestão Básica e aperfeiçoamento dos Planos de Negócios elaborados pelos alunos.

Na linha de fomento, tem-se o projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense, cujo objetivo é contribuir para consolidar a política de geração de emprego, trabalho e renda preconizada pelo Governo do Estado, articulada com outras políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades de inserção dos cidadãos cearenses em situação de vulnerabilidade social e econômica no mundo do trabalho.

Para alcance desses objetivos no período em análise foram atendidas 6.806 pessoas em 110 municípios do Estado. Com o intuito de favorecer a integração das ações do projeto foram firmadas parcerias com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Justiça – SEJUS, Secretaria de Políticas sobre Drogas – SPD, para realização de cursos de informática, boas práticas na gastronomia, fabricação de doces e salgados, formação de garçons, mecânica de motos, eletricista, costureiro, dentre outros. Para fortalecer a empregabilidade do público-alvo da rede SINE/IDT foram ofertados 66 cursos de qualificação profissional, que atenderam 1.320 pessoas desempregadas ou beneficiárias do seguro-desemprego.

Ainda, na linha de fomento, o projeto "Política Integrada de Economia Solidária", que foi concebido pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar e fortalecer os empreendimentos e redes solidárias, através do apoio a autogestão, a autonomia, sustentabilidade dos empreendimentos e a articulação com outros projetos de economia solidária, beneficiou 2.997 pessoas em 26 municípios.

Para a implementação dos projetos do eixo inclusão produtiva, foram aportados recursos da ordem de R$ 28.438.230,00 (Vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos e trinta reais), e aplicados R$ 27.180.042,99 (vinte e sete milhões, cento e oitenta mil, quarenta e dois reais e noventa e nove centavos), equivalente a 95,68%, em relação ao valor programado.

Quadro 45 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Inclusão Produtiva Urbana

MAPP	Secretarias/Projetos	Limite anual aprovado pelo CCPIS	Limite Jan-Dez	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
08	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	3.300.000,00	3.300.000,00	100%	3.074.561,56	93,17%
40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	850.000,00	850.000,00	850.000,00	100%	701.750,00	82,56%
23	Juventude Empreendedora	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	100%	1.450.000,00	100%
26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	100%	1.500.000,00	100%
44	Primeiro Passo	8.000.000,00	8.000.000,00	7.927.986,14	99,11%	7.874.627,69	98,45%
71	Garantindo a Acessibilidade	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100%	1.000.000,00	100%
93	CE- Jovem Aprendizagem em Serviços (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	7.500.000,00	7.499.056,57	99,99%	7.499.056,57	99,99%
130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	750.000,00	100%	750.000,00	100%

307	Primeiro Passo – Estagiários TRE	1.260.330,75	1.260.330,75	433.887,25	34,43%	421.868,00	33,47%
312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	2.389.757,03	2.389.757,03	2.389.713,13	100%	2.389.713,13	100%
258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	106.850,00	79.399,90	74,31%	79.399,00	74,31%
258	Fortalecimento das Ações do CEPID	331.292,22	331.292,22	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Sub Total.		**28.438.230,00**	**28.438.230,00**	**27.180.042,99**	**95,68%**	**26.740.975,95**	**98,39%**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

4.3.2.1.6 Infraestrutura Comunitária

Os projetos de Infraestrutura Comunitária englobam ações, cujo produto gerado é apropriado por toda a comunidade. Tais projetos garantem a melhoria de edificações públicas para atendimento aos segmentos socialmente vulnerabilizados. Neste segmento foram aportados recursos para 8 projetos, quais sejam: Construção de Unidade Socioeducativa de Internação, no Município de Juazeiro do Norte, Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC, Construção e Equipamentos para o Abrigo dos Idosos, Construção de Unidade Socioeducativa de Internação, no Município de Sobral, Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Prainha, Estrutura do acesso, área de lazer e paisagismo do abrigo de Idosos, Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens – Ceará Pacífico, Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB, CECAL).

Essas edificações contribuirão para melhorar a qualidade dos serviços ofertados aos usuários atendidos pelas Políticas executadas no âmbito da STDS. Os recursos aprovados foram na ordem de R$ 9.437.411,38 (nove milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e onze reais e trinta e oito centavos) e aplicados R$ 6.777.180,51 (seis milhões, setecentos e setenta e sete mil, cento e oitenta reais e cinquenta e um centavos), que representa 71,81% do montante disponibilizado para o período, em análise.

Figura 13 – Construção de Unidade Socioeducativa

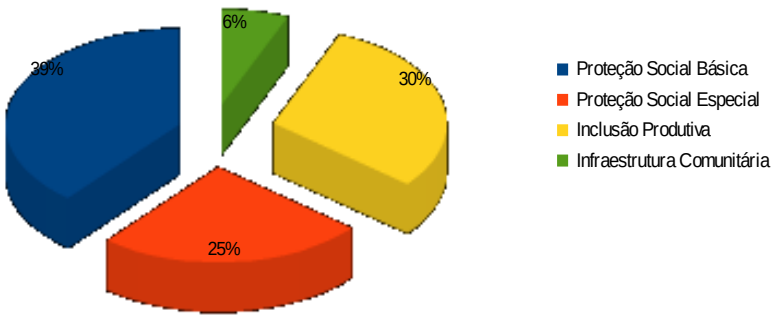
Quadro 46 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Infraestrutura Comunitária

MAPP	Secretarias/Projetos	Limite anual aprovado Pelo CCPIS	Limite Jan-Dez	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0,00%	0,00	0,00%
88	Construção e Equipamentos para o Abrigo dos Idosos.	559.919,12	559.919,12	0,00	0,00%	0,00	0,00%
152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	869.921,78	869.921,78	767.831,98	88,26%	0,00	0,00%
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	975.203,84	975.203,84	974.959,47	99,97%	974.959,47	99,97%
296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Prainha	361.616,75	361.616,75	0,00	0,00%	0,00	0,00%
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB, CECAL)	5.565.528,47	5.565.528,47	4.276.361,94	76,84%	4.175.732,04	75,03%

240	Estrutura do acesso, área de lazer e paisagismo do abrigo de Idosos.	225.118,57	225.118,57	0,00	0,00%	0,00	0,00%
241	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens – Ceará Pacífico.	854.785,00	854.785,00	758.027,12	88,68%	0,00	0,00%
Total		**9.437.411,38**	**9.437.411,38**	**6.777.180,51**	**71,81%**	**5.150.691,51**	**14,39%**

Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Gráfico 16 - Projetos Financiados por eixo de atuação X recursos planejados



4.3.3 Aplicação de Recursos Por Macrorregião

Ao analisar a tabela abaixo, observa-se que 67,73%, dos recursos da STDS, foram aplicados na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, seguido pela região Cariri/Centro Sul, com 8,82%, e em terceiro lugar Sobra/Ibiapaba, com 6,06%. Esta centralização de recursos em uma única região, justifica-se em função de que 43,08% da população do Estado do Ceará vive na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Destes, 85,52% estão concentrados em 4 municípios, quais sejam: Fortaleza, com 67,46%; Caucaia, 9,11%; Maracanaú, 5,76%, e; Maranguape, com 3,18%, conforme dados apresentados no "No Perfil Básico Municipal – IPECE/2013".

Com efeito, pode-se inferir que a concentração de população em uma mesma região pode acarretar problemas sociais relacionados ao aumento da violência, favelização, degradação do meio ambiente, dentre outros. Tais evidências impactam fortemente a população mais pobre, público-alvo da STDS.

Ressalte-se ainda que as unidades destinadas ao abrigamento de crianças e adolescentes, e as unidades de proteção social básicas destinadas a prevenir a ocorrência e os agravos dos riscos sociais para as famílias, bem como, as unidades da Proteção Social Especial voltadas para idosos, deficientes, mulheres vítimas de violência, estão localizadas na capital, apesar de atenderem a um público de todo o Estado.

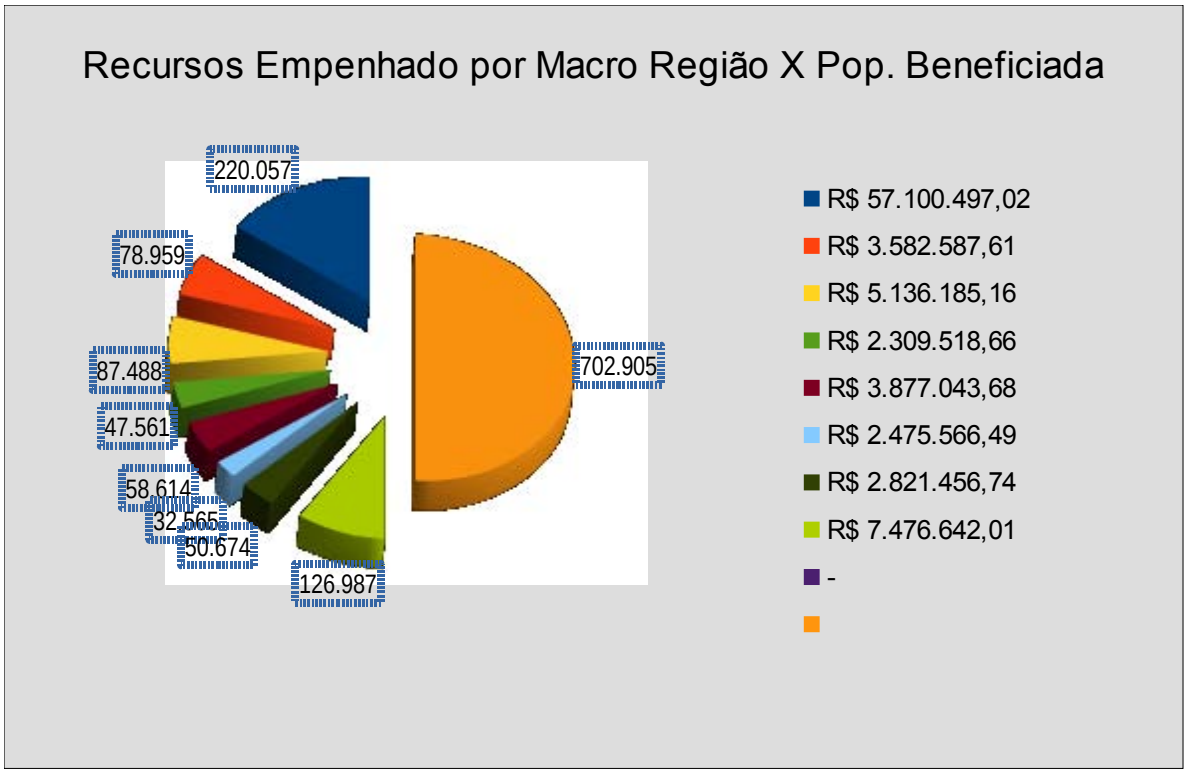
No tocante aos projetos da STDS, identificou-se que, dos 43 aprovados, 14 tem atuação focada em Fortaleza e Região Metropolitana. Tais projetos beneficiaram, no período em análise, 15.862 pessoas, o que corresponde 2,47% do total de beneficiários.

Quadro 47 - Distribuição dos Recursos Aplicados por Região

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	57.100.497,02	67,73	220.057	31,31
2-LITORAL OESTE	3.582.587,61	4,14	78.959	11,23
3-SOBRAL/IBIAPABA	5.136.185,16	6,06	87.488	12,45
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	2.309.518,66	2,72	47.561	6,77
5-SERTÃO CENTRAL	3.877.043,68	4,57	58.614	8,34
6-BATURITÉ	2.475.566,49	2,92	32.565	4,63
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	2.821.456,74	3,04	50.674	7,21
8-CARIRI/CENTRO SUL	7.476.642,01	8,82	126.987	18,07
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	
TOTAL	84.779.497,37	100	702.905	100

Fonte: Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro – SIOF

Gráfico 17 – Recursos Empenhados por Macrorregião por População beneficiada



4.3.4 Principais Resultados/Dificuldades

Os principais resultados obtidos ao longo do ano foram:

- 181 Centros de Referência da Assistência Sociais municipais cofinanciados de forma regular e automática, com serviços de Proteção e Atendimento integral à família, em 159 municípios, e beneficiando 129.250 famílias;
- 162 municípios cofinanciados com benefícios eventuais (auxílio funeral/natalidade), atendendo a 14.409 pessoas em situação de vulnerabilidade, das áreas referenciadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);
- 419 pessoas com deficiência da RMF, beneficiadas com 162.350 vales-transportes, para o deslocamento aos serviços de educação e tratamento de saúde;
- 10.227 pessoas atendidas com direitos socioassistenciais pelos CREAS, na capital e municípios vinculados;
- 400 cestas básicas concedidas, em caráter emergencial, às famílias residentes em Fortaleza;
- 939 famílias com acesso aos serviços e programas da proteção social básica;
- 99 idosos com acesso aos serviços e programas de Proteção Social Especial;
- 5.100 crianças e adolescentes beneficiados com os serviços de Proteção Social Básica;
- 2.416 jovens inseridos no mercado de trabalho, na condição de estagiário;
- 3.789 pessoas beneficiadas com expedição de documentos nos 07 CC's;
- 3.000 kits de instrumental de trabalho concedidos em 110 municípios;
- 3.466 artesãos cadastrados e credenciados;
- 640 artesãos capacitados;

Apresentamos ainda, as dificuldades que interferiram no alcance de melhor desempenho:

- O desinteresse das famílias e dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, para retornar ao sistema escolar;
- Baixo nível de escolaridade das pessoas dificulta o engajamento em cursos mais avançados, que oferece melhores oportunidades no mercado trabalho;
- Atraso nos processos licitatórios, retardando o andamento das construções;

- Defasagem no valor dos recursos financeiros repassados pelo Estado (R$0,90) para o cofinanciamento (PAIF), em relação ao repasse do Governo Federal (R$ 2,40). O valor pactuado com a Comissão Intergestora tripartite – CIB, e aprovado pelo CEAS, correspondente a 50% do valor repassado pelo Federal, ou seja, o valor corrigido deve ser de R$ 1,20.

4.4 Secretaria da Saúde

4.4.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Saúde – SESA, tem a missão de assegurar a formação e a gestão das políticas em saúde, e a prestação da assistência à saúde individual e coletiva, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses. E dentre seus objetivos destaca-se a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde nos municípios do Estado, e o fortalecimento das ações e serviços de promoção, proteção e vigilância em saúde.

Para viabilizar o cumprimento de seus objetivos, a SESA, em 2015, apresentou dois projetos, para financiamento junto ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, destinados ao "Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares" e "Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializa à Saúde", no valor de R$ 57.316.262,54 (cinquenta e sete milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), dos quais R$ 50.436.841,10 (cinquenta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e dez centavos) foram programados para o período de novembro e dezembro de 2015.

Os projetos apoiados pelo FECOP, no âmbito da SESA, estão agrupados pelos dois eixos de atuação: Estruturante e Assistenciais.

Quadro 48 – Execução Financeira da SESA

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	55.854.175,80	48.999.793,67	87,73	34.612.933,26	61,97
2	1482	Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializada à Saúde	1.462.086,74	1.437.047,43	98,29	1.437.047,43	98,29
Total			**57.316.262,54**	**50.436.841,10**	**88,00**	**36.049.980,69**	**62,90**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.4.2 Desenvolvimento

Os projetos apoiados pelo FECOP, no âmbito da SESA, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, estão agrupados nos grupos conforme segue:

- Assistenciais:
    - Proteção Social Básica: Atua na prevenção de situações de risco por meio de aquisições de medicamentos e materiais médicos hospitalares, com vistas a garantir o acesso à assistência de qualidade para a população SUS dependente.
- Estruturantes:
    - Infraestrutura Comunitária: Envolve o projeto de construção de equipamento público que beneficia toda a comunidade.

4.4.2.1 Projeto Assistencial

O Projeto de Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares visa garantir o acesso à assistência de qualidade para a população em situação de pobreza e extrema pobreza do Estado, através da aquisição de medicamentos e materiais médicos hospitalares para as Unidades Hospitalares, da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

Tal estratégia contribui para otimização dos atendimentos, com ganhos em quantidade e qualidade, podendo assim, os setores atenderem seu objetivo primordial, que é o atendimento em saúde à população do Estado do Ceará.

Vale ressaltar que a atenção terciária em saúde é de responsabilidade, na grande maioria das especialidades médicas, da Secretaria de Saúde do Estado, e os pacientes contemplados pelo projeto foram atendidos pelas unidades hospitalares selecionadas no projeto.

Quanto à aquisição de medicamentos, tem-se que foram adquiridos 8.179.587 itens, que totalizaram R$ 34.216.423,60 (trinta e quatro milhões, duzentos e dezesseis mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos). Foram adquiridos

medicamentos das mais variadas classes terapêuticas. Estas classes encontram-se descritas no projeto. Já para a categoria Materiais Médicos Hospitalares foram adquiridos 24.855.828 itens, que somaram R$ 14.783.370,07 (catorze milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta reais e sete centavos).

Com a aquisição destes itens foram beneficiados um total de 429.718 pacientes, sendo 46.470 pacientes atendidos nas emergências das unidades hospitalares, 11.692 internados, por condições clínicas ou cirúrgicas, 118.847 atendidos nos ambulatórios, 223.254 pacientes beneficiados com exames realizados, e 29.455 pacientes, que receberam medicamentos em programas de dispensação dos ambulatórios de assistência farmacêutica.

Quadro 49 – Execução Financeira – Área Assistencial

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	55.854.175,80	48.999.793,67	87,73	34.612.933,26	61,97
Sub Total			**55.854.175,80**	**48.999.793,67**	**87,73**	**34.612.933,26**	**61,97**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.4.2.2 Projeto Estruturante

O Projeto de Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializada à Saúde visa garantir a melhoria da infraestrutura da Rede de Atenção Especializada de Saúde, para população da Macrorregião do Sertão Central, garantindo a ampliação da oferta de serviços de saúde com a construção do Hospital Regional do Sertão Central - HRSC.

O HRSC é uma unidade hospitalar de complexidade terciária, programada para a prestação de serviços nas linhas de cuidado clínico e cirúrgico, fazendo cobertura primordialmente às especialidades de neurologia, traumatologia, ortopedia,

pediatria, obstetrícia, ginecologia, psiquiatria, neonatologia, plástica, torácica, buco-maxilo-facial, vascular, mastologia, e outras especialidades, conforme demanda pactuada, contando com o serviço de apoio composto de enfermagem, nutrição, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia e serviço social.

Com investimentos na ordem de R$ 78.079.984,35 (setenta e oito milhões, setenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais, e trinta e cinco centavos), em obra, e R$ 51.061.080,00 (cinquenta e um milhões, sessenta e um mil, e oitenta reais) em equipamentos, o HRSC está localizado na cidade de Quixeramobim, e foi projetado para garantir amplo acesso aos serviços de Urgência/Emergência. O prédio, com área aproximada de 18 mil metros quadrados, abrigará também os serviços complementares de reabilitação e centro de imagem, ambos com equipamentos modernos e de alta complexidade.

Quadro 50 – Execução Financeira – Área Estruturante

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1482	Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializada à Saúde	1.462.086,74	1.437.047,43	98,29	1.437.047,43	98,29
Sub Total			**1.462.086,74**	**1.437.047,43**	**98,29**	**1.437.047,43**	**98,29**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.4.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

A população beneficiada, do Projeto "Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares", está sendo apresentada no Quadro a seguir, conforme indicado no SIAP. Mas, destacamos que os pacientes beneficiados foram: 374.609 na Macrorregião – Região Metropolitana de Fortaleza; 23.499 na Macrorregião – Cariri/Centro Sul; e, 31.610 na Macrorregião – Sobral/Ibiapaba.

Isso é devido ao atendimento das unidades hospitalares atendidas no projeto, estarem localizadas, além de Fortaleza, em Juazeiro do Norte e Sobral.

Para o Projeto "Apoio à Infraestrutura da Atenção Especializada à Saúde", destacamos que o HRSC, encontra-se em fase de conclusão. Diante do disso a população beneficiada será considerada quando o hospital estiver em pleno funcionamento.

Quadro 51 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
Região Metropolitana de Fortaleza	48.999.793,67	87,73	429.718	41,72
Sertão Central	1.437.047,43	98,29	600.334	58,28
TOTAL	**50.436.841,10**	**88,00**	**1.030.052**	**100**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados:

- 8.179.587 itens de medicamentos foram adquiridos;
- 24.855.828 itens de materiais médicos hospitalares adquiridos;
- 46.470 pacientes atendidos nas emergências;
- 11.692 pacientes internados por condições clínicas ou cirúrgicas;
- 118.847 pacientes atendidos nos ambulatórios;
- 223.254 pacientes beneficiados com exames realizados;
- 29.455 pacientes que receberam medicamentos em programas de dispensação dos ambulatórios de assistência farmacêutica;
- Redução média de 2% no tempo de internação, comparando-se dezembro/2015 e janeiro/ 2016 com o terceiro trimestre de 2015;
- Redução de 58,9% das taxas de suspensão cirúrgica por motivação de "falta de material";
- Criação do Centro de Distribuição da SESA, proporcionando controle da gestão dos estoques e abastecimento integrado da rede;
- Contribuição para conclusão da obra do HRSC e na agilidade para abertura.

Dificuldades:

- Alguns fornecedores/laboratórios não puderam atender a demanda solicitada devido ao recesso do final de ano e grande volume dos itens solicitados;
- Aquisição de equipamentos pendentes para funcionamento do HRSC.

4.5 Secretaria dos Recursos Hídricos

4.5.1 Aspectos Gerais

A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, coordena as ações do Estado no âmbito dos recursos hídricos, e sua atuação está voltada para promover a oferta, a gestão e a preservação desses recursos de forma participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Para viabilizar o cumprimento de sua missão, conta, como uma das fontes de recursos, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que financiou a execução de 38 projetos, classificados na categoria de Infraestrutura Comunitária – Abastecimento de Água, em 2015.

Todos os projetos financiados, dizem respeito ao abastecimento de água, sendo 13 deles enquadrados no Programa de Acumulação Hídrica, enquanto que os 25 demais são ações vinculadas ao Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água.

Do total de projetos financiados pelo FECOP, 26 (vinte e Seis) são executados diretamente pela SRH e 12 (Doze) pela sua vinculada, Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), quais sejam: (I) 202 - Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST; (II) 221 - Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará; (III) 233 - Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; (IV) 264 - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (V) 267 - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (VI) 268 - Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (VII) 269 - Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (VIII) 270 - Material de Construção De Poços Tubulares

Profundo para atender o Estado do Ceará no período Emergencial de Seca; (IX) 274 - Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Jaguaretama, no interior do Estado do Ceará; (X) 310 - Perfuração de Poços Tubulares Profundos; (XI) 314 – Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundos no Município de Tauá; (XII) 324 – Sistema Emergencial de Abastecimento de água para a Sede Municipal de Cedro.

Em 2015, foram destinados à SRH e a SOHIDRA, para a execução dos 38 projetos, o valor anual de R$ 56.589.152,90 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais, e noventa centavos), tendo sido pago o valor de R$ 37.847.269,80 (trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e duzentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos), equivalente a 70,64%, do limite liberado para o Ano. Com a execução dos projetos, está previsto o atendimento a aproximadamente 560.000 pessoas.

Destaca-se que os recursos provenientes da fonte FECOP viabilizaram a captação de outras fontes de financiamento para os projetos, como do Governo Federal, Tesouro Estadual, e recursos externos provenientes do P4R do Banco Mundial, as quais totalizam R$ 150.029.117,55 (cento e cinquenta milhões, vinte e nove mil, cento e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos). O volume total de recursos envolvidos na programação do ano de 2015, da Fonte FECOP, é de R$ 56.589.152,90 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e r cinquenta e dois reais e noventa centavos), que, somado aos recursos de outras fontes, chega-se a R$ 212.888.103,68 (duzentos e doze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, cento e três reais e sessenta e oito centavos).

4.5.2 Desenvolvimento

Todos os projetos desenvolvidos pela SRH incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP – GEF, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de projetos Estruturantes, na categoria Infraestrutura Comunitária – Abastecimento de Água. São assim considerados, em função dos produtos, por eles gerados, serem apropriados por toda uma comunidade.

No âmbito da SRH, encontram-se subdivididos em dois Programas: Programa de

Transferência Hídrica e Suprimento de Água e Programa Acumulação Hídrica.

Em Parceria com a Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, foram Realizadas Ações de fundamental importância para o momento de estiagem que se encontra todo o Estado. O governo do Estado, através de muitas ações e grandes mobilizações, uniu esforços para dirimir os efeitos da Seca, procurando oferecer principalmente à população dos Municípios em estado mais critico, acesso a água de forma mais rápida e em condições adequadas para consumo.

4.5.2.1 Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água

Este Programa visa atender as necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água. Da relação de projetos financiados em 2015, 26 pertencem a este Programa.

Os açudes cearenses contam hoje com 16,8% da capacidade total. No início do ano, o governo estadual apresentou o Plano Estadual de Convivência com a Seca, que prevê uma série de investimentos com o objetivo de amenizar os efeitos da estiagem, como a perfuração de poços e a instalação de adutoras de engate rápido. A diferença entre essas ações emergenciais e a de longo prazo contra a seca, sem as quais a população não pode sobreviver, é o tempo.

O projeto para Instalação de Sistemas de Abastecimento de Água com Dessalinizadores ou Chafariz, atende comunidades do interior do Estado do Ceará, visando disponibilizar água de boa qualidade para atender as necessidades de consumo humano e colaborando, paralelamente, para a redução do índice de doenças de veiculação hídrica e a melhoria das condições de vida da população beneficiada. Solução idealizada, para o problema da falta de água nas comunidades, foi a instalação de sistemas simplificados, que combinem a instalação de poços, construídos no embasamento cristalino, mesmo com as limitações de vazão e qualidade da água, com a utilização de Dessalinizadores, ou associados ao uso adequado de cisternas individuais. Implantado através da SOHIDRA, o projeto tem como princípio a busca da auto sustentabilidade, tendo

como parceiros as prefeituras, as empresas de saneamento e a própria comunidade.

Figura 14 - Modelo de Chafariz

Figura 15 - Modelo de Cisterna Individual

Projetos

1 - (MAPP 202/SOHIDRA) - Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST

Este projeto visa proporcionar às famílias beneficiadas água de boa qualidade para atender às necessidades de consumo humano e animal e contribuir para o desenvolvimento produtivo dos assentamentos.

Das 13 adutoras, somente a de Tururu e Canindé não foram concluídas 100%. Das 11 concluídas, totalizando uma população beneficiada de 563 famílias.

Quadro 52 – LOCALIZAÇÃO DAS ADUTORAS

Município	Localidade	Região	Quant
Amontada	Aroeira	2	1
Miraíma	Pedra Branca	2	1
Tururu	Novo Horizonte	2	1
Crateús	Palmares I	4	1
Monsenhor Tabosa	Bargado	4	1
Tamboril	Monte Alegre	4	1
Santa Quitéria	Roseli Nunes	5	1
Canindé	Logradouro I	5	1
Ibaretama	Lênin Paz II	5	1
Quixeramobim	Tanquinho	5	1
Itapiúna	Assentamento Touro	6	1
Russas	Bernardo Marim II	7	1
Icó	Chico Mendes	8	2
TOTAL			**14**

Fonte: Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH

2 - (MAPP 221/SOHIDRA) - Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará

O projeto visa realizar a manutenção nos sistemas simplificados de abastecimento de água instalados pela Sohidra. No primeiro semestre, foi recebido o material (polímero), e pago o contrato da empresa Nunes & Rezende (37/14).

Aditivado contrato, em 25%, do seu valor inicial. Materiais são: cascalho, polímero, medidor elétrico e outros materiais. No total foram realizadas manutenções em 219 dessalinizadores, beneficiando 6.501 famílias.

3 - (MAPP 233/SOHIDRA) - Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens – Comunidades do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Por motivo de atraso na licitação, as obras não foram executadas conforme previsto. Não houve a conclusão 100% de nenhuma barragens.

4 - (MAPP 255/SRH) - Cinturão das Águas do Ceará – CAC – TRECHO I

Foram executados, ao final de 2015, 10 Km de extensão, do 1º Trecho do CAC, Jati / Cariús. Logo se execute 20 Km, será possível transpor água do Rio São Francisco para o Nordeste - Projeto de Integração do São Francisco (PISF). O CAC beneficiará 80% do território do Estado, e não somente as bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, como previsto inicialmente no projeto. Ele aumentará significativamente a possibilidade de acumulação das águas possíveis de aduzir do rio São Francisco, com a inclusão de cerca de 20 novos grandes açudes, cada um de capacidade superior a 50hm³. Também foi dado continuidade no processo desapropriatório, atingindo 100% da meta prevista para o exercício.

Figura 16 - Concreto de canal

Figura 17 - Sifão Areia – Estrutura de desemboque

5 - (MAPP 264/SRH) - Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - ÁGUA DOCE

FASE 1: DIAGNÓSTICO SÓCIOAMBIENTAL E TÉCNICO

CONCLUÍDO

Empresa Contratada: Empresa Fernandes Construções Ltda. ME
Prazo: 18 meses * Valor de Contrato: R$ 4.914.780,30 * Valor de Encerramento: R$ 4.280.903,70

Municípios Pesquisados	Diagnóstico Socioambiental	Diagnóstico Técnico	Comunidades Selecionadas	Municípios a Serem Beneficiados
48	666 comunidades	444 comunidades	222	44

PALESTRAS SOBRE O ACORDO DE GESTÃO (PRÉ-ACORDO)

Lote 1: Total de 85 comunidades. Uma reunião realizada em cada 85 comunidades.

Lote 2: Total de 74 comunidades. Duas reuniões realizadas em cada uma de 73 comunidades. Falta apenas uma reunião em uma comunidade do município de Boa Viagem.

Lote 3: Total de 63 comunidades. Uma reunião realizada em cada uma de 56 comunidades, faltando somente 7 comunidades do município de Acopiara para totalizar as 63 do lote 3

As Localidades foram selecionadas por meio do Índice de Condição de Acesso à Água (ICAA), e a partir dos níveis de criticidade, definidos pela composição dos seguintes indicadores: a) Pluviometria; b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); c) Mortalidade Infantil; c) Intensidade de Pobreza; d) Concentrações de Sólidos Totais Dissolvidos (STD); e) Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Este último indicador, como se trata de informação importante para o Estado do Ceará, foi solicitado ao Ministério que fosse incluído no cálculo da hierarquização dos municípios cearenses.

Já com referência a seleção das comunidades rurais difusas, foi exigido que cada localidade atendesse os seguintes critérios: a) Dispor de Poço Profundo com vazão mínima de 1000 litros/hora; b) Ter energia elétrica; e c) Ter população de, no mínimo, 20 famílias em raio de um quilômetro.

O objetivo do PAD é dotar as comunidades rurais difusas do semiárido cearense de água de potável, por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de

dessalinização. Além disso, o Programa se caracteriza como uma medida de adaptação às mudanças climáticas, por reduzir as vulnerabilidades, no que diz respeito ao abastecimento de água. Estudos mostram que com o aumento de temperatura e, por consequência, com o aumento das taxas de evaporação na região, as águas subterrâneas passam a ser uma das poucas alternativas de acesso à água, para a população rural residente no semiárido brasileiro.

O Programa Água Doce se situa no contexto do Programa Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, que preconiza a universalização de acesso e uso da água para todos.

Visitadas todas as 222 comunidades, com o objetivo de discutir o Termo do Acordo de Gestão, assinado pelas lideranças comunitárias, e coletar a documentação para doação do terreno, para construção do sistema, e solicitação da outorga de água.

Figura 18 - Reunião de Acordo de Gestão - Bola de Cima em Ocara – Lote 3

Figura 19 - Reunião de Acordo de Gestão – Russas – Lote 3

Iniciado o processo de marcação das áreas para construção das obras civis, e o consequente início de construção, e instalação dos sistemas de abastecimento por meio do processo de dessalinização.

Foram Concluídos 70 Sistemas, com dessalinizadores do Programa água Doce – PAD, para de abastecimento de água em diversas localidades nos Municípios de: Apuiarés (03 Sistemas /182 Famílias), Irauçuba (05 Sistemas /222 Famílias), Itapajé (05 Sistemas /337 Famílias), Miraíma (02 Sistemas /135 famílias), Pentecoste (08 Sistemas /241 Famílias), Tejuçuoca (05 Sistemas /247 Famílias), Aiuba (01 Sistema /58 Famílias), Arneiroz (06 Sistemas /166 Famílias), Catarina (01 Sistema /24 Famílias), Saboeiro (04 Sistemas /266 Famílias), Tauá (,03 Sistemas /166 Famílias), Chorozinho (02 Sistemas /122 Famílias), Ibaretama (03 Sistemas / 99 Famílias), Ibicuitinga (01 Sistemas /22 Famílias), Ocara (05 Sistemas / 275 Famílias), Russas (01 Sistema /120 Famílias), Umirim (02 Sistemas / 44 Famílias), beneficiando diretamente 3.633 famílias.

Figura 20 - Sistema Implantado e Operando /Comunidade Lagoa de Dentro – Município de Pentecoste

6 - (MAPP 264/SOHIDRA) - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará

Foram instalados 273 sistemas simplificados de abastecimento d'água com chafariz, em 64 municípios do Estado, beneficiando 16.504 famílias.

Figura 21 - Sistema da Vila Angelim em Madalena

7 - (MAPP 267/SOHIDRA) - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador em Comunidades do Interior do Estado do Ceará

Construído 68 abrigos (que é o local onde ficarão instalados os dessalinizadores) e instalados 36 sistemas simplificados com dessalinizador em 19 municípios do Estado, beneficiando 14.178 famílias.

Figura 22 - Sistema Lagoa do Canto em Barreira

8 - (MAPP 268/SOHIDRA) - Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará

Perfurados 443 poços (em 72 municípios), e implantados 9 sistemas de abastecimento d'água com chafariz (4 municípios), beneficiando 440 famílias.

9 - (MAPP 269/SRH) - Construção do Sistema Adutor de Palmácia

Foram Executados 70% dos serviços das obras Hidroambientais. Quanto à execução da Obra, não foi iniciada, visto impasse na celebração do Contrato entre a Empresa ganhadora, Konnen, por discordar dos valores da planilha orçamentaria estarem defasado, e não aceitar a redução proposta pela Caixa Econômica Federal. Caso não haja acordo, é possível de nova Licitação em 2016.

10 - (MAPP 269/SOHIDRA) - Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará

Realizados 308 testes de vazão, com análise físico-química, em 59 municípios do Estado.

11 - (MAPP 270/SOHIDRA) - Materiais para Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca

Os materiais foram recebidos no município de Fortaleza (sede Sohidra), e usados na construção de 707 poços pela Sohidra, em 54 municípios do Estado.

12 - (MAPP 274/SOHIDRA) - Sistema Emergencial de Abastecimento de água para Sede Municipal de Jaguaretama – Ce

Concluído o Sistema de Abastecimento d'água de Jaguaretama, beneficiando 310 famílias.

13 - (MAPP 277/SRH) - Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas

Quanto à execução, foi realizado 100% do valor previsto. Realizados cursos de educação ambiental e de capacitação para operar o sistema, cujo objetivo foi alcançado.

14 - (MAPP 282/SRH) - Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo

Com 98% da obra executada, faltando apenas os serviços de automação, com previsão de encerramento prevista para fevereiro de 2016. Houve atraso, por motivo de readequação no projeto executivo, sendo resolvido junto a Caixa Econômica Federal (itens de serviços não previstos inicialmente). Existe pendência junto a Companhia Energética do Ceará – Coelce, no que concerne a sub- estação de 45 KVA. No entanto, a empreiteira já está tomando as providências necessárias. Após a instalação do sistema, que tem como reserva hídrica o Açude Riacho da Serra, aumentará a segurança hídrica na sede do município de Alto Santo e irá beneficiar 16.359 habitantes da zona rural e sede municipal com água tratada.

Figuras 23, 24 e 25 - Obras do Sistema Adutor de Alto Santo

15 - (MAPP 310/SOHIDRA) - Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA

Mapp para pagamento de locação de veículos, mão de obra terceirizada, combustível, análise da água e peças e manutenção de veículos e maquinários, para custear as despesas das equipes de poços. Foram construídos 707 poços, pela própria Sohidra, em 54 municípios cearenses.

16 - (MAPP 314/SOHIDRA) - Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundo no Município de Tauá

Mapp não executado. Valor remanejado para 2016.

17 - (MAPP 315/SRH) - Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca

As Empresas foram Contratadas em forma de RDC, fazem parte do Consórcio Águas de Coreaú, de um lado, a Trana Construções Ltda, e de outro, a ABF Engenharia Serv. e Com Ltda., responsáveis pela realização de todas as fases do empreendimento, compreendendo a elaboração do projeto executivo, execução e supervisão dos serviços, no valor de R$ 35.915.230,71 (trinta e cinco milhões, novecentos e quinze mil, duzentos e trinta reais e setenta e um centavos). Não houve execução, pois o anteprojeto encontra-se em análise junto a Caixa Econômica Federal, sendo que, somente quando da aprovação, será emitida a ordem de serviço para Elaboração do Projeto Executivo.

18 - (MAPP 324/SOHIDRA) – Sistema Emergencial de Abastecimento de água para Sede Municipal do Cedro – Ce

Obra 80% concluída, com previsão de término no ano de 2016.

19 - (MAPP 325/SRH) - Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú

Concluída a Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú tem Extensão 25,95 Km, criando

condições de abastecimento adequadas às comunidades, beneficiando 3.373 pessoas (825 em Buriti I, 1.939 em Buriti II e 609 em Cachorro Seco).

20 - (MAPP 332/SRH) - Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato

O convênio com a Prefeitura Municipal de Crato foi assinado no final do mês de junho de 2014. A execução foi iniciada no primeiro semestre de 2015, ficando sua execução final para o inicio de 2016, o Município foi comunicado a prestar esclarecimentos quanto ao atraso na execução do projeto. Não Há beneficiados, visto o projeto não ter alcançado seu objetivo final, quando realizado beneficiará 2.821 habitantes.

21 - (MAPP 337/SRH) - Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre

Apesar do Projeto ter sido apresentado em 2015, não foi possível realizar execução financeira, visto que o projeto executivo permanece em análise técnica na Caixa Econômica Federal, só podendo ser emitida a Ordem de Serviço após conclusão. Já foi celebrado contrato da Obra com a empresa PB Construções, no valor de R$ 23.478.000,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e oito mil reais), e Supervisão no valor de R$ 1.754.665,44 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais, e quarenta e quatro centavos), totalizando um investimento de R$ 25.232.665,14 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais, e catorze centavos). Não Há beneficiados, visto o projeto não ter alcançado seu objetivo final.

22 - (MAPP 338/SRH) - Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu

Em 2014, foi dado inicio ao processo licitatório, e finalizado em 2015, neste último também foram realizados pagamentos quanto as visitas Técnicas, para avaliação quanto a localização a ser construído o objeto. Aguarda-se a Caixa Econômica Federal finalizar a análise do projeto executivo, para que, assim seja liberado o

recurso necessário ao inicio a execução. Não Há beneficiados visto o projeto não ter alcançado seu objetivo final.

23 - (MAPP 345/SRH) - Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe

O processo encontra-se na Coordenadoria de Infraestrutura – COINF, em análise, para posterior relançamento da Licitação.

24 - (MAPP 346/SRH) - Construção e Supervisão da Adutora de Fortim

Em relação à obra, foi realizado o contrato nº 10/2015/SRH - Empresa Elevação - Valor R$ 21.848.031,95 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, trinta e um reais, e noventa e cinco centavos). Porém, existem pendências contratuais na Obra da Barragem Amarelas, que é a fonte de captação dessa adutor. Por essa razão, só poderá ser emitida a Ordem de Serviço após resolução.

25 - (MAPP 350/SRH) - Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja

O projeto visa dimensionar um sistema de abastecimento d'água, para atender a demanda hídrica de uma parcela da população residente nos Distritos de Adrianópolis e Timonha, representadas principalmente pelas sedes destes distritos e comunidades localizadas próximas ao eixo do trajeto da adutora, como: Chapada, Curral Velho, Conselho, Cajueiro dos Coutinhos, Sariema, dentre outras, além de prever o atendimento da população difusa residente ao longo do traçado da adutora.

Físico: Obra está executada em 85%. porém foi necessário realizar aditivo de valor, visto a necessidade de adequar parte da tubulação de 150mm para 300mm, para que fosse possível operar com eficiência a distribuição da água. Para execução final aguardamos aprovação do referido, ficando sua conclusão para 2016. Ainda não há beneficiados, quando da sua operação atenderá mais de 9.954 habitantes.

Figuras 26 e 27 - Obras das adutoras de Adrianópolis e Timonha

26 - (MAPP 392/SRH) - Instalação de Dessalinizadores no Município de Crateús

Foram executados 80% dos serviços, faltando somente instalação das bombas que será finalizado até março de 2016. Aguardamos Manifestação do Município, para prestação de contas do 1º desembolso, e posterior liberação do saldo de R$48.840,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e quarenta reais). Ainda não há beneficiados, porém, quando da sua operação, atenderá mais de 9.954 habitantes. O Município dispõe de um cadastro preliminar realizado nas comunidades que serão beneficiados com execução do projeto: Escola Indígena 2.000 habitantes, Vila Planaltina 1.600 beneficiados, Cidade Nova (Ilha) UPA/CAIC 3.200 habitantes.

4.5.2.2 Programa de Acumulação Hídrica

O objetivo deste Programa é ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, através da construção de barragens ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Foram Apresentados em 2015, 13 (treze) projetos, que totalizam um valor anual de R$ 12.491.466,75 (doze milhões, quatrocentos e noventa e um mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), dos quais somente R$ 5.567.857,88 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais, e oitenta e oito centavos), foram realmente aplicados.

1 - (MAPP 1 /SRH) - Desapropriação e Construção da Barragem Gameleira – Itapipoca - Sistema de Adução para a agro vila da Barragem

Executado 100%, conforme planejado. A importância desse projeto se dá, uma vez que é inexistente o saneamento básico no local e a população sofre com a falta de água potável. Existe uma estrutura de reservação e rede de distribuição na comunidade, porém, sem um sistema adutor e de tratamento para usufruto daquela população, ficando, assim, impossível a disponibilidade de água. Com a execução dessa obra de adução a população dispõe de maior segurança hídrica, proporcionado maior qualidade de vida. 175 habitantes já se beneficiam desse resultado.

2 - (MAPP 233/SOHIDRA) - Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Por motivo de atraso na licitação, as obras não foram executadas conforme previsto. Não houve a conclusão 100% de nenhuma barragens, por esse motivo não há famílias beneficiadas ainda.

3 - (MAPP 253/SRH) - Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco

Obra com físico 100% executada, com boa reservação hídrica. Beneficiando 24.703 habitantes da População residente no município de Marco/CE e ribeirinhas, permitindo proporcionar melhores condições de vida. Quanto à desapropriação, para finalização do processo, restam a pagar o valor de R$ 234.295,99 que por questões judiciais serão executadas no inicio de 2016.

Figuras 28 e 29 - Barragem Diamantino

4 - (MAPP 276/SRH) - Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinal em Palmácia

Foram Supervisionados os Serviços de Escavação, que prosseguem atingindo sua etapa final, dentro do previsto. Não foi executado físico e financeiro do previsto, por razões do projeto somente ter sido apresentado ao FECOP, já no último trimestre.

5 - (MAPP 286/SRH) - Construção da Barragem Germinal em Palmácia

Foi assinado Contrato nº 03/2015/SRH, com a Empresa R. Furlani em 06/02/2015, no valor de R$ 16.236.186,72 (dezesseis milhões, duzentos e trinta e seis mil, e cento e oitenta e seis reais, setenta e dois centavos). com prazo para execução de doze meses.

Executado os Serviços de Escavação que prosseguem atingindo sua etapa final, dentro do previsto. Não foi executado físico e financeiro o previsto, por razões do projeto somente ter sido apresentado ao FECOP já no último trimestre.

6 - (MAPP 297/SRH) - Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu

O projeto se propõe ao abastecimento para os próximos 30 anos, garantindo água para a população da sede do município de São Luiz do Curú, do distrito de Croatá, e reforço da perenização do Baixo Curú, aumentando a oferta hídrica para implantação de projetos de irrigação. Nos anos anteriores foram executados

somente os processos de Desapropriação no montante de R$ 1.513.591,09 (um milhão, quinhentos e treze mil, quinhentos e noventa e um reais, e nove centavos), ficando apenas os casos judiciais para 2016, Quanto à execução da obra, não há como se mensurar, visto o processo estar em análise na Caixa Econômica Federal. Logo que o objetivo seja atingido, beneficiará 17.943 habitantes.

7 - (MAPP 308/SRH) - Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú – Município de Maranguape - Ce.

Concluída a elaboração de 01 Projeto Executivo, para ampliação de uma barragem de terra homogênea. Foi realizado aditivo de valor de R$ 71.593,00 (setenta e um mil, quinhentos e noventa e três reais), oriundos da necessidade de realizar acréscimo de testes de sondagens, diagnosticadas em meio à execução do referido. O projeto visa, com o aumento da capacidade, oferecer maior segurança hídrica do distrito de Itapebussu, com 5.149 habitantes.

8 - (MAPP 330/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu

O projeto executivo encontra-se em análise na Caixa Econômica Federal. Somente após esta analise é que poderá ser emitida ordem de serviço. Foram contratadas as Empresas: Obra: Empresa BRA no valor R$ 27.942.341,81 (vinte e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e um reais, e oitenta e um centavos), e Supervisão: KL Engenharia no valor de R$ 2.636.069,92 (dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, sessenta e nove reais, e noventa e dois centavos). Quanto à desapropriação: Foi realizado 99% do Processo, ficando apenas um para 2016, por razão da não emissão do Laudo, por parte do Cartório. Não há beneficiados, visto o projeto não ter atingido seu objetivo final, porém, logo executado, beneficiará uma população de 32.000 habitantes.

9 - (MAPP 335/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha

Não executado, face a necessidade de readequação do Projeto executivo. Probabilidade de ser Licitado novamente, porém, somente em 2016 se poderá

confirmar essa posição. Não há beneficiados, visto o projeto não ter atingido seu objetivo final.

10 - (MAPP 359/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe.

Obra em Execução. Valor pago pelo FECOP, em decorrência da necessidade de pagamentos de medições de serviços, executados no valor de R$ 704.747,75 (setecentos e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais, e setenta e cinco centavos), somada a necessidade de redução nas despesas de desapropriação, visto o processo ter quase finalizado. Quanto à desapropriação, foram executados R$ 940.052,11 (novecentos e quarenta mil, cinquenta e dois reais, e onze centavos), totalizando 90%, ficando apenas um processo, que se encontra em via judicial para 2016.

11 - (MAPP 363/SRH) - Recuperação e Ampliação do Açude Ubiraçu em Salitre Município de Canindé

Executado 30% da Obra. Não finalizada no exercício, por problemas administrativos, particulares do Município. Aguardando prestação de contas do 1º desembolso, e posterior solicitação do saldo final para inicio de 2016. Não há beneficiados, visto o projeto não ter atingido seu objetivo final, porém, logo após a sua execução, atenderá uma população de 125 habitantes, com acesso precário à água.

12 - (MAPP 368/SRH) - Construção e Recuperação de Açudes no Município de Madalena

O projeto consiste na realização de obras para Construção e recuperação de Açudes de Madalena, com capacidade hídrica total de 223.028,00m³, para abastecimento humano nas Localidades: Assentamento do Mel, São José da Macaoca, Serrinha dos Paulinos e Cacimba da Pedra, no município de Madalena. Não houve execução, visto o Município encontrar-se com pendências quanto à celebração do convênio, por razões da não comprovação da dominialidade dos imóveis a serem executados os projetos. Ficará para 2016. Não há beneficiados,

visto o projeto não ter atingido seu objetivo final, porém, logo após a sua execução, atenderá uma população de 400 habitantes, com acesso precário à água.

13 - (MAPP 374/SRH) - Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel – Distrito de São Miguel – Quixeramobim

O projeto foi executado em 85%. Seu convênio teve 100% do financeiro executado. Consiste-se na realização de obras, para recuperação e ampliação do açude São Miguel, com capacidade hídrica de 1.231.399,73m³. Sua finalização fica para 2016. O açude já beneficia 400 pessoas, garantindo o fornecimento de água, para o distrito.

Figura 30 - Obras do Açude São Miguel – Distrito de São Miguel

4.5.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados em 2015, no valor de R$ 9.909.300,17 (nove milhões, novecentos e nove mil, trezentos reais, e dezessete centavos), tem-se, com maior concentração de recursos empenhados, a macrorregião Litoral Oeste, seguida pela macrorregião Cariri/Centro Sul, conforme destacado no quadro a seguir. O maior responsável pela concentração na aplicação dos recursos é o CAC – Cinturão das Águas do Ceará, por se tratar de uma obra de grande porte, e por deter o 2º maior recurso aprovado junto ao FECOP, ficando responsável pelos R$1.898.543,55 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e

três reais, e cinquenta e cinco centavos), dos R$ 5.259.699,06 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais, e seis centavos), aplicados na referida região.

4.5.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados:

- Em relação à "Capacidade de Transferência Hídrica Ampliada", foram realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, destacando a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC - trecho 1, bem como, a conclusão de 56,85 km de adutoras em diversos municípios, ampliando a capacidade de transferência hídrica em 53 l/s;

- No aspecto da acumulação hídrica, foi concluída a barragem Riacho do Brum com capacidade Hídrica de 600.000m³, beneficiando diretamente 34.561 pessoas, tendo sido iniciada a construção da Barragem Germinal em Palmácia;

- Com ênfase no suprimento hídrico para a população rural, foram executadas diversas obras, beneficiando diretamente 39.586 famílias em 2015, com a Instalação de 435 Sistemas, considerando as ações da SRH, SOHIDRA;

- Revitalização de pequenos sistemas simplificados de abastecimento d'água, em comunidades rurais;

- Maior conscientização da população quanto ao uso dos recursos hídricos, com a oferta de cursos de educação ambiental e de capacitação para operação dos sistemas.

Dificuldades:

- Atrasos e lentidão nos processos licitatórios, o que dificulta a contratação das empresas envolvidas nos projetos;
- Efetivação dos Laudos dos processos de desapropriação;

- Lentidão e burocracia na avaliação dos Projetos Executivos, por parte da Avaliação do Governo Federal – Caixa Econômica Federal;

4.6 Secretaria das Cidades

4.6.1 Aspectos gerais

A Secretaria das Cidades – SCidades, tem como missão "Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará, por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento ambiental e fortalecimento institucional dos municípios". Estruturada de acordo com as diretrizes do Ministério das Cidades, é responsável pela implementação das políticas de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento, apoiadas por um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos.

Engloba a necessidade de uma gestão fundamentada em estratégias de inclusão social, para a construção de uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para toda a população cearense.

Com o intuito de viabilizar a execução de projetos, que atendam às necessidades e às expectativas da sociedade, a SCidades formaliza parcerias institucionais, entre as quais se destacam as realizadas com o Governo Federal e com organismos internacionais. O Fecop, desde sua criação, tem colaborado, de forma exclusiva, ou compondo a contrapartida para a captação de recursos internos e externos, tendo em vista a viabilização da execução de projetos.

Em 2015, a Secretaria obteve a aprovação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, para alocação de recursos do Fecop em 26 (vinte e seis) projetos, divididos nas categorias de Habitação (10), Desenvolvimento Urbano (04), Esgotamento Sanitário (11) e Inclusão Produtiva (01). Deste total, 7 (sete) projetos são financiados com recursos exclusivos do Fecop, e 19 (dezenove) contam também com recursos de outras fontes.

O valor total do Fecop programado em 2015, no orçamento da Secretaria das Cidades, correspondeu ao montante de R$ 44.175.918,07 (quarenta e quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais, e sete centavos).

Desse valor foram empenhados R$ 26.970.371,53 (vinte e seis milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos) e pagos R$ 25.297.443,14 (vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais, e catorze centavos), o correspondente a 61,05% e 57,27%, respectivamente, do limite concedido para o ano a SCidades.

Quadro 53 - Execução Financeira dos projetos da Secretaria das Cidades

Nº	MAPP	Projetos	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	**1**	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	4.247.454,08	4.200.332,02	98,89	4.198.839,48	98,86
2	**2**	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	4.700.000,00	4.539.439,40	96,58	4.539.439,40	96,58
3	**3**	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.989.927,96	5.727.449,75	95,62	5.727.449,75	95,62
4	**16**	Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW	694.882,75	0,00	0,00	0,00	0,00
5	**29**	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
6	**34**	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.210.235,85	82,10	0,00	0,00
7	**161**	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba	652.911,99	0,00	0,00	0,00	0,00
8	**168**	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00
9	**187**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	0,00	0,00	0,00	0,00
10	**189**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Municipio de Juazeiro do Norte-CE	300.801,92	0,00	0,00	0,00	0,00
11	**190**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE	348.081,42	0,00	0,00	0,00	0,00
12	**194**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	883.510,08	144.379,49	16,34	144.379,49	16,34
13	**195**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Açude Mal Cozinhado, no Município de Cascavel-CE	227.872,87	0,00	0,00	0,00	0,00
14	**229**	Instalação e Eletrificação de Poços existentes na Rede da Cagece em Diversos Municípios do Estado do Ceará	2.997.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	**835**	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.742.500,00	53,71	1.742.500,00	53,71
16	**1378**	Dendê (Ações Habitacionais)	1.500.000,00	769.404,65	51,29	769.404,65	51,29
17	**1438**	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	2.405.491,94	1.613.894,46	67,09	1.613.894,46	67,09
18	**1439**	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	4.004.746,47	3.171.079,18	79,18	3.171.079,18	79,18
19	**1465**	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	600.000,00	593.800,00	98,97	486.600,00	81,10
20	**1516**	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	326.714,05	95,27	326.714,05	95,27
21	**1613**	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	**1944**	Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	325.496,48	53,99	325.496,48	53,99
23	**2042**	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	**2058**	Apoio Institucional – Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR	160.000,00	157.774,90	98,61	157.774,90	98,61

25	**2224**	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	100,00	971.953,80	100,00
26	**2999**	Habitação Rural – PNHR 2	2.460.000,00	1.475.917,50	60,00	1.121.917,50	45,61
Total			**44.175.918,07**	**26.970.371,53**	**61,05**	**25.297.443,14**	**57,27**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.6.2 Desenvolvimento

Segundo a classificação da Gerência Executiva do Fecop - GEF, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, os projetos desenvolvidos pela Secretaria das Cidades incluem-se no grupo de Projetos Estruturantes nas categorias abaixo:

Quadro 54 – Categorização projetos Fecop

Categoria	Abrangência
Infraestrutura Domiciliar	Compreende os serviços básicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de determinada localidade. O produto gerado pelos projetos beneficia um indivíduo ou uma família.
Infraestrutura Comunitária	Compreende os serviços básicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de determinada localidade, o produto gerado pelos projetos beneficia uma comunidade.
Inclusão Produtiva Urbana	Engloba os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho. Envolve, também, os projetos de empreendedorismo que promovem, por exemplo, o cooperativismo de produção e apoiam empreendimentos de economia solidária.

Fonte: Gerência Executiva do Fecop – GEF

Os projetos apresentados pela Secretaria das Cidades estão inseridos nas Categorias de Infraestrutura Domiciliar (Habitação); Infraestrutura Comunitária (Urbanização e Esgotamento Sanitário), e Inclusão Produtiva Urbana (Ocupação e Renda).

4.6.2.1 Projetos de Infraestrutura Domiciliar

Habitação

Os projetos elencados nessa categoria têm como propósito reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo do Estado do Ceará, por meio da construção e apoio à construção das unidades habitacionais, como também à execução de melhorias habitacionais.

A Secretaria das Cidades promove ações que objetivam a oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado, para a aquisição da casa própria. De modo especial são ofertadas unidades habitacionais para famílias em situação de risco, residentes em áreas ambientalmente degradadas, recuperadas por meio da execução de projetos de melhoria urbana e ambiental.

Com o intuito de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, e a sua apropriação pelo público beneficiado, a maioria dos projetos habitacionais é apoiada pelo trabalho técnico social, que ora é realizado pelo Governo do Estado, ora pelo Município, junto às famílias beneficiadas, antes, durante e depois da implantação, viabilizando, com isso, o acesso das comunidades beneficiadas a outros serviços públicos, a exemplo da energia elétrica, educação, saúde, coleta de lixo, entre outros.

No aspecto da redução do déficit quantitativo, a SCidades desenvolve projetos voltados para a construção de unidades habitacionais de interesse social, dotadas de infraestrutura (terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação de vias, passeios, abastecimento de água, esgotamento sanitário), bem como, articula a oferta do serviço de energia elétrica. Estes projetos são executados em parceria com a União, Municípios e entidades vinculadas à construção civil.

Com o objetivo de reduzir o déficit qualitativo no Estado do Ceará, a SCidades executa projetos destinados a melhorias habitacionais, com destaque para a substituição de fogões artesanais por fogões sustentáveis, e na área de saneamento básico, com a implantação de sistemas de esgotamento sanitário e ampliação de sistemas de abastecimento de água.

Em 2015, a Secretaria das Cidades apresentou e obteve aprovação do CCPIS para execução de 10 (dez) projetos habitacionais sendo: 5 (cinco) destinados a redução do déficit habitacional quantitativo, por meio da construção de novas unidades habitacionais, desenvolvidos em sua maioria em parceira com o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; e 5 (cinco) destinados a redução do déficit habitacional qualitativo, sendo 2 (dois) projetos referentes a distribuição e

instalação de fogões com eficiência energética; 1(um) referente a melhorias sanitárias domiciliares – Programa Ceará II – Kfw II; e 2 (dois) projetos destinados ao apoio a execução dos projetos habitacionais quantitativos, são eles: um, para pagamento de aluguel social, que objetiva a realocação temporária de famílias residentes nas áreas de projetos estruturantes até o reassentamento; e outro, para pagamento de transporte e mobilização de 8.304 famílias, indenizadas no âmbito dos projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades, no ano de 2015, (R$44.175.918,07), os projetos direcionados a categoria Infraestrutura Domiciliar - Habitação totalizaram R$ 17.523.681,54 (dezessete milhões, quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos (39,67%). Desse valor foi empenhado R$ 11.616.354,35 (onze milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais, e trinta e cinco centavos), e pago R$ 9.943.425,96 (nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais, e noventa e seis centavos), o que correspondeu a 66,29% e 56,74%, respectivamente, do valor programado para essa categoria, no período em análise.

Quadro 55 – Execução financeira - Infraestrutura Domiciliar – Habitação

Nº	MAPP	Projetos	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	**1**	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	4.247.454,08	4.200.332,02	98,89	4.198.839,48	98,86
2	**34**	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.210.235,85	82,10	0,00	0,00
3	**835**	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.742.500,00	53,71	1.742.500,00	53,71
4	**1378**	Dendê (Ações Habitacionais)	1.500.000,00	769.404,65	51,29	769.404,65	51,29
5	**1465**	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	600.000,00	593.800,00	98,97	486.600,00	81,10
6	**1516**	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	326.714,05	95,27	326.714,05	95,27
7	**1613**	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	**1944**	Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	325.496,48	53,99	325.496,48	53,99
9	**2224**	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	100,00	971.953,80	100,00
10	**2999**	Habitação Rural – PNHR 2	2.460.000,00	1.475.917,50	60,00	1.121.917,50	45,61
Total			**17.523.681,54**	**11.616.354,35**	**66,29**	**9.943.425,96**	**56,74**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projetos que contribuem para redução do déficit quantitativo

Com recursos do Fecop, em contrapartida aos recursos obtidos junto ao Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Secretaria das Cidades desenvolveu 4 (quatro) projetos habitacionais de caráter estruturante (Projetos Habitacionais do Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê).

Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)

O projeto Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais) é parte integrante do Projeto Rio Maranguapinho, em execução, por meio de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades, beneficiando aproximadamente 30.000 pessoas.

Vincula-se aos Projetos Rio Maranguapinho – Trecho I,II, III – PAC I (Barragem, Dragagem e Urbanização), que visa o controle de cheias, urbanização das margens, recuperação socioambiental do rio e implantação de equipamentos sociais, como também as obras de urbanização dos trechos Zero e IV – PAC II (Ações de Urbanização), e aos projetos de apoio Aluguel Social e Mobilização e Transporte de famílias. Também interage com as obras de saneamento da Cagece, e com as obras de iluminação pública da Coelce.

Este projeto tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho, em situação de alto risco, e nas áreas adjacentes ao Rio. As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio.

Este projeto, em 2015, apresentou como meta promover o reassentamento de 612 famílias através da construção do Residencial Aldemir Martins.

A Secretaria das Cidades programou, no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, a construção de 13 (treze) conjuntos habitacionais localizados nos municípios de Fortaleza (07), Maranguape (01), Caucaia (02), Maracanaú (03). Destes, 7 (sete) já estão construídos e habitados, e 1 (um) residencial está em execução (Residencial Santo Sátiro) e os 5 (cinco) restantes foram migrados para unidades em construção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Para viabilizar a execução do Projeto, a SCidades estimou, para 2015, um valor total de R$ 9.255.627,83 (nove milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), dos quais R$ 4.247.454,08 (quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) correspondem à fonte FECOP, e R $5.008.173,75 (cinco milhões, oito mil, cento e setenta e três reais, e setenta e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

No que se refere aos recursos da fonte Fecop, foi empenhado neste projeto R$ 4.200.332,02 (quatro milhões, duzentos mil, trezentos e trinta e dois reais e dois centavos), e foi pago do valor R$ 4.198.839,48 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais, e quarenta e oito centavos), correspondendo a 98,89% e 98,86% do valor disponibilizado para este projeto, respectivamente.

A execução financeira ocorrida no período, refere-se ao pagamento de medições do Residencial Aldemir Martins (55% de execução), do Residencial Santo Sátiro (já concluído e com famílias morando) e do Trabalho Técnico Social nos Residenciais Leonel Brizola e Lupe de Paula (concluídos e com famílias morando).

Quadro 56 – Residenciais do Projeto Rio Maranguapinho

Nº	Empreendimento	Unidades	Tipo	Área (m²)	Estágio	% Execução
1	Residencial Leonel Brizola	576	APTO	44,57	Obra Concluída – Famílias Morando	100
2	Residencial Juraci Magalhães	336	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando	100
3	Residencial Miguel Arraes	1212	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando	100
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando	100
5	Residencial Blanchard Girão	108	CASA	52,45	Obra Concluída – Famílias Morando	100
6	Residencial Lupe De Paula	69	CASA	43,78	Obra Concluída – Famílias Morando	100
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	APTO	44,46	Migrados para os empreendimentos do PMCMV	-
8	Residencial Santo Sátiro	128	APTO	44,09	Obra Concluída – Famílias Morando	100
9	Residencial Aldemir Martins	612	APTO	43,78	Obra em Construção	55
10	Residencial José Alencar	870	APTO	44,46	Migrados para os empreendimentos do PMCMV	-
11	Residencial Itamar Franco	822	APTO	44,46	Migrados para os empreendimentos do PMCMV	-
12	Residencial Zilda Arns	282	APTO	44,46	Migrados para os empreendimentos do PMCMV	-
13	Residencial Pajuçara	512	APTO/ CASA	44,46/ 43,78	Migrados para os empreendimentos do PMCMV	-
		456(Apto)+56(Casa)				-
Total		**6.547**	-	-	-	-

Fonte: Secretaria das Cidades – SCIDADES

Figura 31 - Obra do Residencial Aldemir Martins

Figura 32 - Obra do Residencial Santo Sátiro

Habitacional Rio Cocó

O projeto Habitacional Rio Cocó tem caráter multissetorial, e inclui o projeto Barragem, Dragagem e Urbanização do Rio Cocó, que visa o controle de cheias, urbanização das margens, com recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, construção de unidades habitacionais de interesse social, e execução de trabalho técnico social, além da implantação / ampliação da infraestrutura de saneamento. O conjunto de suas intervenções beneficiará aproximadamente 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza.

Figuras 33 e 34 - Habitações Indenizadas pelo Projeto Rio Cocó

As metas deste projeto para 2015 consistem em liberar 5% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó, e realizar 16 (dezesseis) indenizações de benfeitorias, beneficiando 65 famílias.

Com o intuito de alcançar esta meta foi estimado o valor total de R$ 17.446.393,07 (dezessete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais, e sete centavos), dos quais R$ 342.944,48 (trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais, e quarenta e oito centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 17.103.448,59 (dezessete milhões, cento e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais, e cinquenta e nove centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

No tocante aos recursos do Fecop (R$342.944,48), foi empenhado e pago o valor de R$ 326.714,05 (trezentos e vinte e seis mil, setecentos e quatorze reais e cinco centavos), o que representa 95,27% do total planejado para o período em análise.

Em 2015 foi concluída a negociação do Trecho III, próximo a Avenida Paulino Rocha, e realizados 37 (trinta e sete) pagamentos de indenizações de benfeitorias. Ressalta-se que quantidade de indenizações ficou acima da meta prevista, pois houve a necessidade de inclusão de mais imóveis a serem indenizados. O percentual previsto na meta, liberar 5% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó, foi totalmente alcançado.

Quanto à construção do Residencial Paupina, foi aprovado o Projeto na Prefeitura e encaminhado à CAIXA para aprovação. No entanto, por orientação do atual Governo do Estado, as famílias deverão ser reassentadas em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em execução.

Em junho do corrente ano, foi encaminhada à CAIXA solicitação de alteração contratual junto ao FGTS (órgão financiador desse Projeto Habitacional), tendo em vista a migração para o PMCMV. O Projeto do Trabalho Técnico Social está sendo analisado e revisado atendendo a orientações da CAIXA.

Habitacional Dendê (Ações Habitacionais)

O projeto Habitacional Dendê (Ações Habitacionais) integra proposta mais ampla que envolve as seguintes ações:

- Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária, na área de intervenção e no reassentamento, beneficiando 3.845 famílias;
- Construção de 1.080 habitações no Residencial Dendê, para o reassentamento das famílias originárias das áreas do Mangue, provenientes das áreas onde haverá alargamento e abertura de ruas e das coabitações;
- Desapropriação de Terrenos e Indenização de 641 benfeitorias, não enquadráveis no reassentamento;
- Execução das obras de Urbanização/Infraestrutura (água, esgoto, drenagem, iluminação, 4 praças) e pavimentação na área de Intervenção beneficiando 2.765 famílias;
- Equipamento Comunitário (creche), beneficiando 1.080 famílias;
- Recuperação/Melhorias de 1.200 unidades habitacionais.

Figura 33 – Área de cobertura da Comunidade do Dendê

Tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área de intervenção, que optaram pelo reassentamento no residencial, e famílias residentes na área de preservação do mangue do Cocó.

Apresenta, como objetivo especifico, reassentar as famílias da Comunidade do Dendê, que serão removidas da área, para implantação das obras de infraestrutura, e as famílias que moram irregularmente na área de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto. Apresenta, como meta,

executar 49,30% das obras de construção do Residencial Dendê e elaborar o projeto técnico social.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto, foi estimado o valor total de R$ 9.776.287,28 (nove milhões, setecentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos), dos quais R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) correspondem à fonte Fecop, e R$ 8.276.287,28 (oito milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais, e vinte e oito centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Figura 34 – Situação atual da área da Comunidade do Dendê

No tocante aos recursos do Fecop, do total planejado (R$1.500.000,00) foi empenhado e pago o valor de R$ 769.404,65 (setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), o que equivale a 51,29% do valor previsto.

A obra do Residencial Dendê foi iniciada em 2015, e apresenta 15% dos serviços executados. O Projeto Técnico Social encontra-se com execução de 40%.

Figura 35 - Obra do Residencial Dênde

Habitação Rural

A Secretaria das Cidades empreendeu esforços para mobilizar todos os agentes relacionados com o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal (Lei Federal Nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal Nº 12.424/2011), visando incrementar o seu desempenho no Estado.

No Ceará, a realidade é muito preocupante quando se fala de moradia rural. Nas comunidades rurais, das diferentes regiões do Estado, ainda se encontram habitações insalubres e inseguras para seus moradores. São espaços construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha, e piso de terra batida ou de terra solta, que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada, em muitos casos habitados por famílias numerosas.

O projeto Habitação Rural é formado por um conjunto de projetos direcionados para a habitação rural, e o valor disponibilizado constitui-se na contrapartida aos recursos obtidos por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), para a edificação, até R$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social, e até R$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme Portaria Nº 229, de 28 de Maio de 2012.

O Estado do Ceará complementa o valor da subvenção federal, em até R$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade, conforme a Lei N.º 15.143, de 23 de abril de 2012. O projeto estabeleceu ainda como objetivo específico substituir as casas de taipa existentes nas zonas rurais dos municípios beneficiados, por casas de alvenaria.

Em 2015, o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, aprovou recursos para a execução de 2 (dois) projetos (PNRH 1 e PNRH 2) para aporte de recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de unidades habitacionais em municípios cearenses.

O PNHR 1 apresentou como meta para 2015 aportar recursos financeiros, em caráter de subsidio, para contratação de 324 unidades habitacionais (U.H) em municípios do Estado do Ceará, para beneficiar 324 famílias. Este projeto de continuidade teve seu início em 2014, com a meta de aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 1.200 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará, porém só foi possível a contratação de 881 unidades habitacionais, conforme detalhamento a seguir.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto foi estimado o valor total de R$ 40.971.953,80 (quarenta milhões, novecentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), dos quais R$ 971.953,80 (novecentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) corresponde à fonte Fecop, e R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

No tocante aos recursos do Fecop, o total planejado (R$ 971.953,80) foi empenhado em sua totalidade (100%).

Do total de 1.200 U.H previstas no âmbito deste projeto, foram contratadas 881 U.H, no ano de 2014, porém, em 2015, só foi possível realizar o desembolso de 324 U.H.

Quadro 57 – Operações com Desembolso

Agente Financeiro	Município	Qde. U.H	Valor - FECOP
CAIXA	Itapajé	28	83.953,80
Banco do Brasil	Cascavel	49	147.000,00
CAIXA	Tururul	48	144.000,00
CAIXA	Tururul	23	69.000,00
CAIXA	Umirim	47	141.000,00
CAIXA	Tejuçuoca	36	108.000,00
CAIXA	Caucaia	49	147.000,00
CAIXA	Caucaia	44	132.000,00
Total		**324**	**971,953,80**

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

Do total de unidades contratadas (881 U.H), foram concluídas 183 unidades habitacionais, sendo deste total, 22 U.H em 2014 e 161 U.H no ano em análise, beneficiando 186 famílias na zona rural.

Os recursos previstos para 2015 foram integralmente aplicados, fazendo frente à contrapartida do Estado do Ceará nos contratos celebrados com a CAIXA Econômica Federal, para produção de unidades habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Quadro 58 – Municípios beneficiados com as Unidades Habitacionais Contratadas

Município	Quant. UH
Cascavel	49
Catarina	49
Caucaia	125
Fortim	37
Irauçuba	22
Itapajé	28
Itapipoca	24
Itarema	47
Nova Olinda	50
Ocara	38
Pacujá	55
Pedra Branca	17
Porteiras	50
São Benedito	27
Tejuçuoca	36
Trairi	50

Tururu	71
Umirim	96
Total	**881**

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

Quadro 59 – Municípios beneficiados com as Unidades Habitacionais Concluídas em 2015

Município	Quant. UH 2014	Quant. UH 2015	Total de U.H
Pedra Branca	17	0	17
São Benedito	5	11	16
Nova Olinda	0	50	50
Porteiras	0	50	50
Trairi	0	50	50
Total	**22**	**161**	**183**

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

O PNHR 2 apresentou como meta, para 2015, aportar recursos financeiros em caráter de subsidio, para contratar 820 unidades habitacionais (U.H) no meio rural, em municípios do Estado do Ceará, para beneficiar 3.403 pessoas.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto, foi estimado o valor total de R$ 12.460.000,00 (doze milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), dos quais R$ 2.460.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), corresponde à fonte Fecop, e R$ 10.000.000,00 (dez milhões), correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

No tocante aos recursos do Fecop, foi empenhado R$ 1.475.917,50 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos) e pago do valor R$ 1.121.917,50 (um milhão, cento e vinte um mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos), o que equivale 60% e 45,61% do total planejado para o período em análise, respectivamente.

Do total de previstas (820 U.H) no âmbito deste projeto, foram contratadas 492 U.H, beneficiando 2.042 pessoas em 17 (dezessete) municípios do Estado do Ceará: Baixio (35), Barro(35), Bela Cruz (50), Cariús (42), Caridade(16), Caucaia (32), Chorozinho(10), Crateús (35), Icapuí(4), Itaiçaba(14), Ocara(4), Pentecoste(9), Potirema (42), Potengi (48), São Luiz do Curú (49) Tamboril(31), Tururu (36).

As unidades habitacionais contratadas, citadas no parágrafo anterior, ainda não foram concluídas, e somente serão computadas como tal no ato da apresentação, pelo agente financeiro, da última Prestação de Contas.

Acerca dos percentuais de obra, a Secretaria das Cidades aguarda a prestação de contas da CAIXA, uma vez que os créditos referentes à contrapartida do Estado do Ceará, da Fonte FECOP, só foram disponibilizados entre novembro e dezembro de 2015.

Não foi possível atender a meta inicialmente prevista no projeto, em decorrência de dois fatores: a demora da CAIXA em disponibilizar a relação dos contratos/operações com necessidade de contrapartida do Estado do Ceará; e a redução do valor da Fonte Fecop, posteriormente acrescida no final do exercício, sem tempo hábil para iniciar todo o processo de contratação das operações.

Quadro 60 – Municípios beneficiados com as Unidades Habitacionais Contratadas em 2015

Município	Quant. UH
Baixio	35
Barro	35
Bela Cruz	50
Cariús	42
Caridade	16
Caucaia	32
Chorozinho	10
Cratéus	35
Icapuí	4
Itaiçaba	14
Ocara	4
Pentecoste	9
Potirema	42
Potengi	48
São Luiz do Curú	49
Tamboril	31
Tururu	36
Total	**492**

Fonte: Base de Dados – PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

Projetos complementares

O projeto Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda e o projeto Mobilização e Transporte de Famílias são projetos complementares que contribuem indiretamente para redução do déficit quantitativo.

Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda

O projeto Aluguel Social, para Famílias de Baixa Renda, foi formulado e aprovado em 2012, tendo como objetivo efetuar o pagamento do aluguel das unidades residenciais destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias residentes na faixa de alagamento, em situação de alto risco, e em áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho e ao Rio Cocó, enquanto aguarda a conclusão dos residenciais para onde serão removidas.

Na área de intervenção dos projetos, encontram-se diversos tipos de imóveis, desde casebres de padrão construtivo paupérrimo, à sólidas casas de alvenaria. Ao longo dos dois rios, também é possível encontrar imóveis com diversos tipos de ocupação, dentre eles muitos utilizados por seus proprietários como residência de famílias, que precisam ser desocupados para a execução dos serviços de urbanização e dos serviços de dragagem do rio.

Considerando que o padrão construtivo destes imóveis é inferior ao oferecido nas unidades habitacionais construídas pelo Governo do Estado, muitos dos proprietários optaram pelo reassentamento nos residenciais que serão construídos no âmbito desses projetos.

Para cumprimento do cronograma das obras, exige-se a desocupação da área de intervenção. Assim, tornando necessário que algumas famílias sejam removidas e reassentadas provisoriamente até a conclusão de sua nova moradia.

A solução para esse impasse é o pagamento de auxílio, em caráter temporário, para que as famílias impactadas possam locar um imóvel durante o período de espera, até a conclusão da construção das unidades habitacionais.

A população a ser beneficiada passou a ser mais abrangente, englobando as famílias residentes nas áreas de intervenção dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê, que aguardam a conclusão das obras das unidades habitacionais onde serão reassentadas.

Este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop, e apresentou como meta, efetuar o pagamento de aluguel social para 117 famílias. Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado o valor total de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Em 2015, foi empenhado o valor de R$ 593.800,00 (quinhentos e noventa e três mil e oitocentos reais) e pagos R$ 486.600,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais), o que corresponde a 98,97% e 81,10%, do total planejado para o período em análise, respectivamente.

Em 2015, foram beneficiadas 121 famílias com aluguel social, sendo 63 no âmbito do Projeto Rio Cocó e 58 no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho.

Mobilização e Transporte de Famílias

O projeto Mobilização e Transporte de Famílias tem como objetivo especifico transportar o mobiliário das famílias do local de origem para os residenciais de destino. O nível de renda da população, a ser reassentada nos residenciais que abrigarão as famílias removidas da área de abrangência dos projetos Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê, é considerado muito baixo, para fazer frente a custos com a mudança de seus pertences.

Embora a mudança seja um meio para auxiliar no reassentamento das famílias, considerando tratar-se de uma iniciativa governamental, trata-se de um reassentamento involuntário e, portanto, cabe ao Estado a responsabilidade social pelos custos desta transferência.

Apresentou como meta para 2015, efetuar a mudança de 612 famílias com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Com o intuito de atingir esta meta foi estimado, para o ano, o valor total de R$ 602.850,04 (seiscentos e dois mil, oitocentos e

cinquenta reais, e quatro centavos). Foi empenhado e pago R$ 325.496,48 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), o que corresponde a 53,99% do total planejado para o período em análise.

Em 2015, o Residencial Aldemir Martins foi concluído e foram realizadas mudanças de 533 famílias. A meta deste projeto seria efetuar 612 mudanças (total de unidades habitacionais do Residencial), porém, 79 famílias optaram por fazer, por conta própria, suas mudanças.

Projetos que contribuem para redução do déficit qualitativo

Fogões Sustentáveis

O projeto Fogões Sustentáveis passou a ser financiado pelo Fecop em 2008, e utiliza, desde então, recursos exclusivos desta fonte. Consiste no fornecimento e instalação de fogões com eficiência energética, que utilizam lenha em quantidade bem menor do que um fogão a lenha tradicional.

É constituído de uma estrutura metálica formada por duas bocas, gaveta para armazenamento de lenha, gaveta para remoção de cinzas e chaminé para evitar a fumaça no interior das casas.

Tem como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e redução do déficit habitacional qualitativo do Estado. O uso do equipamento reduz a emissão de poluentes no interior das casas e, com isso, diminui a incidência de problemas respiratórios e oftalmológicos, contribuindo, dessa forma para a melhoria das condições de saúde de seus beneficiados.

O projeto Fogões Sustentáveis visa proteger a saúde da população beneficiada, com a eliminação/redução de doenças respiratórias e oftalmológicas, reduzindo o contato direto e indireto da fumaça no ambiente intradomiciliar; reduzir a contaminação das águas das cisternas, que eram captadas através dos telhados contaminados com resíduos da fumaça produzida pelos fogões rudimentares; reduzir o consumo de lenha no uso diário domiciliar, usado para cocção de

alimentos, e, por conseguinte, o processo de desertificação e degradação da caatinga; reduzir as despesas mensais com aquisição de combustíveis fósseis e biomassas, aumentando, assim, o poder de compra de alimentos da família beneficiada.

Em 2015, o CCPIS aprovou recursos para a execução de 2 (dois) projetos para fornecimento e instalação de 5.949 fogões com eficiência energética na ordem de R$ 5.324.335,22 (cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos); e foram empenhados e pagos o montante de R$ 1.742.500,00 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, e quinhentos reais).

Para o fornecimento dos Fogões Sustentáveis, foi firmado o contrato com a empresa Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda., declarada como vencedora do pregão eletrônico nº 20140012, precisamente no dia 11/06/2015. A partir do segundo semestre de 2015 foram iniciadas as atividades para a execução do projeto, sendo formada a equipe para a realização das capacitações, para o correto uso do fogão sustentável. A aquisição dos fogões sustentáveis foi iniciada em novembro de 2015, motivo pelo qual só foi possível adquirir e distribuir 1500 unidades dos fogões com eficiência energética, beneficiando aproximadamente 6.225 pessoas.

RELATÓRIO DE VISTORIA E REGISTRO FOTOGRÁFICO - FOGÕES SUSTENTÁVEIS		
Coordenadoria de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social - CDHIS		
Nº do contrato:	011/CIDADES/2015	
Empresa Contratada:	Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica LTDA.	
Entidade Representativa:	Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Bastiões	
Município/Localidade	Mulungu	Sítio Bastiões
Nº do Fogão Instalado:	003644	

Figuras 36, 37, 38 e 39 – Relatório de Vistoria e Registro Fotográfico (Mulungu, 19 de Dezembro de 2015).

Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II

O projeto Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II tem como meta a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSDs, em 3.040 imóveis em localidades das áreas da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (BBJ), beneficiando aproximadamente 13.800 pessoas.

São financiadas pelo Banco Alemão Kreditanstalt fur Wiederaufbau (KfW), com contrapartida do Governo do Estado, através do Fecop e vem contribuindo, desde

2006, para o desenvolvimento do Ceará na área de Saneamento Básico, notadamente no Esgotamento Sanitário das localidades do interior do Estado.

Este projeto visa melhorar a qualidade de vida da população e os aspectos ambientais da cidade, já conjeturado em sua missão de "Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com a sustentabilidade econômica, social e ambiental".

Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado o valor total de R$ 5.098.371,34 (cinco milhões, noventa e oito mil, trezentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), dos quais R$ 1.474.143,92 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e três reais e noventa e dois centavos) correspondendo à fonte Fecop, e R$ 3.624.227,42 (três milhões, seiscentos e vinte quatro mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a recursos oriundos do banco KfW.

Em 2015, foi empenhado o valor de R$ 1.210.235,85 (um milhão, duzentos e dez mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), que corresponde a 82,10% do total planejado para o período em análise.

Considerando a natureza dos convênios firmados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, cabe a esta Companhia licitar, executar e pagar diretamente as empresas que executam as obras e serviços; e a Secretaria das Cidades, como gestora dos convênios com as instituições nacionais e organismos internacionais, como é o caso do convênio do programa KFW II, realizar os desembolsos à vinculada Cagece mediante a comprovação da execução das obras e serviços, bem como o atesto técnico dos engenheiros da Coordenadoria de Saneamento (SCidades).

Embora tenha sido empenhado R$ 1.210.235,85 (um milhão, duzentos e dez mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) no ano de 2015, a execução física das obras encontra-se bem avançada e os MSDs quase todos concluídos e entregues às comunidades contempladas pelo Programa.

Em 2015, a Cagece encaminhou 17 (dezessete) medições para desembolso com recursos do Fecop, porém só foram empenhados o referente a 6 (seis) medições, com execução de 265 (duzentos e sessenta e cinco) MSDs no município de Aracati, fazendo com que aproximadamente 1.203 habitantes tivessem acesso a esgotamento sanitário através de kits sanitários. O desembolso das demais medições será realizado em 2016.

Figura 40 - Beneficiário da unidade sanitária domiciliar

Figura 41 - Parte interna da unidade sanitária domiciliar

Figura 42 - CAIXA de inspeção, fossa séptica e sumidouro

4.6.2.2 Projetos de Infraestrutura Comunitária

Urbanização

Os projetos desta categoria têm como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho e Rio Cocó. Foram apresentados ao CCPIS, em 2015, 4 (quatro)

projetos na categoria de Infraestrutura Comunitária - Urbanização, sendo 3 (três) referem-se ao Projeto Rio Maranguapinho, e 1 (um) ao Projeto Rio Cocó.

Todos incluem a implantação de via paisagística nas margens do Rio, com áreas de lazer e esporte, e têm objetivo de controlar as cheias, promover a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho e Rio Cocó, e a retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental dos Rios.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades, em 2015, (R$44.175.918,07)**,** os projetos direcionados a categoria de Urbanização perfazem um total de R$ 17.100.166,37 (dezessete milhões, cem mil, cento e sessenta e seis reais, e trinta e sete centavos) - 38,71%, dos quais foi empenhado o valor de R$ 15.051.862,79 (quinze milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais, e setenta e nove centavos) - 88,02%, e pago R$ 15.051.862,79 (quinze milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais, e setenta e nove centavos), o que corresponde a 88,02% do valor planejado para o período em análise.

Quadro 61 – Execução financeira dos Projetos de Infraestrutura Comunitária – Urbanização

Nº	MAPP	Secretarias	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	**2**	Rio Maranguapinho (Barragem,Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	4.700.000,00	4.539.439,40	96,58	4.539.439,40	96,58
2	**3**	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	5.989.927,96	5.727.449,75	95,62	5.727.449,75	95,62
3	**1438**	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	2.405.491,94	1.613.894,46	67,09	1.613.894,46	67,09
4	**1439**	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	4.004.746,47	3.171.079,18	79,18	3.171.079,18	79,18
Total			**17.100.166,37**	**15.051.862,79**	**88,02**	**15.051.862,79**	**88,02**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2)

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2) tem como publico alvo as famílias de baixa renda residentes na área referente ao trecho zero, da Av. Mister Hall até a Av.Coronel Carvalho.

Apresenta como meta, para 2015, executar 50% da obra dos equipamentos comunitários, e executar 12% do total da obra de urbanização do Trecho Zero.

Com o intuito de viabilizar o alcance desta meta, foi programado, para 2015, o valor total de R$ 11.807.973,39 (onze milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos), dos quais R$ 2.405.491,94 (dois milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos) corresponde à fonte Fecop, e R$ 9.402.481,45 (nove milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 2).

Figura 43 – Maquete Virtual da Ações de Urbanização – Trecho Zero

No tocante aos recursos do Fecop, (R$2.405.491,94) foi empenhado e pago o valor de R$ 1.613.894,46 (um milhão, seiscentos e treze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), o que corresponde a 67,09% do valor programado.

No período em análise, foram expedidas 2 (duas) imissões na posse dos terrenos adquiridos judicialmente em 2014, para implantação dos equipamentos comunitários (Creche, Escola e Unidade Básica de Saúde). Foi dada continuidade a aprovação, junto à CAIXA e aos órgãos competentes, dos projetos referentes aos equipamentos padrão.

A licitação referente à obra dos equipamentos comunitários foi concluída, estando com 2,8% dos serviços executados, porém, houve paralisação, para que fosse realizada a revisão do projeto de fundação e a respectiva aprovação pela CAIXA,

para liberação dos recursos do OGU, o que veio ocorrer somente em dezembro de 2015.

Quanto à obra de urbanização, foi encaminhado à CAIXA o orçamento atualizado para aprovação, visando à licitação da obra, bem como, elaborado o termo de referência.

No período em análise, iniciou-se o trabalho de adesão das famílias ao Residencial José Lino da Silveira do Programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 44 – Terreno para Construção dos equipamentos comunitários – Trecho Zero

Projeto Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1)

O Projeto Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1) tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área dos trechos I, II e III (da Av. Mister Hull até o Anel Viário).

Tem como meta, em 2015, executar 58% do total da obra de urbanização do Rio Maranguapinho desses trechos. Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado, para o ano em análise, o valor total de R$ 32.666.304,89 (trinta e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e quatro reais e oitenta e nove centavos) dos quais R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) corresponde à fonte Fecop e R$ 27.966.304,89 (vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e seis

mil, trezentos e quatro reais e oitenta e nove centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Do total de recursos programados para a fonte Fecop (R$4.700.000,00), foi empenhado e pago o valor de R$ 4.539.439,40 (quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos), o equivalente a 96,58% do valor programado para o ano.

Em 2015, foram indenizadas e pagas 260 benfeitorias, sendo 63 com recursos do Fecop e 197 com recursos do CPAC. Também foi dada continuidade às obras de urbanização (51,41% executado).

O percentual ficou abaixo do que consta no Relatório Semestral de Desempenho do Fecop/15, porque houve a necessidade de aditar o contrato para acrescentar serviços para um trecho da obra, e em função disso foi necessário refazer o cálculo do % de execução.

A meta prevista não foi atingida em função de vários entraves: o recalculo para aditamento do contrato; a dificuldade de negociar a indenização dos imóveis na área da urbanização; a demora em retomar a execução do trecho III A (Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense), que devido à desistência da construtora, foi necessário convocar a 2ª colocada; a demora da CAIXA em analisar e aprovar a planilha do novo contrato, aprovado em dezembro de 2015.

Figuras 45 e 46 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho I e Urbanização Rio Maranguapinho Trecho II

Figura 47 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho III **Figura 48 - Imóvel Indenizado Trecho III**

Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2)

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2) tem como público alvo as famílias de baixa renda no trecho entre o Anel Viário e a barragem do Rio Maranguapinho. Apresentou como meta, para 2015, executar 15% da obra dos equipamentos comunitários, e executar 28% do total da obra de urbanização do Trecho IV.

Com o intuito de alcançar a meta, foi estimado, para o ano em análise, o valor total de R$ 19.028.697,99 (dezenove milhões, vinte e oito mil e seiscentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), dos quais R$ 4.004.746,47 (quatro milhões, quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais, e quarenta e sete centavos) corresponde à fonte Fecop, e R$ 15.023.951,52 (quinze milhões, vinte e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 2).

No tocante aos recursos programados para fonte Fecop (R$ 4.004.746,47), foi empenhado e pago o valor de R$ 3.171.079,18 (três milhões, cento e setenta e um mil, setenta e nove reais e dezoito centavos), o equivalente a 79,18% do programado para o ano.

No período em análise foram realizadas atualizações dos Laudos de Avaliação dos terrenos e benfeitorias, negociações junto aos proprietários dos terrenos, com vista a desapropriações e efetuados pagamentos de indenizações das benfeitorias. Foram negociadas 5 (cinco) indenizações de benfeitorias, e pagas 3 (três), beneficiando 5 (cinco) famílias (12 pessoas considerando 4,12 por família).

Em 2015, foi iniciada a obra de urbanização que encontra-se com 14,14% dos serviços executados. Quanto à obra dos equipamentos, o projeto de equipamentos e o orçamento ajustado encontram-se na CAIXA para análise e aprovação.

A Construtora ficou sem receber pagamentos de medições, em função da falta de repasse de recursos financeiros pelo Ministério das Cidades, o que impactou negativamente para o ritmo da obra e, consequentemente, para o atendimento da meta prevista para o ano.

Figura 49 - Urbanização do Trecho IV

Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)

O projeto Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização) tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área de intervenção do Rio. Apresenta, como objetivo especifico, retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio no Trecho entre a BR 116 à Av. Val Paraíso, promovendo com isso a recuperação socioambiental do referido rio.

Tem como meta, para o ano em análise, executar 35% da obra da barragem do Cocó e executar 15% do total da obra de urbanização do Rio Cocó. Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 56.476.160,95 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e sessenta reais e noventa e cinco centavos), dos quais R$ 5.989.927,96 (cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 50.976.160,95 (cinquenta milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e sessenta reais e noventa e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Do valor referente aos recursos do Fecop para 2015, foi empenhado e pago R$ 5.727.449,75 (cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais, e setenta e cinco centavos), o equivalente a 95,62% do valor programado para o ano.

Em 2015, foi iniciada a obra da Barragem Cocó, a qual encontra-se com 64% dos serviços executados, ultrapassando a meta prevista. Foi dada continuidade a obra de Urbanização do Trecho III (Br116 à Av. Paulino Rocha), estando com 67% dos serviços executados.

Cumpre esclarecer que a meta física refere-se à obra toda de urbanização (trechos I,II e II) e que, por esse motivo, o percentual é o acumulado. Em 2015, foi executado 22,33% da urbanização.

Foram pagas 29 (vinte e nove) indenizações de benfeitorias de imóveis que ocupavam a área da obra de urbanização do Trecho III. No tocante a obra de urbanização dos Trechos I e II, iniciou-se o processo licitatório, porém, devido a questionamentos de algumas empresas participantes, estão em revisão o Termo de Referência e o Edital para posteriormente marcar nova data da licitação.

Figuras 50 e 51 - Barragem Cocó e Urbanização do Trecho III do Rio Cocó

Figura 52 - Urbanização do Trecho III do Rio Cocó

Esgotamento Sanitário

Esses projetos são elaborados e executados em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e tem como objetivo a universalização do acesso à água tratada, da coleta e do tratamento dos esgotos.

Os serviços são prestados de forma a promover a saúde pública e a proteção ao meio ambiente, e implementados de forma articulada com as ações de desenvolvimento urbano e habitação. Sua execução contribui também para a redução do déficit habitacional qualitativo.

Os projetos desta categoria são executados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria das Cidades. Foram apresentados ao CCPIS, em 2015, 11 (onze) projetos na categoria de Infraestrutura Comunitária – Esgotamento Sanitário.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades, em 2015, R$ 44.175.918,07(quarenta e quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais e sete centavos), os projetos direcionados esta categoria perfazem um total de R$ 9.452.070,16 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, setenta reais, e dezesseis centavos) - 21,40%**,** dos quais foi empenhado e pago R$ 302.154,39 (trezentos e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), o que corresponde a 3,20% do valor planejado para o período em análise.

Quadro 62 – Execução Financeira - Infraestrutura Domiciliar – Esgotamento Sanitário

Nº	MAPP	Secretarias	TOTAL	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	**16**	Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW	694.882,75	0,00	0,00	0,00	0,00
2	**29**	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
3	**161**	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba	652.911,99	0,00	0,00	0,00	0,00
4	**168**	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00
5	**187**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	0,00	0,00	0,00	0,00
6	**189**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Municipio de Juazeiro do Norte-CE	300.801,92	0,00	0,00	0,00	0,00
7	**190**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE	348.081,42	0,00	0,00	0,00	0,00
8	**194**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	883.510,08	144.379,49	16,34	144.379,49	16,34
9	**195**	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Açude Mal Cozinhado, no Município de Cascavel-CE	227.872,87	0,00	0,00	0,00	0,00
10	**229**	Instalação e Eletrificação de Poços existentes na Rede da Cagece em Diversos Municípios do Estado do Ceará	2.997.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	**2058**	Apoio Institucional – Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR	160.000,00	157.774,90	98,61	157.774,90	98,61
		Sub-total	**9.452.070,16**	**302.154,39**	**3,20**	**302.154,39**	**3,20**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Implantação das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - KfW II

O projeto Implantação das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - KfW II, engloba a implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água em localidades das áreas das Bacias do Baixo e Médio Jaguaribe (BBJ) e

Bacia Banabuiú (BBA), que serão financiadas pelo Banco Alemão KfW, com contrapartida do Governo do Estado.

Apresenta como objetivo garantir o acesso da população beneficiada aos serviços de abastecimento de água. Tem como meta concluir a implantação de 1 Sistema de Abastecimento de Água, na localidade de Ipiranga (Município de Boa Viagem) beneficiando 931 habitantes.

Com o intuito de atingir esta meta do projeto, estimou-se um valor total, para 2015, de R$ 8.621.760,56 (oito milhões, seiscentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos), dos quais R$ 694.882,75 (seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 7.926.877,81 (sete milhões e novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) correspondem a recursos financiados pelo banco alemão Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW.

A obra do SAA de Ipiranga, município de Boa Viagem, teve que ser paralisada, para aguardar a elaboração e publicação do aditivo de prazo e de valor do contrato, com o intuito de reduzir os custos operacionais e otimizar a execução das obras por solicitação do Banco KfW, como também, para aguardar a ligação da energia elétrica do referido Sistema, por parte da COELCE.

Porém, após questionamentos da Assessoria Jurídica da Cagece concluiu-se ser desnecessário aditivo ao contrato, tendo a construtora que cumprir o acordado no instrumento. Porém, em função do manancial estar muito abaixo do volume normal, devido à escassez de água no Estado do Ceará no período, não houve condições para que a construtora desse prosseguimento à obra, tendo em vista que ficaria sem funcionalidade. Em função disso, não houve execução física e financeira deste projeto. Os recursos destinados a este projeto foram remanejados para o exercício de 2016.

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza

O projeto Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2, em Fortaleza, insere-se no escopo do Programa Sanear II e Recursos Próprios da Cagece. Abrange os bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Portugal e Parque Jerusalém, que estão localizados na zona sudoeste da cidade de Fortaleza, cuja população total é de 27.703 habitantes.

Apresenta como objetivos específicos melhorar a qualidade das águas que atravessam a cidade de Fortaleza, mediante a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário; melhorar as condições sanitárias, e a eficiência na prestação dos serviços de saneamento básico no Estado do Ceará, mediante o apoio à gestão operacional da Cagece.

Tem como meta implantar 532 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 2.128 habitantes. Com o intuito de atingir esta meta do projeto, estimou um valor total, para 2015, de R$ 3.096.405,05 (três milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos), dos quais R$ 596.405,05 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

No período em análise foram executadas 532 ligações prediais de esgoto, beneficiando, aproximadamente, 2.128 habitantes da região da sub-bacia. Levando em consideração o acumulado das ligações prediais, tendo em vista que foi realizada a medição final, temos um total de 5.380 ligações realizadas, beneficiando 25.741 habitantes. A Construtora atrasou a medição final em decorrência da demora na desapropriação da área, onde seriam executados os serviços da estação elevatória de esgoto.

A execução física da obra esta concluída, encontrando-se em prestação de contas. Os pagamentos realizados em 2015 foram efetuados com recursos próprios da CAGECE. A população beneficiada só será registrada quando as ligações intradomiciliares entrarem em operação.

Figura 53 – Esgotamento da Vala

Figura 54 – Execução da rede coletora

Figura 55 - Estação Elevatória de Esgoto

Figura 56 - Estação Elevatória de Esgoto

Figura 57 - Rede coletora de Esgoto

Figura 58 - Ligação Predial de Esgoto

Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de água da Serra da Ibiapaba

O projeto Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de água da Serra da Ibiapaba tem como proposta a ampliação do Sistema Adutor da Ibiapaba, que se baseia na sua importância regional, considerando que,

atualmente, esse sistema é responsável pelo abastecimento de cerca de 110.000 habitantes, sendo quatorze localidades.

Considerando o porte do sistema e a infraestrutura existente, e que o nível de atendimento encontra-se próximo da sua capacidade máxima operacional, priorizou-se a sua ampliação para um horizonte de mais 30 anos, tendo em vista a incorporação de novas demandas de cidades não atendidas pelo atual sistema em operação.

As comunidades atendidas atualmente pelo Ramal Sul do Sistema Adutor são: as cidades de Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal e Guaraciaba do Norte e os distritos de Betânia, Inhuçu, Nova Veneza, Janeiro, Pituba e Sussuanha. O manancial responsável pelo abastecimento do sistema é o açude Jaburu, com capacidade de armazenamento de 210 milhões de m³.

Tem como meta implantar executar 4 estações elevatórias na região da Ibiapaba, executar a obra da adutora de água tratada do Ramal Sul do Sistema de Abastecimento de Água de Ibiapaba, com 52.190m de extensão, e executar um reservatório apoiado na cidade de São Benedito, com capacidade de 300m³.

Com o intuito de atingir esta meta do projeto, estimou um valor total, para 2015, de R$ 6.505.789,73 (seis milhões, quinhentos e cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), dos quais R$ 652.911,99 (seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e onze reais e noventa e nove centavos) correspondem à fonte Fecop e R$ 5.852.877,74 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos) correspondem a recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Tendo em vista, a demora na entrega dos tubos pelo fornecedor, houve atraso do cumprimento do cronograma originalmente proposto para o empreendimento. Diante disso não foi possível a utilização dos recursos previstos para 2015.

Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira

O projeto Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira consiste na implantação da rede de esgotamento sanitário do Residencial Lino da Silveira, a ser construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, e na execução de obras na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, do Conjunto Araturi, para adequá-la a receber os efluentes gerados pela população do referido Residencial.

O Residencial Lino da Silveira ocupará uma área aproximada de 15 ha, localizado na Av. São Vicente de Paulo. Será composto de 9 (nove) condomínios de prédios, totalizando 2.816 unidades habitacionais, e, beneficiará uma população aproximada de 14.080 pessoas.

O projeto proposto, além de eliminar, de forma definitiva, vazamentos decorrentes da obstrução da rede coletora de esgotos, permitirá o acesso adequado para a realização de serviços de manutenção e operação do sistema, melhorando a prestação dos serviços de esgotamento sanitário e promovendo a melhoria das condições de saúde da comunidade beneficiada.

Espera-se potencializar o serviço publico de coleta de esgoto e melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população, que irá habitar o Residencial Jose Lino da Silveira, reduzindo os casos de doenças de veiculação hídrica, por meio da readequação do sistema de esgotamento sanitário.

Este projeto apresenta, como objetivo especifico, melhorar o atendimento à população residente no residencial Araturi, e implantar o sistema de esgotamento sanitário do Residencial José Lino da Silveira.

Tem como meta, para 2015, implantar 4.571m de extensão de rede coletora de esgoto, readequando o sistema de esgoto do referido Residencial e 2.816 ligações domiciliares. Este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Para viabilizar o alcance da meta, estimou-se um valor total de R$ 2.009.490,94 (dois milhões, nove mil, quatrocentos e noventa reais, e noventa e quatro centavos).

Foram implantados 4.571 metros extensão de rede coletora de esgoto readequando o sistema de esgoto do Residencial José Lino da Silveira. Apesar da não execução na meta de efetuar 2.816 ligações domiciliares do projeto, observa-se que houve serviços na linha do emissário entre a estação elevatória e ETE, assim também como alguns serviços de melhorias tais como a locação da interligação das unidades, poço de visita, serviço de impermeabilização etc. Os serviços executados em 2015 foram pagos com recursos próprios da Companhia.

Figura 59 – Execução da ETE

Figura 60 – Linha de Recalque

Figuras 61 e 62 – Vista Geral da ETE e Aquisição de material

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia

O projeto Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, da Localidade de Capuan, em Caucaia, tem como público alvo as famílias residentes em localidades rurais com precariedade ou ausência de Sistema de Abastecimento de Água (SAA). Tem como objetivo específico ampliar o número de habitantes atendidos com sistemas de abastecimento de água.

Em 2015, apresentou como as seguintes metas: concluir a ampliação de 1 SAA na localidade de Capuan (Município de Caucaia) beneficiando 9.828 habitantes; executar um Reservatório Apoiado (RAP) de 1500m3; executar 02 Reservatórios Elevados (RELs) de 200m3 cada; ampliar 58.714m de rede de distribuição de diâmetros variando entre 50mm e 400mm; e executar 2.730 novas ligações prediais.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 5.182.705,91 (cinco milhões, cento e oitenta e dois mil, setecentos e cinco reais e noventa e um centavos), dos quais R$ 580.647,14 (quinhentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e sete reais, e quatorze centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 4.602.058,77 (quatro milhões, seiscentos e dois mil, cinquenta e oito reais, e setenta e sete centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

A obra apresentou, no ano em análise, a execução física de 15,78%, o correspondente a 31.557,56m de Rede Distribuidora e 21 ligações prediais de esgoto. Essas metas foram pagas com recursos próprios da Cagece.

Quanto à execução financeira, a Cagece solicitou o desembolso junto à CAIXA. Entretanto, apenas as quatro primeiras medições foram liberadas à Secretaria das Cidades. O valor foi repassado, parte no dia 9 de outubro de 2015, e parte em 31 de dezembro de 2015, em função do fornecimento do Alvará de Construção, emitido pela Prefeitura do Município de Caucaia apenas em 8 de outubro de 2015, condicionante para o repasse dos recursos. As 5ª e 6ª medições estão na dependência da liberação, por parte do órgão financiador (CAIXA), e as 7ª e 8ª estão aguardando vistoria à obra. Em função disso, não houve execução financeira em 2015.

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte – CE

O projeto Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte – CE, é composto por três subprojetos: Projeto do Bairro Triângulo, Projeto do Bairro Aeroporto e Projeto do Bairro São José.

Tem como público-alvo a população dos bairros Aeroporto, Triângulo e São José, no município de Juazeiro do Norte, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Apresenta, como objetivo, contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população, a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Tem como meta concluir a ampliação de 01 SAA, no município de Juazeiro do Norte, beneficiando 54.389 habitantes.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 1.834.800,34 (um milhão, oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos reais e trinta e quatro centavos), dos quais R$ 300.801,92 (trezentos mil, oitocentos e um reais e noventa e dois centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 1.533.998,42 (um mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

A obra foi iniciada em 08 de junho de 2015, ano em que o projeto foi apresentado pela primeira vez no âmbito do FECOP, através do Contrato Nº 0007/2015 DJU/Cagece, entre a Cagece e a empresa INCO Engenharia Ltda. Não houve desembolso de nenhuma das fontes acima mencionadas.

No período em análise, foram executadas as seguintes metas: 930m de adutora de água tratada; 505m de extensão de subadutora e 9.038m de rede de distribuição de diâmetros variando de 50mm à 250mm. As demais metas não foram executadas, devido a problemas de liberação de desapropriação de áreas e ao cadastramento dos usuários, para as ligações prediais, ainda estar em processo de elaboração.

Figura 63 - Rede de Distribuição I

Figura 64 – Rede de Distribuição II

Figuras 65 e 66 - Adutoras

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das localidades de Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no município de Aracati – CE

O projeto Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, das localidades de Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no município de Aracati – CE, insere-se no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – Estiagem, financiado pelo Orçamento Geral da União, com contrapartida do governo estadual através do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Apresenta, como público alvo, a população das localidades de Córrego dos Rodrigues, Majorlândia, Pontal e Quixaba, no município de Aracati, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Tem, como objetivo geral, contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Apresenta como metas executar a subadutora de água tratada com 425 metros de extensão; executar 67% de 4 Estações Elevatórias de Água Bruta; executar 37% de 1 Estação Elevatória de Água Tratada; executar 77% de 1 Reservatório Apoiado de 95 m³; executar 21,5% de 2 Reservatórios Elevados de 100 m³ e 50 m³; executar 330 m de adutora de água bruta; executar 1.218 m de adutora de água tratada; e executar 17.793 metros de rede distribuição.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 4.664.547,67 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos), dos quais R$ 348.081,42 (trezentos e quarenta e oito mil, oitenta e um reais e quarenta e dois centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 4.316.466,25 (quatro milhões, trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

A Cagece solicitou o desembolso à CAIXA, entretanto apenas as quatro primeiras medições, que totalizam o valor de R$ 203.911,15 (duzentos e três mil, novecentos e onze reais, e quinze centavos), foram liberadas à Secretaria das Cidades. O valor foi repassado apenas no dia 30 de novembro de 2015, tendo em vista que o Alvará de Construção foi emitido pela Prefeitura do Município de Aracati apenas no dia 3 de agosto de 2015, condicionante para o repasse do recurso. A quinta, sexta e sétima medições ainda estão aguardando liberação por parte da CAIXA.

A obra apresentou, em 2015, a execução física de 32,98%. Foram executadas as seguintes metas: 33% da estação elevatória de água bruta; 25% dos reservatórios apoiados de 95m³ e 8.620m de rede de distribuição. As metas executadas do contrato foram pagas com recursos próprios da Cagece.

Figuras 67 e 68 - Assentamento de Tubulação e Concretagem Reservatório Elevado

Figuras 69 e 70 – Estação Elevatória de Água Bruta e Estação Elevatória de Água Bruta

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tauá

O projeto Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, do município de Tauá, tem como público alvo a população residente em comunidades no município de Tauá, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Apresenta, como objetivo geral, contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população, a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Tem como metas concluir a ampliação de 1(um) Sistema de Abastecimento de Água (SAA), no município de Tauá, beneficiando 44.861 habitantes; e executar 7.753,85 m de adutora de água bruta, em 2015.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 8.381.445,19 (oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), dos quais R$ 883.510,08 (oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e dez reais e oito centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 7.497.935,11 (sete milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e onze centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

Dos recursos oriundos do Fecop, foi estimado, para o ano de 2015, o valor de R$ 883.510,08 (oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e dez reais, e oito centavos), dos quais foram empenhados e pagos R$ 144.379,49 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais, e quarenta e nove centavos), o que corresponde a 16,34% dos recursos planejados.

Foi executado 11.670 m de Adutora de água bruta, beneficiando 24.575 habitantes do município de Tauá. A obra encontra-se em andamento, com execução de 52,42%, que corresponde a sete medições no valor total de R$ 11.038.547,11 (onze milhões, trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais, e onze centavos).

A Cagece solicitou o desembolso desse valor à CAIXA, entretanto, apenas a primeira medição no valor de R$ 1.330.686,54 (um milhão, trezentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), foi liberada à Secretaria das Cidades. Desse valor, apenas R$ 144.379,49 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais, e quarenta e nove centavos), corresponde a recursos do Fecop, repassados em 30 de dezembro de 2015.

Figura 71 - Assentamento Tubulação

Figura 72 - Escavação mecânica

Figura 73 - Execução de adutora PVC

Figura 74 - Transporte de materiais

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, da localidade de Açude Mal Cozinhado, no município de Cascavel-CE

O projeto Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, da localidade de Açude Mal Cozinhado, no município de Cascavel-CE, propõe a realização de ações de melhorias para o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Cascavel, por meio da adequação da adutora de água bruta já existente, cujo manancial é o açude Mal Cozinhado, bem como, a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA).

Apresenta como público alvo a população na localidade de Açude Mal Cozinhado, no município de Cascavel, que apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Tem como objetivo contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população, a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Apresenta, como metas, para 2015, executar adequação dos 96m da adutora de água bruta; executar adequação dos 73,40m da adutora de água tratada; executar 1% de 1 Câmara de Carga/Filtro; executar 12% do Laboratório/Casa de Química/Cloração; executar 4% de 01 Estação Elevatória; executar 27% das melhorias no reservatório apoiado de 300m³; e executar 66% do leito drenante.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 4.987.278,67 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, duzentos e setenta e oito reais, e sessenta e sete centavos), dos quais R$ 227.872,87 (duzentos e vinte sete mil, oitocentos e setenta e dois reais, e oitenta e sete centavos) correspondem à fonte Fecop, e R$ 4.759.405,80 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais, e oitenta centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

A obra foi iniciada em 1º de junho de 2015, ano em que o projeto foi apresentado pela primeira vez no âmbito do FECOP, através do Contrato Nº 0139/2014 DJU/Cagece, entre a Cagece e a empresa Construtora Granito Ltda. Não houve desembolso de nenhuma fonte, uma vez que o órgão financiador aguarda emissão da autorização de início de projeto, por parte do Ministério das Cidades, para realização do repasse dos recursos. Não houve execução financeira em 2015.

Apresenta como metas, para 2015, executar adequação dos 96m da adutora de água bruta; executar adequação dos 73,40m da adutora de água tratada; executar 1% de 1 Câmara de Carga/Filtro; executar 12% do Laboratório/Casa de Química/Cloração; executar 4% de 01 Estação Elevatória; executar 27% das melhorias no reservatório apoiado de 300m³; e executar 66% do leito drenante.

As demais metas não foram executadas, pois não houve liberação de recurso, por parte do órgão financiador CAIXA. Tal fato deve-se a não emissão da Autorização

de Início do Objeto – AIO, motivada por pendência relativa ao Contrato de Concessão com o Município de Cascavel.

Tal situação foi regularizada junto à CAIXA, em 16/10/15, e solicitada, ao Ministério das Cidades, a emissão do AIO. Para a realização dos desembolsos, a Cagece aguarda a sua formalização. Salienta-se que as metas executadas foram pagas com recursos próprios da Cagece.

Figuras 75 e 76 - Execução de Reservatório Apoiado de 300m3.

Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da Cagece, em diversos municípios do Estado do Ceará

O projeto Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da Cagece, em diversos municípios do Estado do Ceará, foi projetado para atendimento de 47 municípios (Apuiarés, São Luis do Curu/Croatá, Tejuçuoca, Jericoacoara, Jijoca,

Marco, Morrinhos, Bitupitá (Barroquinha), Uruoca, Carnaubal, Croatá (UNBSI), Viçosa do Ceará (Lambedouro), Forquilha, Groaíras, Hidrolândia, Mucambo, Pacujá, Graça, Pires Ferreira, Senador Sá, Lisieux (Santa Quitéria), Pacoti, Palmácia, Crioulas (Pereiro), Ema (Iracema), Ererê, Iracema, Pereiro, Ibicuitinga e Parambu.

O projeto proposto prevê a instalação e eletrificação de 312 poços perfurados, por meio da aquisição de bombas, quadros de comando e outras peças componentes. Apresenta como público alvo a população nas cidades e distritos selecionados que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Tem como objetivo geral contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população, a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Apresenta como metas fornecer 192 painéis de comando; acessórios para montagem hidromecânica de 192 poços; 192 bombas; 218.400m de cabo de cobre flexível; e entregar 192 poços instalados.

Este projeto conta com recursos exclusivos da fonte Fecop. Para 2015, foi programado o valor de R$2.997.466,00 (dois milhões, novecentos e noventa e sete reais, quatrocentos e sessenta e seis reais).

Não houve execução financeira dos recursos FECOP no ano de 2015. Apesar disso, foram adquiridos 55 painéis para acionamento de conjunto de bombas, aquisição de conjunto de 15 motobombas e 10.500m de cabos de cobre, pagos com recursos próprios da Cagece. A população beneficiada com a conclusão do projeto será de 186.119 habitantes nos municípios contemplados do estado do Ceará.

Apoio Institucional - Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR

O projeto Apoio Institucional - Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR, trata da aquisição de material para apoiar a logística e a infraestrutura dos Sistemas

Integrados de Abastecimento Rural (SISAR) de Russas (SISAR BBJ) e de Quixadá (SISAR BBA).

O Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR, entidade que congrega associações comunitárias, com Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, tem como objetivo principal a gestão compartilhada com as associações comunitárias, que possuem sistemas de água e/ou esgoto, para garantir sua operação e manutenção através da autogestão e autossustentabilidade. Nesta modelagem de gestão está prevista a participação do Estado, da Prefeitura, da Associação local e do SISAR. Uma gestão compartilhada na qual cada participante tem papel fundamental na garantia do acesso à água tratada a população da zona rural.

Tem como publico alvo famílias carentes residentes em localidades rurais, com precariedade ou ausência de Sistema de Abastecimento de Água. Apresenta, como objetivo geral, garantir o acesso da população beneficiada aos serviços de abastecimento de água.

Este projeto conta com recursos exclusivos da fonte Fecop. Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado, para 2015, o valor total de R$ 160.000 (cento e sessenta mil), dos quais foram empenhados e pagos R$ 157.774,90 (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais, e noventa centavos), o que corresponde a 98,61% dos recursos planejados para o ano.

Apresenta como meta a doação de 82 Hidrômetros Tipo Woltmann, para as comunidades carentes das duas regiões contempladas pelo Programa Ceará III, beneficiando, nesta aquisição, 328 pessoas. Os hidrômetros foram adquiridos e atualmente estão em processo de transferência para os SISARs.

4.6.2.3 Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Ocupação e Renda

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico da população mais pobre do Estado, a Secretaria das Cidades desenvolve projetos, que buscam a autonomia de seus beneficiários, através do incentivo à geração de trabalho e renda. Para tanto, promove ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção de produção de catadores de materiais recicláveis.

.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades, em 2015, R$ 44.175.918,07 (quarenta e quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais, e sete centavos) os projetos direcionados a Inserção Produtiva Urbana perfazem um total de R$ 100.000,00 (cem mil reais) - 0,23%.

Quadro 63 – Execução financeira Inclusão Produtiva Urbana

Ord	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	-	-	-	-	-
Total		100.000,00					

Fonte: Gerência Executiva do Fecop – GEF

Inclusão Social e Produtiva de Catadores

Na categoria Inclusão Produtiva Urbana - Ocupação e Renda (Capacitação e Fomento), o Projeto Inclusão Social e Produtiva de Catadores conta com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego, captados através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Apresenta, como público alvo, cerca de 3.000 catadores e catadoras de materiais recicláveis, que atuam em lixões, ruas e espaços públicos, em 93 municípios do Estado do Ceará. Este público, por suas condições precárias de trabalho e renda, encontra-se abaixo da linha da pobreza e em constante risco social.

O projeto tem o objetivo de apoiar a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, e a formação

das pessoas envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda, contribuindo para a inclusão social e produtiva.

Para 2015, foi estabelecida a meta de identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores para implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Apresenta também como meta desenvolver ações de capacitação e assessoramento para a organização de 2.500 catadores (as) em cooperativas, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para o seu funcionamento, estimulando a busca da elevação do grau de escolaridade dos beneficiários, para participar de programas como o PRONATEC, EJA entre outros.

Para alcançar esta meta, foi estimado o valor total de R$ 2.648.407,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete reais) dos quais R$ 100.000,00 (cem mil) correspondem à fonte Fecop, e R$ 2.548.407,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete reais) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal.

Não houve execução em 2015, em função de entraves no processo licitatório. O Edital Nº 20130013-SCidades/Cosan, para contratação da empresa, com a finalidade de executar a meta do projeto, foi lançado em 26/05/15, e a licitação na modalidade pregão eletrônico, ocorreu no dia 12/06/15.

A empresa vencedora foi homologada, porém, por solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego, o plano de trabalho necessitou ser reformulado para que pudesse atender a mais municípios, em consonância com as intervenções planejadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Sema). A aprovação do novo plano, pela SENAES, não ocorreu em tempo hábil, para ser lançado novo edital de contratação da empresa executora, motivo pelo qual não foi possível realizar desembolsos relativos a este projeto em 2015.

4.6.3 Aplicação dos Recursos por Macrorregião

A maior parte dos recursos empenhados pela Secretaria das Cidades, no período em análise, foram alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF),

contemplada com R$ 26.970.371,53 (vinte e seis milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e setenta e um reais, e cinquenta e três centavo), onde se encontram os projetos, que envolvem os maiores volumes de recursos, como é o caso do Projeto Rio Maranguapinho e Projeto Cocó, cuja área de atuação é a RMF, e dos projetos de habitação de interesse social desenvolvidos, com atuação em áreas rurais do Estado.

O volume de recursos, empenhados na RMF pela Secretaria das Cidades, resulta, principalmente, da necessidade de reduzir o elevado déficit habitacional, qualitativo e quantitativo, existente nessa região.

Quadro 64 – Distribuição dos Recursos Aplicados por Macrorregião em 2015

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1- RMF	24.624.856,29	91,30	7.626	16,68
2- Litoral Oeste	80.000,00	0,30	1.312	2,87
3- Sobral/Ibiapaba	111.875,00	0,41	744	1,63
4- Sertão dos Inhamuns	144.379,49	0,54	24.849	54,34
5- Sertão Central	162.541,60	0,60	746	1,63
6- Baturité	283.125,00	1,05	1.892	4,14
7- Litoral Leste/Jaguaribe	1.491.094,15	5,53	7.410	16,21
8- Cariri / Centro Sul	72.500,00	0,27	1.146	2,51
TOTAL	**26.970.371,53**	**91,30**	**7.626**	**16,68**

Fonte: Gerência Executiva do Fecop – GEF

4.6.4 Principais Resultados / Dificuldades

4.6.4.1 Resultados

- **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**
  - Execução de 55% do Residencial Aldemir Martins;
  - Conclusão do Residencial Santo Sátiro (famílias morando);
  - Trabalho Técnico Social nos Residenciais Leonel Brizola e Lupe de Paula (Residenciais já concluídos e com famílias morando);
  - Reassentamento de 612 famílias;

- **Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)**
    - Pagamento de 37 (trinta e sete) indenizações de benfeitorias;
    - Liberado 5% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó;

- **Dendê (Ações Habitacionais)**
    - Execução de 15% dos serviços de construção do Residencial Dendê, iniciada, em 2015;
    - Execução de 40% do Projeto Técnico Social;

- **Habitação Rural – PNHR 1**
    - Desembolso para construção de 324 unidades habitacionais em 6 municípios, que beneficiarão 324 famílias do meio rural: Cascavel (49), Caucaia (93), Itapajé (28), Tejuçuoca (36), Tururu (71), Umirim (47);
    - Conclusão de 161 unidades habitacionais em 4 (quatro) municípios do Estado do Ceará: Nova Olinda(50), Porteiras(50), São Benedito(11) e Trairi (50);

- **Habitação Rural – PNHR 2**
    - Contratação de 492 U.H, do total de previstas (820 U.H) no âmbito deste projeto, beneficiando 2.042 pessoas em 17 (dezessete) municípios do Estado do Ceará: Baixio (35), Barro (35), Bela Cruz (50), Cariús (42), Caridade(16), Caucaia (32),Chorozinho(10), Crateús (35), Icapuí (4), Itaiçaba (14), Ocara(4), Pentecoste (9), Potirema (42), Potengi (48), São Luiz do Curu (49) Tamboril (31) e Tururu (36);

- **Aluguel Social para Família de Baixa Renda**
    - Pagamento de aluguel social a 121 famílias, sendo 63 no âmbito do Projeto Rio Cocó e 58 no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho;

- **Mobilização e Transporte de Famílias**
    - Mudanças de 533 famílias para o Residencial Aldemir Martins;

- **Fogões Sustentáveis**
    - Entrega de 1500 fogões sustentáveis, beneficiando 6.225 pessoas.

- **Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II**
    - Execução de 265 (duzentos e sessenta e cinco) Melhorias Sanitárias Domiciliares –MSDs no município de Aracati, beneficiando aproximadamente 1.203 habitantes;

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)**
    - Execução de 2,8% dos serviços das obras dos equipamentos comunitários (Escola, creche e Unidade Básica de Saúde);

- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)**
    - Pagamento de indenização de 260 benfeitorias, sendo 63 com recursos do Fecop e 197 com recursos do CPAC;
    - Execução de 51,41 % da obra de urbanização (percentual ajustado em função de aditamento de contrato para acréscimo de serviços);

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)**
    - Execução de 14,14% da obra de Urbanização;

- **Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)**
    - Execução de 64% da obra de construção da Barragem Cocó;
    - Execução de 67% da obra de Urbanização do Trecho III (Br116 à Av. Paulino Rocha);
    - Execução de 22,33% do total da urbanização do Rio Cocó (Trechos I, II e III);
    - Pagamento de 29 indenizações de benfeitorias de imóveis que ocupavam a área da obra de urbanização do Trecho III;

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Sub-bacia SE-2 em Fortaleza (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Execução de 532 ligações prediais de esgoto, beneficiando aproximadamente 2.128 habitantes da região da sub-bacia. Levando em consideração o acumulado das ligações prediais, temos um total de 5.380 ligações realizadas, beneficiando 25.741 habitantes;

- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Implantação de 4.571 metros de extensão de rede coletora de esgoto readequando o sistema de esgoto do Residencial José Lino da Silveira;

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan, em Caucaia (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Execução de 31.557,56m de Rede Distribuidora e 21 ligações prediais de esgoto (Execução física de 15,78%);

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte – CE (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Execução de 930 metros de adutora de água tratada; 505 metros de extensão de subadutora e 9.038 metros de rede de distribuição de diâmetros variando de 50mm à 250mm;

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das localidades de Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba no município de Aracati – CE (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Execução de 33% da estação elevatória de água bruta; execução de 25% dos reservatórios apoiados de 95m³ e execução de 8.620 metros de rede de distribuição (Execução física de 32,98%);

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tauá**
    - Execução de 11.670m de Adutora de água bruta, beneficiando 24.575 habitantes do município de Tauá;

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da localidade de Açude Mal Cozinhado no município de Cascavel-CE (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Execução de 73,4m da adutora de água tratada; 1% de 1 câmara de carga/Filtro; 12% do Laboratório/Casa de Química/Cloração; 27% das

melhorias no reservatório apoiado de 300m³; 4% de 1 Estação Elevatória; 96 m da adutora de água bruta e 66% do leito drenante;

- **Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da Cagece em diversos municípios do Estado do Ceará (sem aplicação de recursos Fecop em 2015)**
    - Aquisição de 55 painéis para acionamento de conjunto de bombas, aquisição de conjunto de 15 motobombas e 10.500m de cabos de cobre;

- **Apoio Institucional - Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR**
    - Aquisição de 82 Hidrômetros Tipo Woltmann para as comunidades carentes das duas regiões contempladas pelo Programa Ceará III.

4.6.4.2 Dificuldades

- **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**
    - Demora no processo de renovação do Alvará de construção da obra do Residencial Santo Sátiro, em função da necessidade de aprovações dos projetos complementares, fez com que o ritmo da obra do Residencial ficasse bem lento, visto que, sem o alvará, não é possível a liberação das medições junto a CAIXA. O Alvará somente foi renovado pela Prefeitura de Maracanaú em novembro/2015;

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)**
    - Demora da CAIXA na aprovação dos projetos, fator este que impactou no atraso na licitação referente aos equipamentos comunitários (em função da necessidade de complementações nos projetos e orçamento) e, impedindo, com isso, um melhor desempenho por parte da Construtora. Destaca-se que somente é possível receber pagamento das medições com a devida aprovação da CAIXA;

- Paralisação para a revisão do projeto de fundação e aprovação da CAIXA, quanto à obra para liberação dos recursos do OGU (o que veio ocorrer somente em dez/15);

- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)**
  - Entraves no recalculo do percentual de execução do novo contrato.
  - Dificuldade de indenizar os imóveis que impedem a execução da obra;
  - Demora em retomar a execução do trecho III A (Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense), que devido à desistência da construtora, foi necessário ser chamada a 2ª colocada;
  - Demora da CAIXA em analisar e aprovar a planilha do novo contrato (aprovado em dezembro de 2015);

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)**
  - Demora da CAIXA para analisar o projeto de equipamentos e o orçamento da obra dos equipamentos;
  - Atraso no repasse por parte do Ministério das Cidades, o que impactou negativamente para o ritmo da obra e consequentemente para o atendimento da meta prevista para o ano.

- **Dendê (Ações Habitacionais)**
  - Burocracia no processo de liberação de medições;
  - Construtora com ritmo lento.

- **Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda**
  - Adiamento da entrega do residencial gerou prorrogação do prazo do aluguel o que demandou mais recursos e a elaboração de um termo aditivo.

- **Habitação Rural – PNHR 2**

- Demora do agente financeiro (CAIXA) em disponibilizar a relação dos contratos/operações com necessidade de contrapartida do Estado do Ceará.

- **Fogões Sustentáveis**
  - Demora no processo licitatório, sendo publicado o contrato em 11/06/2015;
  - Demora na remontagem da equipe de melhorias habitacionais, responsável por executar o projeto de fogões sustentáveis, uma vez que toda a equipe foi destituída no início do ano de 2015.

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2**
  - Dificuldade na execução da Estação Elevatória de Esgoto e Rede Coletora de Esgoto, ocasionando atraso na elaboração da medição final do empreendimento.

- **Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II**
  - O lapso temporal, desde o cadastramento dos imóveis até o início da execução das obras, ocasionou diversos impactos e conseqüente atrasos/dificuldades na construção das MSDs, entre eles: a mudança de endereço das casas, falecimento de beneficiários, construção de novas habitações, a desistência de beneficiários na interligação do sistema de água (pois ser usuário de SAA é um dos critérios para ser beneficiado com MSD), desistência do usuário no benefício sem motivo relevante, etc.

- **Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de água da Serra da Ibiapaba**
  - Demora na entrega dos tubos pelo fornecedor, impactando no cumprimento do cronograma originalmente proposto para o empreendimento.

- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira**

- Contratempos na execução direta dos serviços, principalmente quanto ao rebaixamento de lençol freático, ocasionando diversos impactos e consequentes atrasos no assentamento dos tubos e intervenção nas vias públicas.

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia**
  - Demora no processo licitatório e na liberação por parte da CAIXA.

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tauá**
  - Aguardando a liberação das outras medições pelo órgão financiador para solicitar o percentual correspondente à fonte FECOP.

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da localidade de Açude Mal Cozinhado no município de Cascavel-CE**
  - Demora na liberação de recurso por parte do órgão financiador CAIXA. Tal fato deve-se a não emissão da Autorização de Início do Objeto – AIO, motivada por pendência relativa ao Contrato de Concessão com o Município de Cascavel. Tal situação foi regularizada junto à CAIXA em 16 de outubro de 2015 e, sendo assim, solicitado ao Ministério das Cidades a emissão do AIO. Para a realização dos desembolsos, a Cagece aguarda a sua formalização.

- **Inclusão Social e Produtiva de Catadores**
  - Entraves no processo licitatório;
  - Demora da análise do plano de trabalho (PT) por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

4.7 Secretaria da Infraestrutura

4.7.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, foi criada pela Lei Nº 12.961, de 03 de Novembro de 1999, dentro do processo de Reforma Administrativa do Governo do Estado, e tem como competência as áreas de Transportes, Obras, Energia e Comunicações, definidas pela Reforma Administrativa do Governo atual, através da Lei Nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, alterada em 09 de novembro de 2007, pela Lei Nº 14.005.

O Governo Estadual reputa a infraestrutura como precondição para o crescimento sustentável. Esta lógica norteia todas as ações da SEINFRA, possibilitando vislumbrar cenários de curto, e médio prazo, onde a infraestrutura será um dos grandes atrativos para a instalação de grandes projetos produtivos no Estado.

Considerando que a existência de uma adequada infraestrutura de transportes constitui fator fundamental para a expansão de nossa economia, investimentos de grande magnitude estão planejados, cabendo destacar os empreendimentos nas áreas de energia, transporte rodoviário, portuário e ferroviário.

Registre-se a importância do Plano Estadual de Logística e Transporte do Ceará – PELT, com vistas a contribuir, através da implantação de infraestrutura de transporte, no rumo do desenvolvimento sustentável, do Estado do Ceará.

No PPA 2012/2015, o projeto situa-se no âmbito do Programa 003 – Transporte e Logística do Estado do Ceará e contribui para o alcance do Objetivo 001 – Implantar, remodelar, recuperar e operacionalizar o Sistema Metro-Ferroviário do Estado, para atender a necessidade de deslocamento da população do Estado do Ceará; Meta 00001 – Atender 506.000 usuários/dia útil ao final de 2015 na RMF; Iniciativa 00059 – Implantação do Trem de Passageiros com VLT – Parangaba / Mucuripe.

Quadro 65 – Execução Financeira

MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
285	Desapropriação de faixa de domínio e Estações para Implantação do VLT Parangaba-Mucuripe	25.560.897,75	25.560.897,75	100,00	24.516.857,80	95,92
*367	Aluguel Social das Famílias da Comunidade de Maravilha, localizada na área de obras do VLT, trecho Parangaba/Mucuripe	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		**25.645.897,75**	**25.560.897,75**	**95,60**	**24.516.857,80**	**95,60**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

* Recursos não empenhados face a não celebração do convênio.

4.7.2 Desenvolvimento

O Programa Transporte e Logística do Estado do Ceará

O projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria de projetos Estruturantes, subcategoria Infraestrutura Comunitária.

Constitui-se, basicamente, de ações de desapropriação das áreas de domínio e estações do VLT. Estas são condições indispensáveis para que possam ser desenvolvidas todas as demais ações, que beneficiarão aproximadamente 20% da população de Fortaleza.

O projeto compõe o Eixo – Sociedade Justa e Solidária do Plano Plurianual, na área de Infraestrutura e Logística, especificamente no componente de Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará, e visa disponibilizar, às comunidades isoladas, o acesso ao serviço de transporte. Embora ligado a área de infraestrutura da política de governo, o projeto tem ação abrangente e vinculação com outros projetos, visto que, como meio de comunicação acessível à população carente, possibilita a utilização de diversos outros serviços do Governo Estadual, como saúde, educação, segurança pública, defensoria, etc, assim como comercialização de produções locais, e busca de informações com as demais esferas da sociedade.

Sabe-se que transportes de massa atendem, sobretudo a parcela mais pobre da população, que não dispõem de veículo particular, e sofre com a morosidade para percorrer distâncias mais longas. É importante ressaltar, ainda, que a implantação do VLT Parangaba – Mucuripe propiciará a ligação entre diversos pólos geradores de viagens, como: a região hoteleira, o porto do Mucuripe, a rodoviária de Fortaleza, o aeroporto, universidades, hospitais, além de dois importantes terminais de ônibus do município (Parangaba e Papicu), possibilitando mobilidade urbana, e aumentando a acessibilidade das mais diversas classes sociais da população. O projeto beneficiará a cidade de modo geral, configurando-se, como um revitalizador de áreas subutilizadas, e contribuindo para a urbanização de vários bairros.

No exercício de 2015, foi aprovado R$ 25.560.897,75 (vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e sete reais, e setenta e cinco centavos), correspondente à aquisição de 3 (três) terrenos, para o reassentamento das famílias, desapropriar/indenizar 430 famílias, e pagar 387 aluguéis sociais.

4.7.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

O projeto está situado na Região Metropolitana de Fortaleza, especificamente em Fortaleza, onde será implantado o Veículo Leve sobre Trilhos-VLT, tendo a sua extensão de 12,7 Km, iniciando na Estação Mucuripe até a Parangaba.

Quadro 66 – Distribuição dos Recursos Aplicados até Dezembro/ 2015

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada*	%
1-RMF	25.560.897,75	100,00	1834	100,00
TOTAL	25.560.897,75	100,00	1834	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

* Número de pessoas beneficiadas com o aluguel social.

4.7.4 Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Desapropriados e indenizados: 430 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT.
- Adquirido 3 (três) terrenos localizado na faixa de domínio, destinado à implantação do VLT;
- Efetuado o pagamento de 387 aluguéis sociais.

Dificuldades

- Falta da documentação legal (certidão do IPTU e Cartorária), necessária para o pagamento das indenizações e para aquisição de terreno;
- O volume de ações judiciais, que dificultam as negociações, e, consequentemente, atrasa o processo de desapropriação de imóveis;
- A escassez de recursos enfrentada no período, dificultando os processos de pagamento de desapropriação;
- Em vista da não celebração do convênio entre a SEINFRA e a HABITAFOR, os recursos previstos para o MAPP 367 não foram empenhados.

4.8 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

4.8.1 Aspectos Gerais

Criada em 1993, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, tem como missão coordenar e viabilizar a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Dentre seus objetivos estão planejar, fiscalizar, coordenar, supervisionar e integrar as atividades pertinentes à educação superior, à pesquisa científica, à inclusão digital, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico do Estado, bem como, formular e implementar as políticas do governo no setor, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CECT.

Para tal fim, conta com o envolvimento de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, instituições públicas e privadas de ensino, e setor empresarial, contribuindo com a missão de gerar divisas, emprego e crescimento para todo o Estado.

Em sua gestão, a SECITECE conta ainda com a participação de seus órgãos vinculados e colegiados:

Órgãos Vinculados

˘ **Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE.** Atualmente é uma Instituição de Ensino Superior, constituída em forma de Fundação, com personalidade Jurídica de Direito Público, criada pelo Decreto Nº 11.233, de 10 de março de 1975. Constituída por uma rede multicampi, que privilegia os Cursos voltados para a formação de professores, a UECE vem acumulando experiências e transformando o seu perfil curricular, em razão da melhoria da formação profissional de seus alunos e, consequentemente, da elevação da qualidade de vida da sociedade cearense. O Ensino tem se constituído atividade por excelência da UECE, desde sua origem, principalmente o de graduação, com a preocupação pela sua qualidade, objetivando a formação de profissionais competentes para atender às

mais diversificadas demandas sociais e profissionais do Estado e da Região.

˘ **Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA**. Criada pela Lei Nº 11.191, de 09 de junho de 1986, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 16, do mesmo mês e ano, é uma instituição estadual de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial, com sede e foro na cidade do Crato. Tem, como missão, contribuir, significativamente, para a transformação da realidade regional, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como agente ativo do processo de desenvolvimento da Região do Cariri, em sintonia com as aspirações da sociedade caririense.

˘ **Fundação Universidade Vale do Acaraú – UVA.** Em 1968, através da Lei Municipal Nº 214, de 23/10/1968, foi criada a Universidade Vale do Acaraú. Posteriormente, transformou-se em Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, e vinculando-se à Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior - SECITECE. Sua missão é ofertar ensino superior de excelência, de forma inclusiva, flexível e contextualizada, e buscar, por meio da pesquisa e extensão, soluções que promovam a qualidade de vida.

˘ **Fundação Cearense de Apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.** Criada pela Lei Nº 11.752, de 12 de novembro de 1990, alterada pela Lei Nº 15.012, de 04 de outubro de 2011, vincula-se funcionalmente à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará. Tem, por finalidade, o amparo à pesquisa científica e tecnológica do Estado do Ceará, em caráter autônomo ou complementar, ao fomento provido pelo Sistema Federal de Ciência e Tecnologia. Compete-lhe estimular o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado do Ceará, por meio do incentivo e fomento à pesquisa, à formação e capacitação de recursos humanos, ao fomento e desenvolvimento da tecnologia e à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos produzidos.

˘ **Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC.** Foi instituída no dia 12 de dezembro de 1978, através do Decreto Nº 13.017. Atualmente é vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE, tendo, como missão, viabilizar soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável,

com ênfase no Estado do Ceará.

Órgãos Colegiados

- Conselho Gestor do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará – COGEFIT;
- Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – CEC&I.

Em 2015 o Sistema Secitece (Secretaria e Vinculadas) contou com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no valor de R$ 12.679.615,15 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e quinze reais, e quinze centavos), para execução de 09 (nove) Projetos de interesse social, viabilizando assim o atendimento a 20.214 pessoas.

Desse total de Projetos, 06 (seis) são voltados à Assistência Estudantil, e estão sendo executados pelas Universidades Públicas Estaduais do Ceará, FUNECE, URCA e UVA - como a concessão de Bolsas de Permanência Universitária e a Construção e Aparelhamento do Restaurante e Residência Universitários da UVA, e, os demais, pela própria Secitece. Ressaltando ainda que, 07 (sete) destes projetos, deverão ter continuidade nos próximos anos; ressalvados os Projetos de Construção e Implantação do Restaurante e Residência Universitários.

Assinalando que a execução financeira do Sistema em 2015 foi de R$ 11.086.838,30 (onze milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais, e trinta centavos), correspondendo a 83,89% do valor programado.

Ressalta-se, também, que, 08 (oito) projetos tiveram programados, como fonte de financiamento, apenas os recursos do FECOP, com exceção do Projeto Agentes Digitais, e a Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú em Sobral.

Quadro 67 - Execução do Sistema Secitece

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior e Vinculadas Projetos Fecop								
Nº	**ÓRGÃO**	**MAPP**	**PROJETO**	**Programado 2015**	**EMPENHADO**	**%**	**PAGO**	**%**
1	**UVA**	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	395.084,55	394.829,45	99,94	394.829,45	99,94
2	**UVA**	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	120.000,00	119.925,00	99,94	119.925,00	99,94
3	**UVA**	69	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	500.000,00	484.933,46	96,99	484.933,46	96,99
4	**UVA**	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	6.000.000,00	5.437.000,00	90,62	5.437.000,00	90,62
5	**URCA**	153	Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Regional do Cariri - URCA	1.184.000,00	447.719,67	37,81	447.719,67	37,81

6	**UECE**	190	Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Estadual do Ceará - UECE	2.733.925,60	2.593.079,20	94,85	2.593.079,20	94,85
7	**SECITECE**	239	Agentes Digitais	568.000,00	567.980,00	100	567.980,00	100
8	**SECITECE**	277	Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará	500.000,00	406.008,09	81,20	357.892,14	71,58
9	**SECITECE**	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e maçiço de Baturité – INTERCAJU II	678.605,00	635.363,43	93,63	232.948,75	34,33
TOTAL				**12.679.615,15**	**11.086.838,30**	**87,44**	**10.636.307,67**	**83,89**

4.8.2 Desenvolvimento

Segundo a classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, os projetos desenvolvidos pelo Sistema Secitece são pertencentes ao grupo Estruturante, voltados à assistência estudantil, à inclusão rural, ao empreendedorismo e à popularização da ciência e tecnologia:

- Projeto: Programa de Assistência Estudantil, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;
- Projeto: Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;
- Projeto: Implantação da Residência Universitária, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;
- Projeto: Programa Bolsa Universidade, da Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;
- Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU, da Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU, da Universidade Regional do Cariri – URCA;
- Agentes Digitais;
- Inclusão Social e Econômico, por meio da Popularização da Ciência, para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará;
- Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju, nos Territórios do Curu, Aracatiaçu e maçiço de Baturité – INTERCAJU II;

Projetos de Assistência Estudantil

Em 2015, foram desenvolvidos pelo Sistema Secitece (Universidades Públicas Estaduais), e apoiados com recursos do FECOP, 06 Projetos voltados à Assistência Estudantil, com prioridade para os alunos em situação de vulnerabilidade social, contribuindo, assim, para a redução da evasão nas Universidades Públicas Estaduais, e o bom desempenho da “taxa de sucesso na graduação” - indicador que fornece o índice de alunos, que concluem o curso no tempo de duração padrão, previsto para cada curso, calculado pela relação entre o número de

diplomados e o número total de alunos ingressantes. Para o ano de 2015, foram programados R$ 10.933.010,15 (dez milhões, novecentos e trinta e três mil, dez reais e quinze centavos), sendo executados R$ 10.049.313,78 (dez milhões, quarenta e nove mil, trezentos e treze reais, e setenta e oito centavos), correspondendo a 91,92%.

Quadro 68 – Execução Projetos de Assistência Estudantil

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - Vinculadas Projetos Fecop Universidades Públicas Estaduais - 2015								
Nº	**ÓRGÃO**	**MAPP**	**PROJETO**	**Programado 2015**	**EMPENHADO**	**%**	**PAGO**	**%**
2	**UVA**	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	395.084,55	394.829,45	99,94	394.829,45	99,94
3	**UVA**	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	120.000,00	119.925,00	99,94	119.925,00	99,94
4	**UVA**	69	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	500.000,00	484.933,46	96,99	484.933,46	96,99
5	**UVA**	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	6.000.000,00	5.437.000,00	90,62	5.437.000,00	90,62
6	**URCA**	153	Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade	1.184.000,00	447.719,67	37,81	447.719,67	37,81

			Regional do Cariri - URCA					
7	**UECE**	190	Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Estadual do Ceará - UECE	2.733.925,60	2.593.079,20	94,85	2.593.079,20	94,85
TOTAL				**10.933.010,15**	**10.049.313,78**	**91,92%**	**9.477.486,78**	**86,69%**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Projeto MAPP 5 - Programa Bolsa Universidade da Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE.

O Programa se destina a concessão de bolsas aos alunos dos Cursos de Graduação da UVA, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social, nas atividades de extensão, iniciação científica, monitoria remunerada e administrativas, e tem como principal objetivo viabilizar a sua permanência na Universidade, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades, com vistas à sua qualificação acadêmica.

Quadro 69 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
2	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	395.084,55	394.829,45	99,94	394.829,45	99,94
Total			**395.084,55**	**394.829,45**	**99,94**	**394.829,45**	**99,94**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Projeto MAPP 65 - Programa de Assistência Estudantil da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE.

Concessão de auxílio alimentação, no período de julho a dezembro de 2015, aos alunos dos cursos de graduação da UVA, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Quadro 70 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
3	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	120.000,00	119.925,00	99,94	119.925,00	99,94
Total			**120.000,00**	**119.925,00**	**99,94**	**119.925,00**	**99,94**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Projeto MAPP 69 - Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE.

Em 2015, se executou algo próximo a 60% das obras de construção civil do Restaurante Universitário. A finalização da obra e o aparelhamento do mesmo serão realizadas no primeiro semestre de 2016, com previsão de funcionamento para outubro de 2016. O Projeto atenderá aos alunos regularmente matriculados na UVA, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Quadro 71 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
4	69	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	500.000,00	484.933,46	96,99	484.933,46	96,99
Total			**500.000,00**	**484.933,46**	**96,99**	**484.933,46**	**96,99**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Projeto MAPP 75 - Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE.

Prédio da residência já desapropriado. Enviado correspondência aos moradores para que o prédio seja entregue a Universidade em 01/04/2016. Próxima etapa será aquisição de mobiliários e uma pequena reforma para a entrada dos alunos no prédio. O Projeto atenderá aos alunos dos Cursos de Graduação da UVA, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a redução da evasão dos alunos beneficiados com a residência universitária.

Quadro 72 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
5	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	6.000.000,00	5.437.000,00	90,62	5.437.000,00	90,62
Total Total			**6.000.000,00**	**5.437.000,00**	**90,62**	**5.437.000,00**	**90,62**

Projeto MAPP 190 - Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

O Programa de Bolsas de Estudos e Permanência Universitária - PBEPU, desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará em 2015, custeado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, possibilitou que os estudantes comprovadamente pertencentes a famílias de baixa renda, ingressos na Universidade, nos 08 Campi da UECE, 02 na Capital e 06 no Interior, seja por meio do tradicional vestibular, seja pelo Sistema ENEM/SiSU/COTAS, permanecessem na Universidade e desenvolvessem suas atividades estudantis sem percalços que viessem a ameaçar sua continuidade e permanência na Instituição. Atuou diretamente na elevação das condições de sobrevivência desses estudantes. Para muitos, a bolsa de apoio foi a única fonte financeira para manter a mobilidade (transporte), o sustento doméstico (aluguel, água, luz, de forma partilhada com outros) e o custeio de despesas com material de estudos (fotocópias, atividades de campo e deslocamento para estas).

O PBEPU/FECOP foi de grande relevância para o segmento estudantil mais pobre, pertencente a famílias cujo rendimento per capita não ultrapassou 0,5 Salário Mínimo. Esse segmento que, sem apoio de políticas estudantis específicas, direcionadas exclusivamente para o fortalecimento de suas condições de permanência universitária, de forma qualificada, não teria se mantido na Universidade, ou, ao permanecer na universidade sem apoio financeiro para contribuir nos seus estudos, o faria de forma precária, aumentando, dessa forma, a sua vulnerabilidade e insucesso na sua trajetória universitária.

Quadro 73 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
7	190	Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Estadual do Ceará - UECE	2.733.925,60	2.593.079,20	94,85	2.593.079,20	94,85
Total			**2.733.925,60**	**2.593.079,20**	**94,85**	**2.593.079,20**	**94,85**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Projeto MAPP 153 - Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Regional do Cariri – URCA

O projeto de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária, desenvolvido pela URCA, inclui-se segundo classificação de gerência executiva do FECOP, baseada no decreto nº 29.910 de 29 de setembro de 2009, no grupo de projetos estruturantes. Para alcançar os seus objetivos, em 2015 a URCA contou com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) na ordem de R$ 1.184.000,00, para atender 2.960 pessoas por meio do Projeto de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária referente aos meses de Setembro a Dezembro de 2015 e implementação de novas bolsas. Em decorrência da demora na liberação do repasse, bem como, pela falta de enquadramento dos bolsistas no perfil FECOP e impossibilidade da abertura de novos editais para alcançar a meta planejada de bolsas no ano de 2015, houve devolução do valor de R$ 736.280.33 (Setecentos e trinta e seis mil duzentos e oitenta e trinta e três centavos) em razão do calendário posto por este quadro. Esse projeto tem como fonte de financiamento somente o FECOP. Os recursos empenhados no ano de 2015, no valor de R$ 447.719,67, na macrorregião Cariri/Centro Sul beneficiou 745 pessoas.

Quadro 74 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
06	153	Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Regional do Cariri - URCA	1.184.000,00	447.719,67	37,81	447.719,67	37,81
TOTAL			**1.184.000,00**	**447.719,67**	**37,81**	**447.719,67**	**37,81**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Quadro 75 - Execução Projetos Secitece

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior Projetos Fecop 2015								
Nº	**ÓRGÃO**	**MAPP**	**PROJETO**	**Programado**	**EMPENHADO**	**%**	**PAGO**	**%**
1	**SECITECE**	239	Agentes Digitais	568.000,00	567.980,00	100	567.980,00	100
8	**SECITECE**	277	Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará	500.000,00	406.008,09	81,20	357.892,14	71,58
9	**SECITECE**	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e maçiço de Baturité – INTERCAJU II	678.605,00	635.363,43	93,63	232.948,75	34,33
TOTAL				**2.930.605,00**	**2.057.071,19**	**70,19**	**1.606.540,56**	**54,82**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Projeto MAPP 239 – Agentes Digitais

O Projeto Agentes Digitais é iniciativa da SECITECE em parcerias com as prefeituras dos municípios contemplados e conta com o apoio das instituições de ensino das localidades onde é implantado. O seu principal objetivo é estimular o potencial inovador e o conhecimento dos jovens capacitados em TIC para torná-los empreendedores, gerando desenvolvimento socioeconômico para os municípios atendidos. Em 2015 o projeto atendeu 134 jovens, distribuídos em 06 pólos das macrorregiões do Estado nas seguintes "Cidades Pólos": Fortaleza, Maracanaú, Aracati, Sobral, Tauá e Jaguaribe. Ao final de 2015, foram lançados 34 novos produtos no mercado, desenvolvidas 34 startups, atendidos aproximadamente 330 clientes, possibilitando a geração de recursos no montante de R$68.000,00 (sessenta e oito mil reais) em cerca de 04 meses. Ressaltando que o Projeto teve reconhecimento em eventos nacionais como a Campus Party, em Recife e São Paulo, Startup Weekend e InfoBrasil.

Quadro 76 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	239	Agentes Digitais	568.000,00	567.980,00	100	567.980,00	100
			568.000,00	**567.980,00**	**100**	**567.980,00**	**100**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

PROJETO MAPP 294 - Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité

O Projeto de Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas nos Territórios dos Vales do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Projeto Intercaju), coordenado pela SECITECE e aprovado em novembro de 2014, foi contemplado com recursos para o período de 2014 a 2016, totalizando R$ 1.728.605,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil seiscentos e cinco reais), sendo R$ 678.605,00 (seiscentos e setenta e oito mil seiscentos e cinco reais), para aplicação em 2015 e R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 2016.

Conforme a concepção do Projeto Intercaju/Fecop os recursos são destinados a desenvolver modelos participativos de organização da produção, melhoria de produtos e processos agroindustriais, implantação de unidades coletivas e individuais de castanha, pedúnculo e mel, implantação de unidades demonstrativas de cajueiro e fruteiras transferência e capacitação associativa, tecnológica, gerencial e ambiental, conquista de novos mercados, apoio na elaboração de projetos produtivos, dentre outros meios voltados para fortalecer núcleos cooperativos que contribuam para a geração de postos de trabalho e de renda, promovendo o acesso à inclusão social e produtiva e que assegurem melhoria da qualidade de vida nas comunidades assistidas pelo Intercaju.

O Projeto deverá concluir e consolidar as ações em andamento, nas comunidades de Lagoa de Santana e Lagoa Grande, em Amontada**,** Uruá, em Barreira, Pirangi, Torém e São Tomé, em Itapipoca**,** Trapiá e Cajueiro Encarnado em Itarema, Sitio Batalha em Trairi**,** e Cemoaba, em Tururu**.** Além de dar continuidade e finalizar, em 2016, as ações em execução nos Vales do Curu/Aracatiaçu e Maciço de Baturité o projeto, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Cajucultura do Ceará, (PDCP CAJU), aprovado pela Câmara Setorial do Caju e referendado pela ADECE, se propõe ampliar suas atividades para atender reivindicações da região do Baixo Acaraú, principalmente, dos municípios com expressiva produção de caju, representados pelas comunidades de Celsolândia e Lagoa Dantas II em Acaraú, São Gonçalo de Baixo e Assentamento São José IV em Bela Cruz, Cajueirinho e Solidão em Cruz, Assentamento Diamante e Assentamento Remanso em Marco, beneficiando um total de 165 famílias, cerca de 660 pessoas.

Quadro 77 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
9	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e maçiço de Baturité – INTERCAJU II	678.605,00	635.363,43	93,63	232.948,75	34,33
Total			**678.605,00**	**635.363,43**	**93,63**	**232.948,75**	**34,33**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

PROJETO MAPP 277 - Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará.

A Ciência e a Tecnologia têm cada vez mais se tornado parte da formação cidadã. As políticas de Governo, através do eixo da melhoria da qualidade da educação, tem como princípio elevar a qualidade dessa educação e do perfil educacional da população, de forma que as ações do poder público sejam integradas e promovam a melhoria da qualidade de vida nos municípios menos favorecidos. Contudo, há ainda alguns desafios a serem vencidos na busca pela melhoria da qualidade deste ensino, como por exemplo, nos estudos das Ciências na Educação Básica, fator preponderante na geração de futuros profissionais e, consequentemente, para a geração de emprego e renda.

É nesta perspectiva que as iniciativas de promoção, realização e apoio a eventos na área da Ciência, Tecnologia & Inovação, com ênfase na Popularização da Ciência apresentam-se como uma oportunidade de estimular o gosto pelo estudo da área, especialmente as ações voltadas para alunos e professores de escolas públicas que buscam aliar o conhecimento teórico com práticas lúdicas e divertidas. Seguindo essa tendência, algumas iniciativas têm mobilizado a classe estudantil e estimulado novas vocações em ciências por meio de projetos criativos e inovadores, como a participação em feiras e concursos de ciências e mostras científicas, tendo como estratégias pedagógicas a implantação de atividades voltadas para a educação e difusão da ciência e tecnologia obtendo significativos resultados, inclusive com o surgimento de novos talentos.

As Feiras de Ciências no Brasil e no Exterior têm demonstrado, cada vez mais, serem alternativas importantes para incentivar e estimular estudantes e professores na busca de novos conhecimentos, oferecendo-se como espaço significativo para a iniciação científica. O estudante que vivencia a metodologia da descoberta, da investigação, não se contenta mais com as aulas meramente expositivas. Ele passa a solicitar de seu professor a continuidade do trabalho, como maneira de atender a forma natural de aprender. E o estudante que aprende fazendo não esquece mais. Este pressuposto é reforçado aqui por Paulo Freire em sua Carta aos Professores (2001): “ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina

aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos."

Para alcançar os objetivos pretendidos em 2015, a SECITECE contou com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) viabilizando a execução do Projeto de "Popularização da Ciência" e o atendimento a aproximadamente 12.500 estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará.

São ações e atividades como feiras de ciências, mostras científicas, seminários, oficinas e palestras promovidas pela SECITECE, em parceria com suas Vinculadas, como forma de divulgar e tornar popular a "Ciência e Tecnologia" entre crianças, jovens, adultos e população em geral. Quatro ações, dentre tantas outras, vêm se destacando ao longo dos últimos anos: Ceará Faz Ciência, Ciência Itinerante, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e Revista Ler Ciência, descritas abaixo:

Ceará Faz Ciência

Projeto que vem se destacando nos últimos anos, realizado em duas edições, a primeira em 2011 e a segunda em 2015, nessa, foram realizados 6 grandes eventos:

- Fortaleza e Região Metropolitana (dia 27 a 29 de Outubro);
- Região dos Inhamuns (Tauá – dia 13 de Novembro);
- Litoral Leste (Limoeiro do Norte – dia 27 de Novembro);
- Região Norte (Sobral – dia 19 de Dezembro);
- Sertão Central (Quixeramobim – dia 04 de Dezembro);
- Região do Cariri (Urca – dia 10 de Dezembro).

O evento contou a participação e empenho tanto da SECITECE como das vinculadas, reunindo as Instituições como o CENTEC, NUTEC, FUNCAP e as universidades URCA, UVA e UECE, expondo seus trabalhos e atividades. Em Fortaleza e Região Metropolitana, por exemplo, o *CENTEC (Instituto Centro de Ensino

Tecnológico) participou com um Stand expositor trabalhando com os temas divulgação científica, educação ambiental, empreendedorismo na ciência, sustentabilidade, construção de drones, etc..., entre palestras e workshops com os alunos das escolas públicas e demais visitantes do evento. Já a URCA (Universidade Regional do Cariri), realizou no local oficinas de réplicas de fósseis comandadas pela equipe do Geopark Araripe.

O calendário foi planejado de acordo com os principais acontecimentos de Ciência e Tecnologia de cada cidade, como Feiras Científicas e demais eventos na área. Para o concurso "Ceará Faz Ciência" foram analisados diversos trabalhos inscritos por região e sendo selecionados 20 trabalhos para cada, divididos entre trabalhos de nível Fundamental II e Médio/Técnico de escolas públicas. Para cada trabalho foram convidados 2 alunos e o professor/orientador, responsável pela apresentação. Durante a Exposição, os projetos foram avaliados por uma comissão julgadora que classificou os trabalhos em 1º, 2º e 3º lugar para cada nível. Como premiação do concurso, o projeto contou com a distribuição de medalhas e mochilas, além de Tablets para melhores colocados e computadores para escolas mais participativas.

Revista Ler Ciência

A Revista, que já está em sua 3º edição, devido ao atraso do andamento de processos licitatórios, desta vez foi produzida apenas em versão em formato digital. A versão impressa que já encontra-se diagramada e pronta para produção, será confeccionada após o processo de licitação. A Revista reúne matérias informativos e curiosidades sobre Ciência e Tecnologia, além de conteúdos institucionais relacionados às vinculadas.

Ciência Itinerante

O projeto Ciência Itinerante conta com um ônibus adaptado para demonstrações de experimentos científicos de forma lúdica e interativa, nas áreas de Física, Química, Biologia e Tecnologia da Informação, ministrados por um monitor para cada uma das áreas de atuação. As demonstrações acontecem durante os

eventos, dentro do veículo adaptado em formato de Ônibus-Laboratório, que permanece estacionado próximo aos locais das apresentações do concurso Ceará Faz Ciência, complementando as atividades e envolvendo os alunos e professores nas apresentações e mostrando-lhes a aplicação da ciência em seus cotidianos.

Figura 77 - Atendimento Móvel

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) alcançou a marca histórica de mil municípios participantes em todo o Brasil em 2015. O número comprova o sucesso das ações de popularização da ciência desenvolvidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que estão chegando a centenas de municípios do interior do País. Além disso, evidencia a grande capilaridade da SNCT já confirmada pelo crescimento do evento, a cada edição, ano após ano.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Ceará, que já acontece desde 2004, neste ano de 2015 ocorreu em Fortaleza junto à InfoBrasil TI & Telecom durante os dias 27 a 29 de Outubro. O evento, consolidado com o Ceará Faz Ciência e InfoBrasil, reuniu todas as Vinculadas da SECITECE, além de outras Instituições ligadas ao Ensino Superior e a Tecnologia da Informação. Contou com palestras,

seminários, congressos e workshops ligados aos temas previstos, além da participação do Ciência Itinerante.

Quadro 78 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
	277	Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará	500.000,00	406.008,09	81,20	357.892,14	71,58
Total			**500.000,00**	**406.008,09**	**81,20**	**357.892,14**	**71,58**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

4.8.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

O volume e a aplicação dos recursos disponibilizados para a execução dos Projetos, centralizou-se na macrorregião Sobral/Ibiapaba, obtendo 59,18% de execução, seguida da Região Metropolitana de Fortaleza, 17,61%; Litoral Oeste, 6,73% e Cariri/CentroSul, 5,75%.

O destaque é justificado pela localização das Universidades: UECE, em Fortaleza; URCA, no Cariri e UVA, em Sobral, onde estão concentradas as ações de Assistência Estudantil que requerem maior aporte financeiro.

Quadro 79 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	1.952.522,59	17,61%	8.320	41,16%
2-LITORAL OESTE	745.859,43	6,73%	1.113	5,51%
3-SOBRAL/IBIAPABA	6.560.837,32	59,18%	1.307	6,47%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	342.855,61	3,09%	2.519	12,46%
5-SERTÃO CENTRAL	326.148,56	2,94%	1.123	5,56%
6-BATURITÉ	-	0,00%	-	0,00%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	520.610,31	4,70%	3.790	18,75%
8-CARIRI/CENTRO SUL	638.004,48	5,75%	2.042	10,10%
TOTAL	**11.086.838,30**	**100%**	**20.214**	**100%**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Ressaltando que, embora na macrorregião Cariri/CentroSul esteja localizada a Universidade Regional do Cariri – URCA, o Projeto de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária, não alcançou a meta programada para 2015. Dos R$1.184.000,00 concedidos pelo FECOP que beneficiariam 2.960 pessoas, foram devolvidos R$ 736.280,33 devido à demora na liberação dos recursos, a falta de enquadramento dos bolsistas nos critérios do FECOP e a impossibilidade de abertura de novos editais. A execução foi de R$ 447.719,67, com percentual em torno de 37,81, e beneficiou 745 pessoas.

Outro ponto a ser destacado refere-se aos Projetos: Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário e Implantação da Residência Universitária ambos executados pela Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral. Com desempenho em torno de 93%, esses Projetos não disponibilizaram o número de pessoas atendidas por estarem em fase de construção e implantação, respectivamente.

Os demais Projetos obtiveram bom desempenho, em torno de xx% porém estão pulverizados em várias macrorregiões cujos percentuais de execução não exprimem esse comportamento.

4.8.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Capacitação de 134 jovens através do Projeto Agentes Digitais nas "Cidades Pólos": Fortaleza, Maracanaú, Aracati, Sobral, Tauá e Jaguaribe, mediante consultoria e assistência técnica em ações de gestão, monitoria e empreendedorismo na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;
- Desenvolvimento de 34 startups, lançando projetos empreendedores na área de TIC, como Aplicativos Móveis, Soluções Embarcadas e Integradas, dentre outros, disseminando a Inovação e o empreendedorismo no interior do Estado, possibilitando um incremento na geração de renda;
- Beneficiadas 12.500 pessoas, aproximadamente, dentre jovens, crianças e

adultos, através de eventos promovidos pelo Projeto de Popularização da Ciência e Tecnologia", englobando atividades como palestras, mesas redondas, painéis, workshops, conferências, seminários e apresentações de trabalhos científicos de alunos do ensino médio e fundamental II das escolas públicas do estado do Ceará;

- Realização de 02 eventos integrantes do Projeto de Popularização da Ciência: Ceará Faz Ciência e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia com a participação do Ciência Itinerante (Ônibus/Laboratório) adaptado para demonstrações de experimentos científicos de forma lúdica e interativa, nas áreas de Física, Química, Biologia e Tecnologia da Informação;
- Selecionados 20 trabalhos de conteúdo científico e tecnológico, de nível Fundamental II e Médio/Técnico, com o envolvimento efetivo de Escolas Públicas para participarem do concurso "Ceará Faz Ciência". Os projetos foram avaliados e classificados em 1º, 2º e 3º lugares para cada nível, e agraciados com medalhas, mochilas, além de Tablets para melhores colocados e computadores para escolas mais participativas;
- Disponibilizada a 3ª edição, em formato digital, da Revista Ler e Ciência, reunindo matérias, informativos e curiosidades sobre Ciência e Tecnologia, além de conteúdos institucionais relacionados às Vinculadas.
- Inclusão social e produtiva de 195 famílias, integrantes de associações/cooperativas, mediante assessoria e assistência técnica em ações de gestão, monitoria, organização da produção, capacitação de produtores, apoio na implantação e operacionalização de unidades de processamento de caju e mel, incubação de núcleos produtivos e estabelecimento de parcerias institucionais e com empreendedores individuais (Intercaju II);
- Realização de 03 seminários de motivação, sensibilização e avaliação do Projeto Intercaju II para 160 beneficiários e de 02 cursos de manejo de apiário e boas práticas de produção de mel.
- Concessão de 165 bolsas aos alunos dos cursos de graduação da UVA;
- Concessão de auxílio alimentação a 122 alunos dos cursos de graduação da UVA;
- Execução de 60% das obras de construção civil do Restaurante Universitário da UVA;

- Conclusão da Desapropriação do Prédio que abrigará a Residência Universitária - UVA;
- Concessão de 821 bolsas, aos alunos de graduação da UECE;
- Concessão de 745 bolsas, aos alunos de graduação da URCA, ocasionando a diminuição da evasão de estudantes hipossuficientes, a melhora dos índices de aprovação, aumento da participação dos estudantes beneficiados em atividades cotidianas da Universidade e ampliação das possibilidades de acesso dos estudantes beneficiados à empregabilidade.

Dificuldades

- Demora na liberação do repasse de recursos do FECOP;
- Insuficiência de recursos para garantir maior amplitude das políticas estudantis de atendimento aos estudantes que, comprovadamente, estão na linha de pobreza, com renda familiar per capita abaixo de meio salário mínimo;
- Indefinições no calendário dos recursos concedidos pela FECOP, dificultando a gestão dos Programas de Bolsa de Estudo e Permanência Universitária, provocando expectativas e situações limites para os beneficiários, que delas dependeram para a sobrevivência;
- Falta de clareza na definição dos recursos a serem aportados para o exercício seguinte, dificultando o planejamento e a elaboração dos próximos editais;
- Dificuldade em atender o elevado número de alunos, considerados de baixa renda, submetidos ao processo seletivo dos editais de concessão de bolsas de estudo;
- As adversidades climáticas que ocorreram nos quatro últimos anos no Nordeste e com maior gravidade no Ceará, comprometeram as últimas safras de caju, ficando a produtividade da cultura bem abaixo da média, prejudicando os estoques de matéria prima das unidades coletivas e familiares de castanha e pedúnculo e colocando em risco outras ações do Projeto Intercaju II, como a formação dos jardins clonais.
- Necessidade de ajustes nas agendas dos cursos ao cotidiano dos produtores, bem como o não cumprimento de prazos pelos fornecedores de máquinas e

equipamentos,

- Demora nos processos licitatórios;

4.9 Gabinete do Governador

4.9.1 Aspectos Gerais

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude – COJUV, foi instituída em 2007, ainda como Assessoria, na estrutura do Gabinete do Governador – GABGOV, como órgão executivo do Governo do Estado do Ceará, de assistência direta e imediata ao Governador, em todos os assuntos que dizem respeito aos jovens e as jovens, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos, e as políticas públicas de juventude, utilizando, para isso, ações diretas e/ou transversais.

Desde 2009, o GABGOV assumiu a execução do ProJovem, e, desde 2013, eles utilizam a contrapartida do Estado, com recurso do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP (os Programas ProJovem Campo - "Saberes da Terra" e o ProJovem Urbano).

O ProJovem tem o objetivo de ofertar a elevação de escolaridade aos jovens, que de 18 a 29 anos, não tenham concluído o ensino fundamental, e saibam ler e escrever. O ProJovem Urbano 5 atenderá 5.050 jovens em 26 municípios; e o ProJovem Campo 3 atenderá 1.200 jovens em 17 municípios.

ProJovem Campo 3 – Contrato de Gestão nº 04/2015 – MAPP nº 103

Publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, em 21 de maio de 2015, o Contrato foi celebrado com base na Resolução CD/FNDE Nº 11, de 16 de abril de 2014, e tem sua vigência estabelecida em 24 meses, pelo que beneficiará, no período de 2015 a 2017, 1.200 jovens, em 17 municípios.

O Contrato de Gestão Nº 04/2015, firmado entre o Gabinete do Governador e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, tem o valor global de R$ 11.936.160,00 (onze milhões, novecentos e trinta e seis mil, cento e sessenta reais), sendo do recurso Estadual, R$ 2.079.360,00 (dois milhões, setenta e nove mil, trezentos e sessenta reais), oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e, do recurso Federal, R$ 9.856.800,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta

e seis mil, e oitocentos reais), oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

No segundo semestre de 2015, dos meses de setembro e novembro, foram pagas duas parcelas de R$ 485.184,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais), da Fonte 10 (FECOP), equivalente a R$ 970.368,00 (novecentos e setenta mil, trezentos e sessenta e oito reais). No total, em 2015, foi repassado ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o valor de R$ 1.455.522,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais), da referida Fonte, conforme memória de desembolso abaixo:

Quadro 80 – Desembolso pela Fonte FECOP

DESEMBOLSO - FONTE 10 (FECOP)	
MÊS	**R$**
Junho / 2015	485.184,00
Setembro / 2015	485.184,00
Novembro / 2015	485.184,00
TOTAL	**1.455.552,00**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

No que se refere ao recurso Federal, estava previsto o desembolso de R$ 6.899.760,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta reais). Foram repassados pelo FNDE ao Governo do Estado R$ 6.623.463,25 (seis milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e três reais, e vinte e cinco centavos), e desses foram pagos R$ 5.106.410,97 (cinco milhões, cento e seis mil, quatrocentos e dez reais, e noventa e sete centavos), em 2015.

Devido os atrasos nos repasses do Governo Federal, como medida emergencial, foi autorizado por meio da Resolução CD/FNDE Nº 06, de 09 de junho de 2015, a transferência de saldos existentes em conta-corrente específica do ProJovem Campo ou do ProJovem Urbano, aberta em edições anteriores, para a conta-corrente da Edição 2014, evitando prejuízos ao andamento do programa. No total foram utilizados para o pagamento da atual edição, R$ 3.682.263,25 (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e três reais, e vinte e cinco centavos), do saldo de recurso do ProJovem Campo 2 – CG 10/2012.

O ProJovem Campo 3, beneficia a população jovem dos municípios de: Aracati, Ararendá, Araripe, Cascavel, Caucaia, Crateús, Fortim, Guaiúba, Icapuí, Ipueiras, Jaguaruana, Mauriti, Pindoretama, Pires Ferreira, Quixeramobim, São Luiz do Curu e Tianguá.

Quadro 81 – Desembolso pela Fonte FNDE

DESEMBOLSO – FONTE 82 (FNDE)	
MÊS	**R$**
Junho / 2015	1.470.600,00
Setembro / 2015	1.486.440,00
Novembro / 2015	2.149.370,97
TOTAL	**5.106.410,97**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

ProJovem Urbano 4 – Contrato de Gestão nº 26/2013 – MAPP nº 86

O Contrato teve o prazo de encerramento do prorrogado até dezembro de 2015, para fins de encerramento financeiro, com o pagamento de funcionárias do programa que se encontram gestantes e com estabilidade garantida.

Em 04 de dezembro de 2015, a Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude – DPEJUV, do Ministério da Educação, autorizou a utilização dos rendimentos/saldos de aplicação financeira da conta-corrente, do ProJovem Urbano Federal para o pagamento de encargos sociais e/ou trabalhistas advindos dos contratos dos profissionais. No entanto, orientou que o órgão jurídico estadual seja consultado, e manifeste-se a respeito, pelo que foi realizada a consulta à Procuradoria-Geral do Estado – PGE. Para garantir que o Contrato ainda esteja em vigor, até a resposta da PGE, foi solicitado o Aditivo de prorrogação de prazo, com término para junho de 2016.

O ProJovem Urbano 04 – 2013/2015, beneficiou a população jovem dos municípios de: Acarape, Acaraú, Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Ararendá, Acopiara, Aratuba, Camocim, Canindé, Crateús, Farias Brito, General Sampaio, Guaiúba, Horizonte, Icapuí, Ipú, Ipueiras, Itapajé, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Madalena, Massapê,

Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ocara, Pacajus, Pacoti, Pacujá, Paraipaba, Parambu, Paramoti, Penaforte, Piquet Carneiro, Quixeramobim, Quixeré, Reriutaba, Saboeiro, Tamboril, Tauá, Tianguá, Várzea Alegre, e as unidades prisionais no Aquiraz e em Pacatuba.

O ProJovem Urbano e Campo são programas de continuidade, e teve aporte do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, apenas nas três últimas edições: ProJovem Urbano 04 (MAPP nº 86), Urbano 05 (MAPP nº 05) e Campo (MAPP n º 103), aproximadamente, R$ 21.264.913,63 (vinte e hum milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e três reais, e sessenta e três centavos).

ProJovem Urbano 5 – Contrato de Gestão nº 07/2015 – MAPP nº 102

Publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, em 21 de maio de 2015, o Contrato foi celebrado com base na Resolução CD/FNDE Nº 08, de 16 de abril de 2014, e tem sua vigência estabelecida em 24 meses, e beneficiará, no período de 2015 a 2017, 4.800 jovens em 24 municípios.

Em dezembro de 2015, o Contrato foi aditado, ampliando a meta, de 4.800 para 5.050 jovens beneficiados, em 26 municípios; esses 250 jovens encontram-se em situação de privação de liberdade, nas unidades prisionais de: Aquiraz – Presídio Feminino Des. Auri Moura Costa (85 alunos); Pacatuba – Penitenciária Hélio Viana (85 alunos); e Juazeiro do Norte – Presídio Industrial do Juazeiro do Norte (80 alunos).

O Contrato de Gestão Nº 07/2015, firmado entre o Gabinete do Governador e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, tem o valor global de R$ 22.103.068,00 (vinte e dois milhões, cento e três mil, e sessenta e oito reais), sendo do recurso Estadual, R$ 5.612.368,00 (cinco milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e sessenta e oito reais), oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e, do recurso Federal, R$ 16.490.700,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e noventa mil, e setecentos reais), oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

No segundo semestre de 2015, nos meses de setembro e novembro, foram pagas duas parcelas de R$ 1.237.219,20 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e dezenove reais, e vinte centavos), da Fonte 10 (FECOP), equivalente a R$ 2.474.438,40 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais, e quarenta centavos). No total, em 2015, foi repassado ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o valor de R$ 3.711.657,60 (três milhões, setecentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, e sessenta centavos), da referida Fonte, conforme memória de desembolso abaixo:

O valor de R$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil), referente a ampliação do Contrato, foi reprogramado para o exercício de 2016.

Quadro 82 – Desembolso pela Fonte FECOP

DESEMBOLSO – FONTE 10 (FECOP)	
MÊS	**R$**
Junho / 2015	1.237.219,20
Setembro / 2015	1.237.219,20
Novembro / 2015	1.237.219,20
TOTAL	**3.711.657,60**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

No que se refere ao recurso Federal, estava previsto o desembolso de R$ 11.543.490,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, e quatrocentos e noventa reais). Foram repassados pelo FNDE ao Governo do Estado R$ 3.618.029,76 (três milhões, seiscentos e dezoito mil, vinte e nove reais, e setenta e seis centavos), e, desses foram pagos R$ 3.617.829,76 (três milhões, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e nove reais, e setenta e seis centavos), em 2015.

Devido aos atrasos nos repasses do Governo Federal, como medida emergencial, foi autorizado por meio da Resolução CD/FNDE Nº 06, de 09 de junho de 2015, a transferência de saldos existentes em conta-corrente específica do ProJovem Campo ou do ProJovem Urbano, aberta em edições anteriores, para a conta-corrente da Edição 2014, evitando prejuízos ao andamento do programa. No total, foram utilizados, para o pagamento da atual edição, R$ 746.424,72 (setecentos e

quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, e setenta e dois centavos), do saldo de recurso do ProJovem Urbano 3 e 4. Em janeiro de 2016, o Governo Federal depositou R$1.617.116,40 (um milhão, seiscentos e dezessete mil, cento e dezesseis reais, e quarenta centavos), no entanto, ainda falta ser repassado ao ProJovem Urbano 5 Ceará, o valor de R$ 6.308.343,84 (seis milhões, trezentos e oito mil, trezentos e quarenta e três reais, e oitenta e quatro centavos), referente ao programado para 2015.

O ProJovem Urbano 05, beneficia a população jovem dos municípios de: Alto Santo, Assaré, Barbalha, Boa Viagem, Barro, Capistrano, Cariré, Cedro, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Icó, Itapiúna, Itatira, Missão Velha, Pacatuba, Pentecoste, Santa Quitéria, Tabuleiro do Norte, Trairi, Umirim, e em unidades prisionais em Aquiraz, Pacatuba e Juazeiro do Norte.

Quadro 83 - Desembolso pela Fonte FNDE

DESEMBOLSO – FONTE 82 (FNDE)	
MÊS	**R$**
Junho / 2015	981.400,00
Julho / 2015	1.260.003,36
Setembro / 2015	630.001,68
Outubro / 2015	746.424,72
TOTAL	**3.617.829,76**

Fonte: Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

4.9.2 Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pelo GABGOV incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Estruturantes, na modalidade Educação; e ainda nas subcategorias de Ocupação e Renda: Inclusão Produtiva Urbana e a Rural.

Quadro 84 – Categorização dos programas

Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Categorização de Projetos	
GABGOV	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (I).	Estruturantes	Educação (Formação) / Ocupação e Renda
	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (II).		Educação (Formação) / Ocupação e Renda
	103	ProJovem Campo - "Saberes da Terra"		Educação (Formação) / Ocupação e Renda

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projetos Estruturantes:

Educação:

O Objetivo central do ProJovem é a elevação de escolaridade de jovens, de 18 a 29 anos, bem como a qualificação profissional inicial; logo está vinculado a categoria de Educação, que abrange os projetos ligados à educação formal em seus diversos estágios, da infância à vida adulta, desenvolvidos de forma suplementar às ações de responsabilidade legal do Estado. Os projetos incluídos nesse grupo vinculam-se diretamente ao fortalecimento da qualidade do ensino educacional, não abrangendo, por exemplo, construção e reforma de escolas nem formação técnica profissional, que possuem uma classificação específica.

Ocupação e Renda:

A Inclusão Produtiva Urbana, que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho, bem como, a Inclusão Produtiva Rural, que inclui projetos direcionados para o fortalecimento da agricultura familiar, através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e fomento, que, apesar de não serem metas estabelecidas no programa, remetem à proposta de inclusão social e produtiva no contexto socioeconômico das comunidades onde os jovens do programa estão inseridos; No Urbano, por meio da capacitação profissional inicial nos Arcos de Turismos e Hospitalidade, de Administração e de Serviços Pessoais (Estética); No ProJovem Campo, por meio da capacitação profissional inicial em Agricultura Familiar Sustentável, Agroecologia, Apicultura, Avicultura, entre outras

culturas, com a implementação de Quintais Produtivos e Unidades Técnicas de Demonstração – UTDs.

4.9.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Ressalte-se que na seleção dos municípios a serem beneficiados, são consideradas: a situação socioeconômica da Região; as estruturas cedidas e o cumprimento dos aspectos de governabilidade das Prefeituras em edições atuais e anteriores (exemplo: o transporte dos alunos e educadores); os municípios inseridos nos Territórios da Cidadania; entre outros.

Quadro 85 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Gabinete do Governador (GABGOV)				
Macrorregião	**Empenhado**	**%**	**População Beneficiada**	**%**
1-RMF	R$ 788.794,26	12,62%	1.297	11,59%
2-LITORAL OESTE	R$ 561.842,98	8,99%	1.140	10,18%
3-SOBRAL/IBIAPABA	R$ 1.354.321,96	21,66%	2.125	18,98%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	R$ 477.276,23	7,63%	1.131	10,10%
5-SERTÃO CENTRAL	R$ 585.114,94	9,36%	1.284	11,47%
6-BATURITÉ	R$ 434.482,18	6,95%	987	8,82%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	R$ 778.165,96	12,45%	1.245	11,12%
8-CARIRI/CENTRO SUL	R$ 1.272.447,16	20,35%	1.985	17,73%
22-ESTADO DO CEARÁ	R$ 0,00	0,00%	0	0,00%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

O Gabinete do Governador empenhou o montante de R$ 6.252.445,67 (seis milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais, e sessenta e sete centavos), no ano de 2015. O recurso foi aplicado proporcionalmente, de acordo com o número de jovens beneficiados nas Macrorregiões. Observa-se que a Região 03 – Sobral Ibiapina, comporta 2.125 jovens do ProJovem Ceará, sendo eles nos municípios de Ipú, Massapê, Pacujá, Reriutaba, Tianguá, Pires Ferreira, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia.

A Região 06 – Baturité, tem o menor número de beneficiados, sendo que eles encontram-se nos municípios de Acarape, Aratuba, Ocara, Pacoti, Capistrano e Itapiúna, cerca de 50% dos municípios da Região.

No total, o ProJovem Urbano 4 (MAPP nº 86), Urbano 5 (MAPP nº 102) e Campo 3 (MAPP nº 103), ofertou oportunidades de inclusão socioeconômica em 75 municípios do Estado do Ceará, em 2015, para 11.194 jovens.

4.9.4 Principais Resultados e Dificuldades

Sobre o PROJOVEM URBANO – Edição 4 – MAPP 86, a execução física foi concluída no primeiro semestre de 2015. Foram certificados, em nível fundamental e em qualificação social e profissional, 3.753 jovens, o equivalente a 72,26% da meta. Ressalte que 5.194 jovens permaneceram no programa até o seu encerramento, e foram beneficiados com recursos do FECOP.

A evasão e infrequência do programa é um desafio encontrado em vários Estados onde ele é executado. No Ceará, em meio à seca, dificuldades estruturais nas escolas, transportes precários, atrasos nas bolsas auxílio, entre outros, 5.194 jovens permaneceram até o fim do programa; muitos haviam parado de frequentar, mas retornaram após uma ação de sensibilização das equipes de professores e colegas de sala.

Dificuldades

- o atraso no repasse do recurso federal do FNDE/MEC. Dos R$ 11.543.490,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa reais) previstos para PROJOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102, no ano de 2015, falta o repasse de R$ 6.308.343,84 (seis milhões, trezentos e oito mil, trezentos e quarenta e três reais, e oitenta e quatro centavos);

- o atraso no repasse do recurso federal do FNDE/MEC. Dos R$ 6.899.760,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta reais), previstos para o PROJOVEM CAMPO – Saberes da Terra – Edição 3 – MAPP 103 no ano de 2015, falta o repasse de R$ 276.296,75 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais, e setenta e cinco centavos);
- cerca de 25% dos municípios, que sediam o PROJOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102, e 40% dos municípios do PROJOVEM CAMPO – Saberes da Terra – Edição 3 – MAPP 103, apresentam problemas de infraestrutura nas escolas e nos transportes escolares, e essa situação pode ocasionar infrequência e/ou evasão dos alunos;
- o atraso das bolsas auxílio dos alunos PROJOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102, e PROJOVEM CAMPO – Saberes da Terra – Edição 3 – MAPP 103;

Resultados

- Formação Continuada dos educadores do Programa ProJovem Urbano 5. Os 342 (trezentos e quarenta e dois) profissionais da edição foram formados nas Unidades: I – Juventude e Cidadania; e II – Juventude e Cidade;
- A Coordenadoria de Juventude realizou visitas aos municípios que sediam o programa, para construir com as gestões municipais, e profissionais do Programa, métodos e soluções para as problemáticas que se apresentam constantes, e que impactam negativamente no andamento do programa, como por exemplo, a ausência de transporte para os alunos e educadores em alguns distritos, as péssimas condições estruturais das escolas municipais, etc...;
- Algumas gestões municipais promoveram mudanças e adequações positivas de grande importância nas estruturas escolares, e de transportes, para atender a demanda do programa; os municípios de Barro e Hidrolândia apresentam as melhores avaliações realizadas em visitas técnicas do PROJOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102;
- Formação Continuada dos educadores do Programa ProJovem Campo 3. Os 120 (cento e vinte) profissionais da atual edição foram formados nas Unidades: I – Agricultura Familiar – Identidade, Cultura, Gênero e Etnia; e II –

Economia Solidária; até o término do programa, em 2017, serão realizadas mais quatro formações.

4.10 Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

4.10.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEAPA, tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável integrado das atividades da agricultura, pecuária, pesca e da aquicultura, possibilitando o incremento dos benefícios sociais e econômicos do setor, tendo como objetivo: formular, planejar, coordenar e executar as políticas e diretrizes da agricultura, pecuária e agroindústria, para pequenos, médios e grandes produtores, não familiares, e suas associações, bem como, pesca e aquicultura, visando o desenvolvimento sustentável do Estado.

Para alcançar os objetivos pretendidos em 2015, a SEAPA contou com o recurso anual do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), na ordem de R$ 2.098.922,00 (dois milhões, noventa e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), que viabilizaram o atendimento a 593 pessoas, por meio da execução de 02 projetos, que contemplam ações de enfrentamento à pobreza.

Os dois projetos, apoiados em 2015 pelo FECOP, são voltados à área de aquicultura. Também é importante frisar que estes dois projetos, aprovados pela primeira vez pelo FECOP, no período em análise, terão projetos de continuidade relacionados a eles, no ano de 2016.

Convém registrar que a execução financeira da SEAPA, no ano de 2015, foi de R$ 1.982.882,97 (um milhão, novecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais, e noventa e sete centavos), correspondendo a 94,47% do valor total dos recursos programados. Os recursos são provenientes somente da fonte do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP.

Quadro 86 – Execução Financeira da SEAPA (Janeiro/Dezembro de 2015).

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	62	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí (ACCI).	98.922,00	6.710,72	6,78	0,00	00,00
2	98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão.	2.000.000,00	1.976.172,25	98,81	982.285,20	49,71
	Total		**2.098.922,00**	**1.982.882,97**	**94,47**	**982.285,20**	**49,71**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

4.10.2 Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEAPA incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais, nas modalidades Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional, e em Projetos Estruturantes, na subcategoria Inclusão Produtiva Urbana.

Projetos Estruturantes

Ocupação e Renda (Inclusão Produtividade Rural)

Em 2015 foram apoiados, com recursos do FECOP, 02 projetos na categoria Ocupação e Renda, que se destacam por prestar, de forma articulada, as seguranças afiançadas pela Política de Ocupação e Renda, por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias, nos projetos de aquicultura e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

O orçamento total desta categoria, para o ano de 2015, foi de R$ 2.098.922,00 (dois milhões, noventa e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), sendo executado R$ 1.982.882,97 (um milhão, novecentos oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais, e noventa e sete centavos), que corresponde a 94,47% do valor planejado para o ano, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 87 – Execução Financeira – Projetos da Estruturante – Ocupação e Renda (Inclusão Produtividade Rural).

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	62	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí (ACCI).	98.922,00	6.710,72	6,78	0,00	00,00
2	98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão.	2.000.000,00	1.976.172,25	98,81	982.285,20	49,71
	Total		**2.098.922,00**	**1.982.882,97**	**94,47**	**982.285,20**	**49,71**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

O projeto de Investimento para a Carcinicultura Familiar, da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-Ce, visa o investimento em materiais e equipamentos na fazenda de camarão da associação dos criadores de camarão do Icapuí (ACCI). A fazenda de camarão da ACCI tem uma área total de 25 ha, sendo 2ha destinado a área de apoio do cultivo, onde estão construídos: o escritório, o galpão para o armazenamento de ração e o refeitório; sendo 23 ha em lâmina de água destinado a criação do camarão. A associação é composta por 17 aquicultores familiares, sendo em média beneficiadas 70 pessoas diretamente (4,12 pessoas / família (nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010). Com esses investimentos será possível melhorar a renda, gerar mais empregos e garantir a sustentabilidade desse projeto.

O projeto de apoio à revitalização da Piscicultura no açude Castanhão, visa o investimento para a compra de ração e alevinos (peixes jovens) que serão doados aos piscicultores (Criadores de Peixes) de Jaguaribara, que criavam seus peixes em tanques-rede (equipamento para o cultivo de peixes), porém, foram surpreendidos com uma mortandade de peixes de grande proporção na região de Jaguaribara, no açude Castanhão, onde fica localizado o Parque Aquícola, local este que estavam inseridos os tanques-rede, e que foi afetado pela alta mortalidade dos peixes.

Com dados levantados pelos relatórios confeccionados pela Prefeitura de Jaguaribara, e pela Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SEAPA-CE), foi identificada uma perda declarada de 3.398.876kg. Em razão

dos piscicultores explicarem que muitos deles estão na atividade sem autorização legal, foi considerado somente a mortandade de peixes dos piscicultores que tinha permissão, reduzindo a perda para 1.127.779kg, sendo esta a perda admitida. Dos 169 piscicultores atingidos, identificou-se que somente 127 destes tinham autorização para exercer esta atividade neste Parque Aquícola.

Desta forma serão beneficiados com este projeto, somente os 127 piscicultores familiares que tinham permissão para o cultivo de peixes no parque aquícola, sendo beneficiadas diretamente uma média de 523 pessoas diretamente (4,12 pessoas / família, nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010). Com esses investimentos será possível revitalizar a piscicultura destes piscicultores, garantindo novamente a renda destes.

4.10.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no ano de 2015, no valor de R$ 1.982.882,97 (um milhão, novecentos oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais, e noventa e sete centavos), tem-se que o Litoral leste/Jaguaribe foi contemplado com 100%, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 88 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	-	-	-	-
2-LITORAL OESTE	-	-	-	-
3-SOBRAL/IBIAPABA	-	-	-	-
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	-	-	-	-
5-SERTÃO CENTRAL	--	-	-	-
6-BATURITÉ	-	-	-	-
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	1.982.882,97	94,47	593	100
8-CARIRI/CENTRO SUL	-	-	-	-
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	**1.982.882,97**	**94,47**	**593**	**100**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A concentração de recursos no Litoral leste/Jaguaribe pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará - IIPECE, a população total estimada de Icapuí é de dezenove mil, duzentas e setenta e seis pessoas, o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) é igual 37,71 (IPECE, 2010), tendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,631 (IPECE, 2000). Dezenove vírgula oitenta e dois por cento (19,82%) da população é extremamente pobre, com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até setenta reais (R$ 70,00) (IBGE, 2010);
- A oferta de emprego no município de Icapuí é escassa, tendo na criação de camarão uma oportunidade de emprego e renda para a região, diminuindo, assim, o êxodo rural para as grandes cidades. Na fazenda de camarão familiar, da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-Ce, tem um total de 17 famílias, beneficiando uma média de 70 pessoas diretamente. O trabalho realizado, para se obter a produção de camarão final, é todo realizado pelas 17 famílias. Essa fazenda tem um tamanho total de 25 hectares, sendo 23ha em lâmina de água destinado a produção, onde são divididos em cinco viveiros, no total e 2ha destinado ao apoio para o cultivo, onde estão instalados o depósito de ração, escritório, área de manutenção e o refeitório;
- Jaguaribara é um município do Estado do Ceará, localizado a 227,6 km de Fortaleza. Este tem uma área de 668.738 km², e possui uma população de aproximadamente 11.102 habitantes (IBGE, 2014);
- O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município, em 2010, segundo a mesma fonte foi de 0,618, enquanto que o IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal) foi demonstrado pelo relatório elaborado pelo IPECE (2010), em que a amplitude foi de 23,82 a 39,92;
- Retomando ao contexto social, estima-se que em cada domicílio há 4,2 pessoas residindo por habitação, em que a renda per capita da população Jaguaribarense rural está em torno de R$ 196,67; em contrapartida, em 2011, existiam um total de 837 empregos formais, sendo 30 destinados ao setor de agropecuário;

- Com a mortalidade dos peixes no Castanhão, os piscicultores tiveram prejuízos muito grandes, não tendo como voltar para a atividade da piscicultura; como a ração é um dos itens que pode chegar até 80% do custo total de produção, a doação deste insumo, que é a ração e os alevinos por este projeto, com certeza será o divisor de água, que irá ajudar muito na retomada das atividades da criação de peixes por estes piscicultores.

4.10.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Beneficiados 17 carcinicultores familiares com o projeto de Investimento para a Carcinicultura Familiar, da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-Ce (ACCI);
- Entregues, à Associação dos Criadores de Camarão do Icapuí, dois aeradores, com 2 CV de potência, para aumentar a produção de oxigênio nos viveiros de camarão, podendo dessa forma aumentar a renda das pessoas da associação;
- Em fase final licitatória, para a aquisição de um grupo gerador, para Associação dos Criadores de Camarão do Icapuí, desta forma poderá dar uma maior segurança na criação de camarão, como também serão reduzidos os custos com gasto de energia em horas, onde o KW/h é muito caro, podendo, desta forma, aumentar a renda dos associados;
- Beneficiados 127 piscicultores familiares com o Projeto de Apoio a Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão;
- Foram entregues ração e alevinos de peixes aos piscicultores familiares do Castanhão, para que estes pudessem retomar as suas atividades piscícolas.

Dificuldades

- Morosidade no processo licitatório;
- Dificuldade em conseguir orçamentos para os equipamentos com instalação inclusa;

- Aprovação de Mapp somente no segundo semestre do ano, mesmo esta já estando no sistema desde o início, tendo ainda que aguardar o projeto ser aprovado pela comissão do FECOP, ficando inviável a execução total do recurso financeiro no ano vigente.

4.11 Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas

4.11.1 Aspectos Gerais

O presente relatório traz informações referentes a contextualização do desenvolvimento das principais ações preliminares à institucionalização da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD, do Estado do Ceará.

Apresenta ainda o arcabouço jurídico de criação desta Secretaria, e aponta as principais diretrizes de atuação da SPD para os próximos quatro anos, pautados em seus eixos de atuação: prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional.

Por fim, para a consecução de seus objetivos, apresenta os principais projetos desta Secretaria, financiados com os recursos FECOP, explicitando os valores programados para o período janeiro a dezembro de 2015, inclusive com sua respectiva execução física e financeira para o aludido período.

A sociedade moderna tem vivenciado de forma contundente os problemas advindos do consumo de drogas lícitas e ilícitas. O Estado do Ceará não se constitui exceção a este cenário, que envolve os mais diversos efeitos negativos: desestabilidade das estruturas sociais, ameaça aos valores humanos, políticos, econômicos e culturais.

Este quadro gera consideráveis prejuízos, com o consequente crescimento das necessidades de prevenção, acolhimento e tratamento, bem como reinserção social dos atores envolvidos.

A relação direta com o aumento das necessidades de gastos com o tratamento de saúde, dos índices de acidentes de trabalho e de trânsito, da violência doméstica e urbana, de mortes prematuras e, ainda, com uma queda de produtividade dos trabalhadores, exige uma mobilização organizada, onde as políticas deverão ser articuladas para a melhoria da qualidade de vida da população.

O Estado do Ceará, nos últimos oito anos, têm dado notoriedade ao tema, buscando desenvolver ações intersetoriais, que visam conhecer, articular, propor e desenvolver estratégias de abordagem ao uso de drogas, lícitas e ilícitas, em nosso Estado.

Nos anos de 2010 e 2011, sensibilizada pela expansão do consumo de drogas no Ceará, a Assembleia Legislativa do Ceará decidiu articular o "Pacto pela Vida – Drogas, um caminho para um triste fim". O fórum foi criado pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa do Ceará, e objetivava construir um diagnóstico do uso de drogas e de assistência aos usuários, identificando os grandes desafios de enfrentamento da questão para, por fim, traçar um plano de ações integradas, para fazer frente ao problema. O diferencial é que todas as ações previstas deveriam ser deliberadas pelos integrantes do Pacto, de forma que a responsabilidade fosse compartilhada, envolvendo centenas de instituições, entre órgãos governamentais e entidades da sociedade civil.

Foram publicados três livros: "Drogas - Eixos de Abordagem, Drogas – Onde Buscar Ajuda e o Plano de Ações Integradas de Enfrentamento às Drogas", que serviram de ponto de partida para a construção das Políticas Estaduais sobre Drogas.

A partir desta iniciativa o governo estadual decidiu criar, através da Lei Nº 15.234, de 19 de novembro de 2012, a Assessoria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas do Estado do Ceará (AESPD). A mesma se constituía em um órgão de assessoramento para decisões estratégicas do Chefe do Poder Executivo e coordenação da política pública sobre drogas, visando assegurar efetividade nas ações de desenvolvimento social do Estado, em benefício do povo cearense, sendo a sua estrutura organizacional de execução programática formada pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas (CESPD) e as Células de Articulação Regional de Políticas Sobre Drogas e Célula de Programas e Ações Temáticas de Políticas sobre Drogas (CEAPD), conforme o Decreto Nº 31.073, de 11 de dezembro de 2012.

Esta Assessoria desenvolveu um trabalho de suma importância no cenário estadual, sendo a coordenadora do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas (SISED), e

mobilizando os 184 municípios cearenses a refletir sobre a temática da área e desenvolver ações intersetoriais articuladas.

Nesse período foi criado o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (SISED), instituído pela Lei Nº 14.217, de 03 de outubro de 2008, e alterado pela Lei Nº 15.424, de 16 de setembro de 2013, tendo por finalidade articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas às Políticas sobre Drogas no Estado do Ceará. Esse Sistema é formado pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPOD), Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), Secretaria da Saúde (SESA), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Secretaria da Cultura (SECULT), Secretaria do Esporte (SESPORTE), Secretaria da Educação (SEDUC), organizações, instituições ou entidades da sociedade civil e pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas.

Suas responsabilidades são: articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Na mesma linha, buscando uma articulação ampla e intersetorial, foi implantado o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPOD), órgão superior ao Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, de caráter normativo, consultivo e de deliberação coletiva nas questões referentes às drogas, competente para propor, acompanhar e atualizar a política estadual sobre drogas; sugerir planos de atuação; exercer orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tratamento e prevenção ao uso de drogas e de substâncias que determinem dependência física ou psíquica; promover atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; exercer a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas; e promover a integração, ao Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (SISED), dos órgãos e entidades congêneres dos Municípios e das entidades particulares.

Alinhado às diretrizes nacionais, o Estado do Ceará criou, em 15 de março de 2013, através do Decreto Nº 31.171, o Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, no âmbito do Gabinete do Governador, exercendo a competência de coordenar a implantação do Programa "Crack – É Possível Vencer" no Estado do Ceará.

Este programa do Governo Federal tem a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack e outras drogas, e seus familiares, e a repressão ao tráfico de drogas e às organizações criminosas, ampliando a oferta de serviços de tratamento e atenção, reduzindo a oferta de drogas ilícitas, promovendo ações de educação, informação e capacitação.

Em dezembro de 2014, o governo estadual inaugurou o Centro de Referência sobre Drogas (CRD), localizado em Fortaleza, apresentando uma alternativa de acolhimento e orientação ao dependente químico e seus familiares.

Sua criação e implantação foi possível, devido ao Termo de Cooperação Técnica entre a Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas (AESPD), vinculada ao Gabinete do Governador, e a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Esta foi uma demanda identificada durante a I Jornada de Políticas Públicas do Estado do Ceará, resultado do diálogo social realizado com os 184 Municípios nos encontros municipais e regionais. Foi idealizado como estratégia para reduzir os danos e consequências do uso de drogas. Cabendo-lhe, igualmente, estruturar e integrar a formação, a qualificação profissional, o atendimento na rede de atenção integral, e possibilitar a reinserção social do dependente químico.

Nos últimos meses de 2014, foi ainda desenvolvido o Plano de Governo dos então candidatos Camilo Santana e Izolda Cela. A metodologia utilizada foi o planejamento participativo, envolvendo mais 1.300 pessoas, sendo consolidado e validado através de três seminários ocorridos em 1, 2 e 3 de dezembro de 2014. O produto deste processo foi a elaboração do documento intitulado: Os Sete Cearás.

Buscando uma atuação pautada em metas e objetivos definidos por áreas estratégicas, foram definidos:

1. Ceará da Gestão Democrática por Resultados
2. Ceará Acolhedor
3. Ceará de Oportunidades
4. Ceará Sustentável
5. Ceará do Conhecimento
6. Ceará Saudável
7. Ceará Pacífico

A temática referente às Drogas foi incluída no Eixo Ceará Pacífico, que busca uma Sociedade Justa e Pacífica, com Convivência e Segurança Cidadã, na qual se criam, a cada dia, as condições para que todos os cidadãos usufruam, de forma ampla e igualitária, das conquistas coletivas, das ações do poder público, das políticas universais, dos serviços públicos, com acesso aos mecanismos sociais e institucionais de Segurança e Justiça, de resolução de conflitos e aos aparatos de enfrentamento e defesa, em situações de violência, criminalidade e atos delituosos.

Esta sociedade pacificadora e pacificada está ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito à proteção, amparo, defesa e justiça e que, cabe ao Estado, como condutor deste processo, garantir esses direitos.

A política sobre drogas traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdam da luta por uma sociedade justa e igualitária, a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, deve convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado, diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com uma visão ampla da vida e que considere a pessoa como sujeito de direitos, na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

Desde o início da gestão, várias entidades cearenses participam de um Fórum Permanente que discutiu, propôs e articulou ações voltadas para a temática, buscando uma Sociedade Justa e Pacifica. Assim, foram validadas várias propostas pelo então candidato no decorrer da campanha, tais como:

➢ Ampliar o número de leitos nos hospitais para desintoxicação e tratamento dos dependentes químicos;

➢ Levar para cada região do estado o Centro de Referência sobre Álcool e Drogas, que capacita profissionais de saúde, mapeia as áreas vulneráveis e traça ações de assistência social;

➢ Levar para cada região do estado a Unidade de Acolhimento, que oferece tratamento clínico e psicológico aos dependentes químicos;

➢ Fortalecer o PROERD, Programa Educacional de Resistência às Drogas da Polícia Militar, para a prevenção aos jovens;

➢ Oferecer aos ex-dependentes químicos uma cota de 2 a 5% das vagas em obras públicas, além de firmar convênios com a iniciativa privada, com o objetivo de facilitar e estimular sua reinserção social e profissional.

Foram ainda definidas ações estratégicas que deverão ser desenvolvidas no primeiro ano da gestão:

1. Realizar pesquisa sobre o perfil e o quantitativo dos usuários de drogas no Estado do Ceará;
2. Incentivar a criação e o tratamento efetivo dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMAD), bem como das Coordenações Municipais de Políticas sobre Drogas;
3. Desenvolver ações articuladas intersetorialmente, para fortalecer a prevenção, o tratamento e a reinserção social nas Secretarias Estaduais;
4. Promover qualificação profissional dos usuários em tratamento, para reinserção no mercado de trabalho, por meio de parcerias público-privadas;
5. Expandir ações do PRONATEC, para os serviços de tratamento dos usuários de drogas, buscando sua reinserção social;

Ainda, em dezembro de 2014, a deputada eleita Mirian Sobreira recebe o convite para assumir o cargo de Secretária Especial de Políticas sobre Drogas, secretaria esta que seria criada no início da nova gestão.

Entendendo que, para formular políticas, faz-se necessário partir de um diagnóstico detalhado, a mesma, acompanhada de assessores, começou seus trabalhos desenvolvendo as seguintes ações:

1. Realização de um fórum com representantes de diversas entidades dentre elas: Secretaria Estadual da Saúde (SESA), Escola de Saúde Pública (ESP-CE), Prefeitura de Fortaleza (PMF), Centro Regional de Referência para Formação dos Profissionais das Redes de Atenção à Saúde aos usuários de crack e outras drogas no Ceará (CRR), articuladores da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) e Assessoria Especial de Política sobre Drogas (AESPD), para discussão sobre as linhas de atuação destas entidades e demandas para o Sistema Estadual de políticas sobre Drogas (SISED);
2. Articulação junto a Coordenaria Especial de Políticas sobre Drogas, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, para conhecer as diretrizes desenvolvidas, e visitar unidades de Referência Municipal;
3. Visita ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III Dr. Ayrton Monte – SER I (CAPS AD III), Unidade de Acolhimento do José Walter (UA) e Centro de Referência sobre Drogas (CRD), todos ligados à Prefeitura Municipal de Fortaleza.
4. Articulação junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS), para conhecer as ações desenvolvidas pelo Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogaditos do Sistema Penitenciário (PACAD);
5. Reunião junto à direção do Hospital Mental Professor Frota Pinto, integrante da Rede da Secretaria Estadual da Saúde (SESA), para discutir sobre a possibilidade de ampliação do número de leitos da Unidade de Desintoxicação, bem como conhecimento das atividades desenvolvidas na área de drogas;
6. Articulação junto aos Centros Regionais de Referência para Formação dos Profissionais das Redes de Atenção à Saúde aos usuários de crack e outras drogas no Ceará (CRR), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Escola de Saúde Pública (ESP-CE);

7. Visita às 23 (vinte e três) Comunidades Terapêuticas conveniadas, e, ainda, algumas Instituições Privadas de Internação ao dependente químico, para avaliação das condições de internação.

Durante as ações iniciais de atuação da futura Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, foram traçadas algumas estratégias de atuação, alinhadas ao Plano de Governo, e as demandas articuladas pelas diversas instituições visitadas:

- Fortalecer as parcerias com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e outras unidades de Saúde (CAPS, Postos de Saúde, Hospitais, CEOS , etc...), para garantir o acompanhamento e tratamento aos usuários em tratamento;
- Implantar os Complexos Regionais de Atenção sobre Drogas, com a finalidade de interiorizar o tratamento ao dependente e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS;
- Ampliar o número de leitos para desintoxicação;
- Ampliar e descentralizar as vagas de internação nas Comunidades Terapêuticas, principalmente para crianças, adolescentes e mulheres para tratamento;
- Capacitar e profissionalizar os usuários internos nas Comunidades Terapêuticas;
- Lançar um edital para projetos sociais, com abordagem na prevenção ao uso de drogas lícitas ou ilícitas;
- Informatizar o Sistema de Regulação de Vagas (Acolhe Ceará) em todos os pontos da Rede de Comunidades Terapêuticas para um melhor controle e transparência;
- Fortalecer o controle social;
- Realizar campanhas de prevenção com ampla divulgação na mídia;
- Fortalecer parceria com o PROERD e Programa Crack é Possível Vencer;
- Fortalecer parcerias interinstitucionais público-privadas, com o intuito de realizar a reinserção social desse ex-usuário;
- Realizar capacitação de educadores, familiares, associações comunitárias, profissionais de saúde com o objetivo de criarmos multiplicadores;
- Ampliar o Convênio junto à SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) para atuação no âmbito estadual;

- Desenvolver estudos e pesquisadas voltados à área de drogas;
- Fortalecer a parceria com os CRR (Centros Regionais de Referência para Formação dos Profissionais das Redes de Atenção à Saúde aos usuários de crack e outras drogas);
- Desenvolver parcerias junto ao Ministério da Saúde, para levar aos diversos municípios cearenses a implantação dos Programas: Tamojunto, Fortalecendo Famílias e Jogo Elos.

Em cumprimento as diretrizes definidas em seu plano de Governo, através do Ceará Pacífico, o Governo do Estado do Ceará, instituiu a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, que foi criada pela Lei Estadual Nº 15.773, de 10 de março de 2015, que alterou a Lei Estadual Nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007.

O Diário Oficial do Estado, do dia 13 de março de 2015, oficializa a nomeação da Dra. Mirian de Almeida Rodrigues Sobreira, para exercer as funções do Cargo de Secretária de Estado da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) do Estado do Ceará.

A estrutura organizacional foi definida de acordo com o Decreto Nº 31.695, de 23 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura organizacional, a distribuição e a denominação dos cargos de provimento em comissão, constitui órgão da Administração Direta Estadual, de natureza substantiva, regendo-se por Regulamento próprio, pelas normas internas e a legislação pertinente em vigor.

A Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) constitui-se, portanto, no Órgão Central articulador do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas e da Política Pública sobre Drogas do Estado do Ceará.

Assim, a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) tem como missão desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Seus valores intrínsecos passam pela Transparência das ações; Qualidade dos serviços prestados ao cidadão, evidenciando a humanização do atendimento;

Integração de ações; Valorização do servidor público; Melhoria contínua do processo de gestão.

No processo de integração e intersetorialidade das políticas sobre drogas, compete à Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas:

- Coordenar a Política Estadual sobre Drogas e apoiar os municípios na implementação das Políticas Municipais sobre Drogas;
- Fomentar o desenvolvimento de políticas públicas nos diversos setores governamentais para promoção de saúde, prevenção ao uso indevido de drogas, tratamento e reinserção social dos usuários de drogas e seus familiares, em articulação com os órgãos federais, estaduais, municipais e em parceria com organizações representativas da sociedade civil;
- Articular ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer, dentre outras) de modo a garantir a intersetorialidade da Política Estadual sobre Drogas;
- Prestar assessoramento direto ao Governador e aos Secretários estaduais nos assuntos relacionados às políticas públicas sobre drogas;
- Coordenar, articular, integrar e executar as ações dos Centros de Referência sobre Drogas;
- Identificar e promover programas e projetos relacionados ao uso de drogas, entre as secretarias temáticas, e com outras entidades governamentais, movimentos sociais, setor privado e terceiro setor, visando contribuir para o aperfeiçoamento e efetividade das ações referentes às Políticas sobre Drogas;
- Promover estudos e pesquisas sobre drogas, buscando contribuir na produção de indicadores e no direcionamento das Políticas Estadual e Municipais sobre Drogas;
- Instituir o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e o Conselho Estadual sobre Drogas;
- Instituir a Política Estadual sobre Drogas, no âmbito da prevenção, tratamento, atenção e reinserção social, a qual deverá ser descentralizada e intersetorial, contando com o apoio do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, com o Conselho Estadual de Saúde, Conselho

Estadual de Assistência Social e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando os territórios mais vulneráveis, a serem identificadas por diagnósticos periódicos, elaborados em conjunto com os Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre drogas;

- Promover e garantir a integração da rede de serviços das políticas setoriais conforme intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional para o usuário e seus familiares, em articulação com o SUS e SUAS e demais órgãos federais, estaduais, municipais e em parceria com organizações representativa da sociedade civil;
- Incentivar e fortalecer a criação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas;
- Garantir a implementação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando as potencialidades, princípios éticos e a pluralidade cultural;
- Garantir os serviços de atenção à saúde do dependente de drogas que estiver cumprindo pena privativa de liberdade ou submetido a medida de segurança com articulação intersetorial;
- Desenvolver programas de formação para os servidores públicos estaduais, visando subsidiá-los no acolhimento e encaminhamento dos problemas relacionados ao uso de drogas.

A Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, desde a sua institucionalização, traz, em sua essência, o desafio da intersetorialidade e da transversalidade entre as políticas públicas, e com o terceiro setor, e inciativas comunitárias, na perspectiva da promoção da cidadania.

Apresentam-se, ainda, outras prerrogativas da SPD, que se referem à promoção e garantia de direitos humanos, à autonomia dos sujeitos e ao cuidado em liberdade. Essas premissas partem da compreensão complexa do fenômeno contemporâneo do uso problemático de drogas, que exige, então, uma intervenção integrada, multidisciplinar e ampla que extrapola o cunho curativo, e propõe ações no âmbito

da prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional, na busca da garantia de promoção de direitos.

Dessa forma, as diretrizes estratégicas da SPD se constituirão em projetos do âmbito da Prevenção, Acolhimento e Tratamento e Reinserção Social e Profissional, que constituirão o programa "Ceará na trilha da cidadania: promoção de direitos, prevenção e cuidado no uso de drogas".

Quanto ao eixo Prevenção destacam-se projetos caracterizados como prevenção universal-primária, direcionados ao público em geral que não apresentam, necessariamente, situação de vulnerabilidade ou uso problemático de drogas; Prevenção seletiva-secundária que é direcionada a pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco ao uso problemático de drogas; e Prevenção indicada-terciária cujas ações se direcionam a sujeitos em situação de vulnerabilidade que já fazem uso de drogas e visam reduzir os danos relacionados ao uso problemático de drogas e a situação de vulnerabilidade.

Quanto ao eixo Acolhimento e Tratamento, o programa prevê projetos de fortalecimento e ampliação da rede de cuidado quanto ao uso de drogas. Esse fortalecimento se dará em grande parte indiretamente através da formação de profissionais que atuam na rede, visto que as reponsabilidade da coordenação, acompanhamento e execução dos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado. No entanto, o Estado contribuirá com o fortalecimento da RAPS, a partir dos convênios com as comunidades terapêuticas e da interiorização de serviços, como ampliação dos leitos de desintoxicação em hospitais gerais e, em especial, com a construção de oito complexos regionais, que serão descritos adiante.

O eixo reinserção social e profissional direcionar-se-á principalmente a três públicos: internos e egressos de comunidades terapêuticas, onde a reinserção profissional integrará sua Linha de Cuidado; internos e egressos dos Centros Educacionais, atendendo a preocupação do Estado na garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; e a população de rua,

compreendendo que esse público como extremamente vulnerável ao uso problemático de drogas, e que ainda se encontram à margem das políticas públicas e da sociedade, fazendo-se, assim, necessário construir programas e ações direcionados a ele.

Ressalta-se que todos os projetos apresentam um caráter inerente de intersetorialidade, apontando para o apoio do Ministério da Saúde e SENAD; indicando parcerias com outras Secretarias, programas e projetos do Governo do Estado e Prefeituras Municipais, em especial a Educação e a rede SUS e SUAS; articulando com os movimentos sociais e valorizando projetos e iniciativas comunitárias.

Na busca de viabilizar a consecução de seus objetivos, apresentam-se, então, os projetos da SPD, que integram o programa "Ceará na Trilha da Cidadania", que foram financiados com recursos do FECOP.

Na realidade, para o exercício de 2015, foram aprovados somente 04 Projetos MAPPs, que envolveu a quantia de R$ 1.842.624,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais). Esses projetos foram aprovados no dia 03/06/2015, durante reunião do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS. Do montante total de recursos aprovado, para 2015, nenhum valor foi programado para execução financeira no período de janeiro a junho de 2015. Todos os recursos foram programados para execução no segundo semestre, no período de julho a dezembro de 2015.

Quadro 89 – Execução Financeira da SPD

MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
6	Ponto de Cidadania	564.754,00	564.754,00	561.452,54	99,41	364.006,43	64,83
7	Fortalecendo Minha Comunidade	476.490,00	476.490,00	476.490,00	100,00	158.830,00	28,12
12	Juventude em Ação	450.560,00	450.560,00	450.560,00	100,00	337.920,00	70,92
25	Juventude do Futuro	350.820,00	350.820,00	350.820,00	100,00	263.115,00	75,00
Total		**1.842.624,00**	**1.842.624,00**	**1.839.322,54**	**99,82**	**1.123.871,43**	**61,10**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.11.2 Desenvolvimento

Os projetos MAPPs da SPD, apoiados pelo FECOP, foram classificados na categoria de Projetos de Assistência Social, em duas áreas específicas de atuação. Um projeto foi classificado na categorização de Assistência Social - Proteção Social Especial (Alta Complexidade) e os demais na Assistência Social - Proteção Social Básica.

No primeiro, houve a aprovação dos projetos, em meados do mês de junho de 2015. A programação física e financeira ficou definida, para execução, a partir do segundo semestre. Portanto, não houve liberação ou programação de recursos financeiros para o primeiro semestre, ou seja, não houve empenho, nem pagamento nesse período, conforme mostra o quadro acima.

Somente o projeto Ponto da Cidadania foi classificado na Categorização dos Projetos Assistência Social - Proteção Social Especial (Alta Complexidade). Esse projeto visa apoiar uma necessidade premente de melhoria das condições de vida das pessoas em situação de rua, via de regra, usuárias de drogas, através da oferta de um espaço de acolhimento e apoio psicossocial, nos locais de concentração

desse público, na RMF, com o propósito de fomentar o cuidado com a saúde, o autocuidado e a cidadania. A metodologia contempla o fortalecimento do atendimento aos moradores de rua e, em especial, usuários de drogas. Os demais projetos foram classificados como Assistência Social - Proteção Social Básica.

A implantação desse projeto se deu a partir da instalação de 01 contêiner (com 2 banheiros e sala de atendimento), que está servindo de ponto de apoio para equipe técnica do projeto (4 profissionais de saúde, 6 Agentes Redutores de Danos, 1 Motorista e 2 profissionais de serviços gerais). O contêiner está funcionando de segunda à sexta, por 12 horas/dia, e aos sábados e domingos, 8 horas/dia. São oferecidos aos usuários, espaço para higiene pessoal, insumos (sabonete, kit saúde dental, kit feminino, preservativos e primeiros socorros básicos), atendimento psicossocial e encaminhamento para rede SUS e SUAS, de acordo com as necessidades detectadas. Média de atendimento de 40 pessoas por dia, 1.200 por mês, totalizando 7.200 pessoas atendidas em 6 meses.

Já o Projeto Fortalecendo Minha Comunidade, prevê o apoio a 38 projetos ou iniciativas desenvolvidas por ONG´s, Associações Comunitárias e outras Entidades, que tenham atuação comunitária na Promoção da Cidadania e Prevenção do uso de Drogas, a fim de reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção relacionados ao uso de drogas, beneficiando diretamente 7.600 pessoas. Entende-se que a promoção do cuidado comunitário, a partir da valorização, do apoio e incentivo financeiro e acompanhamento de iniciativas comunitárias, que atuam como fatores de proteção, são de fundamental importância, para constituição e fortalecimento de uma Rede Social de Apoio no território.

As iniciativas foram selecionadas a partir do lançamento de 18 Editais de Concurso, em 18 municípios, a partir do qual foram selecionados os 38 melhores projetos/iniciativas que foram apoiadas com insumos e materiais e serviços, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para a execução das ações. Essa ação encontra-se em fase de execução, tendo em vista que o Convênio com a Entidade executora foi prorrogado, para execução até 30 de março de 2016.

Ainda, na Proteção Social Básica, o Projeto Juventude em Ação está voltado especificamente para os alunos que estão cursando o ensino médio nas escolas estaduais, utilizando metodologia específica no campo da prevenção ao uso de drogas. Serão envolvidos nas ações os profissionais da educação, os alunos e seus familiares e lideranças comunitárias, utilizando a aplicação de Jogos, a realização concurso artístico, cultural e literário, elaboração de peças teatrais, realização de campanhas educativas, produção de textos, livros, cartilhas e gibis, realização de rodas de conversas, exposições e premiações.

Foram selecionadas 20 Escolas de Ensino Médio, em 10 municípios do interior do estado. Em cada escola foram mobilizados e capacitados, na metodologia do projeto, 20 profissionais da educação, totalizando 400 profissionais para desenvolverem as ações do Projeto. Em cada escola foram orientados, em média, 500 alunos, que se tornaram os mobilizadores sociais em suas comunidades, totalizando 10.000 alunos. A missão de cada aluno foi replicar a metodologia do projeto, que contem um jogo, no mínimo, 02 vezes no período de 03 meses, junto a familiares, amigos e pessoas de sua comunidade, perfazendo 02 partidas com 04 pessoas, totalizando 8 participantes no período. Dessa forma, 10.000 alunos beneficiaram diretamente pelo menos 80.000 pessoas de diferentes faixas etárias. Além desse quantitativo foram realizadas Rodas de Conversa com os familiares dos alunos e lideranças locais, beneficiando no mínimo mais 10.000 famílias.

O projeto ainda encontra-se em fase de execução. Um convênio assinado com uma entidade executora foi prorrogado até 30 de março de 2016, como forma de garantir a conclusão das atividades. Assim, as próximas atividades serão a preparação, realização e avaliação dos concursos artísticos culturais que serão realizados no final do projeto, inclusive com as premiações, um grande quantitativo de pessoas serão beneficiadas diretamente com as ações.

Por fim, o Projeto Juventude do Futuro, que consiste na implantação de 03 Programas do MS, no contexto escolar, nas Escolas de Ensino Fundamental I e II, e na comunidade de seu entorno, beneficiando lideranças e familiares da região. O Programa denominado Jogo Elos (EEF - 1ª e 2ª séries), beneficiando crianças de 06 a 09 anos; o Programa #Tamojunto (EEF – 7ª e 8ª séries) beneficiando alunos de 10 a

14 anos e seus familiares e o Programa Fortalecendo Famílias, beneficiando pais e familiares dos alunos).

Esses programas estão focados na Prevenção na direção do desenvolvimento de hábitos de sociabilidade, fortalecendo dos vínculos saudáveis num ambiente familiar, e reflexões sobre os fatores de risco, que podem levar ao uso de drogas.

Como resultado da implementação desses programas, até o momento foram capacitados 165 profissionais das áreas de educação, assistência social e saúde, nos 10 municípios atendidos, para replicar a metodologia desses programas nas salas de aula e na comunidade. Foram beneficiados 1.581 alunos e 1.556 família, totalizando o atendimento a 7.960 pessoas.

4.11.3 Aplicação dos Recursos por Macroregião

Do montante total de recursos empenhados no ano de 2015, no valor de R$ 1.841.322,54 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), 84,48% foram aplicados na Região Metropolitana de Fortaleza, seguida macrorregião Cariri/Centro Sul, com 5,18%, e Sobral/Ibiapaba, com 2,59%, ficando as demais regiões com apenas 1,29% cada, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 90 – Distribuição dos Recursos Aplicados Segundo Semestre de 2015

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1- RMF	1.555.428,54	84,48	57.200	96,29
2- Litoral Oeste	23.824,50	1,29	200	0,34
3 - Sobral/Ibiapaba	47.649,00	2,59	400	0,67
4 – Sertão dos Inhamuns	23.824,50	1,29	200	0,34
5 - Sertão Central	47.649,00	2,59	400	0,67
6 – Baturité	23.824,50	1,29	200	0,34
7- Litoral Leste/Jaguaribe	23.824,50	1,29	200	0,34
8- Cariri/Centro Sul	95.298,00	5,18	600	1,01
Total	**1.841.322,54**	**100**	**59.400**	**100**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A concentração de recursos na Região Metropolitana de Fortaleza, deve-se, fundamentalmente, à execução de dois projetos no município de Fortaleza, dos 04 projetos apoiados pelo Fecop. Outro fator que contribuiu também para aumentar essa concentração, numa única região, foi a falta de orçamento e prazos para ajustes dos orçamentos liberados para as demais regiões administrativas.

4.11.4 Principais Resultados e Dificuldades

A Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD, foi implantada oficialmente no mês de março de 2015. Por se tratar de uma Secretaria nova, seu orçamento foi construído a partir de saldos orçamentários remanescentes de outras Setoriais, especificamente para custeio e manutenção da máquina.

Para os projetos de investimento ou projetos finalísticos, não existia orçamento. Isso significa dizer que para cada novo projeto, a SPD necessitou de uma Lei de Crédito Especial para suportar esses novos projetos. Assim, os projetos Mapps, que foram aprovados por ocasião da reunião do CCPIS, datada de 03 de junho de 2015, precisaram de orçamento suplementar.

Para tanto, negociou-se com a SEPLAG a elaboração/definição de Objetivos, de Iniciativas e de Ações, para fossem criadas as condições orçamentarias necessárias a execução desses projetos. Logo após a conclusão dessa etapa de negociação e preparação das informações nos Sistemas de Gestão do Estado, a SEPLAG elaborou uma Lei de Credito Especial, que foi enviada à Procuradoria Geral do Estado – PGE, e depois ao Gabinete do Governador. A Lei foi assinada pelo Governador e enviada à Assembleia Legislativa para aprovação. Infelizmente, esse trâmite não foi concluído até o dia 30 de junho, o que impossibilitou um avanço mais célere na implementação das ações do Projeto. Após o recesso, finalmente a Lei de Crédito Suplementar da SPD foi votada e publicada no DOE.

Paralelamente, enquanto se aguardava a publicação da Lei, todas as atividades preparatórias foram iniciadas para a execução das ações nos municípios selecionados.

A SPD elaborou um Termo de Referência e lançou um Aviso de Solicitação de Manifestação Interesse, para a participação de Entidades Não Governamentais Interessadas em participar do certame. Apos concluídos todos os processos de avaliação e seleção de planos de trabalho, finalmente a SPD formalizou Convênio com as Entidades vencedoras, para, em forma de parceria, executar as ações previstas nos 04 projetos aprovados. Esse trâmite foi bastante demorado, e somente no final de setembro os Convênios foram assinados.

Outro ponto que merece ser ressaltado diz respeito a introdução de um novo Sistema de Acompanhamento de Contratos e Congêneres do Estado, com base no SICONV, que estabeleceu que todos os Convênios assinados a partir de Julho de 2015 deveriam seguir esse novo normativo. Isso atrasou ainda mais o início da execução dos projetos.

Apesar de todas essas adversidades os 04 projetos apresentaram resultados acima do esperado, com o envolvimento de 18 municípios na execução das ações de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas, acolhimento e tratamento de dependentes químicos e reinserção social e profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao todo serão beneficiados mais de 59.400 pessoas.

4.12 Secretaria do Esporte

4.12.1 Aspectos Gerais

A Secretaria do Esporte - SESPORTE, tem como missão promover e incentivar o acesso ao esporte e lazer em todo Estado do Ceará, com foco na melhoria da qualidade de vida. A Secretaria visa ser referência na implementação de políticas públicas de esporte e lazer, contribuindo para o desenvolvimento social e humano, oportunizando a prática de atividades físicas a todos. Seus valores estão baseados na Ética, Respeito, Transparência, Equidade, Sustentabilidade, Efetividade, Compromisso, Responsabilidade e Inovação.

A previsão na Constituição Federal e o reconhecimento Estatal do Esporte como direito de todos, fez com que este venha a ser alvo de políticas públicas sociais. "O acesso ao esporte é um dever do Estado que deve garantir e multiplicar as ofertas de atividades esportivas priorizando as minorias e promovendo a inclusão social".

Dessa forma, reconhecendo o Esporte e Lazer como direito social e garantia constitucional, conforme artigo 217, o Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma política de esporte e lazer, com o objetivo de consolidar, resgatar, democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões, por meio da valorização, inclusão, promoção e oferta de oportunidades, em suas diversas áreas, ao conjunto da sociedade, de maneira democrática e participativa.

A Política Estadual de Esporte e Lazer é coordenada e gerenciada pela Secretaria do Esporte – SESPORTE, que tem a atribuição de implementar, acompanhar e monitorar as informações dos indicadores estabelecidos no Plano Estadual de Esporte e Lazer.

A atuação da SESPORTE tem como linhas de ação a capacitação e incentivo ao desporto, no Ceará, no rendimento, esporte, lazer e educação, por meio da inclusão social e infraestrutura esportiva. Para a concretização do objetivo de desenvolver o esporte e o lazer e democratizar seu acesso, a atual gestão se utiliza

de instrumentos que estabelecem as suas principais atribuições institucionais, como o planejamento, a normatização, a coordenação, a execução e a avaliação da política do esporte no Ceará.

A SESPORTE teve durante o ano de 2015 seis projetos com recursos programados do FECOP, totalizando R$ 1.979.721,77. Destes, 04 projetos são de continuidade, o Viva +, o Programa Segundo Tempo, o Bolsa Esporte e o Programa Esporte e Lazer na Cidade-PELC.

O Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer na Cidade-PELC têm a participação da fonte Governo Federal-Adm Direta(082), e os projetos Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva, no Distrito de Sucesso, no Município de Tamboril(MAPP 477) e Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva, no Distrito de Nova Roma, no Município de Tamboril(MAPP 496) têm a participação da fonte Governo Municipal-Administração Direta(021), e foram apresentados pela primeira vez.

Convém registrar que a execução financeira da SESPORTE na fonte FECOP, em 2015, foi de R$ 726.473,37 (setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais, e trinta e sete centavos), 36,70%, principalmente porque o projeto Programa Bolsa Esporte, que é uma parceria do Governo do Estado do Ceará com o Ministério do Esporte, teve no referido ano, obstáculos a serem superados, o que ocasionou a não utilização dos recursos aportados do FECOP, ou seja, R$ 899.600,00 (oitocentos e noventa e nove mil, e seiscentos reais).

O Projeto Viva+ é um projeto de continuidade, que beneficia crianças, jovens e adultos, dependentes de drogas, em situação abaixo da linha pobreza, e que estejam em sistema de internato, em 14 (quatorze) Comunidades Terapêuticas credenciadas pela Assessoria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas do Governo do Estado (1. Casa de Abraão; 2. Grão de Mostarda; 3. Catarina Laboure; 4. Moradores do Henrique Jorge; 5. IVC – Instituto Volta ao Caminho; 6. Lar das Marias; 7. Atos; 8. Desafio Nova Vida; 9. Renata Couras; 10. Vida Manará; 11. Fazenda da Esperança; 12. Caverna de Adulão; 13. Associação Ágape e 14. Monte

Sião). Em média são atendidos 50 indivíduos por núcleo, totalizado até 700 beneficiados entre crianças, jovens e adultos.

O FECOP vem financiando o Projeto Viva+ nos anos anteriores, possibilitando, assim, a inclusão e a melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos dependentes de drogas.

O projeto Bolsa Esporte é um projeto de continuidade, que tem como objetivo geral incentivar, através da concessão de auxílio financeiro, crianças, jovens e adultos, que praticam esportes, favorecendo melhores condições de participação e desempenho dos bolsistas em competições esportivas estaduais, regionais e nacionais.

Somente poderão ser atendidas, por este projeto, pessoas que pertençam às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha de pobreza, ou seja, que tem renda mensal, por pessoa, abaixo de meio salário mínimo, e que são residentes em áreas caracterizadas por graves indicadores sociais.

Serão atendidas 1.767 crianças, jovens e adultos do Estado do Ceará, necessitados de apoio financeiro para desenvolverem sua iniciação e prática esportiva, divididas em três níveis, I, II, III.

O FECOP vem financiando o Projeto Bolsa Esporte nos anos anteriores, possibilitando, assim, a intervenção social, por intermédio do esporte e a melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos.

O projeto Programa de Esporte e Lazer na Cidade-PELC, também é de continuidade. Nesse sentido, o Governo do Estado do Ceará, através de suas políticas públicas de incentivo e promoção do esporte, firmou no ano de 2013, o convênio entre a Secretaria do Esporte e o ME para a execução do Programa Esporte e Lazer na Cidade, com o intuito de democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte, de forma fortalecer, e proporcionar, a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer para pessoas de diversas idades.

O projeto Programa Segundo Tempo, é mais um projeto da SESPORTE, que se enquadra dentre os de continuidade, mesmo não tendo, em 2015, execução de atividades.

Quadro 91 – Execução Financeira

Nº	Mapp	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	11	Viva +	200.000,00	97.600,00	48,80	97.600,00	48,80
2	18	Programa Segundo Tempo	230.000,00	145.294,65	63,17	145.294,65	63,17
3	20	Bolsa Esporte	899.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	433	Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC	166.543,05	0,00	0,00	0,00	0,00
5	477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril	265.886,07	265.886,07	100,00	265.886,07	100,00
6	496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Nova Roma no Município de Tamboril	217.692,65	217.692,65	100,00	217.692,65	100,00
	TOTAL		1.979.721,77	726.473,37	36,70	726.473,37	36,70

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Projetos – SIAP

4.12.2 Desenvolvimento

No esforço de fomentar a prática esportiva inclusiva, destaca-se o Projeto Viva+, que visa a inclusão e a melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos dependentes de drogas, com situação abaixo da linha de pobreza, e que estejam em sistema de internato nas Comunidades Terapêuticas, credenciadas pela Assessoria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas do Governo do Estado do Ceará.

São realizados serviços de atividades esportivas, recreativas, lúdicas, desportivas e de lazer, direcionadas a contribuir com a reabilitação dos dependentes de drogas. O Projeto está implantado nas dependências de 14 (quatorze) Comunidades Terapêuticas de Fortaleza e Região Metropolitana, contribuindo, de forma concreta, com o trabalho destas importantes comunidades.

As modalidades esportivas e atividades previstas no projeto são: futsal, vôlei, basquete, futebol de campo, badminton; atividades complementares: peteca, frescobol, bambolê; jogos de raciocínio: UNO, monopoly deal, jenga, mastermind senha, cilada, hora do rush, e jogos de tabuleiro: dama, xadrez e dominó. As 07 (sete) Comunidades Terapêuticas, que tem o maior número de internos, possuem carga horária de 12 (doze) horas/aula semanais, e as 7 (sete) Comunidades Terapêuticas, que tem o menor número de internos, possuem carga horária de 9 horas/aula semanais.

O Programa Segundo Tempo se insere como uma necessidade de democratizar o acesso à prática esportiva de crianças, adolescentes e jovens, de 7 a 17 anos, estudantes da rede pública de ensino, expostos aos riscos sociais, com a manutenção de núcleos de esporte educacional proporcionando atividades esportivas e complementares, para os beneficiados, contemplando os que se encontram na linha da pobreza, numa tentativa de intervir no quadro de desigualdade social e, ao mesmo tempo, alavancar o esporte e o lazer como ferramenta de inclusão social.

O Programa Segundo Tempo é um projeto que tem, como objetivo, contribuir para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da prática esportiva educacional, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Foram implantados 466 núcleos de esporte educacional nos 184 municípios do Ceará, atendendo 46.600 beneficiados.

Os beneficiados do Programa Segundo Tempo foram crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 7 a 17 anos, de ambos os gêneros, de famílias com renda *per capita* até ½ salário mínimo, expostos a riscos sociais.

Cada núcleo foi composto composto por 100 alunos, de 7 a 17 anos, 3 modalidades esportivas (sendo 2 coletivas e 1 individual, entre elas futebol, futebol de salão, vôlei, handebol, basquete, atletismo, surf e xadrez), atividades complementares (atividades recreativas, sócio-culturais, festivais, torneios, dança, gincanas, badminton, entre outras); cada aluno participou de todas as atividades oferecidas no núcleo totalizando 6 horas de atividade por semana. Essas atividades foram conduzidas por um professor e um monitor da área de educação física e esporte.

O Projeto Bolsa Esporte propõe intervenção na área social por intermédio do esporte, oportunizando o direito à prática esportiva aos segmentos da população menos favorecidas, vulneráveis, carentes, e em situação de risco pessoal e social, através da concessão de bolsa que ajude crianças, jovens e adultos a desenvolverem suas modalidades esportivas.

O benefício financeiro, concedido aos bolsistas, auxilia na alimentação adequada, aquisição do material esportivo, gastos com transporte, taxas de inscrições. Permite aos seus beneficiários melhor desempenho esportivo e conquista de resultados em Torneios, Jogos Escolares, Projetos e Jogos Abertos promovidos pela SESPORTE, Campeonatos promovidos pelas Federações nas suas respectivas modalidades.

O Projeto inclui o acompanhamento do bolsista, por parte do tutor (professor ou técnico), diretor da escola e equipe técnica do projeto, visando garantir a permanência na escola e auxiliando no combate aos altos índices de evasão escolar.

O Projeto é executado diretamente pela SESPORTE, que desenvolve todas as atividades com seu corpo técnico. O Projeto, ora apresentado, inclui o repasse financeiro e o acompanhamento dos bolsistas selecionados no ano de 2016, que serão desligados em dezembro de 2016, e a seleção/execução dos beneficiados para ano de 2016. O Projeto é distribuído em três Níveis Esportivos: Nível I – bolsa no valor de R$ 100,00 (cem reais), para atletas de iniciação esportiva; Nível II – bolsa no valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais), para atletas com desempenho esportivo do 1º ao 10° lugar em Competições; e, Nível III – bolsa no valor de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), para atletas com desempenho esportivo do 1º ao 6º lugar em Competições.

As atividades do projeto Programa Esporte e Lazer da Cidade iniciaram em janeiro de 2015, com a implantação e funcionamento dos 100 núcleos de esporte e lazer, em 56 municípios do Estado do Ceará, sendo 32 núcleos em Fortaleza, 34 núcleos na região metropolitana e 34 núcleos no interior do Estado. Todos os núcleos citados estão em funcionamento pleno.

Cada núcleo conta com uma equipe de 07 profissionais: 01 Coordenador de Núcleo, que é profissional de Educação Física, e 06 Agentes Sociais de Esporte e Lazer, que desenvolvem as diversas atividades com os beneficiários. O programa conta também com 15 coordenadores pedagógicos, que atuam no acompanhamento e monitoramento dos núcleos na capital e interior, com visitas in loco.

Sendo assim, atuam, no programa, 715 profissionais, entre Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores de Núcleo e Agentes Sociais de Esporte e Lazer, distribuídos no Estado do Ceará.

Cada núcleo tem, em média 400, beneficiários participando de diversas atividades esportivas e de lazer, entre elas futebol, futebol de salão, vôlei, handebol, basquete, atletismo, skate, surf, xadrez, atividades recreativas, sócio-culturais, festivais, caminhada orientada, funcional, torneios, dança, atividades de arte, badminton, tênis, entre outras. Essas atividades são distribuídas nos 03 turnos, todos os dias da semana, inclusive finais de semana.

Cada núcleo realiza também de forma mensal, eventos de esporte e lazer com os beneficiários e a cada 03 meses com toda a comunidade.

Entretanto, entendendo que o esporte por si só não garante o alcance dos objetivos, ao qual seu princípio propõe, necessitando de profissionais qualificados, que sejam continuamente capacitados para atuarem no desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer, além de acompanhamento sistemático de suas ações, e, conforme pactuado em plano de trabalho, toda a equipe de profissionais do programa passou por 60 horas de formação, distribuídas em 03 módulos específicos: Formação PELC – Módulo Introdutório I, Formação PELC – Módulo Introdutório II, e Formação PELC – Módulo de Avaliação I, que foram ministradas pelo Ministério do Esporte, através da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A formação é um elemento central na proposta do programa, e objetiva construir padrões conceituais, operacionais e metodológicos, visando qualificar os trabalhos que serão desenvolvidos durante a execução do Programa.

No que concerne aos projetos Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso, em Tamboril e Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Nova Roma, em tamboril, pode-se afirmar que a construção das cobertas destas quadras possibilitará que toda a população dos distritos referidos tenham, à sua disposição, um local apropriado à prática de atividades físicas, esportivas, de lazer e sócio-culturais, assim como, uma maior disponibilidade de horários para as aulas de Educação Física dos alunos das escolas públicas do povoado, e um espaço para o congraçamento de toda a comunidade. Atualmente, grande parte da população fica sujeita ao ócio e ao sedentarismo durante a maior parte do tempo, e isto vai desencadeando uma vulnerabilidade social, com o ingresso, cada vez mais cedo, em ações e vícios prejudiciais à saúde e à sociedade.

4.12.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no ano de 2015, no valor de R$ 726.473,37 (setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais, e trinta e sete centavos), tem-se a Região Sertão de Inhamuns contemplada com 66,57%, seguida

da Região Metropolitana de Fortaleza, contemplada com os 33,43% restantes. Tal resultado se reflete porque, dos seis projetos da SESPORTE, dois, Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva, no Distrito de Sucesso (477), em Tamboril, e Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva, no Distrito de Nova Roma, em Tamboril (496), foram concluídos, e 100% utilizados na Região dos Inhamuns. Em relação à Região Metropolitana de Fortaleza, é importante registrar que do valor total empenhado, R$ 242.894,65 (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais, e sessenta e cinco centavos), os R$ 145.294,65 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais, e sessenta e cinco centavos), do projeto Programa Segundo Tempo (18) se deveram apenas a acertos contábeis necessários no ano de 2015.

Importante o registro de que, apesar de não ter utilizado os recursos do FECOP disponibilizados em 2015, o projeto Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC, teve empenhados, neste ano, recursos da fonte 82 – Governo Federal –Administração Direta, da ordem de R$ 6.649.848,75 (seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais, e setenta e cinco centavos). Neste programa foram implantados, e estão em funcionamento, 100 núcleos do PELC,

4.12.4 Principais Resultados e Dificuldades

O projeto Viva+ promoveu atividades físicas, esportivas e recreativas para indivíduos que se encontravam em tratamento para recuperação do vício da droga, proporcionando assim uma melhoria na capacidade e habilidades psíquicas dos mesmos. Foram escolhidas 14 comunidades Terapêuticas, que trabalharam em conjunto com a equipe multidisciplinar do local, com avaliação, prescrição e acompanhamento de atividades físicas, e a conscientização da importância da pratica regular de atividades físicas.

Durante a execução do projeto Viva+, surgiram alguns obstáculos que dificultaram o andamento do projeto, bem como, possibilitaram o atraso nos procedimentos de prestação de contas que dificultava o repasse financeiro, defasagem do valor destinado e monitoramento do projeto.

Em relação ao Programa Segundo Tempo, não existem resultados e dificuldades mensuráveis, pois não houve execução de atividades do mesmo em 2015, e o valor desembolsado neste ano foi somente referente a devolução financeira ao Ministério do Esporte, e acertos contábeis necessários, do Convênio Nº 758664/2011, com data de encerramento em 10/01/2015 . O convênio em questão está em análise de prestação de contas.

Também, no que concerne ao projeto Bolsa Esporte, registramos que no ano de 2015 não houve execução deste projeto, devido não ter havido tempo hábil para a retomada do mesmo, reforçando a parceria com o Ministério do Esporte, portanto, o recurso do FECOP não foi utilizado. Para o ano de 2016 esperamos poder executar o projeto, cumprindo todos os prazos necessários.

Quanto ao projeto Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC, os resultados foram:

- 100 núcleos de esporte e lazer funcionando regularmente;
- 715 profissionais do esporte e lazer melhor qualificados;
- 100 núcleos acompanhados e monitorados pelos Coordenadores Pedagógicos;
- 40.000 crianças, jovens, adultos e idosos, incluindo pessoas com deficiência, com acesso ao direito constitucional do esporte e lazer, e/ou em possível situação de vulnerabilidade social, praticando, regularmente, atividades esportivas, culturais e de lazer em seu tempo ocioso;
- 100 kits de materiais esportivos e permanentes entregues aos núcleos;

Ao longo de 2015, foram encontrados alguns obstáculos durante a gestão do PELC. Estes obstáculos decorrem de fatores estruturais e conjunturais, que residem no percurso entre a concepção e a execução dos programas. Ao encontrar estes obstáculos, cabe aos gestores dos programas, providências com o intuito de superar tais amarras. O desafio enfrentado no processo de gestão dos programas consiste na capacidade de equacionar as variáveis que compõem os obstáculos, e de propor e implementar medidas de superação. Sendo assim, segue alguns dos maiores obstáculos ao longo do ano de 2015:

- Alta rotatividade dos profissionais envolvidos;
- Defasagem do valor destinado, tendo em vista o convênio foi firmado em 2014, seguindo matriz de valores na diretriz de 2013 do PELC;
- De caráter logístico, pois a Secretaria do Esporte não possui ainda um quadro de pessoal, e número de veículos que possibilitem o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos, dificultando assim a ação mais efetiva dos coordenadores pedagógicos;
- De caráter burocrático, atraso nos procedimentos padrões de pagamento de bolsa, e entrega de material licitado, pelos fornecedores;
- Qualidade inferior do material licitado.

Quanto aos projetos Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso, em Tamboril (477), e Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva, no Distrito de Nova Roma, em Tamboril (496), ambos concluídos, os mesmos se reverterão em espaços adequados voltados à realização das diversas modalidades esportivas e prática de atividades físicas e de lazer, proporcionando momentos de diversão, entretenimento e lazer para a população das respectivas localidades e vizinhança.

4.13 Secretaria da Cultura

4.13.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT, como responsável pela gestão, formulação e acompanhamento das Políticas Culturais do Estado, tem a missão de executar, superintender e coordenar as atividades de proteção ao patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural das expressões do povo cearense.

O Projeto Agentes de Leitura é um programa de continuidade, iniciado em 2006, passando a ser executado com recursos exclusivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, a partir de 2010. Vem promovendo, desde seu lançamento, a democratização do acesso ao livro e à leitura, por meio de atividades mediadoras, ancoradas em acervos bibliográficos que, posteriormente, são integrados ao acervo das bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias, conforme formalização, via ofício, para incorporação do material bibliográfico ao acervo municipal, e posteior elaboração do termo de doação para o município.

Em seu formato atual, o projeto proporciona o pagamento de bolsas no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para jovens que cursaram o ensino médio. O projeto lhes fornece todo o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicletas, protetor solar) e disponibiliza acervo bibliográfico. Incluem-se nos custos do projeto a realização de encontros periódicos dos Agentes de Leitura, com o objetivo de troca de experiências exitosas, e discussão de problemas e entraves.

O trabalho dos Agentes de Leitura é visitar, quinzenalmente, as famílias beneficiadas, apresentando-lhes o acervo, lendo livros para essas famílias, realizando rodas de leituras e/ou desenvolvendo atividades de interpretação dos livros lidos, buscando desenvolver a capacidade perceptiva e reflexiva dessas famílias.

O projeto encerrou o ano de 2014 com um limite autorizado de R$ 492.638,36 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais, e trinta e seis centavos), para execução em 2015, das seguintes metas: (I) Conceder 122 bolsas para agentes de leitura; (II) Beneficiar 3.050 famílias e 15.250 pessoas; (III) Atuar em 30 municípios, sendo todos de continuidade.

4.13.2. Desenvolvimento

O Projeto Agentes de Leitura em 2015 iniciou suas atividades em agosto e finalizou em dezembro. Embora aprovado pelo CCPIS (Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social), desde sua primeira reunião, necessitava formalizar o reconhecimento de dívida com os agentes das macrorregiões 5 (Boa Viagem, Milhã e Dep. Irapuan Pinheiro) e 8 (Abaiara, Assaré, Altaneira, Antonina do Norte, Acopiara, Cariús, Farias Brito, Mauriti, Porteiras, Potengi, Quixelô, Saboeiro, Santana do Cariri, Salitre e Tarrafas).

Neste rol também estão incluídos agente de leitura articulador, agente de leitura coordenador e alguns agentes que apresentaram problemas com o envio do relatório no tempo hábil para pagamento em 2014. Ressaltamos que essas pendências foram oriundas, em parte, pelo atraso no envio dos relatórios comprobatórios das atividades executadas mensalmente. Em decorrência da baixa execução financeira na última reunião de MAPP (Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários), de 2014, o orçamento do projeto foi reduzido. Por conta disso, não tivemos como empenhar e efetuar o pagamento dos agentes, o que veio acontecer apenas em 2015.

A atual gestão solicitou ao Procurador do Estado do Ceará um parecer para que o mesmo se posicionasse em relação ao processo de reconhecimento de dívida, e sendo o Procurador favorável ao pleito, o Secretário da Cultura, Guilherme Sampaio, assinou os processos, que foram encaminhados para publicação no Diário Oficial do Estado – DOE. Feito os trâmites do reconhecimento de dívida, a Secretaria da Cultura realizou o chamamento público dos 109 agentes que finalizaram o projeto em 2014. Esses agentes teriam que demonstrar interesse em continuar no projeto, e, caso isso não acontecesse, os classificáveis seriam

convocados para posterior assinatura do termo de cessão de bolsa. Manifestaram interesse 28 municípios, totalizando 77 agentes.

Mesmo após assinatura do termo de cessão de bolsas, alguns vieram a desistir por motivos diversos, emprego com carteira assinada, concurso público, não comparecimento à formação continuada, requisito obrigatório para assumir o projeto, salvo a apresentação de atestado médico. Para sanar as vagas ociosas, a SECULT publicou no Diário Oficial o chamamento público dos classificáveis, para participarem da formação e, assim, assumirem o projeto.

Participaram da formação continuada em Fortaleza, 96 agentes, e 2 enviaram atestado médico, contemplando 27 municípios. O VI Encontro dos Agentes de Leitura aconteceu entre os dias 17 a 19 de agosto de 2015, no Theatro José de Alencar, contando com a participação de Larisa Fátima Martins Bezerra, representando a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, na mesa de abertura do evento.

Em julho, a SECULT atendeu ao chamado do Pacto Por Um Ceará Pacífico, e uma das ações foi a indicação do Projeto para a área do Grande Vicente Pinzón. Dessa forma, em setembro, foi necessário a readequação financeira, utilizando o saldo das bolsas dos desistentes. O projeto foi apresentado ao CCPIS e após aprovação, lançou-se edital, pelo que foi empreendida força para sensibilizar a comunidade.

Apresentação do projeto em Centros Comunitários, contando com a participação dos agentes de saúde, diretores de escola e agentes comunitários, além de representantes da STDS, responsável pelo CTIS (Centro Tecnológico de Inclusão Social), local onde foram realizados lançamento de edital, para selecionar 10 agentes, inscrições e seleção dos candidatos.

A seleção dos agentes do Vicente Pinzón aconteceu no dia 29 de setembro de 2015, com prova escrita, oral e entrevista. A formação dos agentes ocorreu entre os dias 5 a 9 de outubro, no auditório da SECULT, e em seguida começaram o

cadastro das famílias que atendiam aos critérios do projeto. O tempo de atuação desses agentes compreende os meses de outubro a dezembro de 2015.

O acompanhamento e o monitoramento do projeto aconteceu mediante as fichas de cadastro, relatórios mensais, relatórios quantitativos, controle de livros emprestados para as famílias, controle de família, portifólio e aplicação do consumo literário e de teste de proficiência no início e ao final do projeto.

Durante o ano de 2015 foram finalizadas as seguintes ações:

- Aquisição de bicicletas – Valor estimado R$ 80.442,00 (oitenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), foi arrematado por R$ 63.830,00 (sessenta e três mil, oitocentos e trinta reais). O processo foi empenhado, o produto foi entregue em março e pago em 09 de abril de 2015;
- Contratação de empresa de produção, formação e acompanhamento do Projeto Agentes de Leitura - Processo aberto em fevereiro de 2014, com licitação concluída somente dia 05 de dezembro do mesmo ano, após a instrução de várias redefinições do termo de referência, o que inviabilizou sua execução em 2014;
- contrato foi readequado e empenhado no valor de R$ 189.999,00 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), para a realização do VI Encontro dos Agentes de Leitura, que aconteceu nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2015, no Theatro José de Alencar;
- E para a realização da formação básica, no auditório da SECULT, de 12 agentes de leitura para atuarem em Fortaleza, no grande Vicente Pinzón, área atendida pelo Ceará Pacífico, de 05 a 9 de outubro de 2015;
- Serviço foi executado, e pago, em 21 de outubro de 2015.

Das vivências e reminiscências dos agentes de leitura

Em seu portifólio, a agente de leitura Erlane Félix, do município de Uruoca, declara: "Posso dizer que ajudei no processo de aprendizagem, ajudei a desenvolver práticas e juntos com eles formar leitores, isso faz o processo de emancipação de um país, e o ato da leitura e da escrita conduz a um processo de aprender, de conhecer, de

apreender novos significados que ajuda principalmente crianças e adolescentes que estão na escola a viverem com mais plenitude".

Jacilene Gomes, do município de Croatá se apresenta se seguinte forma: “Sou Jacilene Gomes dos Santos Araújo, natural de Croatá, tenho ensino médio completo, curso de informática. Já trabalhei como empregada doméstica em Ipu e Croatá. Fiz teatro, sou uma pessoa tímida, porém quando necessário sei expor meus pensamentos e gosto muito de coisas novas, pois sempre é bom que aprendo com eles. O Projeto Agentes de Leitura desenvolve atividades de leitura no sentido mais lúdico, prazeroso, buscando ampliar a visão e compreensão de mundo do leitor.

Já no município de Reriutaba, a agente Maura Rodrigues expõe o seguinte pensamento: "O livro é o instrumento que expressa todo e qualquer conteúdo humano individual e social de forma cumulativa. A partir da leitura o indivíduo é capaz de compreender melhor sua realidade e seu papel como sujeito nela inserido".

Ainda no município de Reriutaba, a agente de leitura, Tatiane Rodrigues, comenta sobre o projeto e sua experiencia: "Os agentes de leitura é um projeto onde proporciona cultura e lazer para as famílias carentes. O mesmo também nos proporcionam novas experiências no decorrer de sua realização, é gratificante conviver com as famílias diariamente, pois as mesmas nos recebem com alegria e muito carinho a cada visita. No projeto desenvolvemos atividades que envolvem todos os membros da família, uma dessas atividades é a recontagem de histórias, onde cada membro escolhe um livro e logo após da leitura silenciosa os mesmos recontam para os demais que estão participando da atividade, outra atividade bastante positiva e roda de leitura onde trabalhamos leituras orais e discussões a respeito das historias trabalhadas. om os livros expostos deixamos os membros a vontade para escolher os livros, e eles olham e folia com muita curiosidade e animação, até que encontram um que os chame mais atenção, logo após dos livros escolhidos, começam as leituras orais, e às vezes silenciosas, depois disso tentamos recontar cada historia, e discutir a mesma em grupo, assim viajando no mundo da leitura sem sair do lugar. Nesse momento durante as atividades desenvolvidas vejo o interesse de cada criança, jovem ou até mesmo um adulto

em participar do Projeto Agentes de Leitura, onde percebe-se que ler é primordial para a nossa vida ".

Em Abaiara, Veroneide Henrique, fala sobre uma das atividades do projeto: “A contação de histórias estimula a imaginação principalmente das crianças e os adultos lembram de momentos da sua infância e adolescência, é um momento bastante prazeroso, onde envolve os ouvintes na história, prende a atenção e enriquece o momento de cada visita realizada”.

Veroneide descreve uma experiência junto as famílias: "Na casa de Raquel participam ela e Rayane, ao ser escolhido um livro poético, a pequena Rayane ficou interessada neste gênero literário e propus a criação de um pequeno livreto, que foi feito no formato de um violão, sugestão da senhora Raquel. Rayane intitulou o mesmo de “ a vida de ser criança” falando de como deve ser a vida das crianças, cheia de brincadeiras, diversões e leitura".

Veroneide continua falando de uma outra vivência junto as famílias: Ao realizar a leitura do livro jacaré-de-papo-amarelo, propus um pequeno livreto falando de um animal que a família gostava. Escreveram sobre um gato que foi o animal de estimação da família e tinha morrido a pouco tempo após um atropelamento. Intitularam o livreto de “meu pequeno amigo gato Castílio”. O mesmo retratava o pouco convívio que tiveram com o felino.

As alvíssaras percebidas por Océlia Alves, do município de Altaneira: “Textos lidos e livros, as mães, que foram mais presentes no acompanhamento falaram que os filhos tinham dificuldades na leitura e no comportamento, tanto em casa como na escola, e já melhoraram consideravelmente. Para concluir, afirmo que gostei do projeto, e que pude contribuir para o melhoramento da educação das famílias e principalmente das crianças, tornando-os melhores indivíduos dentro da Sociedade“.

Quando Diana dos Santos, do município de Abaiara, colocou no portfólio “Ler para se libertar do mundo comum”, ela nos remete ao objetivo do projeto, possibilitar o acesso à leitura literária para as famílias atendidas pelo projeto em locais, em sua

grande maioria, distantes da sede do município, longe do acesso as bibliotecas públicas municipais. Com essa ação oportunizamos as famílias ao prazer da leitura, dotá-los de uma riqueza imensurável, ser inundados por pensamentos diversos, divertir-se e agregar informação. Partindo desses retalhos literários, pensarem a vida sob perspectivas antes desconhecidas.

O acompanhamento financeiro é incubência de todos os setores da SECULT, engajados para o bom desempenho do projeto (COPLA, ADINS, COAFI/CEGEF e PRESTAÇÂO DE CONTAS). Segue abaixo planilha com a execução financeira:

Quadro 92 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor pago	%
1	68	Projeto Agentes de Leitura	492.638,36	436.899,00	88,69	394.099,00	80,00
	Total		**492.638,36**	**436.899,00**	**88,69**	**394.099,00**	**80,00**

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Projetos – SIAP

4.13.. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante dos recursos empenhados em 2015, R$ 436.899.00 (quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais), a região correspondente a Macrorregião 1 (Região Metropolitana) obteve 47,39% de execução dos recursos do projeto, devido ao fato da contratação das empresas ganhadoras das licitações, para formação dos agentes e aquisição de bicicletas, terem seus endereços nesta região, e acrescida ao pagamento das bolsas, obtendo-se, assim, a maior expressividade em recebimento de recursos financeiros.

Nas demais macrorregiões, a execução financeira ficou apenas em pagamento de bolsas, tendo na Macrorregião 8 (Cariri/Centro Sul) uma maior expressividade de recursos executados, 31,94%, devido ao maior número de municípios fazendo parte do projeto, atendendo aos critérios estabelecidos pelo IFAL (índice de focalização dos Agentes de Leitura), constante na Nota Técnica Nº 48, elaborada pelo IPECE (Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará).

Segue abaixo planilha com distribuição dos recursos aplicados por Macrorregião:

Quadro 93– Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	206.619,00	47,29	625	5,05
2-LITORAL OESTE	8.000,00	1,83	500	4,04
3-SOBRAL/IBIAPABA	16.000,00	3,66	1000	8,08
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	39.140,00	8,96	2375	19,19
5-SERTÃO CENTRAL	21.600,00	4,94	1000	8,08
6-BATURITÉ	6.000,00	1,37	375	3,03
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	0,00	0,00	0,00	0,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	139.540,00	31,94	6500	52,52
22-ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**436.899,00**	**100,00%**	**12.375**	**99,99**

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Projetos – SIAP

4.13.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Realizado o VI Encontro Agentes de Leitura no Theatro José de Alencar;
- Formação continuada de 96 agentes de leitura, com carga horária 24 h/a;
- Formação básica de 12 agentes, para atuação no grande Vicente Pinzón, com carga horária de 40 h/a;
- Realizado vídeo institucional do Projeto Agentes de Leitura;
- Atendidas 2.475 famílias, beneficiando 12.375 pessoas;
- Beneficiados 27 municípios nos 2 primeiros meses, sendo todos de continuidade e a partir de outubro atendemos Fortaleza. Ao final do ano, foram beneficiados 28 municípios, sendo 27 de continuidade e 1 novo.
- Concedidas 99 bolsas para agentes de leitura;
- Trabalhados 21.999 livros junto às famílias;
- Aplicados 4.965 testes de proficiência leitora;

Dificuldades

- Morosidade, por parte de alguns agentes de leitura, no envio dos relatórios comprobatórios das atividades, acarretando no atraso do empenho e pagamento;
- Saída de municípios, que não conseguiram atender às demandas delineadas pelo projeto, dentre alguns motivos, falta do envio de documentação dos agentes, para atender a chamada pública, e ausência de agentes as formações, mesmo após assinatura dos termos de cessão de bolsa, e o município não possuir classificáveis para ocupar as vagas;
- Desistência de alguns agentes de leitura de participarem do projeto, devido a diversos motivos: atuação em emprego com melhor remuneração e carteira assinada, falta de identificação com as atividades do projeto, concurso público, e não comparecimento à formação básica ou continuada, inviabilizando o alcance total da meta;
- Ausência de visita *in-loco,* para verificação do grau de satisfação das famílias leitoras atendidas pelo projeto.

4.14 Secretaria do Planejamento e Gestão

4.14.1 Aspectos Gerais

A Companhia de Habitação do Ceará - COHAB-CE, vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, ao longo de sua existência, teve por missão proporcionar moradia digna à população de baixa renda, para enfrentamento do déficit habitacional, e da inadequação domiciliar, para Famílias de baixa renda, aprovadas nos critérios previamente estabelecidos em programas habitacionais no âmbito estadual e federal.

Para alcançar os objetivos pretendidos em 2015, a COHAB-CE, em seu primeiro projeto junto ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, contou com os recursos na ordem de R$ 476.986,95 (quatrocentos e setenta e seis reais, novecentos e oitenta e seis reais, e noventa e cinco centavos) para análise, cadastramento, coleta de documentação, e, ainda, regularização dos loteamentos junto aos cartórios, para que no exercício de 2016, possa vir a concluir a regularização fundiária através da entrega dos títulos de propriedade aos mutirantes, que, atualmente, ocupam as unidades habitacionais dos conjuntos Curió e São Bernardo, e, assim, reduzir as desigualdades sociais dessas 2.026 famílias, e proporcionar o acesso a propriedade imobiliária, beneficiando 8.347 pessoas.

Convém registrar que a execução financeira da COHAB-CE, no ano de 2015, foi de R$ 463.320,42 (quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), correspondendo a 97,13% do valor total dos recursos programados. Ressalta-se, ainda, que este projeto tem, como fonte de financiamento, somente os recursos do FECOP.

4.14.2 Desenvolvimento

A Companhia de Habitação do Ceará, através deste projeto estruturante de habitação, visa concluir a regularização fundiária dos mutirões habitacionais. A Companhia de Habitação do Ceará – COHAB, ora “em liquidação”, no cumprimento da Lei N° 13.620, de 15 de julho de 2005, que regulamenta a matéria, possibilitará a entrega dos títulos de propriedade às famílias que receberam

habitação dentro dos critérios estabelecidos para população carente e de baixa renda, permitindo a realização da inclusão social no contexto urbano da cidade, para 2.026 mutirantes, de 02 (dois) conjuntos habitacionais, Curió e São Bernardo, que receberão, por doação, seus imóveis, através de escritura de doação, e posterior registro imobiliário.

Com isto a COHAB-CE visa, principalmente, garantir os mutirantes dos conjuntos habitacionais Curió e São Bernardo, erigidos nas décadas de 80 e 90, o direito de propriedade de seus imóveis, regulamentado através da Lei Nº 13.620/2005, cuja regularização fora reprimida há 20 (vinte) anos, onde o título de propriedade garante a direito, sucessão hereditária, o valor imobiliário além de inclusão no contexto urbano da cidade.

Assim, os objetivos visados foram:

- Promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário de famílias de baixa renda, contribuindo para inclusão social destas famílias, bem como a inclusão dos imóveis no contexto urbano da cidade;
- Atualização cadastral dos ocupantes dos imóveis em questão;
- Identificação da atual situação do imóvel;
- Regularizar a situação fundiária dos loteamentos;
- Possibilitar a futura titularização dos imóveis construídos em regime de mutirão para posterior registro.

Em 2015, foi apoiado, com recursos do FECOP, o projeto de Regularização fundiária de dois conjuntos habitacionais erguidos em regime de mutirão (Curió e São Bernardo), que se destacam por garantir a segurança jurídica e inclusão social de 2.026 imóveis. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

O orçamento total desta categoria para o ano de 2015 foi de R$ 476.986,95 (quatrocentos e setenta e seis reais, novecentos e oitenta e seis reais, e noventa e cinco centavos)**,** sendo executado R$ 463.320,42 (quatrocentos e sessenta e três mil,

trezentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), que corresponde a 97,13% do valor planejado para o ano, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 94 - Execução Financeira

Projeto: Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis

N°	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE	476.986,95	463.320,42	97,13	463.320,42	97,13
Total			476.986,95	**463.320,42**	**97,13**	**463.320,42**	**97,13**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

No contexto deste projeto, contou-se com a execução de duas atividades/produtos:

- Regularização dos loteamentos, com a formalização do requerimento para a aprovação municipal do Projeto Urbanístico do Conjunto Habitacional, onde o Setor de Engenharia elabora o projeto, anexa a documentação de comprovação de propriedade do Estado/COHAB, e a regularidade fiscal junto ao Município, que após análise expedirá o Alvará que permitirá o registro imobiliário;

- Cadastramento, Coleta e Análise de Documentação, onde a atualização cadastral dos atuais ocupantes das unidades habitacionais, feita por equipe da engenharia e serviço social da Companhia, que identificará os lotes e enviará notificações com orientação sobre a documentação, que os mutirantes deverão apresentar à COHAB, para atualização de seus cadastros e emissão das escrituras de doações.

4.14.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no ano de 2015, no valor de R$ 463.320,42 (quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), tem-se que a Região Metropolitana de Fortaleza como foco do projeto,

contando com aporte de 97,13%, porém, beneficiando um total de 8.347 pessoas, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 95 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	463.320,42	97,13%	8.347	100%
TOTAL	**463.320,42**	**97,13%**	**8.347**	**100%**

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada dada a localização dos dois conjuntos habitacionais erguidos em regime de mutirão (Curió e São Bernardo), focos do projeto, situados dentro da macrorregião mencionada.

4.14.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Identificação dos atuais ocupantes dos imóveis construídos em regime de mutirão;
- Cadastramento no sistema de gerenciamento de mutuários da COHAB-CE;
- Regularização dos loteamentos dos dois conjuntos habitacionais (Curió e São Bernardo) com suas respectivas matrículas registradas em cartório.

Dificuldades

- Ausência dos ocupantes de alguns imóveis;
- Imóveis reparticionados, dificultando a identificação e a coleta de documentação;
- Documentação entregue de forma incompleta por parte do mutirante.

4.15 Conselho Estadual de Educação

4.15.1. Aspectos Gerais

O Conselho Estadual de Educação – CEE, tem como finalidade normatizar a área educacional do Estado, interpretar a legislação de ensino, aplicar sanções, aprovar o Plano Estadual de Educação, e planos de aplicação de recursos, e assim como exercer as demais atribuições constitucionais e legais previstas, conforme preceitua a Lei Nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo.

As competências e organização do Conselho Estadual de Educação se encontram inseridas no Decreto Nº 29.159, de 16 de janeiro de 2008, DOE de 18 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Regimento Interno deste órgão.

Este órgão tem como missão normatizar, acompanhar e avaliar o sistema estadual de ensino, para o desenvolvimento da educação com qualidade e equidade.

Os objetivos macros do referido órgão estão destacados a seguir:

- ampliar a articulação com os diferentes segmentos sociais organizados e instituições afins;
- atender, com celeridade e prontidão, as demandas da sociedade;
- fortalecer as relações com os usuários e parceiros.

Para viabilizar o cumprimento de seus objetivos, o CEE captou recursos adicionais do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP, para execução de um Projeto que envolveu valores na ordem de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), programados para o período de junho a dezembro de 2015.

Referido projeto é de natureza contínua, uma vez que seu objeto é a realização de capacitação para os gestores, coordenadores de escola e técnicos da Secretaria da Educação das escolas da rede pública municipal.

Quadro 96 – Execução Financeira – CEE

MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite	Valor empenhado	%	Valor Pago	%
38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica	400.000,00	400.000,00	400.000,00	100	400.00,00	100
TOTAL		400.000,00		400.000,00	100	400.000,00	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.15.2 Desenvolvimento

O Projeto de Formação de Gestores Escolares para Educação Básica visa contribuir para a melhoria dos indicadores da educação, por meio da habilitação de gestores, coordenadores de escola e técnicos da Secretaria da Educação, das escolas da rede pública municipal.

O caráter inovador do programa de formação exige contratação por meio de bolsas de renomados professores, entre doutores, mestres e especialistas, para a docência nos polos de formação, e do pessoal de apoio, com vistas a assegurar a logística e execução do Projeto.

Vale ressaltar que as atividades previstas neste programa estão em plena fase de desenvolvimento, e consolidação por parte do Conselho, junto aos seus parceiros e usuários diretos, os quais são: os professores e alunos.

4.15.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Os valores empenhados e pagos do Projeto em questão, descritos no Quadro 01 – Execução Financeira foram feitos totalmente na Região -22- Estado do Ceará, porém, a execução foi realizada em 46 (quarenta e seis) municípios: Acopiara, Alto Santo, Amontada Aquiraz, Barroquinha, Camocim, Canindé Cariré, Caririaçu, Carnaubal, Cascavel, Catarina, Crato, Forquilha, Frecheirinha, Granja, Granjeiro, Goairas, Ibiapina, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Ipu, Ipueiras, Itapajé, Itapipoca, Jagaretama, Jagaribara, Jagaruana, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte,

Milagres, Missão Velha, Mombaça, Morada Nova, Pindoretama, Quixeré Russas, São Benedito, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Tianguá, Ubajara e Umari.

4.15.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados:

- Aproveitamento satisfatório dos formadores em consonância com os conteúdos ministrados;
- Resignificar o papel do Diretor na perspectiva de sua atuação;
- Contemplar temáticas que ajudam a superar os desafios do cotidiano escolar;
- Orientar para a elaboração do Projeto Político Pedagógico – Doc – nº 01 – História da Escola;
- Encontro semanal para avaliação das atividades;
- Retomada das reuniões com os Articuladores Municipais para orientações sobre o Projeto;
- Demanda por parte dos prefeitos solicitando a implantação do Projeto;
- Aulas ministradas;
- Contemplados 44 municípios em diversas regiões, através das ações do Projeto;
- Beneficiados 2295 cursistas por meio da implementação do Projeto
- 21 disciplinas ministradas;
- Beneficiados 336.177 alunos através da implementação do Projeto;
- Envolvimento de 10 formadores na capacitação dos formadores.

Dificuldades :

- Defasagem do valor dos recursos financeiros liberados pelo Estado;
- Cancelamento da execução do Programa por parte dos municípios tendo em vista a falta de recursos financeiros para o apoio logístico das aulas

4.16 Secretaria da Justiça e Cidadania

4.16.1 Aspectos Gerais

A Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, desenvolve suas ações com foco em duas grandes áreas de atuação: gerenciamento do sistema prisional e promoção do exercício da cidadania e defesa dos direitos humanos.

No primeiro caso, cabe à SEJUS executar a manutenção, supervisão, coordenação, controle, segurança e administração do sistema penitenciário do Ceará, além de garantir o cumprimento das penas e zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos.

O projeto em questão se soma a outros projetos que visam atender um dos resultados estratégicos, que é alcançar um sistema penitenciário humanizado. Vale ressaltar que o projeto está inserido no programa de Governo de Infraestrutura, Gestão e de Assistência Penitenciária, que tem como objetivo gerir e manter o funcionamento do Sistema Penitenciário, por meio da construção, reforma e modernização das unidades prisionais, de forma a dotá-las de infraestrutura básica, física e ambiental mínima, necessária às condições de abrigo digno aos indivíduos em conflito com a Lei.

Assim, a SEJUS contou com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, na ordem de R$ 207.914,41 (duzentos e sete mil, novecentos e catorze reais e quarenta e hum centavos), para execução do projeto intitulado: Reforma da Creche Irmã Maria Marta, no Instituto Penal Feminino Desembargador Auri Moura Costa (IPF).

Ressalta-se que o referido projeto não pode ser executado, considerando a necessidade de suplementação orçamentária, na Fonte 10, para as devidas providências.

A obra está em processo de licitação, no entanto, vale ressaltar a necessidade de transferência de recurso para 2016.

Quadro 97 – Execução Financeira

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	532	Reforma da Creche Irmã Maria Marta, no Instituto Penal Feminino Desembargador Auri Moura Costa (IPF).	207.914,41	0,00	0	0,00	0
	Total		207.914,41	0,00	0	0,00	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

4.16.2 Desenvolvimento

Através do OFÍCIO ASTEC/SEJUS N° 126/2015, de 10 de Novembro de 2015, no qual gerou o processo VIPROC 7044700/2015, foi solicitado ao Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE, tomar todas as medidas cabíveis e necessárias, para proceder ao lançamento de edital, licitação, acompanhamento e fiscalização da obra referente ao projeto em questão (MAPP 532), cabendo a esta Secretaria da Justiça e Cidadania a contratação e o pagamento da obra à empresa contratada, após a conclusão do processo licitatório. Informamos que o processo encontra-se no Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE, na Diretoria de Arquitetura, desde 24/11/2015, para elaboração dos projetos executivos e lançamento de planilha orçamentária no sistema SIGDAE e, assim, possa dar continuidade do processo licitatório.

4.16.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 98 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	0,00	0,00	80	0,00
TOTAL	0,00	0,00	80	0,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.16.4 Principais Resultados e Dificuldades

Não houve resultados até o momento, estando a obra em processo de licitação.

Será necessário realizar uma suplementação orçamentária, para incluir a Fonte 10 na Lei Orçamentária Anual – LOA, 2016, da SEJUS, uma vez que o projeto foi aprovado com a referida fonte, após a elaboração do documento.

5. Considerações Finais

Desde o seu nascedouro, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, vem se consolidando como um mecanismo estratégico de superação da pobreza e da desigualdade social, no âmbito do Estado do Ceará.

Com efeito, em que pese o reconhecimento de melhoramentos quanto a sua operacionalidade, urge considerar que a Gestão deste instrumento tem empreendido todo esforço possível, no sentido de cumprir a missão institucional, a que se ocupa este Fundo Especial de Gestão.

Atento aos comandos legais pertentes, e sempre inspirado na realização de boas práticas, com foco na gestão por resultados, este Fundo tem a sua condução pautada no planejamento e na execução ideal de suas ações, e, bem assim, no controle efetivo destas, e na avaliação de seus impactos.

E na perspectiva de promover ações integradas, com atenção à intersetorialidade e a transversalidade, a gestão do Fundo vem concedendo apoio financeiro às políticas públicas de combate aos mecanismos de geração da pobreza, e de desigualdades sociais, com vistas a fomentar as suas reduções, de forma intensa e sistemática.

Assim, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, encerra o ano de 2015 consolidado por um cenário bastante positivo, seja no tocante a aplicação de seus recursos, especialmente junto a realização de ações priorizadas, direcionadas exclusivamente aos pobres, de modo a proporcionar-lhes condições capazes de acumular meios físico, humano e social, seja quanto aos resultados obtidos.

Demonstração disto é a evolução do desempenho financeiro promovido pelo Fundo, estimulada pelo incremento expressivo da arrecadação dos recursos que foram aportados aos cofres públicos, em volumes historicamente considerados elevados, se considerados os valores captados em anos anteriores.

Outro aspecto importante, paralelo à referida evolução, diz respeito à forma mediante a qual estes recursos foram significativamente distribuídos, cujas liberação

e aplicação findaram o ano com atendimento satisfatório, em atenção aos pobres e extremamente pobres de todas as macrorregiões do Estado do Ceará.

Todas as ações realizadas, à luz das políticas, de programas e de projetos vinculados ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, resultaram em significativos benefícios, assistenciais e estruturantes, ao seu público-alvo, possibilitando melhorias das condições de vida daqueles que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade.

Da população total do Estado do Ceará, composta de 8.452.381 pessoas, tem-se uma população de pobres estimada em 4.479.349, sendo, também, 1.502.924 de extremamente pobres, cujo total de vulneráveis é de 5.982.273. Destes, foram beneficiados pelas ações do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, 4.524.144 pessoas.

6. Recomendações

Diante da necessidade diuturna de se cumprir, fielmente, a missão institucional, a que se ocupa o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no sentido de gerar resultados expressivos, que assegurem benefícios sociais para toda a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, e, bem assim, permita-lhe o acesso a níveis dignos de subsistência, seguida de melhoria da qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, frente à agressiva e perversa vulnerabilidade social, a que estão expostas, cumpre ao Poder Público Estadual observar algumas recomendações específicas, consideradas de relevante interesse público, especialmente por se direcionarem para o aperfeiçoamento contínuo da Gestão do Fundo Especial de Gestão, e, ato contínuo, à consecução de melhorias significativas, mediante a adoção de políticas públicas empreendedoras, em prol dos beneficiários do Fundo, a saber:

1. Observar os objetivos dos projetos, correlacionando-os aos objetivos dos programas voltados às áreas de interesse do gasto, de forma a evitar que tais dispêndios sejam questionados quanto à finalidade pretendida, quando do planejamento dos gastos, a serem realizados com recursos do Fundo;

2. Implantar rotina para aprovação prévia da proposta orçamentária das setoriais, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, antes do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento do Estado à augusta Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – ALCE;

3. Priorizar projetos estruturantes, com o objetivo de proporcionar condições de se acumular meios físicos, humano e social;

4. Direcionar, criteriosamente, os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, às áreas de atuação descritas no art. 1º, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), em harmonia com os arts. 79 e 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;

5. Despender esforço, no sentido de aplicar os recursos obtidos pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no exercício de sua arrecadação, dada a relevância da aplicação dos recursos do Fundo;

6. Evitar que os recursos do Fundo sejam objetos de aplicação pulverizada de ações, os quais devem ser concentrados em ações específicas para o alcance de resultados expressivos, de maneira que a comunidade, de um modo geral, seja prontamente beneficiada com a execução e os resultados gerados do Projeto;

7. Desenvolver Sistema Informatizado próprio de monitoramento das ações do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, compatibilizando-o com o CADÚNICO do Governo Federal, visando dar maior focalização no seu público-alvo;

8. Monitorar, tempestivamente, a execução dos projetos pelas unidades setoriais, nos termos do art. 31, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), de modo a evitar o excesso de disponibilidade de recursos arrecadados;

9. Intensificar a atividade de monitoramento dos projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, de modo a fortalecer a integração intrasetorial e intersetorial dos projetos financiados pelo Fundo, otimizando recursos disponíveis para a superação da situação de pobreza de seus beneficiários;

10. Realizar comprovação que possibilite a verificação do atendimento dos critérios contidos na Lei nº 14.859, de 28/10/2010 (DOE de 06/01/2011);

11. Promover avaliações sistemáticas de desempenho das ações desenvolvidas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, imprescindíveis para analisar se os resultados alcançados estão contribuindo, de fato, para a redução da pobreza do Estado, objeto para o qual o Fundo foi criado, com base nos dados apurados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE;

12. Avaliar, através do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, os resultados alcançados pelos projetos financiados com recursos do Fundo, apurados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, em relação à pulverização dos recursos do Fundo;

13. Realizar estudos, voltados ao diagnóstico da situação da pobreza, no âmbito do Estado, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas eficientes no combate à pobreza extrema;

14. Proceder a capacitação para as equipes executoras dos projetos do Fundo, bem como, a capacitação de servidores envolvidos na formalização e análise das prestações de contas, para melhor fornecimento das informações financeiras;

15. Acompanhar, pormenorizadamente, a apresentação das prestações de contas, por parte das unidades setoriais, nos termos dos arts. 41 e 42, ambos do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009);

16. Suspender os recursos financeiros advindos do Fundo, para as Secretarias Executoras, nos casos em que a prestação de contas for apresentada fora do prazo estabelecido, quando existir pendências na prestação de contas e quando houver irregularidades técnicas constatadas pela Gerência Executiva do FECOP – GEF, durante o monitoramento do projeto, nos termos do art. 43, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009);

17. Encaminhar, anualmente, ao egrégio Tribunal de Contas do Estado – TCE, para atendimento do art. 70, da Constituição Federal, bem como, para permitir uma análise global dos resultados da aplicação dos recursos do Fundo pelos órgãos de Controle Interno e Externo, a prestação de contas consolidada do Fundo, devendo a mesma ser constituída com a documentação indicada pela referida Corte de Contas;

18. Manter atualizadas, continuamente, as informações sobre o Fundo, no sítio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP;

19. Estabelecer um Plano de Divulgação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP;

20. Elaborar diretrizes para um Plano Estadual de Combate à Pobreza.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento
e Gestão